



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 03/2022, QUE FAZEM ENTRE
SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO E A EMPRESA TKS
SEGURANÇA PRIVADA LTDA.**

A Universidade Federal de Pernambuco, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, na cidade de Recife/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Prof. Alfredo Macedo Gomes, Reitor, nomeado por Decreto da Presidência da República Federativa do Brasil de 9 de outubro de 2019, publicado no Diário Oficial da União nº 197, Seção 2, p. 1 de 10 de Outubro de 2019, portador da matrícula funcional nº 1171268, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa TKS Segurança Privada Ltda. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.774.050/0001-75, sediada na Rua Aluizio de Azevedo, 262, Santo Amaro, Recife/PE, CEP: 50.100-090, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por Heberty Emmanoel de Aguiar Ramos Brasileiro, Diretor Administrativo Operacional, portador da Carteira de Identidade nº 3.911.663, expedida pela SSP/PB, inscrito no CPF sob o nº 021.608.484-92, tendo em vista o que consta no Processo nº 23076.008134/2018-28 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 18/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância ostensiva armada (motorizada, posto estático de vigilância e predial) e de supervisão operacional desarmada, sob os regimes de escala diarista/plantonista, para atender os campi Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, uniformes, insumos necessários à execução dos serviços e equipamentos de proteção individual, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo II deste Contrato, vinculado ao Pregão Eletrônico identificado no preâmbulo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	CATSER	Munic. Posto	Escala de Trabalho	Qtde de Postos	Total prof.	Custo Unitário do profissional Mês (R\$)	Custos Mensais da Contratação por posto (J = H x I) (Total de profissionais no posto X custo unitário do profissional por mês) (R\$)	Valor unitário do posto (L = C x I) (quantidade de vigilante no posto X custo unitário do profissional mês) (R\$)	Custos Global do posto (Anual do Posto) (L = J x 12) (custo mensais do posto X 12 meses) (R\$)
GRUPO ÚNICO	1	Posto 1 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min. às 15h00min., e 4 horas no sábado, das 8 às 12 horas, totalizando 44 horas semanais, com 01 vigilante .	24015	Recife	44h	6	6	4,997.54	29,985.27	29,985.27	359,823.20
	2	Posto 2 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min. às 23h00min., e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes .	24015	Recife	44h	6	12	5,141.71	61,700.55	61,700.55	740,406.60
	3	Posto 3 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	Recife	12 X 36 - Diurna	4	8	4,642.15	37,137.24	37,137.24	445,646.85

4	Posto 4 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	Recife	12 x 36 - Noturna	6	12	5,175.43	62,105.19	62,105.19	745,262.30
5	Posto 5 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta- feira, das 07h00min. às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 01 vigilante .	24015	Recife	44h	20	20	4,534.20	90,683.90	90,683.90	1,088,206.83
6	Posto 6 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta- feira, das 15h00min às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12h00min às 16:00min, totalizando 44 horas semanais com 01 vigilante .	24015	Recife	44h	15	15	4,738.88	71,083.25	71,083.25	852,998.96
7	Posto 7 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	Recife	12 X 36 - Diurna	34	68	4,178.29	284,123.61	284,123.61	3,409,483.36
8	Posto 8 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19 horas às 07:00 horas,	24015	Recife	12 x 36 - Noturna	21	84	4,772.61	400,899.52	400,899.52	4,810,794.18

	(envolvendo 04 vigilantes)									
9	Posto 9 - Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	Recife	12 X 36 - Diurna	1	2	5,506.92	11,013.84	11,013.84	132,166.11
10	Posto 10 - Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	Recife	12 x 36 - Noturna	1	2	6,447.77	12,895.54	12,895.54	154,746.52
11	Posto 11 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 04 vigilantes).	24015	Vitória de Sto. Antão	12 X 36 - Diurna	3	12	4,139.15	49,669.79	49,669.79	596,037.42
12	Posto 12 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19 horas às 07:00 horas (envolvendo 04 vigilantes).	24015	Vitória de Sto. Antão	12 x 36 - Noturna	3	12	4,733.48	56,801.80	56,801.80	681,621.60
13	Posto 13 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 8 às 12 horas,	24015	Caruaru	44h	2	4	4,868.07	19,472.28	19,472.28	233,667.36

	totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.									
14	Posto 14 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.		Caruaru	44h	2	4	5,219.54	20,878.16	20,878.16	250,537.92
15	Posto 15 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	Caruaru	12 X 36 - Diurna	3	6	4,565.74	27,394.44	27,394.44	328,733.28
16	Posto 16 - Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 19:00h. às 07:00h (envolvendo 02 vigilantes).	24015	Caruaru	12 x 36 - Noturna	2	4	5,157.41	20,629.62	20,629.62	247,555.47
17	Posto 17 - Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	Caruaru	13 X 36 - Diurna	1	2	4,565.74	9,131.48	9,131.48	109,577.76
18	Posto 18 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna,	24015	Caruaru	13 x 36 - Noturna	4	16	4,160.23	66,563.65	66,563.65	798,763.82

	diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19:00h. às 07:00h(envolvendo 04 vigilantes).									
19	Posto 19 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 04 vigilantes).	24015	Caruaru	12 X 36 - Diurna	4	16	4,780.56	76,488.96	76,488.96	917,867.52
VALOR GLOBAL ANUAL DA PROPOSTA (R\$)									1,408,658.09	16,903,897.06

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início a contar da data de 01/02/2022 e encerramento em 01/02/2023, *podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

2.1.1. *Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

2.1.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.1.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

2.1.4. *Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;*

2.1.5. *Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;*

2.1.6. *Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.*

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 1.408.658,09 (um milhão, quatrocentos e oito mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e nove centavos), sendo o valor mensal de R\$ 1.061.627,91 (um milhão, sessenta e um mil, seiscentos e vinte e sete reais e noventa e um centavos) do Campus Recife, o valor mensal de R\$ 106.471,59 (cento e seis mil, quatrocentos e setenta e um reais e cinquenta e nove centavos) do Campus Vitória de Santo Antão e o valor mensal de R\$ 240.558,59 (duzentos e quarenta mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) do Campus

Agreste/Caruaru, **perfazendo o valor total anual de R\$ 16.903.897,06 (dezesseis milhões, novecentos e três mil, oitocentos e noventa e sete reais e seis centavos).**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestado, da ocorrência dos fatos geradores e do IMR – Instrumento de Medição de Resultados – constante do Termo de Referência (Anexo II deste Contrato).

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022 (LOA 2022 - Lei nº 14.303, de 21/01/2022 - Publicada no DOU de 24/01/2022) na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15233/152771 – UFPE / SSI

Fonte: Tesouro/Próprio;

Programa de Trabalho: código 12.364.5013.20RK.0026

Descrição: Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco

Elemento de Despesa: código: 3390-39

Descrição: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Item 18, do Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.2. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.2.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência, nos termos seguintes:

5.3.1. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas previstas na IN SEGES/MPDG Nº 05/2017.

5.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

5.3.3. No mesmo prazo, o fiscal administrativo deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

5.3.4. Os fiscais setoriais deverão elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.

5.3.5. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

5.3.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, administrativa, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

5.3.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

5.3.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

5.4. . O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo gestor contratual, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.5.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.6.1. o prazo de validade;

5.6.2. a data da emissão;

5.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

5.6.4. o período de prestação dos serviços;

5.6.5. o valor a pagar; e

5.6.6. . eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.8.1. não produziu os resultados acordados;

5.8.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.8.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.15.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

5.17. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.18. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

5.18.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do

percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

5.18.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

5.18.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

5.19. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

5.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$\left(\frac{6}{100} \right) \quad I = 0,00016438$$

$$I = (TX) \quad I = 365 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Item 20, do Termo de Referência, Anexo a este Termo de Contrato.

6.2. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

6.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.4. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.4.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.4.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.4.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.5. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.6. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.7. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.8.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.8.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.8.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos dos insumos diversos (Módulo 5 das Planilhas de Custos e Formação de Preços), adotando-se o Índice IPCA/IBGE;

6.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.12. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos

trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.14. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento indicado no **subitem 20.7.3 deste Termo**, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

6.14.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.14.2. as aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo. N

6.14.3. aso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. C

6.14.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

6.14.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

6.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.15.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar

data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6.20. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.21. Justifica-se a adoção das regras do reajustamento de preços amplo (repactuação/reajuste) nesta licitação, por contemplar serviços de natureza contínua com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de insumos diversos (Módulo 5 das Planilhas de Custos e Formação de Preços). As repactuações envolvendo materiais serão efetuadas com base no IPCA/IBGE, índice setorial oficial específico para os insumos diversos empregados na execução contratual, tais como: uniformes, materiais de consumo, materiais de média e longa duração, equipamentos e outros.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no Item 21, do Termo de Referência, Anexo a este Termo de Contrato.

7.2. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

7.3. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

7.3.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

7.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

7.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.5.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.5.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

7.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

7.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

7.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.12. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.13. Será considerada extinta a garantia:

7.13.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.13.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.15. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

7.16. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

7.16.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

7.17. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E GESTÃO/FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos nos Itens: 7, 8 e 16 do Termo de Referência, anexo a este Termo de Contrato.

8.2. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.2.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.2.1.1.1. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira, e nos sábados de quatro horas, bem como de escala de revezamento de 12h X 36h. As escalas de horário de trabalho do efetivo devem atender as necessidades operacionais dos serviços, conforme disposto nas tabelas dos subitens 1.3.1; 1.3.2 e 1.3.3 do Termo de Referência. Em Segurança fala-se no termo “serviço diuturno”. Diferentemente do perene que caracteriza outros serviços contratados, ser diuturno significa que não existe nenhuma previsão de lapso temporal, tratando-se de uma dinâmica de 24 horas, de segunda-feira a segunda-feira, os sete dias de semana, quer seja dia útil, final de semana, madrugada ou feriado. Devido a essa característica da atividade de segurança a ser mantida no âmbito da UFPE e dos horários de trabalho dispostas nos postos, a Contratada deverá pagar o adicional denominado de Intrajornada, àqueles profissionais submetidos ao regime de escala denominado “plantonista” e “diarista”. A contratada deve distribuir o quantitativo profissional de modo a assegurar a execução dos serviços nos turnos de funcionamento da UFPE, compreendendo os horários contratados.

8.2.1.1.2. Na gestão dos profissionais envolvidos nas atividades do objeto do Edital, Termo de Referência e deste Termo de Contrato, para a plena execução das atividades, a CONTRATADA deverá oferecer treinamento e capacitação aos seus profissionais, de modo a assegurar a execução a contento dos serviços a serem prestados, em conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

8.2.1.2. Os profissionais designados para a execução dos serviços deverão:

8.2.1.2.1. Atender às exigências de assiduidade e pontualidade, de modo a não comprometer a periodicidade estabelecida para a execução dos serviços contratados;

8.2.1.2.2. Participar de treinamento e capacitação oferecidos ao longo da execução contratual; fazer uso dos insumos, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual quando da execução dos serviços, disponibilizados pela empresa contratada em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência;

8.2.1.2.3. Evitar fazer uso de aparelho de comunicação (celular, tablete, smartphone, caixas de som portátil e similares, bem como outros porventura massificados ao longo da execução contratual) durante a execução dos serviços, visando a comprometer a execução dos serviços. O uso de aparelho de comunicação pessoal será permitido aos profissionais durante o expediente laboral, apenas para tratar de assuntos familiares urgentes.

8.2.1.2.4. Evitar uso de drogas lícitas (como cigarro e bebidas alcoólicas) ou ilícitas nas dependências da UFPE;

8.2.1.2.5. Evitar atender ordens de servidores da UFPE, sobretudo as alheias à execução dos serviços a serem contratados, devendo se reportar única e exclusivamente ao supervisor e/ou preposto da empresa contratada com a qual mantém vínculo empregatício;

8.2.1.2.6. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da UFPE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato a ser firmado.

8.2.1.3. São direitos dos profissionais alocados à execução dos serviços:

- a) Executar estritamente os serviços inerentes à função para o qual foi contratado(a);
- b) Recebimento das obrigações trabalhistas devidas em função das atividades profissionais exercidas, em conformidade com a legislação pertinente;
- c) A obtenção dos direitos exigidos pelas *alíneas “e”, “f” e “g” do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017.*

O cumprimento dos deveres e disciplina exigidos dos profissionais alocados à execução dos serviços, bem como dos direitos que lhes forem assegurados por lei, serão exigidos da empresa contratada durante toda a execução contratual.

8.2.2. A execução dos serviços será iniciada dentro de **5(cinco) dias úteis** a partir do recebimento da primeira Ordem de Serviço.

8.2.3. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8.2.4. Não será permitida a participação de empresa reunida em consórcio que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, pois não se trata de contratação de grande vulto, considerando o disposto *no inciso V do artigo 6º da Lei n.º 8.666/1993*;

8.2.5. Também não será permitida a participação de Cooperativas, por se tratar de contratação de serviços que demandam execução em estado de subordinação em relação ao fornecedor dos serviços e se referirem a atividade terceirizada indicada pela **alínea “c”** da cláusula primeira do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, a constar como anexo do edital

8.2.6. Rotinas dos serviços conforme anexo IV do Termo de Referência.

8.3. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.3.1. A gestão do Contrato, compreendendo o acompanhamento e a fiscalização de sua execução, ficará a cargo da Superintendência de Segurança Institucional da UFPE, sendo:

8.3.1.1. Gestão contratual: EDINALDO FELIX DA SILVA, SIAPE 1131943, e-mail: edinaldo.silva@ufpe.br sendo substituto por OLIVIA DE ALBUQUERQUE PESSOA, SIAPE 1131119, e-mail: olivia.pessoa@ufpe.br

8.3.2. Fiscalização administrativa:

8.3.2.1. Fiscalização administrativa do contrato campus Recife:
FAUSTO JOSÉ DA LUZ CARDOSO, SIAPE 3191878, e-mail fausto.cardoso@ufpe.br, sendo substituto por PAULO DE LIRA SILVA, SIAPE 1131955.

8.3.2.2. Fiscalização administrativa do contrato campus Vitória:
JOSÉ ALEXANDRE CAVALCANTE JUNIOR, SIAPE 2191986, e-mail alexandreecavalcante@hotmail.com, sendo substituído por MARCO ANTÔNIO VELOSO DA COSTA, SIAPE 1960095, e-mail marcoufpe@yahoo.com.br

8.3.2.3. Fiscalização administrativa do contrato campus Caruaru:
SAMUEL KISSEMBERG DA MACENA RIBEIRO, SIAPE 1561495, e-mail samuel.ribeiro@ufpe.br, sendo substituído por EMANOEL FRANCISCO DO SANTOS, SIAPE 1675165, e-mail emanoel.santos@ufpe.br.

8.3.3. Fiscalização técnica

8.3.3.1. Fiscalização técnica no campus Recife: PAULO PINTO DE OLIVEIRA, SIAPE 1133857, e-mail: inspetoria.ssi@ufpe.br, sendo substituídos por GESSE FERNANDES DE LIRA, Matrícula SIAPE nº 1134015.

8.3.3.2. Fiscalização técnica no campus Vitória de Santo Antão:
CARLOS ANDRÉ SILVA DO NASCIMENTO, SIAPE: 2154564, email carlos.silvanascimento@ufpe.br, sendo substituídos por MARCO ANTÔNIO VELOSO DA COSTA, SIAPE 1960095, e-mail marcoufpe@yahoo.com.br

8.3.3.3. Fiscalização técnica no campus Caruaru: FRANKLAND MOURA E SILVA, SIAPE 2058372, e-mail frankland.silva@ufpe.br, sendo substituídos por ELIANE LUIZ DA SILVA, SIAPE 41744.

8.3.4. Os fiscais técnicos terão livre acesso aos locais de trabalho da mão de obra da Contratada, observando-se o disposto no Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização.

8.3.5. Os servidores designados pela gestão e fiscalização contratuais terão seus nomes ratificados mediante portaria de designação do Magnífico Reitor, conforme orienta o Tribunal de Contas da União;

8.3.6. Para a designação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização observar-se-á a formação acadêmica ou técnica dos mesmos, a segregação entre as funções de gestão e de fiscalização do contrato, bem como o comprometimento concomitante com outros serviços ou contratos, de forma a evitar que o fiscal responsável fique sobrecarregado devido a muitos contratos sob sua responsabilidade.

8.3.7. Caberá aos Gestores:

8.3.7.1. Solicitar à contratada ou a seu preposto, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

8.3.7.2. Realizar uma reunião inicial, após a assinatura deste Contrato, antes do início da execução contratual, com o preposto designado pela CONTRATADA, conjuntamente com a Fiscalização Administrativa, Setorial e Técnica, registrada em Ata, para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução dos serviços pela CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

8.3.7.3. Realizar reuniões periódicas com o preposto da CONTRATADA, conjuntamente com a Fiscalização Administrativa e Técnica, registrada em Ata, de modo a garantir a qualidade da execução e o domínio dos resultados e processos já desenvolvidos pelo pessoal da CONTRATADA;

8.3.7.4. Assegurar-se de que o número de profissionais alocados e a alocação dos recursos são necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato, é suficiente para a execução dos serviços previstos em conformidade com as especificações estabelecidas e aos padrões de qualidade e eficiência requeridos, não permitindo a execução de tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

8.3.7.5. Adotar registro documental de ocorrências de todas as não conformidades ao contrato a ser firmado, detectadas pela Fiscalização, conforme o disposto no artigo 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3.7.6. Exigir da CONTRATADA a correção das falhas verificadas, bem como a substituição de profissionais cuja conduta ou desempenho mostrem-se insatisfatórios;

8.3.7.7. Recomendar, por escrito, à CONTRATANTE, mediante a Diretoria de Licitações e Contratos – DLC da Pró-Reitoria de Gestão Administrativa – PROGEST, a aplicação das sanções contratuais que se tornarem cabíveis, pelo desatendimento ou descumprimento pela contratada das obrigações contratuais.

8.3.7.8. Emitir pareceres em todos os atos da CONTRATANTE relativos à execução deste Contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações;

8.3.7.9. Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida;

8.3.7.10. Providenciar instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

8.3.7.10.1.1. Os resultados alcançados em relação à empresa CONTRATADA, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

8.3.7.10.1.2. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

8.3.7.10.1.3. A adequação dos serviços prestados;

8.3.7.10.1.4. O cumprimento das demais obrigações decorrentes deste Contrato.

8.3.7.11. Liberar fatura (nota fiscal) para pagamento após o recebimento provisório por parte fiscalização técnica e administrativa, verificação dos itens cabíveis a gestão e recebimento definitivo;

8.3.7.12. Oficiar, por escrito, ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil – RFB irregularidades identificadas no recolhimento das contribuições previdenciárias por parte da empresa contratada, bem como ao Ministério do Trabalho e Emprego, as identificadas em relação ao recolhimento do FGTS, juntando aos autos do processo administrativo respectivo, cópias dos expedientes trocados entre a CONTRATANTE e àqueles órgãos (TCU – Acórdão 1214/2013-Plenário);

8.3.7.13. Reter, até que a empresa contratada comprove o pagamento das verbas rescisórias ou dos documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho:

8.3.7.13.1. a garantia contratual, conforme artigo 56 da Lei nº 8.666, de 1993, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela contratada, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela CONTRATANTE, nos termos da legislação que rege a matéria; e

8.3.7.13.2. os valores das faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

8.3.8. A fiscalização dar-se-á, também, pelo público usuário (discentes, docentes e técnicos administrativos em educação da UFPE), mediante pesquisa de satisfação em formato concebido pela Superintendência de Segurança Institucional, com o objetivo de auferir os resultados da prestação dos serviços, os procedimentos utilizados pela contratada e outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto contratual.

8.3.9. A fiscalização será exercida no interesse da UFPE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se, quando destes for apurado ação ou omissão funcional, na forma e para os efeitos legais.

8.3.10. A atuação da fiscalização, em qualquer circunstância, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela boa execução dos serviços.

8.3.11. A comunicação entre os gestores da UFPE e os prepostos da empresa a ser contratada dar-se-á preferencialmente por escrito, em expediente datado e assinado, estabelecendo-se prazo para resposta sendo destinatário a UFPE ou a contratada. Visando à celeridade dos procedimentos porventura a serem providenciados, a comunicação poderá ocorrer mediante mensagens eletrônicas;

8.3.12. A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado, em conformidade com os fatores estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), Anexo VII deste Termo de Referência.

8.3.13. Os serviços da CONTRATADA serão avaliados por meio de 02 (Dois) indicadores de qualidade:

- a. Verificação de Insumos;
- b. Não Reposição de pessoal ausente.

8.3.14. A equipe gestora do contrato enviará à contratada o resultado da avaliação mensal dos indicadores até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, para que a empresa prestadora dos serviços possa emitir a devida fatura mensal.

8.3.15. No primeiro mês do contrato o IMR terá caráter educativo, para adaptação da CONTRATADA ao instrumento, não tendo impacto financeiro nas adequações de pagamento.

8.3.16. A contratada deverá manter registro diário de frequência e desenvolver um programa de controle de qualidade visando a eliminar ou a minimizar as desconformidades porventura detectadas mensalmente ao longo da execução contratual.

8.3.17. Após o recebimento definitivo dos serviços, conforme previsto nos artigos 49 e 50 da IN SEGES/MP nº 05, de 2017 e em conformidade com o anexo XI daquela Instrução Normativa, o gestor do contrato deve instruir o processo de pagamento com a Fatura e os demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços, encaminhando-os à Tesouraria do Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF da UFPE, para pagamento, observadas as demais condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório.

8.3.18. O cumprimento das obrigações definidas para a fiscalização (técnica e administrativa) e para a gestão do contrato a ser firmado, constituir-se-á em procedimento de verificação do igual cumprimento da obrigação da contratada de manter, durante todo o período de execução do contrato, todas as condições de contratação atendidas pela mesma à época da assinatura contratual.

8.3.19. As sanções, glosas e condições para rescisão contratual, bem como as multas por atraso injustificado para início ou atraso durante a execução da

prestação dos serviços, estão definidas no item 22 do Termo de Referência, replicada na cláusula 10ª deste Termo de Contrato.

8.4. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.4.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

8.4.2. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário; III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV – *Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e*

V – *Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, nos termos do subitem 8.3.12, observando-se o que dispõe o subitem 9.16, deste Termo de Contrato, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.*

8.4.3. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

8.4.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão

do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

8.4.5. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

8.4.6. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

- a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
- a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

- b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

- c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

- c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - d.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

8.4.7. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

8.4.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

8.4.9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 8.4.6. acima deverão ser apresentados.

8.4.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficial à Receita Federal do Brasil (RFB).

8.4.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficial ao Ministério do Trabalho.

8.4.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

8.4.13. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

8.4.14. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

8.4.14.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

- a) Será os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos;
- b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
- c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
- e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
- f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
 - g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
 - g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
 - g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

8.4.14.2.

Fiscalização mensal (a ser feita

antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4.14.3. Fiscalização diária:

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

8.4.15. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

8.4.15.1. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

8.4.16. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

8.4.16.1. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

8.4.17. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

8.4.18. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo VII deste Termo, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.4.18.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4.19. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.4.20. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.4.21. E m hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.4.22. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.4.23. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.4.24. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.4.25. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.4.26. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.4.27. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4.28. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que

contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.4.29. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4.30. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4.31.

C

aso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

8.4.31.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

8.4.31.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

8.4.31.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

8.4.32. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

8.4.33. A fiscalização de que trata ou este Termo de Contrato, ou Termo de Referência, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4.34. As disposições previstas neste Termo de Contrato ou Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Item 12 e 13, do Termo de Referência, anexo I a este Contrato ~~de Edital~~.

9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.2.1. . Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.2.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.2.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

9.2.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.2.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.2.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.2.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.2.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.2.7.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.2.7.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.2.8. fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

9.2.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

9.2.8.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

9.2.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

9.2.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de **30 (trinta) dias**, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

9.2.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

- 9.2.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.2.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.2.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 9.2.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado. **Fiscalização pelo Público Usuário**
- 9.2.16. Implementar método de fiscalização pelo público usuário, conforme previsto no **subitem 9.2.17** deste Termo, em até 60 (sessenta) dias após a assinatura contratual.

- 9.2.17.1. O acompanhamento sistemático dos trabalhos e a implementação desse método de fiscalização contratual pelo usuário no prazo indicado, caberão à Superintendência de Segurança Institucional (SSI).

9.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.3.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 9.3.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.3.3.** Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.
- 9.3.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.3.5.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.3.6.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.3.7.** Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.3.8.** Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.3.9. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº. 5/2017:

9.3.9.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

9.3.9.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

9.3.9.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

9.3.9.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

9.3.9.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

9.3.10. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

9.3.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: **1)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; **3)** certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9.3.12. Substituir, no prazo de **3(Três) horas**, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

9.3.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

9.3.13.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

9.3.14. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante.

Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.3.15. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.3.15.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

9.3.16. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.3.17. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.3.18. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

9.3.19. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.3.20. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.3.20.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.3.20.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.3.20.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.3.21. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

9.3.22. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.3.23. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

9.3.23.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao

inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

9.3.23.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

9.3.23.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

9.3.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.3.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.3.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.3.27. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.3.28. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

9.3.28.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.3.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3.30. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.3.31. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

9.3.32. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.3.33. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.3.34. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

9.3.35. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.3.36. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

9.3.37. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

9.3.38. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.3.39. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.3.40. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.3.41. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3.42. Entregar à fiscalização administrativa da Contratada, as documentações e comprovações dispostas no **subitem 8.4.6** deste Termo de Contrato.

9.3.42.1. Havendo contratações de novos empregados atender ao solicitado no **subitem 8.4.6** deste Termo.

9.3.43. Atender aos requisitos de sustentabilidade dispostos no **subitem 5.5** do Termo de Referência.

9.3.44. *A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.*

9.3.44.1. *O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.*

9.3.44.2. *Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.*

9.3.44.3. *Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.*

9.3.45. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.*

9.3.46. Disponibilizar profissionais vigilantes a serem alocados aos serviços com os seguintes requisitos nos termos do art. 16 e 17 da Lei nº 7.102/83:

Art. 16. Para o exercício da profissão, o vigilante preencherá os seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro;
- II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- III - ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
- IV - ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei;
- V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;
- VI - não ter antecedentes criminais registrados; e
- VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Parágrafo único - O requisito previsto no inciso III deste artigo não se aplica aos vigilantes admitidos até a publicação da presente Lei

Art. 17. O exercício da profissão de vigilante requer prévio registro no Departamento de Polícia Federal, que se fará após a apresentação dos documentos comprobatórios das situações enumeradas no art. 16.

9.3.47 Obrigar-se-á, ainda, a Contratada:

a) Comprovar a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de Certificado de Curso de

Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;

b) Dispor, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão de obra nos Postos relacionados no Anexo II, nos horários fixados na escala de serviço, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os Postos conforme o estabelecido;

c) Apresentar à fiscalização, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após o início da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

c.1) relação nominal dos empregados e prepostos utilizados na execução dos serviços contratados, por campi, contendo nome completo; nº da identidade, órgão expedidor e data de expedição do RG; Carteira de Saúde ou equivalente e endereço residencial, acompanhada de documentação probatória do vínculo empregatício, mantendo-a atualizada sempre que houver alterações do seu efetivo ou remanejamento;

c.2) apólice de seguro de vida em grupo;

c.3) Comprovação para autorização para compras de armas em Pernambuco;

d) Implantar e gerir de forma adequada à planificação permanente dos serviços, dentro da sistemática estabelecida neste termo de referência e de modo a assegurar-lhes o nível de qualidade e eficiência necessárias; e) Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização por parte da UFPE, através de seus órgãos de controle, promovendo fácil acesso aos serviços em prestação, bem como atender prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização;

f) Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

g) Fornecer uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida, conforme abaixo descrito, observado o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho:

QUANTIDADE	NATUREZA	DISCRIMINAÇÃO
Um por vigilante	Permanente	Revolver Calibre 38

Um por vigilante	Permanente	Rádio de comunicação de alcance mínimo de 5.000m
Duas por vigilante	Consumo	Calça
Duas por vigilante	Consumo	Camisa de mangas compridas e curtas
Um por vigilante	Consumo	Cinto de Nylon
Um por vigilante	Consumo	Par de Coturno
Dois por vigilante	Consumo	Pares de Meias
Um por vigilante	Consumo	Boné com emblema
Duas por vigilante	Consumo	Jaqueta de frio ou Japona
Um por vigilante	Consumo	Capa de chuva
Um por vigilante	Consumo	Crachá
Um por vigilante	Consumo	Cinto com coldre e baleiro
Uma por vigilante noturno	Consumo	Lanterna com pilhas
Um por vigilante	Consumo	Cordão de Apito
Um por vigilante	Consumo	Apito
Um por vigilante	Consumo	Colete a prova de bala
Um por vigilante	Consumo	Porta Cassetete
Um por vigilante	Consumo	Cassetete
Um por localidade	Consumo	Livro de Ocorrência
Um por vigilante	Consumo	Distintivo tipo Broche
Conforme a arma	Consumo	Munição calibre 38
Um por vigilante motorizado	Permanente	Moto para o vigilante com combustível
Um por vigilante motorizado	Permanente	Capacete
Um por vigilante	Consumo	Bota motociclista

- h) A Contratada fornecerá ao pessoal em serviço os equipamentos de proteção individual – EPI – conforme Lei nº. 6.514/77 e Portaria nº. 3.214/78 do Ministério do Trabalho (NR 06), caso sejam necessários;
- i) Os rádios transceptores deverão ser ajustados à **frequência DTMF** da Superintendência de Segurança Institucional da UFPE, em número correspondente aos vigilantes contratados.
- j) A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados;
- k) Apresentar à UFPE a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizadas pela mão-de-obra nos Postos;
- l) Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos Postos;
- m) Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;
- n) Apresentar carteira de habilitação para moto, conforme o Código Brasileiro de Trânsito;
- o) Prever toda a mão de obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

- p) Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão de obra oferecida para atuar nas instalações da UFPE;
- q) O efetivo de mão de obra especificada será mantido pela contratada independentemente do afastamento de qualquer trabalhador, quer por férias, quer por licença médica ou por qualquer outro fator, procedendo-se a imediata substituição do afastado, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- r) Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela UFPE, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma;
- s) Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
- t) Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da UFPE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- u) Relatar à UFPE toda e qualquer irregularidade observada nos Postos de Serviço e nas instalações onde houver prestação dos serviços;
- v) A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da UFPE ou das pessoas, depois de esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;
- w) Evitar situações que gerem inquietação ou agitação por parte dos seus empregados no local de execução dos serviços, em especial as pertinentes a atrasos no pagamento de salários e no fornecimento de vale-transporte e vale alimentação;
- x) Providenciar as faturas mensais, por campi acompanhados de comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) correspondente ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado (§ 4º, art. 31, da Lei nº 9.032/95) e do regular pagamento dos salários, vale transporte e alimentação referente ao mês;
- y) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativas do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, durante a sua vigência, de acordo com o § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações;
- z) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.3.48. Além disso, obriga-se, ainda, a Contratada: Cumprir os requisitos estabelecidos nos subitens: 5.2.1.1; 5.2.1.4.1 e 5.2.1.4.6 do Termo de Referência

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Item 22, do Termo de Referência, anexo a este Termo de Contrato ~~de Edital~~.

10.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 10.2.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.2.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.2.3.** falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 10.2.4.** comportar-se de modo inidôneo; ou
- 10.2.5.** cometer fraude fiscal.

10.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.3.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

10.3.2. Multa de:

10.3.2.1. .1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.3.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

10.3.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

10.3.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

10.3.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

10.3.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.3.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

10.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no **subitem 10.2** deste Termo de Referência Contrato.

10.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; As sanções previstas nos subitens 10.3.1; 10.3.3, 10.3.4 e 10.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por Campus	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	3
6	Permitir a presença de profissionais sem uniformes, com uniformes sujos, manchados ou mal apresentados, por profissional e por dia	1
7	Atrasar na implantação de medidas corretivas exigidas pelo gestor do contrato ou na execução de outras obrigações contratuais, por dia;	1
8	Manter, em serviço, número de profissionais inferior ao contratado, por profissional e por dia	4

9	Descontar do salário dos seus profissionais os custos dos uniformes, calçados, equipamentos de proteção individual e insumos, por profissional	4
10	Não respeitar a estabilidade provisória de seus profissionais (gestantes e estabilidade acidentária), por profissional e por ocorrência	5
11	Atrasar o pagamento dos salários ou acréscimos decorrentes de lei, contrato ou dissídio, por ocorrência	1
Para os itens a seguir, deixar de:		
12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia	1
13	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	2
14	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, inclusive por prática de discriminação de raça, gênero e/ou opção sexual, por funcionário e por dia	1
15	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	3
16	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato	1
17	Providenciar treinamento e capacitação aos seus funcionários nos termos exigidos, de modo a qualificá-los a melhor lidar com a diversidade e a pluralidade do público acadêmico	1
18	Fornecer equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, por ocorrência	5

19	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por ocorrência	5
20	Recolher as contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura, por ocorrência	5
21	Entregar os vales-transportes e/ou vale refeição nas datas avençadas a todo o elenco profissional, por ocorrência	5
22	Fornecer aos profissionais os Equipamentos de Proteção Individual exigidos, bem como aqueles que porventura passem a ser exigíveis por força de Lei ou Convenção, por profissional e por ocorrência	2
23	Apresentar mensalmente a escala de férias do elenco empregado, por profissional e por ocorrência	2
24	Tomar medidas necessárias ao atendimento de profissionais acidentados ou com mal súbito, inclusive atendimento em caso de emergência, por profissional	4
25	Observar as determinações da UFPE quanto à permanência e circulação dos profissionais fora do local de execução dos serviços, durante o expediente laboral, por ocorrência	1
26	Prestar esclarecimentos à UFPE, por ocorrência	1
27	Notificar à UFPE, previamente, sobre qualquer transferência ou substituição de pessoal, por profissional	3
28	Comunicar por escrito à UFPE, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade observada quando da prestação dos serviços, por ocorrência	1

10.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de

1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.3. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.4. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Recife, 31 de janeiro de 2022.

CONTRATANTE

Prof. Alfredo Macedo Gomes
Reitor
RG nº 2.680.490 SSP/PE

CONTRATADA

Heberty Emmanoel de Aguiar Ramos Brasileiro
Diretor Administrativo Operacional
RG nº 3.911.663 SSP/PB

TESTEMUNHAS:

1ª _____ CPF Nº _____

2ª _____ CPF Nº _____

SÃO ANEXOS DO CONTRATO:

Anexo I: Proposta da Contratada

Anexo II: Termo de Referência

Anexo III: Modelo de Ordem de Serviço

Anexo IV: Modelo de autorização complementar ao Contrato nº 03/2022 para a utilização da garantia e de pagamento direto. (conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017);

Anexo I: Proposta da Contratada



ANEXO V - Planilha de Custos e Formação de Preços

IDENTIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL:	TKS SEGURANÇA PRIVADA LTDA
ENDEREÇO:	RUA ALUIZIO DE AZEVEDO 262 - SANTO AMARO - RECIFE PE
TELEFONE:	81 3032.9763
EMAIL:	FERNANDA.ALVES@TKSSEGURANCA.COM.BR

A	B	C	D	G	H	I	J	K	L
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	CATSER	Cide. de Postos	Total Prof.	Custo Unitário do Provisório Mens	Custos Mensais da Contratação por posto (J= H x I) (Total de profissionais X custo unitário do profissional mês) R\$	Valor unitário da Contratação por Posto (K= C x I) (Quantidade de vigilante no posto X custo unitário do profissional mês) R\$	Custos Global do Posto (Anual do Posto) (L= J x 12) (custo mensais do posto X 12 meses) R\$
	1	Posto 1: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 19h00min, e 4 horas no sábado, das 8 às 12 horas, totalizando 44 horas semanais, com 01 vigilante.	24015	6	6	R\$ 4.997,54	R\$ 29.985,27	R\$ 29.985,27	R\$ 359.823,20
	2	Posto 2: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 19h00min às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	24015	6	12	R\$ 5.141,71	R\$ 61.700,55	R\$ 61.700,55	R\$ 740.406,60
	3	Posto 3: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	4	8	R\$ 4.642,15	R\$ 37.137,24	R\$ 37.137,24	R\$ 445.646,85
	4	Posto 4: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	6	12	R\$ 5.175,43	R\$ 62.105,19	R\$ 62.105,19	R\$ 745.262,30
	5	Posto 5: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 19h00min, e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 01 vigilante.	24015	20	20	R\$ 4.534,20	R\$ 90.683,90	R\$ 90.683,90	R\$ 1.088.206,83
	6	Posto 6: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 19h00min às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12h00min às 16:00min, totalizando 44 horas semanais com 01 vigilante.	24015	15	15	R\$ 4.736,88	R\$ 71.083,25	R\$ 71.083,25	R\$ 852.998,96
	7	Posto 7: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	34	68	R\$ 4.178,29	R\$ 284.123,61	R\$ 284.123,61	R\$ 3.409.483,36
	8	Posto 8: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19 horas às 07:00 horas, (envolvendo 04 vigilantes)	24015	21	84	R\$ 4.772,61	R\$ 400.899,52	R\$ 400.899,52	R\$ 4.810.794,18
	9	Posto 9: Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	1	2	R\$ 5.506,92	R\$ 11.013,84	R\$ 11.013,84	R\$ 132.166,11
1	10	Posto 10: Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	1	2	R\$ 6.447,77	R\$ 12.895,54	R\$ 12.895,54	R\$ 154.746,52

Fernanda Felix
Gerente Comercial
ID 328906

11	Posto 11: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 04 vigilantes).	24015	3	12	R\$ 4.139,15	R\$ 49.669,79	R\$ 49.669,79	R\$ 596.037,42
12	Posto 12: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19 horas às 07.00 horas (envolvendo 04 vigilantes).	24015	3	12	R\$ 4.733,48	R\$ 56.801,80	R\$ 56.801,80	R\$ 681.621,60
13	Posto 13: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 8 às 12 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	24015	2	4	R\$ 4.868,07	R\$ 19.472,28	R\$ 19.472,28	R\$ 233.667,36
14	Posto 14: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	24015	2	4	R\$ 5.219,54	R\$ 20.878,16	R\$ 20.878,16	R\$ 250.537,92
15	Posto 15: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	3	6	R\$ 4.565,74	R\$ 27.394,44	R\$ 27.394,44	R\$ 328.733,28
16	Posto 16: Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 19.00h, às 07.00h (envolvendo 02 vigilantes).	24015	2	4	R\$ 5.157,41	R\$ 20.629,62	R\$ 20.629,62	R\$ 247.555,47
17	Posto 17: Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	1	2	R\$ 4.565,74	R\$ 9.131,48	R\$ 9.131,48	R\$ 108.577,76
18	Posto 18: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19.00h, às 07.00h (envolvendo 04 vigilantes).	24015	4	16	R\$ 4.160,23	R\$ 66.563,65	R\$ 66.563,65	R\$ 798.763,82
19	Posto 19: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 04 vigilantes).	24015	4	16	R\$ 4.780,56	R\$ 76.488,96	R\$ 76.488,96	R\$ 917.867,52
<div> <div> DESCRIÇÃO COMPLETA </div> <div> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância ostensiva armada (motorizada, posto estático de vigilância e predial) e de suprimento operacional desarmada, sob os regimes de escala diurnas/noturnas, para atender os campi Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), incluindo mão de obra, uniformes, insumos necessários à execução dos serviços e equipamentos de proteção individual </div> </div> <div> <div> PREÇOS MENSAIS </div> <div> R\$ 1.408.658,09 </div> </div> <div> <div> PREÇOS GLOBAIS </div> <div> R\$ 16.903.897,06 </div> </div>								

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO

SIN EMP EMPR SV TRAB TRANVA SV EMPR PEES G FO ESP SV PE, CNPJ n. 10.980.199/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE INACIO CASSIANO DE SOUZA, E SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ n. 24.417.867/0001-05, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). AGOSTINHO RODRIGA GOMES,

Fernando Felix
Gerente Comercial
ID:222999005

QUANTIDADE DE PESSOAL	
Função	Quantidade
Vigilante - CBO 5173-30	301
Supervisor de vigilância - CBO 5103-10	4

Declaramos que nos valores propostos está incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciário, tributário, comercial e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento da Planilha de Custo e Formação de Preço.

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Fernanda F. F. Alves

Fernanda Felix Alves
Gerente
Rg: 5.319.011
CPF: 008.120.814-63

Fernanda Felix
Gerente Comercial
ID 328906



ANEXO V - Planilha de Custos e Formação de Preços

IDENTIFICAÇÃO									
RAZÃO SOCIAL:		TKS SEGURANÇA PRIVADA LTDA							
ENDEREÇO:		RUA ALUIZIO DE AZEVEDO 262 - SANTO AMARO - RECIFE PE							
TELEFONE:		81 3032.9763							
EMAIL:		FERNANDA.ALVES@TKSSEGURANCA.COM.BR							

A	B	C	D	G	H	I	J	K	L
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	CATSER	Qtde. de Postos	Total Prof.	Custo Unitário do Profissional Mês	Custos Mensais da Contratação por posto (J= H x I) (Total de profissionais X custo unitário do profissional mês) R\$	Valor unitário da Contratação por Posto (K= C x I) (Quantidade de vigilante no posto X custo unitário do profissional mês) R\$	Custos Global do Posto (Anual do Posto) (L = J x 12) (custo mensais do posto X 12 meses) R\$
1	1	Posto 1: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min. às 15h00min., e 4 horas no sábado, das 8 às 12 horas, totalizando 44 horas semanais, com 01 vigilante.	24015	6	6	R\$ 4,997.54	R\$ 29,985.27	R\$ 29,985.27	R\$ 359,823.20
	2	Posto 2: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min. às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	24015	6	12	R\$ 5,141.71	R\$ 61,700.55	R\$ 61,700.55	R\$ 740,406.60
	3	Posto 3: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	4	8	R\$ 4,642.15	R\$ 37,137.24	R\$ 37,137.24	R\$ 445,646.85
	4	Posto 4: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	6	12	R\$ 5,175.43	R\$ 62,105.19	R\$ 62,105.19	R\$ 745,262.30
	5	Posto 5: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min. às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 01 vigilante.	24015	20	20	R\$ 4,534.20	R\$ 90,683.90	R\$ 90,683.90	R\$ 1,088,206.83
	6	Posto 6: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12h00min às 16:00min, totalizando 44 horas semanais com 01 vigilante.	24015	15	15	R\$ 4,738.88	R\$ 71,083.25	R\$ 71,083.25	R\$ 852,998.96
	7	Posto 7: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	34	68	R\$ 4,178.29	R\$ 284,123.61	R\$ 284,123.61	R\$ 3,409,483.36
	8	Posto 8: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19 horas às 07:00 horas, (envolvendo 04 vigilantes)	24015	21	84	R\$ 4,772.61	R\$ 400,899.52	R\$ 400,899.52	R\$ 4,810,794.18
	9	Posto 9: Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	1	2	R\$ 5,506.92	R\$ 11,013.84	R\$ 11,013.84	R\$ 132,166.11
	10	Posto 10: Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	1	2	R\$ 6,447.77	R\$ 12,895.54	R\$ 12,895.54	R\$ 154,746.52

11	Posto 11: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 04 vigilantes).	24015	3	12	R\$ 4,139.15	R\$ 49,669.79	R\$ 49,669.79	R\$ 596,037.42
12	Posto 12: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19 horas às 07:00 horas (envolvendo 04 vigilantes).	24015	3	12	R\$ 4,733.48	R\$ 56,801.80	R\$ 56,801.80	R\$ 681,621.60
13	Posto 13: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 8 às 12 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	24015	2	4	R\$ 4,868.07	R\$ 19,472.28	R\$ 19,472.28	R\$ 233,667.36
14	Posto 14: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	24015	2	4	R\$ 5,219.54	R\$ 20,878.16	R\$ 20,878.16	R\$ 250,537.92
15	Posto 15: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	3	6	R\$ 4,565.74	R\$ 27,394.44	R\$ 27,394.44	R\$ 328,733.28
16	Posto 16: Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 19:00h. às 07:00h(envolvendo 02 vigilantes).	24015	2	4	R\$ 5,157.41	R\$ 20,629.62	R\$ 20,629.62	R\$ 247,555.47
17	Posto 17: Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	1	2	R\$ 4,565.74	R\$ 9,131.48	R\$ 9,131.48	R\$ 109,577.76
18	Posto 18: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19:00h. às 07:00h(envolvendo 04 vigilantes).	24015	4	16	R\$ 4,160.23	R\$ 66,563.65	R\$ 66,563.65	R\$ 798,763.82
19	Posto 19: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 04 vigilantes).	24015	4	16	R\$ 4,780.56	R\$ 76,488.96	R\$ 76,488.96	R\$ 917,867.52
DESCRIÇÃO COMPLETA							PREÇOS MENSAIS	PREÇOS GLOBAIS
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância ostensiva armada (motorizada, posto estático de vigilância e predial) e de supervisão operacional desarmada, sob os regimes de escala diarista/plantonista, para atender os campi Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), incluindo mão de obra, uniformes, insumos necessários à execução dos serviços e equipamentos de proteção individual							R\$ 1,408,658.09	R\$ 16,903,897.06

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO

SIN EMP EMPR SV TRAB TRANVA SV EMPR PESS C FO ESP SV PE, CNPJ n. 10.580.199/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE INACIO CASSIANO DE SOUZA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ n. 24.417.867/0001-05, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). AGOSTINHO ROCHA GOMES;

QUANTIDADE DE PESSOAL	
Função	Quantidade
Vigilante - CBO 5173-30	301
Supervisor de vigilância - CBO 5103-10	4

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES
Declaramos que nos valores propostos está incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciário, trabalhista, tributário, comercial e quaisquer outro que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento da Planilha de Custo e Formação de Preço.

ANEXO V - A - POSTO TIPO 1

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Dia 15 / 10 / 2021

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Recife
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 1: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min. às 15h00min., e 4 horas no sábado, das 8 às 12 horas, totalizando 44 horas semanais, com 01 vigilante.	VIGILANTE	6

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS

Mão de Obra

Mão de Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,302.35
B	Adcional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 390.71
Total de Remuneração		R\$ 1,693.06

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 141.03
B	Férias	R\$ 141.03
C	Adicional de Férias	R\$ 47.01
	Total	R\$ 329.07

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 404.43
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 50.55
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 80.92
D	SESC ou Sesi	1.50%	R\$ 30.33
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 20.22
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 12.13
G	INCRA	0.20%	R\$ 4.04
H	FGTS	8.00%	R\$ 161.77
	TOTAL	37.80%	R\$ 764.40

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 86.86
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 609.18
C	Assistência médica e familiar	R\$ 47.66
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$ 253.96
	Total	R\$ 1,006.66

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Nota 3: Na provisão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 40 do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 329.07
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 764.40
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1,006.66
Total		R\$ 2,100.13

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	7.11
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.57
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	1.05
D	Aviso prévio trabalhado	32.92
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2.63
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	44.29
TOTAL		R\$ 88.57

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 28.78
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 4.74
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0.34
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 5.59
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 2.37
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ 41.82

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	R\$ 41.49
B	Armamento	R\$ 10.76
C	Motocicleta/combustivel	R\$ 353.69
D	EPI	R\$ 14.31
E	Equipamento	R\$ 2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito.....)	R\$ 1.28
TOTAL		R\$ 424.21

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	2.94%	R\$ 127.95
B	Lucro	2.00%	R\$ 89.51
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 182.41
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 249.88
Total		22.24%	R\$ 649.75

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1,693.06
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2,100.13
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 88.57
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 41.82
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 424.21
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 4,347.79
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 649.75
Valor Total por Empregado		R\$ 4,997.54

ANEXO V - A - POSTO TIPO 2

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Dia 15 / 10 / 2021

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Recife
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 2: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min. às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	VIGILANTE	12

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS

Mão de Obra

Mão de Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,302.35
B	Adicional Noturno	R\$ 23.41
C	Adicional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 390.71
D	Hora Noturna Reduzida	R\$ 98.76

E	DSR	R\$ 5.43
Total de Remuneração		R\$ 1,820.65

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 151.66
B	Férias	R\$ 151.66
C	Adicional de Férias	R\$ 50.55
Total		R\$ 353.87

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 434.90
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 54.36
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 21.70
D	SESC ou SESI	1.50%	R\$ 32.62
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 21.75
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 13.05
G	INCRA	0.20%	R\$ 4.35
H	FGTS	8.00%	R\$ 173.96
TOTAL		37.80%	R\$ 756.69

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 86.86
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 609.18
C	Assistência médica e familiar	R\$ 47.66
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$ 253.96
Total		R\$ 1,006.66

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Nota 3: Na provisão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 4º do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 353.87
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 756.69
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1,006.66
Total		R\$ 2,117.22

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	7.65
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.61
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	1.13
D	Aviso prévio trabalhado	35.40
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2.83
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	63.36
TOTAL		R\$ 110.98

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 30.95
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 5.10
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0.36
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 6.01
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 2.55

F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ 44.97

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	R\$ 41.49
B	Armamento	R\$ 10.76
C	Motocicleta/combustivel	R\$ 353.69
D	EPI	R\$ 14.31
E	Equipamento	R\$ 2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito.....)	R\$ 1.28
TOTAL		R\$ 424.21

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1.92%	R\$ 86.82
B	Lucro	2.00%	R\$ 92.10
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 187.67
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 257.09
Total		21.22%	R\$ 623.68

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1,820.65
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2,117.22
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 110.98
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 44.97
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 424.21
	Subtotal (A + B +C+ D+E)	R\$ 4,518.04
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 623.68
Valor Total por Empregado		R\$ 5,141.71

ANEXO V - A - POSTO TIPO 3**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**Dia 15 / 10 / 2021**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)**

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Recife
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 3: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	VIGILANTE	8

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS**Mão de Obra****Mão de Obra vinculada à execução contratual**

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,302.35
B	Adcional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 390.71
Total de Remuneração		R\$ 1,693.06

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 141.03
B	Férias	R\$ 141.03
C	Adicional de Férias	R\$ 47.01
	Total	R\$ 329.07

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 404.43
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 50.55
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 80.92
D	SESC ou SESI	1.50%	R\$ 30.33
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 20.22
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 12.13
G	INCRA	0.20%	R\$ 4.04
H	FGTS	8.00%	R\$ 161.77
	TOTAL	37.80%	R\$ 764.40

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 34.36
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 415.35
C	Assistência médica e familiar	R\$ 47.66
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$ 173.15
	Total	R\$ 679.52

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Nota 3: Na provisão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 4º do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 329.07
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 764.40
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 679.52
Total		R\$ 1,772.99

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	7.11
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.57
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	1.05
D	Aviso prévio trabalhado	32.92
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2.63
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	58.92
TOTAL		R\$ 103.21

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 28.78
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 4.74
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0.34
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 5.59
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 2.37
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ 41.82

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	R\$ 41.49
B	Armamento	R\$ 10.76
C	Motocicleta/combustível	R\$ 353.69
D	EPI	R\$ 14.31
E	Equipamento	R\$ 2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência...)	R\$ 1.28
TOTAL		R\$ 424.21

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	3.03%	R\$ 122.17
B	Lucro	2.00%	R\$ 83.15
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 169.44
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 232.11
Total		22.33%	R\$ 606.87

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1,693.06
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1,772.99
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 103.21
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 41.82
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 424.21
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 4,035.29
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 606.87
Valor Total por Empregado		R\$ 4,642.15

ANEXO V - A - POSTO TIPO 4

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Dia 15 / 10 / 2021

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)
B	Município/UF
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida
Posto 4: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	VIGILANTE

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerni respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determina prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS

Mão de Obra

Mão de Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração
A	Salário Base
B	Adicional Noturno
C	Adicional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base
D	Hora Noturna Reduzida
E	DSR
Total de Remuneração	

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no per

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias
A	13º (Décimo Terceiro) Salário
B	Férias
C	Adicional de Férias
	Total

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporção de doze avos dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, as férias (letra B do submódulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)
A	INSS	20.00%
B	Salário Educação	2.50%
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%
D	SESC ou Sesi	1.50%
E	SENAI - SENAC	1.00%
F	SEBRAE	0.60%
G	INCRA	0.20%
H	FGTS	8.00%
	TOTAL	37.80%

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos vigentes.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco elevado. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários
A	Transporte
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)
C	Assistência médica e familiar
D	Seguro de vida, invalidez e funeral
E	Intervalo intrajornada
	Total

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo beneficiário).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho dispostos no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Nota 3: Na previsão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 4º do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições
2.3	Benefícios Mensais e Diários
	Total

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão
A	Aviso prévio Indenizado
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado
D	Aviso prévio trabalhado
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado
TOTAL	

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente pelas previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 20

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa

4.1	Substituto nas Ausências Legais
A	Substituto na cobertura de Férias
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)
TOTAL	

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos
A	Uniforme
B	Armamento
C	Motocicleta/combustível
D	EPI
E	Equipamento
F	Materiais (Livro de ocorrência...)
TOTAL	

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)
A	Custos Indiretos	1.92%
B	Lucro	2.00%
C	Tributos	8.65%
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%
Total		21.22%

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente
E	Módulo 5 - Insumos Diversos
Subtotal (A + B +C+ D+E)	
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro
Valor Total por Empregado	

ÃO)

10/15/2021
Recife
PE000059/2021

Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
12

ne às rubricas e suas

idos serviços que

Serviço de Vigilância
5173-30
R\$ 1,302.35
Vigilante
1/1/2021

Valor (R\$)
R\$ 1,302.35
R\$ 163.85
R\$ 390.71
R\$ 98.76
R\$ 55.99
R\$ 2,011.64

íodo de 6 meses.

Valor (R\$)	
R\$	167.57
R\$	167.57
R\$	55.86
R\$	391.00

onalmente 1/12 (um
 1strução Normativa

por sua vez é divido

o de 1993, a rubrica
 ional das férias

o (FGTS) e outras

Valor (R\$)	
R\$	480.53
R\$	60.07
R\$	22.34
R\$	36.04
R\$	24.03
R\$	14.42
R\$	4.81
R\$	192.21
R\$	834.43

ecidos pela legislação

e 3% risco grave.

mativa nº 7, de 2018)

Valor (R\$)	
R\$	34.36
R\$	415.35
R\$	47.66
R\$	9.00
R\$	207.78
R\$	714.15

lo empregado).

alho e atentar-se ao

rios

Valor (R\$)	
R\$	391.00
R\$	834.43
R\$	714.15
R\$	1,939.58

Valor (R\$)	
	8.45
	0.68
	1.25
	39.12
	3.13
	70.01
R\$	122.63
rubrica	

provisionado,

o , conforme as 18)

a nº 7, de 2018)

Valor (R\$)	
R\$	34.20
R\$	5.63
R\$	0.40
R\$	6.64
R\$	2.82
R\$	49.69

Valor (R\$)	
R\$	41.49
R\$	10.76
R\$	353.69
R\$	14.31
R\$	2.68
R\$	1.28
R\$	424.21

Valor (R\$)	
R\$	87.30
R\$	92.70
R\$	188.90
R\$	-
R\$	258.77
R\$	627.68

Valor (R\$)	
R\$	2,011.64
R\$	1,939.58
R\$	122.63
R\$	49.69
R\$	424.21
R\$	4,547.75
R\$	627.68
R\$	5,175.43

ANEXO V - A - POSTO TIPO 5

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Dia 15 / 10 / 2021

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Recife
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 5: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min. às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 01 vigilante.	VIGILANTE	20

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS

Mão de Obra

Mão de Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,302.35
B	Adcional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 390.71
Total de Remuneração		R\$ 1,693.06

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 141.03
B	Férias	R\$ 141.03
C	Adicional de Férias	R\$ 47.01
	Total	R\$ 329.07

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 404.43
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 50.55
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 80.92
D	SESC ou Sesi	1.50%	R\$ 30.33
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 20.22
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 12.13
G	INCRA	0.20%	R\$ 4.04
H	FGTS	8.00%	R\$ 161.77
	TOTAL	37.80%	R\$ 764.40

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 86.86
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 609.18
C	Assistência médica e familiar	R\$ 47.66
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$ 253.96
	Total	R\$ 1,006.66

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Nota 3: Na provisão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 40 do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 329.07
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 764.40
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1,006.66
Total		R\$ 2,100.13

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	7.11
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.57
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	1.05
D	Aviso prévio trabalhado	32.92
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2.63
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	44.29
TOTAL		R\$ 88.57

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 28.78
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 4.74
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0.34
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 5.59
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 2.37
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ 41.82

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	R\$ 41.49
B	Armamento	R\$ 10.76
D	EPI	R\$ 14.31
E	Equipamento	R\$ 2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito.....)	R\$ 1.28
TOTAL		R\$ 70.52

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1.67%	R\$ 66.67
B	Lucro	2.00%	R\$ 81.22
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 165.50
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 226.71
Total		20.97%	R\$ 540.09

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1,693.06
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2,100.13
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 88.57
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 41.82
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 70.52
	Subtotal (A + B +C+ D+E)	R\$ 3,994.10
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 540.09
Valor Total por Empregado		R\$ 4,534.20

ANEXO V - A - POSTO TIPO 6

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Dia 15 / 10 / 2021

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Recife
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 6: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12h00min às 16:00min, totalizando 44 horas semanais com 01 vigilante.	VIGILANTE	15

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS

Mão de Obra

Mão de Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,302.35
B	Adicional Noturno	R\$ 23.41
C	Adicional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 390.71
D	Hora Noturna Reduzida	R\$ 98.76

E	DSR	R\$ 5.43
Total de Remuneração		R\$ 1,820.65

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 151.66
B	Férias	R\$ 151.66
C	Adicional de Férias	R\$ 50.55
Total		R\$ 353.87

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 434.90
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 54.36
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 21.70
D	SESC ou SESI	1.50%	R\$ 32.62
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 21.75
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 13.05
G	INCRA	0.20%	R\$ 4.35
H	FGTS	8.00%	R\$ 173.96
TOTAL		37.80%	R\$ 756.69

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 86.86
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 609.18
C	Assistência médica e familiar	R\$ 47.66
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$ 253.96
Total		R\$ 1,006.66

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Nota 3: Na provisão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 4º do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 353.87
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 756.69
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1,006.66
Total		R\$ 2,117.22

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	7.65
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.61
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	1.13
D	Aviso prévio trabalhado	35.40
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2.83
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	63.36
TOTAL		R\$ 110.98

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 30.95
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 5.10
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0.36
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 6.01
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 2.55

F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ 44.97

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	R\$ 41.49
B	Armamento	R\$ 10.76
D	EPI	R\$ 14.31
E	Equipamento	R\$ 2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito.....)	R\$ 1.28
TOTAL		R\$ 70.52

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1.91%	R\$ 79.74
B	Lucro	2.00%	R\$ 84.88
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 172.97
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 236.94
Total		21.21%	R\$ 574.54

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1,820.65
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2,117.22
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 110.98
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 44.97
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 70.52
	Subtotal (A + B +C+ D+E)	R\$ 4,164.35
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 574.54
Valor Total por Empregado		R\$ 4,738.88

ANEXO V - A - POSTO TIPO 7**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**Dia 15 / 10 / 2021**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)**

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Recife
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 7: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	VIGILANTE	68

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS**Mão de Obra****Mão de Obra vinculada à execução contratual**

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,302.35
B	Adcional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 390.71
Total de Remuneração		R\$ 1,693.06

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 141.03
B	Férias	R\$ 141.03
C	Adicional de Férias	R\$ 47.01
	Total	R\$ 329.07

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 404.43
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 50.55
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 80.92
D	SESC ou SESI	1.50%	R\$ 30.33
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 20.22
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 12.13
G	INCRA	0.20%	R\$ 4.04
H	FGTS	8.00%	R\$ 161.77
	TOTAL	37.80%	R\$ 764.40

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 34.36
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 415.35
C	Assistência médica e familiar	R\$ 47.66
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$ 173.15
	Total	R\$ 679.52

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Nota 3: Na provisão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 40 do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 329.07
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 764.40
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 679.52
Total		R\$ 1,772.99

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	7.11
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.57
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	1.05
D	Aviso prévio trabalhado	32.92
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2.63
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	58.92
TOTAL		R\$ 103.21

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 28.78
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 4.74
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0.34
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 5.59
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 2.37
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ 41.82

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	R\$ 41.49
B	Armamento	R\$ 10.76
D	EPI	R\$ 14.31
E	Equipamento	R\$ 2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito.....)	R\$ 1.28
TOTAL		R\$ 70.52

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1.64%	R\$ 60.43
B	Lucro	2.00%	R\$ 74.84
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 152.51
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 208.91
Total		20.94%	R\$ 496.69

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1,693.06
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1,772.99
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 103.21
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 41.82
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 70.52
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 3,681.60
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 496.69
Valor Total por Empregado		R\$ 4,178.29

ANEXO V - A - POSTO TIPO 8

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Dia 15 / 10 / 2021

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Recife
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 8: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19 horas às 07:00 horas, (envolvendo 04 vigilantes)	VIGILANTE	84

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS

Mão de Obra

Mão de Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,302.35
B	Adicional Noturno	R\$ 163.85
C	Adicional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 390.71

D	Hora Noturna Reduzida	R\$ 98.76
E	DSR	R\$ 55.99
Total de Remuneração		R\$ 2,011.64

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 167.57
B	Férias	R\$ 167.57
C	Adicional de Férias	R\$ 55.86
Total		R\$ 391.00

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 480.53
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 60.07
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 22.34
D	SESC ou SESI	1.50%	R\$ 36.04
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 24.03
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 14.42
G	INCRA	0.20%	R\$ 4.81
H	FGTS	8.00%	R\$ 192.21
TOTAL		37.80%	R\$ 834.43

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 34.36
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 415.35
C	Assistência médica e familiar	R\$ 47.66
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$ 207.78
Total		R\$ 714.15

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Nota 3: Na provisão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 40 do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 391.00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 834.43
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 714.15
Total		R\$ 1,939.58

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	8.45
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.68
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	1.25
D	Aviso prévio trabalhado	39.12
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3.13
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	70.01
TOTAL		R\$ 122.63

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 34.20
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 5.63
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0.40
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 6.64
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 2.82
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ 49.69

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	R\$ 41.49
B	Armamento	R\$ 10.76
D	EPI	R\$ 14.31
E	Equipamento	R\$ 2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito.....)	R\$ 1.28
TOTAL		R\$ 70.52

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1.91%	R\$ 80.23
B	Lucro	2.00%	R\$ 85.49
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 174.20
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 238.63
Total		21.21%	R\$ 578.55

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2,011.64
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1,939.58
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 122.63
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 49.69
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 70.52
	Subtotal (A + B +C+ D+E)	R\$ 4,194.06
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 578.55
Valor Total por Empregado		R\$ 4,772.61

ANEXO V - A - POSTO TIPO 9

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Dia 15 / 10 / 2021

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Recife
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 9: Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	SUPERVISOR	2

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS

Mão de Obra

Mão de Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Supervisão de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5103-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Supervisor de Vigilância
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,856.76

B	Adcional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 557.03
C	Outros (especificar - informar percentual utilizado - ver Nota 2) 42.57%	
Total de Remuneração		R\$ 2,413.79

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

Nota 2: O Módulo 1 Letra C, **caso considerem gratificação para o Supervisor, o percentual máximo admitido será de 42,57%** sobre o salário base do vigilante.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 201.07
B	Férias	R\$ 201.07
C	Adicional de Férias	R\$ 67.02
	Total	R\$ 469.16

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 576.59
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 72.07
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 8.05
D	SESC ou SESI	1.50%	R\$ 43.24
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 28.83
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 17.30
G	INCRA	0.20%	R\$ 5.77
H	FGTS	8.00%	R\$ 230.64
	TOTAL	37.80%	R\$ 982.48

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 415.35

C	Assistência médica e familiar	R\$	47.66
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$	9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$	246.86
Total		R\$	718.87

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	469.16
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	982.48
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	718.87
Total		R\$	2,170.52

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)	
A	Aviso prévio Indenizado		10.14
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		0.81
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado		1.50
D	Aviso prévio trabalhado		46.93
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado		3.75
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado		84.00
TOTAL		R\$	147.14

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$	41.03
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$	6.76
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$	0.48
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$	7.97

E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$	3.38
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		
TOTAL		R\$	59.62

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)	
A	Uniforme	R\$	41.49
D	EPI	R\$	-
E	Equipamento	R\$	2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito...)	R\$	1.28
TOTAL		R\$	45.45

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1.97%	R\$ 95.42
B	Lucro	2.00%	R\$ 98.64
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 201.00
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 275.35
Total		21.27%	R\$ 670.40

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2,413.79
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2,170.52
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 147.14
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 59.62
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 45.45
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 4,836.52
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 670.40
Valor Total por Empregado		R\$ 5,506.92

ANEXO V - A - POSTO TIPO 10**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**Dia 15 / 10 / 2021**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)**

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Recife
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 10: Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	SUPERVISOR	2

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS**Mão de Obra****Mão de Obra vinculada à execução contratual**

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Supervisão de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5103-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Supervisor de Vigilância
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,856.76

B	Adicional Noturno	R\$ 233.59
C	Adicional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 557.03
D	Outros (especificar - informar percentual utilizado - ver Nota 2) 42.57%	
E	Hora Noturna Reduzida	R\$ 140.80
F	Outros (especificar) DSR	R\$ 79.82
Total de Remuneração		R\$ 2,868.00

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

Nota 2: O Módulo 1 Letra D, **caso considerem gratificação para o Encarregado, o percentual máximo admitido será de 42,57%** sobre o salário base do vigilante.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 238.90
B	Férias	R\$ 238.90
C	Adicional de Férias	R\$ 79.63
Total		R\$ 557.44

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 685.09
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 85.64
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 22.29
D	SESC ou SESI	1.50%	R\$ 51.38
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 34.25
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 20.55
G	INCRA	0.20%	R\$ 6.85
H	FGTS	8.00%	R\$ 274.04
TOTAL		37.80%	R\$ 1,180.09

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 415.35
C	Assistência médica e familiar	R\$ 47.66
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$ 296.24
Total		R\$ 768.25

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 557.44
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1,180.09
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 768.25
Total		R\$ 2,505.78

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	12.05
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.96
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	1.78
D	Aviso prévio trabalhado	55.77
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	4.46
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	99.81
TOTAL		R\$ 174.83

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 48.76
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 8.03
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0.57
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 9.46
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 4.02
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ 70.84

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	R\$ 41.49
D	EPI	R\$ -
E	Equipamento	R\$ 2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito...)	R\$ 1.28
TOTAL		R\$ 45.45

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1.94%	R\$ 109.65
B	Lucro	2.00%	R\$ 115.49
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 235.34
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 322.39
Total		21.24%	R\$ 782.87

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2,868.00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2,505.78
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 174.83
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 70.84
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 45.45
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 5,664.90
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 782.87
Valor Total por Empregado		R\$ 6,447.77

ANEXO V - A - POSTO TIPO 11

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Dia ____15____/____10____/____2021____

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Vitória de Santo Antão
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 11: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 04 vigilantes).	VIGILANTE	12

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS

Mão de Obra

Mão de Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,302.35
C	Adcional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 390.71
Total de Remuneração		R\$ 1,693.06

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 141.03
B	Férias	R\$ 141.03
C	Adicional de Férias	R\$ 47.01
Total		R\$ 329.07

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 404.43
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 50.55
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 80.92
D	SESC ou SESI	1.50%	R\$ 30.33
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 20.22
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 12.13
G	INCRA	0.20%	R\$ 4.04
H	FGTS	8.00%	R\$ 161.77
TOTAL		37.80%	R\$ 764.40

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 415.35
C	Assistência médica e familiar	R\$ 47.66

D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$	9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$	173.15
Total		R\$	645.16

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Nota 3: Na previsão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 40 do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 329.07
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 764.40
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 645.16
Total		R\$ 1,738.64

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	7.11
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.57
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	1.05
D	Aviso prévio trabalhado	32.92
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2.63
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	58.92
TOTAL		R\$ 103.21

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 28.78
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 4.74
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0.34

D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$	5.59
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$	2.37
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		
TOTAL		R\$	41.82

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)	
A	Uniforme	R\$	41.49
B	Armamento	R\$	10.76
D	EPI	R\$	14.31
E	Equipamento	R\$	2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito.....)	R\$	1.28
TOTAL		R\$	70.52

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1.64%	R\$ 59.74
B	Lucro	2.00%	R\$ 74.14
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 151.08
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 206.96
Total		20.94%	R\$ 491.91

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1,693.06
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1,738.64
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 103.21
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 41.82
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 70.52
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 3,647.24
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 491.91
Valor Total por Empregado		R\$ 4,139.15

ANEXO V - A - POSTO TIPO 12

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Dia 15 / 10 / 2021

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Vitória de Sto Antônio
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 12: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19 horas às 07:00 horas (envolvendo 04 vigilantes).	VIGILANTE	12

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS

Mão de Obra

Mão de Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,302.35
B	Adicional Noturno	R\$ 163.85

C	Adicional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 390.71
D	Hora Noturna Reduzida	R\$ 98.76
E	DSR	R\$ 55.99
Total de Remuneração		R\$ 2,011.64

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 167.57
B	Férias	R\$ 167.57
C	Adicional de Férias	R\$ 55.86
	Total	R\$ 391.00

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 480.53
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 60.07
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 22.34
D	SESC ou SESI	1.50%	R\$ 36.04
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 24.03
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 14.42
G	INCRA	0.20%	R\$ 4.81
H	FGTS	8.00%	R\$ 192.21
	TOTAL	37.80%	R\$ 834.43

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 415.35
C	Assistência médica e familiar	R\$ 47.66
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$ 207.78

Total	R\$ 679.79
--------------	-------------------

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Nota 3: Na previsão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 40 do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 391.00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 834.43
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 679.79
Total		R\$ 1,905.22

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	8.45
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.68
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	1.25
D	Aviso prévio trabalhado	39.12
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3.13
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	70.01
TOTAL		R\$ 122.63

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 34.20
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 5.63
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0.40
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 6.64
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 2.82
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ 49.69

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	R\$ 41.49
B	Armamento	R\$ 10.76
D	EPI	R\$ 14.31
E	Equipamento	R\$ 2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito.....)	R\$ 1.28
TOTAL		R\$ 70.52

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1.91%	R\$ 79.55
B	Lucro	2.00%	R\$ 84.79
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 172.77
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 236.67
Total		21.21%	R\$ 573.78

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2,011.64
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1,905.22
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 122.63
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 49.69
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 70.52
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 4,159.70
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 573.78
Valor Total por Empregado		R\$ 4,733.48

ANEXO V - A - POSTO TIPO 13**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**Dia 15 / 10 / 2021**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)**

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Caruaru
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 13: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 8 às 12 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	VIGILANTE	4

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS**Mão de Obra****Mão de Obra vinculada à execução contratual**

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,302.35
B	Adicional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 390.71
C	Outros	R\$ 0.00

Total de Remuneração	R\$ 1,693.06
-----------------------------	---------------------

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 141.03
B	Férias	R\$ 141.03
C	Adicional de Férias	R\$ 47.01
	Total	R\$ 329.07

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 404.43
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 50.55
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 21.28
D	SESC ou SESI	1.50%	R\$ 30.33
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 20.22
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 12.13
G	INCRA	0.20%	R\$ 4.04
H	FGTS	8.00%	R\$ 161.77
	TOTAL	37.80%	R\$ 704.76

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 84.66
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 609.18
C	Assistência médica e familiar	R\$ 47.66
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$ 253.96
Total		R\$ 1,004.46

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Nota 3: Na provisão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 40 do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 329.07
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 704.76
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1,004.46
Total		R\$ 2,038.29

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	7.11
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.57
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	1.05
D	Aviso prévio trabalhado	32.92
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2.63
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	58.92
TOTAL		R\$ 103.21

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 28.78
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 4.74
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0.34
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 5.59
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 2.37
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ 41.82

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	R\$ 41.49
B	Armamento	R\$ 10.76
C	Motocicleta/combustível	R\$ 353.69
D	EPI	R\$ 14.31
E	Equipamento	R\$ 2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito,.....)	R\$ 1.28
TOTAL		R\$ 424.21

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1.87%	R\$ 80.42
B	Lucro	1.51%	R\$ 65.98
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 177.68
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 243.40
Total		20.68%	R\$ 567.49

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1,693.06
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2,038.29
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 103.21
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 41.82
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 424.21
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 4,300.58
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 567.49
Valor Total por Empregado		R\$ 4,868.07

ANEXO V - A - POSTO TIPO 14**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**Dia 15 / 10 / 2021**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)**

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Caruaru
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 14: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	VIGILANTE	4

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS**Mão de Obra****Mão de Obra vinculada à execução contratual**

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,302.35
B	Adicional Noturno	R\$ 23.41
C	Adicional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 390.71

D	Hora Noturna Reduzida	R\$ 98.76
E	DSR	R\$ 5.43
Total de Remuneração		R\$ 1,820.65

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 151.66
B	Férias	R\$ 151.66
C	Adicional de Férias	R\$ 50.55
	Total	R\$ 353.87

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 434.90
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 54.36
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 21.70
D	SESC ou SESI	1.50%	R\$ 32.62
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 21.75
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 13.05
G	INCRA	0.20%	R\$ 4.35
H	FGTS	8.00%	R\$ 173.96
	TOTAL	37.80%	R\$ 756.69

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 84.66
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 609.18
C	Assistência médica e familiar	R\$ 47.66
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$ 253.96
Total		R\$ 1,004.46

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Nota 3: Na provisão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 40 do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 353.87
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 756.69
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1,004.46
Total		R\$ 2,115.02

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	7.65
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.61
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	1.13
D	Aviso prévio trabalhado	35.40
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2.83
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	63.36
TOTAL		R\$ 110.98

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 30.95
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 5.10
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0.36
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 6.01
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 2.55
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ 44.97

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	R\$ 41.49
B	Armamento	R\$ 10.76
C	Motocicleta/combustível	R\$ 353.69
D	EPI	R\$ 14.31
E	Equipamento	R\$ 2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito,.....)	R\$ 1.28
TOTAL		R\$ 424.21

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	3.51%	R\$ 158.72
B	Lucro	2.00%	R\$ 93.49
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 190.51
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 260.98
Total		22.81%	R\$ 703.70

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1,820.65
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2,115.02
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 110.98
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 44.97
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 424.21
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 4,515.84
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 703.70
Valor Total por Empregado		R\$ 5,219.54

ANEXO V - A - POSTO TIPO 15

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Dia 15 / 10 / 2021

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Caruaru
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 15: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	VIGILANTE	6

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS

Mão de Obra

Mão de Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,302.35
B	Adicional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 390.71
Total de Remuneração		R\$ 1,693.06

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 141.03
B	Férias	R\$ 141.03
C	Adicional de Férias	R\$ 47.01
	Total	R\$ 329.07

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 404.43
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 50.55
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 80.92
D	SESC ou SESI	1.50%	R\$ 30.33
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 20.22
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 12.13
G	INCRA	0.20%	R\$ 4.04
H	FGTS	8.00%	R\$ 161.77
	TOTAL	37.80%	R\$ 764.40

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 32.86
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 415.35
C	Assistência médica e familiar	R\$ 47.66
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$ 173.15
	Total	R\$ 678.02

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Nota 3: Na provisão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 40 do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 329.07
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 764.40
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 678.02
Total		R\$ 1,771.49

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	7.11
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.57
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	1.05
D	Aviso prévio trabalhado	32.92
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2.63
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	58.92
TOTAL		R\$ 103.21

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 28.78
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 4.74
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0.34
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 5.59
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 2.37
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ 41.82

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	R\$ 41.49
B	Armamento	R\$ 10.76
C	Motocicleta/combustível	R\$ 353.69
D	EPI	R\$ 14.31
E	Equipamento	R\$ 2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito,.....)	R\$ 1.28
TOTAL		R\$ 424.21

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1.67%	R\$ 67.43
B	Lucro	1.70%	R\$ 69.58
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 166.65
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 228.29
Total		20.67%	R\$ 531.95

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1,693.06
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1,771.49
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 103.21
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 41.82
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 424.21
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 4,033.79
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 531.95
Valor Total por Empregado		R\$ 4,565.74

ANEXO V - A - POSTO TIPO 16

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Dia 15 / 10 / 2021

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Caruaru
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 16: Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 19:00h. às 07:00h(envolvendo 02 vigilantes).	VIGILANTE	4

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS

Mão de Obra

Mão de Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,302.35
B	Adicional Noturno	R\$ 163.85
C	Adcional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 390.71

D	Hora Noturna Reduzida	R\$ 98.76
E	DSR	R\$ 55.99
Total de Remuneração		R\$ 2,011.64

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 167.57
B	Férias	R\$ 167.57
C	Adicional de Férias	R\$ 55.86
Total		R\$ 391.00

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 480.53
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 60.07
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 22.34
D	SESC ou Sesi	1.50%	R\$ 36.04
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 24.03
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 14.42
G	INCRA	0.20%	R\$ 4.81
H	FGTS	8.00%	R\$ 192.21
TOTAL		37.80%	R\$ 834.43

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 32.86
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 415.35
C	Assistência médica e familiar	R\$ 47.66
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$ 207.78
Total		R\$ 712.65

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Nota 3: Na previsão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 40 do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 391.00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 834.43
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 712.65
Total		R\$ 1,938.08

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	8.45
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.68
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	1.25
D	Aviso prévio trabalhado	39.12
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3.13
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	70.01
TOTAL		R\$ 122.63

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 34.20
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 5.63
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0.40
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 6.64
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 2.82
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ 49.69

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	R\$ 41.49
B	Armamento	R\$ 10.76
C	Motocicleta/combustível	R\$ 353.69
D	EPI	R\$ 14.31
E	Equipamento	R\$ 2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito,.....)	R\$ 1.28
TOTAL		R\$ 424.21

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1.87%	R\$ 84.88
B	Lucro	1.73%	R\$ 80.16
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 188.25
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 257.87
Total		20.90%	R\$ 611.15

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2,011.64
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1,938.08
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 122.63
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 49.69
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 424.21
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 4,546.25
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 611.15
Valor Total por Empregado		R\$ 5,157.41

ANEXO V - A - POSTO TIPO 17

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Dia 15 / 10 / 2021

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Caruaru
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 17: Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	VIGILANTE	2

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS

Mão de Obra

Mão de Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,302.35
B	Adicional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 390.71
Total de Remuneração		R\$ 1,693.06

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 141.03
B	Férias	R\$ 141.03
C	Adicional de Férias	R\$ 47.01
	Total	R\$ 329.07

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 404.43
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 50.55
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 80.92
D	SESC ou SESI	1.50%	R\$ 30.33
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 20.22
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 12.13
G	INCRA	0.20%	R\$ 4.04
H	FGTS	8.00%	R\$ 161.77
	TOTAL	37.80%	R\$ 764.40

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 32.86
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 415.35
C	Assistência médica e familiar	R\$ 47.66
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$ 173.15
	Total	R\$ 678.02

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Nota 3: Na provisão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 40 do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 329.07
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 764.40
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 678.02
Total		R\$ 1,771.49

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	7.11
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.57
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	1.05
D	Aviso prévio trabalhado	32.92
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2.63
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	58.92
TOTAL		R\$ 103.21

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 28.78
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 4.74
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0.34
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 5.59
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 2.37
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ 41.82

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	R\$ 41.49
B	Armamento	R\$ 10.76
C	Motocicleta/combustível	R\$ 353.69
D	EPI	R\$ 14.31
E	Equipamento	R\$ 2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito,.....)	R\$ 1.28
TOTAL		R\$ 424.21

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1.67%	R\$ 67.43
B	Lucro	1.70%	R\$ 69.58
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 166.65
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 228.29
Total		20.67%	R\$ 531.95

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1,693.06
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1,771.49
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 103.21
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 41.82
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 424.21
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 4,033.79
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 531.95
Valor Total por Empregado		R\$ 4,565.74

ANEXO V - A - POSTO TIPO 18**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**Dia 15 / 10 / 2021**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)**

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Caruaru
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 18: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19:00h. às 07:00h(envolvendo 04 vigilantes).	VIGILANTE	16

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS**Mão de Obra****Mão de Obra vinculada à execução contratual**

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		517330
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,302.35
B	Adicional Noturno	R\$ 163.85
C	Adicional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 390.71

D	Hora Noturna Reduzida	R\$ 98.76
E	DSR	R\$ 55.99
Total de Remuneração		R\$ 2,011.64

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 167.57
B	Férias	R\$ 167.57
C	Adicional de Férias	R\$ 55.86
	Total	R\$ 391.00

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 480.53
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 60.07
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 22.34
D	SESC ou Sesi	1.50%	R\$ 36.04
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 24.03
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 14.42
G	INCRA	0.20%	R\$ 4.81
H	FGTS	8.00%	R\$ 192.21
	TOTAL	37.80%	R\$ 834.43

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 32.86
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 415.35
C	Assistência médica e familiar	R\$ 47.66
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$ 207.78
	Total	R\$ 712.65

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-

Nota 3: Na provisão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 40 do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 391.00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 834.43
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 712.65
Total		R\$ 1,938.08

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	8.45
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.68
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	1.25
D	Aviso prévio trabalhado	39.12
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3.13
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	70.01
TOTAL		R\$ 122.63

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 34.20
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 5.63
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0.40
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 6.64
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 2.82
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ 49.69

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	R\$ 41.49
B	Armamento	R\$ 10.76
D	EPI	R\$ 14.31
E	Equipamento	R\$ 2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito.....)	R\$ 1.28
TOTAL		R\$ 70.52

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	2.12%	R\$ 88.85
B	Lucro	2.00%	R\$ 85.63
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 174.49
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 239.03
Total		21.42%	R\$ 588.00

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2,011.64
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1,938.08
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 122.63
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 49.69
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 70.52
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 4,192.56
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 588.00
Valor Total por Empregado		R\$ 4,780.56

ANEXO V - A - POSTO TIPO 19**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**Dia 15 / 10 / 2021**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)**

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	10/15/2021
B	Município/UF	Caruaru
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	PE000059/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Posto 19: Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 04 vigilantes).	VIGILANTE	16

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS**Mão de Obra****Mão de Obra vinculada à execução contratual**

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,302.35
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1,302.35
B	Adicional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	R\$ 390.71
Total de Remuneração		R\$ 1,693.06

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 6 meses.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 141.03
B	Férias	R\$ 141.03
C	Adicional de Férias	R\$ 47.01
	Total	R\$ 329.07

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	R\$ 404.43
B	Salário Educação	2.50%	R\$ 50.55
C	SAT (FAP x RAT)	4.00%	R\$ 80.92
D	SESC ou SESI	1.50%	R\$ 30.33
E	SENAI - SENAC	1.00%	R\$ 20.22
F	SEBRAE	0.60%	R\$ 12.13
G	INCRA	0.20%	R\$ 4.04
H	FGTS	8.00%	R\$ 161.77
	TOTAL	37.80%	R\$ 764.40

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 32.86
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R\$ 415.35
C	Assistência médica e familiar	R\$ 47.66
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 9.00
E	Intervalo intrajornada	R\$ 173.15
	Total	R\$ 678.02

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Nota 3: Na previsão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 40 do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 329.07
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 764.40
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 678.02
Total		R\$ 1,771.49

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	7.11
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0.57
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	1.05
D	Aviso prévio trabalhado	32.92
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2.63
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	58.92
TOTAL		R\$ 103.21

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 28.78
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 4.74
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0.34
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 5.59
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 2.37
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ 41.82

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	R\$ 41.49
B	Armamento	R\$ 10.76
C	Motocicleta/combustível	R\$ -
D	EPI	R\$ 14.31
E	Equipamento	R\$ 2.68
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito,.....)	R\$ 1.28
TOTAL		R\$ 70.52

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1.64%	R\$ 60.32
B	Lucro	1.60%	R\$ 59.96
C	Tributos	8.65%	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3.65%	R\$ 151.85
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5.00%	R\$ 208.01
Total		20.54%	R\$ 480.13

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1,693.06
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1,771.49
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 103.21
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 41.82
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 70.52
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 3,680.10
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 480.13
Valor Total por Empregado		R\$ 4,160.23

PLANILHA DE CUSTOS DE INSUMOS DIVERSOS PARA USO NOS SERVIÇOS - VIGILÂNCIA - MODULO 5 DA PLANILHA DE CUSTOS						
A	Uniformes		A	B	C	D
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Preço Unitários (R\$)	Vida útil Meses	Preço Total (D=AxB/C)
1	Calça reforçada	Unidade	610	R\$ 32.00	6	3,253.33
2	Camisa de mangas curtas	Unidade	610	R\$ 34.00	6	3,456.67
3	Cinto de Nylon	Unidade	305	R\$ 5.00	12	127.08
4	Par de Coturno	Unidade	247	R\$ 85.00	12	1,749.58
5	Pares de Meias	Unidade	610	R\$ 13.42	6	1,364.37
6	Boné com emblema	Unidade	301	R\$ 12.00	12	301.00
7	Jaqueta de frio ou Japona	Unidade	193	R\$ 95.00	12	1,527.92
8	Bota Para Motoqueiro	Par	52	R\$ 84.51	12	R\$ 366.21
9	Capa de chuva	Unidade	305	R\$ 20.00	12	508.33
valor total mensal						12,654.49
Valor por funcionário (dividir o TOTAL POR 305 FUNCIONÁRIOS)						R\$ 41.49

B	Armamento e acessórios		A	B	C	D
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	UNIDADE	Qtde	Preço Unitários (R\$)	Vida útil Meses	Preço Total (D=AxB/C)
1	Revólver Calibre 38	Unidade	102	R\$ 2,850.00	120	R\$ 2,422.50
2	Munição Calibre 38	Unidade	1224	R\$ 4.50	12	R\$ 459.00
3	Jetloader, para recarga rápida de revolver calibre .38, compatível com o número de munições do tambor da arma.	Unidade	102	R\$ 44.00	24	R\$ 187.00
4	Cinto com coldre, baleiro e porta tonfa	Unidade	102	R\$ 40.00	24	R\$ 170.00
valor total mensal						R\$ 3,238.50
Valor por funcionário (dividir o TOTAL POR 301 FUNCIONÁRIOS)						R\$ 10.76

C	Motocicleta, EPI Motociclista e Combustível		A	B	C	D
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	UNIDADE	Qtde	Preço Unitários (R\$)	Vida útil Meses	Preço Total (D=AxB/C)
1	Motocicleta alta acima de 150cc, caracterizada com sistema de iluminação e sonoro, estilo on/off road (tipo bros, xre) com baulete, mata cachorro, e antena corta pipa	Unidade	16	R\$ 14,680.00	60	R\$ 3,914.67
6	Combustível	Unidade	2250	R\$ 7.00	1	R\$ 15,750.00
2	Capacete articulado, estilo gladiador de alta resistência	Unidade	16	R\$ 194.00	36	R\$ 86.22
3	Cotoveleiras motociclista	par	58	R\$ 49.95	12	R\$ 241.43
4	Joelheiras motociclistas	par	58	R\$ 52.35	12	R\$ 253.03
5	luvas motociclistas	par	58	R\$ 55.60	12	R\$ 268.73
valor total mensal						R\$ 20,514.07
Valor por funcionário (dividir o TOTAL POR 58 FUNCIONÁRIOS)						R\$ 353.69
Nota 1 - No valor da Motocicleta devem ser inclusos todos os custos com este equoipamento, inclusive manutenção e combustivel pelo periodo de 6 meses						
D	EPI		A	B	C	D
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Preço Unitários (R\$)	Vida útil Meses	Preço Total (D=AxB/C)
1	Placa de Colete Balístico Nível II-A ou superior	Unidade	102	R\$ 850.00	36	R\$ 2,408.33
3	Capa tática para colete balístico com compartimentos para lanterna e <i>jetloader</i> , com porta tonfa e coldre de arma.	Unidade	301	R\$ 227.25	36	R\$ 1,900.06
valor total mensal						R\$ 4,308.40
Valor por funcionário (dividir o TOTAL POR 301 FUNCIONÁRIOS)						R\$ 14.31

E	Equipamentos		A	B	C	D
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	UNIDADE	Qtde	Preço Unitários (R\$)	Vida útil Meses	Preço Total (D=AxB/C)
1	Lanterna LED	Unidade	127	40.00	24	R\$ 211.67
2	Cassetete	Unidade	102	30.00	36	R\$ 85.00
3	Rádio HT, sintonizado na frequência fornecida pela CONTRATANTE ou frequência da empresa funcionando 24 (vinte e quatro) horas;	Unidade	102	90.00	60	R\$ 153.00
4	Bastão de Ronda Eletrônica	Unidade	102	130.00	36	R\$ 368.33
valor total mensal						R\$ 818.00
Valor por funcionário (dividir o TOTAL POR 305 FUNCIONÁRIOS)						R\$ 2.68

F	Material de consumo diversos		A	B	C	D
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	UNIDADE	Qtde	Preço Unitários (R\$)	Vida útil Meses	Preço Total (D=AxB/C)
1	Apito	Unidade	301	10.00	60	R\$ 50.17
2	Livro de Ocorrência	Unidade	57	18.00	12	R\$ 85.50
3	Crachá	Unidade	305	10.00	12	R\$ 254.17
valor total mensal						R\$ 389.83
Valor por funcionário (dividir o TOTAL POR 305 FUNCIONÁRIOS)						R\$ 1.28

MEMÓRIA DE CÁLCULO REMUNERAÇÃO VIGILANTE

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO CONFORME CCT DE VIGILANTE DE PERNAMBUCO ANO 2021



SALÁRIO BASE	
Vigilante	R\$ 1,302.35
Supervisor	R\$ 1,856.76

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Vigilante 44h	R\$ 1,302.35	30%	R\$ 390.71
Vigilante 12 x 36	R\$ 1,302.35	30%	R\$ 390.71
Vigilante 12 x 36 N	R\$ 1,302.35	30%	R\$ 390.71
Supervisor Diu	R\$ 1,856.76	30%	R\$ 557.03
Supervisor Not	R\$ 1,856.76	30%	R\$ 557.03

INTRAJORNADA				
Categoria	Base de cálculo	1. Piso salarial + Periculosidade (30%): R\$ 1.182,08 + 354,62 = R\$ 1.536,70 : 220hs = R\$ 6,982 + 50% = 10,477	Proporção de 15 ou 22dd	Valor
Vigilante 44h	R\$ 1,693.06	R\$ 11.54	22.00	R\$ 253.96
Vigilante 12 x 36 D	R\$ 1,693.06	R\$ 11.54	30.00	R\$ 173.15
Vigilante 12 x 36 N	R\$ 1,693.06	R\$ 13.85	30.00	R\$ 207.78
Supervisor Diu	R\$ 2,413.79	R\$ 16.46	30.00	R\$ 246.86
Supervisor Not	R\$ 2,413.79	R\$ 19.75	30.00	R\$ 296.24

ADICIONAL NOTURNO				
Categoria	Base de cálculo	Adicional Noturno = 7h x (7 dias x 4,345 semanas) = 212,91	Adicional Noturno (salário + risco de vida)/220 hs. X 20%	Valor Total
Supervisor Not	R\$ 2,413.79	R\$ 212.91	R\$ 2.19	R\$ 233.59
Vigilante 12 x 36	R\$ 1,693.06	R\$ 212.91	R\$ 1.54	R\$ 163.85
Vigilante 44	R\$ 1,693.06	R\$ 30.42	R\$ 1.54	R\$ 23.41

HORA NOTURNA REDUZIDA		
Categoria	Valor Total dividido por dois	
Vigilante 12 x 36 e 44h	R\$ 98.76	
Supervisor Not	R\$ 140.80	

(DSR)				
Categoria	Base de cálculo	Soma todas as rubricas de extras e multiplica pela razão entre dias não trabalhados x dias trabalhados	Percentual	Valor
Vigilante 44	R\$ 1,693.06	R\$ 23.41	23.20%	R\$ 5.43
Vigilante 12 x 36	R\$ 1,693.06	R\$ 262.60	21.32%	R\$ 55.99
Supervisor Not	R\$ 2,413.79	R\$ 374.39	21.32%	R\$ 79.82

CÁLCULO DO DSR	
30.42	Média de dias no mês
4.35	Média de semanas no mês
1.00	Feriado
25.07	Dias trabalhados
5.35	Domigos e Feriados (Dias não trabalhados)
21.32%	Razão entre Dias não Trabalhados x Dias Trabalhados

CÁLCULO DO DSR	
22.00	Média de dias no mês
3.14	Média de semanas no mês
1.00	Feriado
17.86	Dias trabalhados
4.14	Domigos e Feriados (Dias não trabalhados)
23.20%	Razão entre Dias não Trabalhados x Dias Trabalhados

Vale Transporte Escala 12X36 horas Domingo a	
Valor Unitário	R\$ 3.75
Nº de passagens/dia	2
Nº de dias trab./mês	15
Subtotal	R\$ 112.50
Salário	1,302.35
6% de desconto	78.14
Custo efetivo por vigilante	R\$ 34.36

Vale Refeição Escala 12X36 horas Domingo a Domingo	
Valor diário	R\$ 28.39
Nº de dias trab./mês	15
Subtotal	R\$ 425.85
Desconto CCT R\$ 0,64 por dia	R\$ 10.50
Custo efetivo por vigilante	R\$ 415.35

Vale Transporte Escala 44	
Valor Unitário	R\$ 3.75
Nº de passagens/dia	2
Nº de dias trab./mês	22
Subtotal	R\$ 165.00
Salário	1,302.35
6% de desconto	78.14
Custo efetivo por vigilante	R\$ 86.86

Vale Refeição Escala 44	
Valor diário	R\$ 28.39
Nº de dias trab./mês	22
Subtotal	R\$ 624.58
Desconto CCT R\$ 0,64 por dia	R\$ 15.40
Custo efetivo por vigilante	R\$ 609.18

Vale Transporte Escala 12X36 horas Domingo a Domingo - Supervisor	
Valor Unitário	R\$ 3.75
Nº de passagens/dia	2
Nº de dias trab./mês	15
Subtotal	R\$ 112.50
Salário	1,856.76
6% de desconto	111.41
Custo efetivo por vigilante	R\$ 1.09

Vale Transporte Escala 12X36 horas Domingo a Domingo CARUARU	
Valor Unitário	R\$ 3.70
Nº de passagens/dia	2
Nº de dias trab./mês	15
Subtotal	R\$ 111.00
Salário	1,302.35
6% de desconto	78.14
Custo efetivo por vigilante	R\$ 32.86

Vale Transporte Escala 44 CARUARU	
Valor Unitário	R\$ 3.70
Nº de passagens/dia	2
Nº de dias trab./mês	22
Subtotal	R\$ 162.80
Salário	1,302.35
6% de desconto	78.14
Custo efetivo por vigilante	R\$ 84.66

Anexo II: Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA (PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PREGÃO Nº/20...

(Processo Administrativo n.º. 23076.008134/2018-28)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância ostensiva armada (motorizada, posto estático de vigilância e predial) e de supervisão operacional desarmada, sob os regimes de escala diarista/plantonista, para atender os campi Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), incluindo mão de obra, uniformes, insumos necessários à execução dos serviços e equipamentos de proteção individual, conforme condições e exigências aqui estabelecidas, no Estudo Preliminar e demais anexos deste Termo de Referência:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DO ITEM (valor unitário por ano)	VALOR GLOBAL MÁXIMO DO ITEM
ÚNICO	1	Posto 1 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 15h00min e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00mins, totalizando 44 horas semanais, com 01(um) vigilante por posto, na cidade do Recife.	24015	Posto	6	R\$ 64.953,87	R\$ 389.723,20

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DO ITEM (valor unitário por ano)	VALOR ANUAL GLOBAL MÁXIMO DO ITEM
ÚNICO	2	Posto 2 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min. às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12h00 às 16h00min, totalizando 44 horas semanais, com 02 (dois) vigilantes por posto, na cidade do Recife.	24015	Posto	6	R\$ 141.264,43	R\$ 847.586,59
	3	Posto 3 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min, com 02 (dois) vigilantes por posto, na cidade do Recife.	24015	Posto	4	R\$ 123.022,52	R\$ 492.090,08
	4	Posto 4 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min, com 02 (dois) vigilantes por posto, na cidade do Recife.	24015	Posto	6	R\$ 140.162,97	R\$ 840.977,81

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DO ITEM (valor unitário por ano)	VALOR ANUAL GLOBAL MÁXIMO DO ITEM
ÚNICO	5	Posto 5 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min. às 15h00min e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 01 (um) vigilante por posto, na cidade de Recife.	24015	Posto	20	R\$ 61.965,52	R\$ 1.239.310,32
	6	Posto 6 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12h00min às 16h00min, totalizando 44 horas semanais com 01 (um) vigilante por posto, na cidade do Recife.	24015	Posto	15	R\$ 65.775,49	R\$ 986.632,36

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DO ITEM (valor unitário por ano)	VALOR ANUAL GLOBAL MÁXIMO DO ITEM
ÚNICO	7	Posto 7 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min, com 02 (dois) vigilantes por posto, na cidade do Recife.	24015	Posto	34	R\$ 113.686,74	R\$ 3.865.349,06
	8	Posto 8 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min, com 04 (quatro) vigilantes por posto, na cidade do Recife.	24015	Posto	21	R\$ 249.323,92	R\$ 5.235.802,36
	9	Posto 9 - Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min, com 02 (dois) supervisores por posto, na cidade do Recife	24015	Posto	1	R\$ 137.445,72	R\$ 137.445,72
	10	Posto 10 - Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às	24015	Posto	1	R\$ 167.093,70	R\$ 167.093,70

		07h00min com 02 (dois) supervisores por posto, na cidade do Recife.					
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DO ITEM (valor unitário por ano)	VALOR ANUAL GLOBAL MÁXIMO DO ITEM
ÚNICO	11	Posto 11 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min, com 04 (quatro) vigilantes por posto, na cidade de Vitória de Santo Antão.	24015	Posto	3	R\$ 226.603,02	R\$ 679.809,05
	12	Posto 12 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min com 04 (quatro) vigilantes por posto, na cidade de Vitória de Santo Antão.	24015	Posto	3	R\$ 267.423,58	R\$ 802.270,74
	13	Posto 13 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 02 (dois) vigilantes por posto, na cidade de Caruaru.	24015	Posto	2	R\$ 129.272,26	R\$ 258.544,51

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DO ITEM (valor unitário por ano)	VALOR ANUAL GLOBAL MÁXIMO DO ITEM
ÚNICO	14	Posto 14 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min e 4 horas no sábado, das 12h00min às 16h00min, totalizando 44 horas semanais, com 02 (dois) vigilantes por posto, na cidade de Caruaru.	24015	Posto	2	R\$ 139.528,96	R\$ 279.057,93
	15	Posto 15 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes), na cidade de Caruaru.	24015	Posto	3	R\$ 129.272,26	R\$ 387.816,77
	16	Posto 16 - Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 19:00h. às 07:00h (envolvendo 02 vigilantes), na cidade de Caruaru.	24015	Posto	2	R\$ 138.706,27	R\$ 277.412,54

	17	Posto 17 - Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes), na cidade de Caruaru..		Posto	1	R\$ 129.272,26	R\$ 129.272,26
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DO ITEM (valor unitário por ano)	VALOR ANUAL GLOBAL MÁXIMO DO ITEM
ÚNICO	18	Posto 18 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19:00h. às 07:00h (envolvendo 04 vigilantes), , na cidade de Caruaru..	24015	Posto	4	R\$ 266.144,08	R\$ 1.064.576,31
	19	Posto 19 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 04 vigilantes),, na cidade de Caruaru..	24015	Posto	4	R\$ 239.865,48	R\$ 959.461,93
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (VALOR GLOBAL)							R\$ 19.040.233,23

1.2. A contratação inclui a mão-de-obra e todos os insumos necessários a execução dos serviços, tais como uniformes e seus complementos, moto abastecida, armamento e munição, rádio de comunicação; vale transporte; vale-alimentação e EPI's; tributos e encargos securitários, sociais e trabalhistas incidentes sobre o contrato.

1.3. Os serviços serão executados de forma contínua, em **lote único**, que compreende: o Campus do Recife (Item 1), o Campus de Vitória de Santo Antão (Item 2) e o Campus do Agreste-Caruaru (Item 3), dimensionado em **138 (cento e trinta e oito) postos em regime de escala composto por 305 funcionários**, conforme tabelas abaixo, quais sejam:

1.3.1. Campus Recife:

TIPO DE POSTOS	DESCRIMINAÇÃO	QTDE. DE POSTOS	TOTAL DE PROFISSIONAIS
Posto Tipo 1	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min. às 15h00min e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 01 (um) vigilante por posto, na cidade do Recife.	06	06
Posto Tipo 2	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min. às 23h00min e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 (dois) vigilantes por posto, na cidade do Recife.	06	12
Posto Tipo 3	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min, com 02 (dois) vigilantes por posto, na cidade do Recife.	04	08
Posto Tipo 4	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min, com 02 (dois) vigilantes por posto, na cidade do Recife.	06	12
Posto Tipo 5	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min. às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 01 (um) vigilante por posto, na cidade do Recife.	20	20

Posto Tipo 6	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min e 4 horas no sábado, das 12h00min às 16h00min, totalizando 44 horas semanais, com 01 (um) vigilante por posto, na cidade do Recife.	15	15
TIPO DE POSTOS	DESCRIMINAÇÃO	QTDE. DE POSTOS	TOTAL DE PROFISSIONAIS
Posto Tipo 7	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min, com 02 (dois) vigilantes por posto, na cidade do Recife.	34	68
Posto Tipo 8	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min, com 04 (quatro) vigilantes por posto, na cidade do Recife.	21	84
Posto Tipo 9	Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min, com 02 (dois) supervisores por posto, na cidade do Recife.	01	02
Posto Tipo 10	Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min, com 02 (dois) supervisores por posto, na cidade do Recife.	01	02
TOTAL		114	229

1.3.2. Centro Acadêmico de Vitória (Vitória de Santo Antão):

TIPO DE POSTOS	DESCRIMINAÇÃO	QTDE. DE POSTOS	TOTAL DE PROFISSIONAIS
Posto Tipo 11	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min, com 04 (quatro)	03	12

	vigilantes por posto, na cidade de Vitória de Santo Antão.		
Posto Tipo 12	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19 horas às 07:00 horas (envolvendo 04 vigilantes), na cidade de Vitória de Santo Antão.	03	12
TOTAL		06	24

1.3.3. Centro Acadêmico do Agreste (Caruaru):

TIPO DE POSTOS	DESCRIMINAÇÃO	QTDE. DE POSTOS	TOTAL DE PROFISSIONAIS
Posto Tipo 13	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 15h00min e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 02 (dois) vigilantes por posto, na cidade de Caruaru.	02	04
Posto Tipo 14	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 (dois) vigilantes por posto, na cidade de Caruaru.	02	04
Posto Tipo 15	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min, com 02 (dois) vigilantes por posto, na cidade de Caruaru.	03	06
Posto Tipo 16	Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min, com 02 (dois) vigilantes por posto, na cidade de Caruaru.	02	04
Posto Tipo 17	Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala 12 x 36	01	02

	horas, das 07h00min às 19h00min, com 02 (dois) vigilantes por posto, na cidade de Caruaru.		
Posto Tipo 18	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min, com 04 (quatro) vigilantes por posto, na cidade de Caruaru.	04	16
Posto Tipo 19	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min, com 04 (quatro) vigilantes por posto, na cidade de Caruaru.	04	16
TOTAL		18	52

1.4. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei

10.520, de 2002 e do art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019.

1.5. A contratação dar-se-á por postos de serviços, conforme naturezas e quantitativos indicados na tabela acima.

1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a *Empreitada por Preço Global*.

1.7. *O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993*

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se de prestação de serviços os quais, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da UFPE, cuja interrupção comprometeria o cumprimento da missão institucional desta IFEs.

2.2. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I deste Termo de Referência.

2.3. Delibera-se pelo não parcelamento, uma vez que, ao contrário, o amplo parcelamento não assegurará, concomitantemente, as condições elencadas pelo subitem 3.8, “b”, anexo III da IN SEGES/MPDG n.º 05/2017. Opta-se pela contratação por grupo, mesmo que preveja subdivisões por itens respeitando a municipalidade (Campus Recife, Campus Vitória de Santo Antão, Campus Agreste), de modo a evitar a execução dos serviços por diferentes prestadoras nos três campi universitários.

2.4. Devido a necessidade de integração e a devida distribuição de ordens e informações em linha de comando, inerente às atividades gerais em segurança, faz-se imprescindível que em termos operacionais haja apenas uma coordenação e um responsável jurídico pela Supervisão contratada. Daí se justificar o não parcelamento do objeto a ser licitado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1.A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. *Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, e do art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019*

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.2. Para efeito de qualificação técnico-operacional, deve-se observar o que dispõe os subitens 10.6, 10.6.1, 10.7, 10.7.1, 10.8, 10.9 e 10.10 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

5.2.1. Na contratação deste serviço continuado, para efeito de qualificação técnico operacional, a UFPE deverá exigir em Edital:

5.2.1.1. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório na Região Metropolitana do Recife a ser comprovada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

5.2.1.2. Atestado comprovando que a licitante tenha executado contrato com no mínimo 152 (cento e cinquenta e dois) postos de vigilância armada por período não inferior a 3 (três) anos.

5.2.1.2.1. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata subitem 5.2.1.2 acima, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos.

5.2.1.2.2. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos;

5.2.1.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

5.2.1.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação;

5.2.1.2.5. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

5.2.1.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.2.1.3.1. Atestado de vistoria ou declaração formal assinada pelo representante legal da licitante, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras, conforme modelo a constar como anexo do edital a ser elaborado;

5.2.1.4. Deve-se exigir, ainda, dos licitantes:

5.2.1.4.1. Declaração de que possui equipamentos e armas em perfeito estado de conservação e funcionamento para prestação dos serviços;

5.2.1.4.2. Autorização para o funcionamento, expedida pelo Departamento de Polícia Federal na forma do disposto na Portaria 992, de 25/1995, do Diretor daquele Departamento, autorizando a licitante a operar no ramo de segurança no Estado de Pernambuco;

5.2.1.4.3. Autorização para funcionamento, em nome da licitante, emitida pelo Ministério da Justiça e revisão desta, para empresas em funcionamento há mais de um ano, com validade na data da apresentação dos documentos de habilitação;

5.2.1.4.4. Certidão de Segurança, em nome da licitante, emitido pela Superintendência Regional no Estado de Pernambuco do Departamento de Polícia Federal, com validade na data da apresentação dos documentos de habilitação;

5.2.1.4.5. Prova de comunicação de funcionamento dirigida à Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, em consonância com o Artigo 38, do Decreto 89.056/1983;

5.2.1.4.6. Declaração fornecida por empresa de formação e reciclagem de vigilantes, devidamente autorizada a funcionar pelo Ministério da Justiça indicando que a licitante vem reciclando regularmente seus vigilantes;

5.3. Para o exercício da profissão, os vigilantes a serem alocados a serviço da Contratante deverão preencher aos requisitos nos termos do art. 16 e 17 da Lei nº 7.102/83:

Art. 16 - Para o exercício da profissão, o vigilante preencherá os seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro;
- II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- III - ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau; IV - ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei.
- V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;
- VI - não ter antecedentes criminais registrados; e
- VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Parágrafo único - O requisito previsto no inciso III deste artigo não se aplica aos vigilantes admitidos até a publicação da presente Lei

Art. 17. O exercício da profissão de vigilante requer prévio registro no Departamento de Polícia Federal, que se fará após a apresentação dos documentos comprobatórios das situações enumeradas no art. 16.

5.4. Em atendimento à *alínea “b”* do *subitem 3.3* do anexo III da *IN SEGES/MPDG n.º 5/2017*, ratifica-se os serviços a serem contratados como sendo de ***natureza continuada***, pois pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. (*Artigo 15 da IN SEGES/MPDG n.º 05/2017*).

5.5. Visando atender ao exigido na alínea “c” do subitem 3.3 do anexo III da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017, são os seguintes os critérios e práticas de sustentabilidade a serem veiculados como obrigação da contratada, considerando os seguintes tópicos temáticos:

5.5.1. Responsabilidade social:

- a. Admissão de mão de obra local, preferencialmente domiciliada nos bairros adjacentes aos postos de alocação, de modo a atender o exigido no *art. 4º do Decreto nº 7.746/2012*;

- b. Valorização do profissional Vigilante;
- c. Admissão de mulheres;
- d. Qualificação e capacitação em Direitos Humanos e Atendimento ao usuário cidadão;
- e. Capacitação para uso e interpretação de Libras.

5.5.2. Gestão ambiental consciente:

- a. Gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias de pilhas.

5.5.3. *Responsabilidade social – Valorização do profissional Vigilante:*

5.5.3.1. Ainda sob a orientação da responsabilidade social, cuidar de seus colaboradores firma um ambiente psicológico de confiança e de maior predisposição ao serviço, gerando naturalmente melhores resultados. Tendo em vista isso e aquilo que já é tratado pela Convenção Coletiva de Trabalho da Vigilância em Pernambuco, em vigor, que há a indicação de inserção de cláusulas contratuais que exijam, premiem ou estimulem: o uso de equipamentos de proteção individual e coletivos; que pagamentos aos funcionários sejam feitos em data regular, independente da situação momentânea do pagamento entre contratada e contratante; que haja programa contínuo de desenvolvimento humano dos funcionários, sobretudo, incentivo à melhor escolarização e formação de melhores condições à adesão a assistência à saúde do funcionário e sua família.

5.5.4. *Responsabilidade social – admissão de mulheres:*

5.5.4.1. Fica a Contratada obrigada a vincular ao contrato a ser firmado, no mínimo, **20% (vinte por cento) de efetivo do sexo feminino do quantitativo geral**. A alocação de profissionais do sexo feminino no percentual aqui exigido se justifica pelo exposto abaixo:

- i) No Código Brasileiro de Ocupações, na família ocupacional: *5173 - Vigilantes e guardas de segurança*, especificamente na lista de atividades do *5173-30 GS – Vigilante*, há a previsão de *revistas pessoais* como atividade da área de *fiscalizar pessoas, cargas e patrimônio*, o que combinado com a eventual necessidade de intervenção em ocorrências de flagrante delito como preconiza o art. 249 do Código de Processo Penal

Brasileiro (*Decreto-lei 3689/1941*), impõe-se que “a busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência”.

- ii) A contratação de profissionais do sexo feminino vai ao encontro de políticas que visam combater a discriminação de sexo e, ainda, às boas práticas sustentáveis para serviços de vigilância indicadas pelo Ministério do Planejamento em seu *Caderno de Logística* correlato.

5.5.5. Responsabilidade social – capacitação para o uso e interpretação de Libras:

5.5.5.1. A empresa a ser contratada deve assegurar a alocação de profissionais capacitados no uso e interpretação de Libras, considerando o disposto na *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*, no percentual exigido pelo *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*, que exige garantia de tratamento diferenciado à população surda-muda.

5.5.5.2. Além de se trata de uma exigência legal, justifica-se a alocação de profissionais capacitados em Libras o fato de que atualmente a UFPE oferece anualmente 30 vagas para a graduação em Libras, o que gera um fluxo concomitante de aproximadamente 80 surdos discentes, além dos visitantes e discentes de outros cursos.

5.5.5.3. Devem ser observados os prazos de 60 (sessenta dias) para que a empresa Contratada inicie os cursos de capacitações, as suas expensas, caso não esteja satisfeito percentual de 5% exigido pela legislação pertinente; e de 180 (cento e oitenta) dias, improrrogável, para que o percentual legal seja atendido ao menos com funcionários capacitados em nível básico de conversão em Libras

5.5.5.4. Caso, porventura, o contrato sofra prorrogação/renovação, a quota já atingida deve ser mantida mediante as práticas adequadas de recrutamento, seleção e capacitação dos profissionais vigilantes a ele vinculado.

5.5.6. Gestão ambiental consciente – gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias de pilhas:

- 5.5.6.1.A contratada deverá observar a *Resolução do CONAMA n.º 401/2008, de 4 de novembro de 2008*, para a aquisição de pilhas e baterias de pilhas para serem utilizadas nos equipamentos, veículos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.
- 5.5.6.2.Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental, devendo ser utilizadas pilhas recarregáveis para uso em lanternas utilizadas para rondas noturnas.
- 5.5.6.3. Ainda segundo a *Resolução do CONAMA n.º 401/2008*, todas as baterias de pilhas e pilhas utilizadas no contexto do contrato, deverão ter destinação ambientalmente adequada, sob responsabilidade da empresa Contratada.
- 5.5.6.4.A contratada deve fornecer aos empregados, os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 5.5.6.5.Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n.º 1, de 11/02/1993, e n.º 272, de 14/09/2000, e legislação correlata.
- 5.5.6.6.Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA n.º 18, de 06/05/1986, e n.º 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

5.6.A duração inicial do contrato de prestação dos serviços deverá ser de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até o máximo de 60 (sessenta) meses, como permite o *inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993*, não obstante a possibilidade aventada pela *alínea “d” do subitem 3.3 do anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017*, em consonância com jurisprudência já pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União (*Acórdãos 1.467/2004 – 1ª Câmara; 1.627/2007-Plenário; 1.259/2010-Plenário; 5.820/2011 – 2ª Câmara; e 490/2012-Plenário*). No entanto, para o presente caso, a contratação por prazo superior a doze meses carece de justificativa técnica. O prazo inicial de 12 (doze) meses além de ser o mínimo permitido por Lei e ser o adotado por praxe pela UFPE para essa contratação, é suficiente para auferir a qualidade da execução dos serviços prestados, possibilitando à Administração a renovação ou não contratual.

5.7. Considerando a natureza dos serviços a serem contratados, a empresa a ser contratada deve se comprometer a promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas quando das futuras contratações, caso não seja a própria a ser contratada.

5.8. As categorias profissionais que serão empregadas no serviço estão enquadradas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme abaixo:

CATEGORIA PROFISSIONAL	CBO
Vigilante	5173-30
Supervisor de Vigilantes	5103-10

5.9. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas nos subitens 12 e 13 deste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor da Superintendência de Segurança Institucional (SSI) designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em dias úteis, em horário previamente agendado.

6.2. *O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.*

6.2.1. *Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

6.2.2. O Atestado de vistoria aos locais dos serviços será fornecido até o **dia útil anterior** a abertura da licitação, devendo ser agendado previamente com o Departamento de Gestão em Operações de Segurança da Superintendência Institucional juntamente com os gestores dos campi de Recife, Vitória e do Agreste (Caruaru), no horário de 8h às 12h e das 14h às 17h, através dos telefones: Recife (81) 2126-7035, Vitória (81) 3727-6791 e Agreste (Caruaru) (81) 3523-3351.

6.3. *A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

6.4. *A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.*

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira, e nos sábados de quatro horas, bem como de escala de revezamento de 12h X 36h. As escalas de horário de trabalho do efetivo devem atender as necessidades operacionais dos serviços, conforme disposto nas tabelas dos subitens 1.3.1; 1. 3. 2 e 1.3.3 deste Termo de Referência.

7.1.2. Em Segurança fala-se no termo “serviço diuturno”. Diferentemente do perene que caracteriza outros serviços contratados, ser diuturno significa que não existe nenhuma previsão de lapso temporal, tratando-se de uma dinâmica de 24 horas, de segunda-feira a segunda-feira, os sete dias de semana, quer seja dia útil, final de semana, madrugada ou feriado.

Devido a essa característica da atividade de segurança a ser mantida no âmbito da UFPE e dos horários de trabalho dispostas nos postos, a Contratada deverá pagar o adicional denominado de **Intrajornada**, àqueles profissionais submetidos ao regime de escala denominado “plantonista” e “diarista”.

A contratada deve distribuir o quantitativo profissional de modo a assegurar a execução dos serviços nos turnos de funcionamento da UFPE, compreendendo os horários contratados.

Na gestão dos profissionais envolvidos nas atividades do objeto deste Termo de Referência, para a plena execução das atividades, a CONTRATADA deverá oferecer treinamento e capacitação aos seus profissionais, de modo a assegurar a execução a contento dos serviços a

serem prestados, em conformidade com as exigências estabelecidas neste Termo e em seus anexos.

7.1.3. Os profissionais designados para a execução dos serviços deverão:

Atender às exigências de assiduidade e pontualidade, de modo a não comprometer a periodicidade estabelecida para a execução dos serviços contratados;

Participar de treinamento e capacitação oferecidos ao longo da execução contratual;

Fazer uso dos insumos, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual quando da execução dos serviços, disponibilizados pela empresa contratada em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência;

Evitar fazer uso de aparelho de comunicação (celular, tablete, smartphone, caixas de som portátil e similares, bem como outros porventura massificados ao longo da execução contratual) durante a execução dos serviços, visando a comprometer a execução dos serviços. O uso de aparelho de comunicação pessoal será permitido aos profissionais durante o expediente laboral, apenas para tratar de assuntos familiares urgentes.

Evitar uso de drogas lícitas (como cigarro e bebidas alcóolicas) ou ilícitas nas dependências da UFPE;

Evitar atender ordens de servidores da UFPE, sobretudo as alheias à execução dos serviços a serem contratados, devendo se reportar única e exclusivamente ao supervisor e/ou preposto da empresa contratada com a qual mantém vínculo empregatício;

Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da UFPE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato a ser firmado.

7.1.4. São direitos dos profissionais alocados à execução dos serviços:

- a) Executar estritamente os serviços inerentes à função para o qual foi contratado(a);

- b) Recebimento das obrigações trabalhistas devidas em função das atividades profissionais exercidas, em conformidade com a legislação pertinente;
- c) A obtenção dos direitos exigidos pelas *alíneas “e”, “f” e “g”* do *Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017*.

O cumprimento dos deveres e disciplina exigidos dos profissionais alocados à execução dos serviços, bem como dos direitos que lhes forem assegurados por lei, serão exigidos da empresa contratada durante toda a execução contratual.

7.2. O prazo para execução do objeto da contratação tem início a contar da assinatura do instrumento contratual.

7.3. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7.4. Não será permitida a participação de empresa reunida em consórcio que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, pois não se trata de contratação de grande vulto, considerando o disposto *no inciso V do artigo 6º da Lei n.º 8.666/1993*;

7.5. Também não será permitida a participação de Cooperativas, por se tratar de contratação de serviços que demandam execução em estado de subordinação em relação ao fornecedor dos serviços e se referirem a atividade terceirizada indicada pela *alínea “c”* da cláusula primeira do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, a constar como anexo do edital

7.6. Rotinas dos serviços

Conforme anexo IV do Termo de Referência.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1. A gestão do Contrato, compreendendo o acompanhamento e a fiscalização de sua execução, ficará a cargo da Superintendência de Segurança Institucional da UFPE, sendo:

- 8.1.1. **Gestão contratual:** EDINALDO FELIX DA SILVA, SIAPE 1131943, e-mail: edinaldo.silva@ufpe.br sendo substituto por OLIVIA DE ALBUQUERQUE PESSOA, SIAPE 1131119, e-mail: olivia.pessoa@ufpe.br
- 8.1.2. **Fiscalização administrativa do contrato campus Recife:** FAUSTO JOSÉ DA LUZ CARDOSO, SIAPE 3191878, e-mail: fausto.cardoso@ufpe.br, sendo substituto por PAULO DE LIRA SILVA, SIAPE 1131955.
- 8.1.3. **Fiscalização administrativa do contrato campus Vitória:** JOSÉ ALEXANDRE CAVALCANTE JUNIOR, SIAPE 2191986, e-mail: alexandreecavalcante@hotmail.com, sendo substituído por MARCO ANTÔNIO VELOSO DA COSTA, SIAPE 1960095, e-mail: marcoufpe@yahoo.com.br
- 8.1.4. **Fiscalização administrativa do contrato campus Caruaru:** SAMUEL KISSEMBERG DA MACENA RIBEIRO, SIAPE 1561495, e-mail: samuel.ribeiro@ufpe.br, sendo substituído por EMANOEL FRANCISCO DO SANTOS, SIAPE 1675165, e-mail: emanoel.santos@ufpe.br.
- 8.1.5. Fiscalização técnica:**
- 8.1.5.1. **No campus Recife:** PAULO PINTO DE OLIVEIRA, SIAPE 1133857, e-mail: inspetoria.ssi@ufpe.br, sendo substituídos por GESSE FERNANDES DE LIRA, Matrícula SIAPE nº 1134015.
- 8.1.5.2. **No campus Vitória de Santo Antão:** CARLOS ANDRÉ SILVA DO NASCIMENTO, SIAPE: 2154564, email carlos.silvanascimento@ufpe.br, sendo substituídos por MARCO ANTÔNIO VELOSO DA COSTA, SIAPE 1960095, e-mail: marcoufpe@yahoo.com.br;
- 8.1.5.3. **No campus Caruaru:** FRANKLAND MOURA E SILVA, SIAPE 2058372, e-mail: frankland.silva@ufpe.br, sendo substituídos por ELIANE LUIZ DA SILVA, SIAPE 41744, e-mail: elis-luiz@bol.com.br.
- 8.1.6. Os fiscais técnicos terão livre acesso aos locais de trabalho da mão de obra da Contratada, observando-se o disposto no Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização.

8.1.7. Os servidores designados pela gestão e fiscalização contratuais terão seus nomes ratificados mediante portaria de designação do Magnífico Reitor, conforme orienta o Tribunal de Contas da União;

8.1.8. Para a designação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização observar-se-á a formação acadêmica ou técnica dos mesmos, a segregação entre as funções de gestão e de fiscalização do contrato, bem como o comprometimento concomitante com outros serviços ou contratos, de forma a evitar que o fiscal responsável fique sobrecarregado devido a muitos contratos sob sua responsabilidade.

8.1.9. Caberá aos Gestores:

8.1.9.1. Solicitar à contratada ou a seu preposto, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

8.1.9.2. Realizar uma reunião inicial, após a assinatura deste Contrato, antes do início da execução contratual, com o preposto designado pela CONTRATADA, conjuntamente com a Fiscalização Administrativa, Setorial e Técnica, registrada em Ata, para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução dos serviços pela CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

8.1.9.3. Realizar reuniões periódicas com o preposto da CONTRATADA, conjuntamente com a Fiscalização Administrativa e Técnica, registrada em Ata, de modo a garantir a qualidade da execução e o domínio dos resultados e processos já desenvolvidos pelo pessoal da CONTRATADA;

8.1.9.4. Assegurar-se de que o número de profissionais alocados e a alocação dos recursos são necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato, é suficiente para a execução dos serviços previstos em conformidade com as especificações estabelecidas e aos

padrões de qualidade e eficiência requeridos, não permitindo a execução de tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

8.1.9.5. Adotar registro documental de ocorrências de todas as não conformidades ao contrato a ser firmado, detectadas pela Fiscalização, conforme o disposto no artigo 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 1993;

8.1.9.6. Exigir da CONTRATADA a correção das falhas verificadas, bem como a substituição de profissionais cuja conduta ou desempenho mostrem-se insatisfatórios;

8.1.9.7. Recomendar, por escrito, à CONTRATANTE, mediante a Diretoria de Licitações e Contratos – DLC da Pró-Reitoria de Gestão Administrativa – PROGEST, a aplicação das sanções contratuais que se tornarem cabíveis, pelo desatendimento ou descumprimento pela contratada das obrigações contratuais.

8.1.9.8. Emitir pareceres em todos os atos da CONTRATANTE relativos à execução deste Contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações;

8.1.9.9. Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida;

8.1.9.10. Providenciar instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

- i. Os resultados alcançados em relação à empresa CONTRATADA, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- ii. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- iii. A adequação dos serviços prestados;
- iv. O cumprimento das demais obrigações decorrentes deste Contrato.

- 8.1.9.11. Liberar fatura (nota fiscal) para pagamento após o recebimento provisório por parte fiscalização técnica e administrativa, verificação dos itens cabíveis a gestão e recebimento definitivo;
- 8.1.9.12. Oficiar, por escrito, ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil – RFB irregularidades identificadas no recolhimento das contribuições previdenciárias por parte da empresa contratada, bem como ao Ministério do Trabalho e Emprego, as identificadas em relação ao recolhimento do FGTS, juntando aos autos do processo administrativo respectivo, cópias dos expedientes trocados entre a CONTRATANTE e àqueles órgãos (TCU – Acórdão 1214/2013-Plenário);
- 8.1.9.13. Reter, até que a empresa contratada comprove o pagamento das verbas rescisórias ou dos documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho:
- i. a garantia contratual, conforme artigo 56 da Lei nº 8.666, de 1993, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela contratada, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela CONTRATANTE, nos termos da legislação que rege a matéria; e
 - ii. os valores das faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 8.1.10. A fiscalização dar-se-á, também, pelo público usuário (discentes, docentes e técnicos administrativos em educação da UFPE), mediante pesquisa de satisfação em formato concebido pela Superintendência de Segurança Institucional, com o objetivo de auferir os resultados da prestação dos serviços, os procedimentos utilizados pela contratada e outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto contratual.
- 8.1.11. A fiscalização será exercida no interesse da UFPE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer

irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se, quando destes for apurado ação ou omissão funcional, na forma e para os efeitos legais.

8.1.12. A atuação da fiscalização, em qualquer circunstância, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela boa execução dos serviços.

8.1.13. A comunicação entre os gestores da UFPE e os prepostos da empresa a ser contratada dar-se-á preferencialmente por escrito, em expediente datado e assinado, estabelecendo-se prazo para resposta sendo destinatário a UFPE ou a contratada. Visando à celeridade dos procedimentos porventura a serem providenciados, a comunicação poderá ocorrer mediante mensagens eletrônicas;

8.1.14. A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado, em conformidade com os fatores estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), Anexo VII deste Termo de Referência.

8.1.15. Os serviços da CONTRATADA serão avaliados por meio de 02 (dois) indicadores de qualidade:

Verificação de Insumos;

Não Reposição de pessoal ausente.

8.1.16. A equipe gestora do contrato enviará à contratada o resultado da avaliação mensal dos indicadores até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, para que a empresa prestadora dos serviços possa emitir a devida fatura mensal.

8.1.17. No primeiro mês do contrato o IMR terá caráter educativo, para adaptação da CONTRATADA ao instrumento, não tendo impacto financeiro nas adequações de pagamento.

8.1.18. A contratada deverá manter registro diário de frequência e desenvolver um programa de controle de qualidade visando a eliminar ou a minimizar as desconformidades porventura detectadas mensalmente ao longo da execução contratual.

8.1.19. Após o recebimento definitivo dos serviços, conforme previsto nos artigos 49 e 50 da IN SEGES/MP nº 05, de 2017 e em conformidade com o anexo XI daquela Instrução Normativa, o gestor do contrato deve instruir o processo de

pagamento com a Fatura e os demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços, encaminhando-os à Tesouraria do Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF da UFPE, para pagamento, observadas as demais condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório.

8.1.20. O cumprimento das obrigações definidas para a fiscalização (técnica e administrativa) e para a gestão do contrato a ser firmado, constituir-se-á em procedimento de verificação do igual cumprimento da obrigação da contratada de manter, durante todo o período de execução do contrato, todas as condições de contratação atendidas pela mesma à época da assinatura contratual.

8.1.21. As sanções, glosas e condições para rescisão contratual, bem como as multas por atraso injustificado para início ou atraso durante a execução da prestação dos serviços, estão definidas no item 22 deste Termo de Referência.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, em conformidade com a tabela: **uniformes e equipamentos de uso e proteção**, anexo V deste Termo, promovendo a substituição quando for necessário.

9.1.1. A empresa contratada deverá fornecer os EPI's necessários à perfeita execução dos serviços, conforme disposto no **Anexo IX - Laudo Técnico para Licitações – SESST nº 008/2020**;

9.1.1.1. Os insumos previstos na Planilha de Custos no Módulo 5 – Insumos diversos discriminados no Termo Contratual terá seus preços reajustados, quando das prorrogações contratuais, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE acumulado no período dos 12 (doze) meses anteriores à data da prorrogação (alínea “b” do item 7 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017).

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.2. Conforme indicado no Estudo Preliminar, as unidades organizacionais dos *campi* universitários: Recife, Caruaru e Vitória a serem atendidas pelo contrato se encontram

em espacialidades geográficas distintas, a exemplo do *campus* Recife que dispõe de unidades descentralizadas, não apenas concentradas na Cidade Universitária.

10.3. A demanda dos serviços a serem contratados apresentam como principal característica a flutuabilidade *temporal na demanda*, nos termos expostos no Estudo Preliminar.

10.4. A discriminação do quantitativo de postos com a respectiva carga horaria e locais de realização dos serviços estão detalhadamente dispostas no **Anexos II** deste Termo.

10.5. Para fins de preenchimento da proposta, as empresas devem considerar o Modelo de proposta constante no Anexo VI-A em relação aos itens 1,2,3,4,5,6,7,8,11,12,13,14,15,16,17,18 e 19 (postos de vigilante), já para os itens 9 e 10 (postos de supervisor), as licitantes deverão considerar o Modelo de Proposta constante no Anexo VI-B.

11. UNIFORMES

11.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

11.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

A	Uniformes		A	C
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Vida útil Meses
1	Calça reforçada	Unidade	610	6
2	Camisa de mangas curtas	Unidade	610	6
3	Cinto de Nylon	Unidade	305	12
4	Par de Coturno	Unidade	247	12
5	Pares de Meias	Unidade	610	6
6	Boné com emblema	Unidade	301	12
7	Jaqueta de frio ou Japona	Unidade	193	12
8	Bota Para Motoqueiro	Par	58	12

9	Capa de chuva	Unidade	305	12
---	---------------	---------	-----	----

*Os uniformes e demais complementos, armas, munição e outros equipamentos de uso individual, necessários à execução dos serviços, estão mais bem detalhados no **Anexo V** deste Termo.

11.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, condizentes com o clima da região Nordeste do Brasil e mais especificamente da Região Metropolitana do Recife, bem como com o local de exercício das atividades, e em tamanhos compatíveis com a altura e peso dos profissionais

11.4. Os uniformes, com logomarca da empresa, e seus complementos deverão ser fornecidos 2 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou conforme tabela acima ou a qualquer época, após comunicação escrita da UFPE, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

11.5. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados ou folgados em demasia.

11.6. Os uniformes e equipamentos deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

12.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

- 12.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 12.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 12.7.1.* exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 12.7.2.* direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 12.7.3.* promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 12.7.4.* considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.8. fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
- 12.8.1.* A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - 12.8.2.* O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
 - 12.8.3.* O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 12.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de **30 (trinta) dias**, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
- 12.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

12.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado. **Fiscalização pelo Público**

Usuário

12.16. Implementar método de fiscalização pelo público usuário, conforme previsto no **subitem 8.1.10** deste Termo, em até 60 (sessenta) dias após a assinatura contratual.

12.16.1. O acompanhamento sistemático dos trabalhos e a implementação desse método de fiscalização contratual pelo usuário no prazo indicado, caberão à Superintendência de Segurança Institucional (SSI).

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

13.9. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº. 5/2017:

13.9.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

13.9.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

13.9.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

13.9.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

13.9.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

13.10. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

13.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5)

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

13.12. Substituir, no prazo de **3 (três) horas**, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

13.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.13.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

13.14. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

13.15. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.15.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

13.16. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

13.17. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.18. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

13.19. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a

Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.20. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.20.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.20.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.20.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.21. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

13.22. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.23. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

13.23.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.23.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.23.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

- 13.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.27. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 13.28. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- 13.28.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.*
- 13.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.30. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.31. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 13.32. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.33. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

13.34. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.35. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.36. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

13.37. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.38. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

13.39. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.40. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.41. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.42. Entregar à fiscalização administrativa da Contratada, as documentações e comprovações dispostas no subitem 16.6 deste Termo de Referência.

13.42.1. Havendo contratações de novos empregados atender ao solicitado no subitem 16.9 deste Termo.

13.43. Atender aos requisitos de sustentabilidade dispostos no **subitem 5.5** deste Termo de Referência.

13.44. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção,

relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

13.44.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

13.44.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

13.44.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

13.45. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

13.46. Disponibilizar profissionais vigilantes a serem alocados aos serviços com os seguintes requisitos nos termos do art. 16 e 17 da Lei nº 7.102/83:

Art. 16. Para o exercício da profissão, o vigilante preencherá os seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro;
- II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- III - ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
- IV - ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei;
- V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;
- VI - não ter antecedentes criminais registrados; e
- VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Parágrafo único - O requisito previsto no inciso III deste artigo não se aplica aos vigilantes admitidos até a publicação da presente Lei

Art. 17. O exercício da profissão de vigilante requer prévio registro no Departamento de Polícia Federal, que se fará após a apresentação dos documentos comprobatórios das situações enumeradas no art. 16.

13.47 Obrigar-se-á, ainda, a Contratada:

- a) Comprovar a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;
- b) Dispor, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão de obra nos Postos relacionados no Anexo II, nos horários fixados na escala de serviço, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os Postos conforme o estabelecido;
- c) Apresentar à fiscalização, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após o início da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - c.1) relação nominal dos empregados e prepostos utilizados na execução dos serviços contratados, por campi, contendo nome completo; nº da identidade, órgão expedidor e data de expedição do RG; Carteira de Saúde ou equivalente e endereço residencial, acompanhada de documentação probatória do vínculo empregatício, mantendo-a atualizada sempre que houver alterações do seu efetivo ou remanejamento;
 - c.2) apólice de seguro de vida em grupo;
 - c.3) Comprovação para autorização para compras de armas em Pernambuco;
- d) Implantar e gerir de forma adequada à planificação permanente dos serviços, dentro da sistemática estabelecida neste termo de referência e de modo a assegurar-lhes o nível de qualidade e eficiência necessárias; e) Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização por parte da UFPE, através de seus órgãos de controle, promovendo fácil acesso aos serviços em prestação, bem como atender prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização;
- e) Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- f) Fornecer uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida, conforme abaixo descrito, observado o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho:

QUANTIDADE	NATUREZA	DISCRIMINAÇÃO
Um por vigilante	Permanente	Revolver Calibre 38
Um por vigilante	Permanente	Rádio de comunicação de alcance mínimo de 5.000m
Duas por vigilante	Consumo	Calça
Duas por vigilante	Consumo	Camisa de mangas compridas e curtas
Um por vigilante	Consumo	Cinto de Nylon
Um por vigilante	Consumo	Par de Coturno
Dois por vigilante	Consumo	Pares de Meias
Um por vigilante	Consumo	Boné com emblema
Duas por vigilante	Consumo	Jaqueta de frio ou Japona

Um por vigilante	Consumo	Capa de chuva
Um por vigilante	Consumo	Crachá
Um por vigilante	Consumo	Cinto com coldre e baleiro
Uma por vigilante noturno	Consumo	Lanterna com pilhas
Um por vigilante	Consumo	Cordão de Apito
Um por vigilante	Consumo	Apito
Um por vigilante	Consumo	Colete a prova de bala
Um por vigilante	Consumo	Porta Cassetete
Um por vigilante	Consumo	Cassetete
Um por localidade	Consumo	Livro de Ocorrência
Um por vigilante	Consumo	Distintivo tipo Broche
Conforme a arma	Consumo	Munição calibre 38
Um por vigilante motorizado = 16 motos	Permanente	Moto para o vigilante, com combustível conforme detalhado na tabela C, do ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE USO E PROTEÇÃO
2.250 litros	Consumo	Combustível: conforme análise do consumo de combustível por quilometragem percorrida por dia
Um por vigilante motorizado	Permanente	Capacete
Um por vigilante	Consumo	Bota motociclista

- g) A Contratada fornecerá ao pessoal em serviço os equipamentos de proteção individual – EPI – conforme Lei nº. 6.514/77 e Portaria nº. 3.214/78 do Ministério do Trabalho (NR 06), caso sejam necessários;
- h) Os rádios transceptores deverão ser ajustados à **frequência DTMF** da Superintendência de Segurança Institucional da UFPE, em número correspondente aos vigilantes contratados.
- i) A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados;
- j) Apresentar à UFPE a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizadas pela mão- de- obra nos Postos;
- k) Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos Postos;
- l) Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;
- m) Apresentar carteira de habilitação para moto, conforme o Código Brasileiro de Trânsito;

- n)** Prever toda a mão de obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
- o)** Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão de obra oferecida para atuar nas instalações da UFPE;
- p)** O efetivo de mão de obra especificada será mantido pela contratada independentemente do afastamento de qualquer trabalhador, quer por férias, quer por licença médica ou por qualquer outro fator, procedendo-se a imediata substituição do afastado, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- q)** Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela UFPE, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma;
- r)** Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
- s)** Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da UFPE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- t)** Relatar à UFPE toda e qualquer irregularidade observada nos Postos de Serviço e nas instalações onde houver prestação dos serviços;
- u)** A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da UFPE ou das pessoas, depois de esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;
- v)** Evitar situações que gerem inquietação ou agitação por parte dos seus empregados no local de execução dos serviços, em especial as pertinentes a atrasos no pagamento de salários e no fornecimento de vale-transporte e vale alimentação;
- w)** Providenciar as faturas mensais, por campi acompanhados de comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) correspondente ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado (§ 4º, art. 31, da Lei nº 9.032/95) e do regular pagamento dos salários, vale transporte e alimentação referente ao mês;
- x)** Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativas do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, durante a sua vigência, de acordo com o § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações;
- z)** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como as exigências constantes no subitem 5.2.1.4 deste Termo de Referência;

13.48. A Contratada deve comprovar no prazo máximo de 60 (sessenta), dias contado a partir da vigência do contrato, que possui ou instalará escritório na Região Metropolitana do Recife;

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

16.2. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

- I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;
- II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário; III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
- IV – *Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer*

concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V - *Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, nos termos do subitem 8.1.10 deste Termo de Referência, observando-se o que dispõe o subitem 12.16 com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.*

16.3. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

16.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.5. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.6. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não

for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

- b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
 - c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
 - c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
 - d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

- d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - d.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 16.7. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 16.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 16.9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.6 deverão ser apresentados.
- 16.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 16.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 16.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 16.13. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 16.14. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:
- 16.13.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):
 - a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
 - b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

- c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
- e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
- f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
 - g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
 - g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
 - g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.13.2. ***Fiscalização mensal*** (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

16.13.3. Fiscalização diária:

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

16.14. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.14.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

16.15. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.15.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

16.16. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo,

Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

16.17. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo VII deste Termo, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.17.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

- 16.18. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 16.19. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.20. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.21. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 16.22. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 16.23. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 16.24. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 16.25. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 16.26. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 16.27. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 16.28. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.29. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.30. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 16.30.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 16.30.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 16.30.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.
- 16.31. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 16.32. A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.33. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 17.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 17.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 17.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 17.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 17.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 17.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 17.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;
- 17.3.2 No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 17.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários,

devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4 No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela
fiscalização e, caso
haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
e

17.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de **30 (trinta)** dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados

no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência, nos termos seguintes:

18.2.1 No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas previstas na IN SEGES/MPDG Nº 05/2017.

18.2.2 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

18.2.3 No mesmo prazo, o fiscal administrativo deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

18.2.4. Os fiscais setoriais deverão elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.

18.2.5. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

18.2.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, administrativa, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.2.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.2.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

18.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo gestor contratual, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n.

5/2017.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1 o prazo de validade;

18.5.2 a data da emissão;

18.5.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4 o período de prestação dos serviços;

18.5.5 o valor a pagar; e

18.5.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.7.1 não produziu os resultados acordados;

18.7.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.7.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 18.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.17. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.
- 18.17.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do

percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

18.17.2A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

18.17.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

18.18. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

18.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$(6 / 100) \quad I = 0,00016438$$

$$I = (TX) \quad I = \frac{\quad}{365} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

19. DO PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

19.1 No caso do Pagamento pelo Fato Gerador, os órgãos e entidades deverão adotar os seguintes procedimentos:

a) Serão objeto de pagamento mensal pela Administração à contratada o somatório dos seguintes módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços, disposta no Anexo VII-D:

1. Módulo 1: Composição da Remuneração;
2. Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;
3. Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;
4. Submódulo 4.2: Substituto na Intrajornada;
5. Módulo 5: Insumos; e

6. Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.

b) Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais à contratada, devendo ser pagos pela Administração à contratada somente na ocorrência do seu fato gerador;

c) As verbas discriminadas na forma da alínea “b” acima somente serão liberadas nas seguintes condições:

- c.1. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
 - c.2. pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
 - c.3. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;
 - c.4. pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e
 - c.5. outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.
- 19.2 A não ocorrência dos fatos geradores discriminados na alínea “b” acima não gera direito adquirido para a contratada das referidas verbas ao final da vigência do contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas neste termo de referência e demais anexos do edital.

20. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)/ REAJUSTE DE PREÇOS

- 20.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
- 20.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

- 20.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 20.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
 - 20.3.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
 - 20.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 20.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 20.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- 20.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 20.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 20.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
 - 20.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
 - 20.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos dos insumos diversos (Módulo 5 das Planilhas de Custos e Formação de Preços), adotando-se o Índice IPCA/IBGE;

- 20.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 20.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 20.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 20.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 20.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 20.13. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento indicado no **subitem 20.7.3 deste Termo**, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I° = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 20.13.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença

correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

- 20.13.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
 - 20.13.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
 - 20.13.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
 - 20.13.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 20.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 20.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
 - 20.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
 - 20.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 20.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 20.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

- 20.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 20.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 20.19. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 20.20. Justifica-se a adoção das regras do reajustamento de preços amplo (repactuação/reajuste) nesta licitação, por contemplar serviços de natureza contínua com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de insumos diversos (Módulo 5 das Planilhas de Custos e Formação de Preços). As repactuações envolvendo materiais serão efetuadas com base no IPCA/IBGE, índice setorial oficial específico para os insumos diversos empregados na execução contratual, tais como: uniformes, materiais de consumo, materiais de média e longa duração, equipamentos e outros.

21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 21.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 21.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 20.19.1. 21.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 20.19.2. 21.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

- 21.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 21.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 20.19.3. 21.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 20.19.4. 21.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 20.19.5. 21.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 20.19.6. 21.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 21.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 21.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 21.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 21.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 21.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 21.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 21.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 21.12 Será considerada extinta a garantia:
- 21.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante,

mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

21.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

21.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

21.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

21.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

21.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

21.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

22.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

22.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

22.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

22.1.5 cometer fraude fiscal.

22.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

22.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.2.2. Multa de:

22.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

22.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

22.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

22.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

22.2.2.6 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

22.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência.

22.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3 As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por Campus	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	3
6	Permitir a presença de profissionais sem uniformes, com uniformes sujos, manchados ou mal apresentados, por profissional e por dia	1
7	Atrasar na implantação de medidas corretivas exigidas pelo gestor do contrato ou na execução de outras obrigações contratuais, por dia;	1
8	Manter, em serviço, número de profissionais inferior ao contratado, por profissional e por dia	4
9	Descontar do salário dos seus profissionais os custos dos uniformes, calçados, equipamentos de proteção individual e insumos, por profissional	4

10	Não respeitar a estabilidade provisória de seus profissionais (gestantes e estabilidade acidentária), por profissional e por ocorrência	5
11	Atrasar o pagamento dos salários ou acréscimos decorrentes de lei, contrato ou dissídio, por ocorrência	1
Para os itens a seguir, deixar de:		
12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia	1
13	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	2
14	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, inclusive por prática de discriminação de raça, gênero e/ou opção sexual, por funcionário e por dia	1
15	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	3
16	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato	1
17	Providenciar treinamento e capacitação aos seus funcionários nos termos exigidos, de modo a qualificá-los a melhor lidar com a diversidade e a pluralidade do público acadêmico	1
18	Fornecer equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, por ocorrência	5
19	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por ocorrência	5

20	Recolher as contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura, por ocorrência	5
21	Entregar os vales-transportes e/ou vale refeição nas datas avençadas a todo o elenco profissional, por ocorrência	5
22	Fornecer aos profissionais os Equipamentos de Proteção Individual exigidos, bem como aqueles que porventura passem a ser exigíveis por força de Lei ou Convenção, por profissional e por ocorrência	2
23	Apresentar mensalmente a escala de férias do elenco empregado, por profissional e por ocorrência	2
24	Tomar medidas necessárias ao atendimento de profissionais acidentados ou com mal súbito, inclusive atendimento em caso de emergência, por profissional	4
25	Observar as determinações da UFPE quanto à permanência e circulação dos profissionais fora do local de execução dos serviços, durante o expediente laboral, por ocorrência	1
26	Prestar esclarecimentos à UFPE, por ocorrência	1
27	Notificar à UFPE, previamente, sobre qualquer transferência ou substituição de pessoal, por profissional	3
28	Comunicar por escrito à UFPE, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade observada quando da prestação dos serviços, por ocorrência	1

22.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

22.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

23.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

23.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

- 23.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão os previstos nos requisitos da contratação, **subitem 5.2** deste Termo.
- 23.4 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de até R\$19.040.233,23 (**Dezenove milhões, quarenta mil, duzentos e trinta e três reais, vinte três centavos**)
- 23.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global por lote único.
- 23.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
- 23.7 Não haverá margem de preferência para esta licitação.

24 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 24.1 O custo estimado da contratação é de R\$19.040.233,23 (**Dezenove milhões, quarenta mil, duzentos e trinta e três reais, vinte três centavos**). Sendo este o valor máximo aceitável.
- 24.2 O Valor Anual da contratação é R\$ **19.040.233,23 (Dezenove milhões, quarenta mil, duzentos e trinta e três reais, vinte três centavos)**, com custo mensal de **R\$ 1.586.686,10 (Um milhão, quinhentos e oitenta e seis mil, seiscentos e oitenta e seis reais e dez centavos)**. Onde os postos referente a Recife tem um custo mensal de R\$ **1.183.500,93 (Um milhão, cento e oitenta e três mil, quinhentos reais e noventa e três centavos)** e anual de **R\$ 14.202.011,20 (Quatorze milhões, duzentos e dois mil, onze reais e vinte centavos)**. Centro Acadêmico de Vitória - CAV – custo mensal de **R\$ 123.506,65 (Cento e vinte e três mil, quinhentos e seis reais e sessenta e cinco centavos)** e custo anual de **R\$ 1.482.079,79 (Um milhão, quatrocentos e oitenta e dois mil, setenta e nove reais e setenta e nove centavos)**. Centro acadêmico do Agreste - CAA custo mensal **R\$ 279.678,52 (Duzentos e setenta e nove mil, seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos)** e custo anual estimado de **R\$ 3.356.142,24 (Três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, cento e quarenta e dois reais e vinte e quatro centavos)**.

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

25.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021 (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 14.144 de 22 de abril de 2021, publicada no DOU em 23 de abril de 2021), na classificação abaixo:

25.1.1. Gestão/Unidade: 15233/152771

25.1.2. Fonte de Recursos: Tesouro/Próprio;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização: Julho/2020

25.1.3. Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0026 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco

25.1.4. Natureza de Despesa: 3390.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

25.2. As despesas que porventura ultrapassarem o exercício em que ocorra a contratação, estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual do exercício correspondente.

26. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

26.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

26.1.1. ANEXO I – ESTUDO PRELIMINAR

26.1.2. ANEXO II – TIPO DE POSTOS/ QUANTITATIVOS DE POSTOS E LOCAIS DE SERVIÇOS

26.1.3. ANEXO III – ÁREA FÍSICA DA UFPE

26.1.3.1. ANEXO III – A – Campus RECIFE

26.1.3.2. ANEXO III – B – Campus VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

26.1.3.3. ANEXO III - C - Campus CARUARU

26.1.4. ANEXO IV - ROTINAS

26.1.5. ANEXO V –UNIFORME E EQUIPAMENTO DE USO DE PROTEÇÃO

26.1.6. ANEXO VI – MODELO DA PROPOSTA E PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO

26.1.7. ANEXO VII- IMR

26.1.8. ANEXO VIII – ORDEM DE SERVIÇO

26.1.9. ANEXO IX – LAUDO TÉCNICO PARA LICITAÇÕES - SESST nº 008/2020...

26.1.10. ANEXO X – PLANILHA DE CONTROLE DE TERCEIRIZADOS

26.1.11 ANEXO XI – MAPA DE RISCO

26.1.12 ANEXO XII - TERMO DE VISTORIA

Recife-PE, 20 de agosto de 2021

Olívia de Albuquerque Pessoa
SIAPE 1131902

Aprovo,

João Everaldo de Araújo
Superintendente de Segurança Institucional
SIAPE: 1133699

Autorizo,

Alfredo Macedo Gomes
Reitor
SIAPE: 1171268

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA
TIPOS DE POSTOS E QUANTITATIVO DE POSTOS

☐ Campus do Recife – Item 1

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	QTDE
Posto Tipo 1	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sábado, das 07h00min. às 15h00min., e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 01 (um) vigilante por posto.	06
Posto Tipo 2	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min. às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 (dois) vigilantes por posto.	06
Posto Tipo 3	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min, com 02 (dois) vigilantes por posto.	04
Posto Tipo 4	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min, com 02 (dois) vigilantes por posto.	06
Posto Tipo 5	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min. às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 08 às 12 horas, totalizando 44 horas semanais, com 01 (um) vigilante por posto.	20
Posto Tipo 6	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 13 às 17 horas, totalizando 44 horas semanais, com 01 (um) vigilante por posto.	15
Posto Tipo 7	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min, com 02 (dois) vigilantes por posto.	34
Posto Tipo 8	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min, com 04 (quatro) vigilantes por posto.	21
Posto Tipo 9	Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min, com 02 (dois) vigilantes por posto.	01
Posto Tipo 10	Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min, com 02 (dois) vigilantes por posto.	01

□ Campus de Vitória de Santo Antão – **Item 2**

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	QTDE
Posto Tipo 11	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min, com 04 (quatro) vigilantes por posto.	03
Posto Tipo 12	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19 horas às 07:00 horas (envolvendo 04 vigilantes).	03

□ Campus do Agreste (Caruaru) – **Item 3**

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	QTDE.
Posto Tipo 13	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 02 (dois) vigilantes por posto.	02
Posto Tipo 14	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 (dois) vigilantes por posto.	02
Posto Tipo 15	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min, com 02 (dois) vigilantes por posto.	03
Posto Tipo 16	Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 19:00h. às 07:00h, com 02 (dois) vigilantes por posto.	02
Posto Tipo 17	Vigilância Armada, com sistema de ronda eletrônica, motorizada de 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min, com 02 (dois) vigilantes por posto.	01
Posto Tipo 18	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min, com 04 (quatro) vigilantes por posto.	04
Posto Tipo 19	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min, com 04 (quatro) vigilantes por posto.	04

Postos e Locais de Serviços

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	Compreende as áreas do (a): Centro de Ciências da Saúde (Biblioteca – Pós-Graduação; Departamento de Anatomia e Serviço de Verificação de Óbitos; Centro de Ciências Biológicas; Departamento de Nutrição; Laboratórios: Central de Pós-Graduação e UNATI; Departamento de Odontologia (Buco e Preventiva); Departamento de Fonoaudiologia; Clínica de Fono.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	Compreende as áreas do (a): Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; e Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibióticos, Farmácia; Centro de Ciências do Nordeste; Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	Compreende as áreas do (a): Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário; Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; e Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibióticos, Farmácia; Centro de Ciências do Nordeste.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	Compreende as áreas do (a): Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central; Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível e Energia Renovável; Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Área II; Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de Arqueologia e ETA

01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	Compreende as áreas do (a): Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almojarifado Central; Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível e Energia Renovável; Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Área II; Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de Arqueologia e ETA.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	Compreende as áreas do (a): Clube Universitário; Núcleo de Educação física e Desporto; Departamento de Terapia Ocupacional; Departamento de Fisioterapia; Casa de Estudante Masculina; DINE; Superintendência de Tecnologia da Informação e Núcleo de Atenção ao Idoso.

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Compreende as áreas do (a): Centro de Ciências da Saúde (Biblioteca – Pós-Graduação; Departamento de Anatomia e Serviço de Verificação de Óbitos; Centro de Ciências Biológicas; Departamento de Nutrição; Laboratórios Central de Pós-Graduação e UNATI; Departamento de Odontologia (Buco e Preventiva); Departamento de Fonoaudiologia; e Clínica de Fono.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Compreende as áreas do (a): Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; e Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibióticos, Farmácia; Odontologia (Buco e Preventiva); Centro de Ciências do Nordeste; Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Compreende as áreas do (a): Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário; Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; e Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibióticos, Farmácia; Odontologia (Buco e Preventiva); Centro de Ciências do Nordeste.

02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Compreende as áreas do (a): Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central, Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível e Energia Renovável; Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Área II; Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de Arqueologia e ETA.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Compreende as áreas do (a): Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Área II; Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de Arqueologia e ETA; Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central, Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível e Energia Renovável.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Compreende as áreas do (a): Clube Universitário; Núcleo de Educação física e Desporto; Departamento de Terapia Ocupacional; Departamento de Fisioterapia; Casa de Estudante Masculina; DINE; Superintendência de Tecnologia da Informação e Núcleo de Atenção ao Idoso.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 3	Compreende as áreas do (a): Clube Universitário; Núcleo de Educação Física e Desporto; Departamento de Terapia Ocupacional; Clínica de Fisioterapia; Departamento de Fisioterapia; CEUs Masculina e MISTA; DINE; Superintendência de Tecnologia da Informação e Núcleo de Atenção ao Idoso.

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 3	Compreende as áreas do (a): Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de Energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central, Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível; NIATE CTG/CCEN: Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Departamento de Física; Área II; ETA e Centro de Informática.

02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 3	Compreende as áreas do (a): Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Artes e Comunicação; Centro de Educação; Colégio de Aplicação; NIATE CFCH/CCSA; Restaurante Universitário; Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; e Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibióticos, Farmácia; Centro de Ciências do Nordeste.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 3	Compreende as áreas do (a): NIATE CB/CCS; Centro de Ciências Médicas; Centro de Ciências da Saúde; Biblioteca de Saúde; Pós-Graduação em Saúde; Departamento de Anatomia e Serviço de Verificação de Óbitos; Centro de Ciências Biológicas; Departamento de Nutrição; Laboratórios Central de Pós-Graduação e UNATI; Departamento de Odontologia (Buco e Preventiva); Departamento de Fonoaudiologia e Clínica de Fonoaudiologia.
02 (DOIS) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Clube Universitário; Núcleo de Educação física e Desporto; Departamento de Terapia Ocupacional; Departamento de Fisioterapia; Casa de Estudante Universitária Masculina e Mista; DINE; Superintendência de Tecnologia da Informação e Núcleo de Atenção ao Idoso.
02 (DOIS) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central, Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível e Energia Renovável; Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Área II; Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de Arqueologia e ETA.
02 (DOIS) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Clube Universitário; Núcleo de Educação física e Desporto; Departamento de Terapia Ocupacional; Departamento de Fisioterapia; Casa de Estudante Masculina; DINE; Núcleo de Tecnologia da Informação e Núcleo de Atenção ao Idoso; Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Prefeitura da Cidade Universitária; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central, Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível e Energia Renovável; Centro de

		Ciências Exatas e da Natureza; Área II; Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de Arqueologia e ETA;.
--	--	--

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Centro de Ciências da Saúde (Biblioteca – Pós-Graduação; Departamento de Anatomia e Serviço de Verificação de Óbitos; Centro de Ciências Biológicas; Departamento de Nutrição, 14 BIS; Laboratórios Central de Pós-Graduação e UNATI;
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; e Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibióticos, Farmácia; Odontologia (Buco e Preventiva); Centro de Ciências do Nordeste; Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário; Centro de Ciências da Saúde (Biblioteca – Pós-Graduação; Departamento de Anatomia e Serviço de Verificação de Óbitos; Centro de Ciências Biológicas; Departamento de Nutrição; Laboratórios Central; UNATI.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário; Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; e Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibióticos, Farmácia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre do CCS/BR 101 e Centro de Ciências da Saúde.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e Departamento de Fonoaudiologia; Odontologia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e Departamento de Farmácia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre; Coordenadoria de Ensino de Ciências do Nordeste; Corpo Discente e Departamento de Engenharia Química.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a):

		Portão de Pedestre e Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Artes e Comunicação e Centro de Educação
--	--	---

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre; Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e de Veículos da Editora; Oficinas.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre da Superintendência de Infraestrutura; DPP; Diretoria de Licitação e Contratos.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre do Centro de Ciências Exatas e da Natureza.
01 (UM) VIGILANTES ARMADOS	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Área da Biblioteca Central.
01 (UM) VIGILANTES ARMADOS	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Estacionamento do Centro de Ciências Sociais Aplicadas.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Colégio de Aplicação e Laguinho.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Centro de Biologia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Fonte Alternativa de Energia /CER
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Centro de Informática.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Restaurante Universitário; Estacionamento do CFCH/CAC.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Área II; Oceanografia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Entrada do Campus da UFPE.

01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Saída do Campus da UFPE.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): DINE; UNATI; Fisioterapia; T.O.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre do CCS/BR 101 e Centro de Ciências da Saúde.

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
01 (UM) VIGILANTE ARMADOS	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e Departamento de Fonoaudiologia; Odontologia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e Departamento de Farmácia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre; Coordenadoria de Ensino de Ciências do Nordeste; Corpo Discente e Departamento de Engenharia Química.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Artes e Comunicação e Centro de Educação.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre; Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e de Veículos da Editora; Oficinas.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre da Superintendência de Infraestrutura; DPP; Diretoria de Licitação e Contratos.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre do Centro de Ciências Exatas e da Natureza.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Área da Biblioteca Central.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Estacionamento do Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Colégio de Aplicação e Laguinho.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Centro de Biologia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Fonte Alternativa de Energia / CER
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Centro de Informática.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): Restaurante Universitário; Estacionamento do CFCH/CAC
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): Área II; Oceanografia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): Entrada do Campus.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): Saída do Campus.

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): DINE; UNATI; Fisioterapia; T.O.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): CB / Departamento de Odontologia/Portão CCS.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SUDENE
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SUDENE

02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SUDENE
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CEU FEMININA
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CEU FEMININA
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	REITORIA
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	REITORIA
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CEU MISTA / MASCULINA
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS	Posto Tipo 7	SUDENE

(PLANTÃO 12 x 36) DIURNO		
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	DEPARTAMENTO DE ENERGIA NUCLEAR
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E MATERIAL

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E MATERIAL
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SERVIÇO DE PSICOLOGIA APLICADA / NASE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CENTRO DE CONVENÇÕES
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CENTRO DE CONVENÇÕES
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	MEMORIAL DE ENGENHARIA / ANEXO I

02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	MEMORIAL DE ENGENHARIA / ANEXO I
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	NÚCLEO DE APOIO AO ESTUDANTE / NAE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E FÍSICA E DESPORTOS
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E FÍSICA E DESPORTOS
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	NÚCLEO DE TELEVISÃO E RÁDIO UNIVERSITÁRIA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	NÚCLEO DE TELEVISÃO E RÁDIO UNIVERSITÁRIA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	LAMSA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SUDENE

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
02 - VIGILANTES ARMADOS	Posto Tipo 7	SUDENE

(PLANTÃO 12 x 36) DIURNO		
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	DEMEC - PÓS GRADUAÇÃO / ANEXO II
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	DEMEC - PÓS GRADUAÇÃO / ANEXO II
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CENTRO CIÊNCIAS JURÍDICAS - SEDE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CENTRO CIÊNCIAS JURÍDICAS - SEDE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	COVEST / MEMORIAL DE MEDICINA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	COVEST / MEMORIAL DE MEDICINA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO CULTURAL
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO CULTURAL

04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NIATE CB / CCS *
04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NIATE CCSA / CFCH *
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NIATE CTG / CCEN *
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	CEU FEMININA

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE / SIS
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	REITORIA
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	CEU MISTA / MASCULINA
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	DEPARTAMENTO DE ENERGIA NUCLEAR / DEN

04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E MATERIAL/INTM
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	SERVIÇO DE PSICOLOGIA APLICADA /NASE
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	CENTRO DE CONVENÇÕES / CECON
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	MEMORIAL DE ENGENHARIA / ANEXO I
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NÚCLEO DE APOIO AO ESTUDANTE / NAE
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NÚCLEO DE TELEVISÃO E RÁDIO UNIVERSITÁRIA
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	SUDENE
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	PÓS GRADUAÇÃO / DEMEC / ANEXO II
QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE

04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS /CCJ
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	COVEST / MEMORIAL DE MEDICINA
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO CULTURAL
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	FONTE ALTERNATIVA DE ENERGIA / CENTRO DE ENERGIA RENOVÁVEL *

OBS: Os postos do tipo 6, que tem asterisco (*) é para indicar que estes postos são compostos por 6 funcionários que ocupam o posto tipo 2. Os postos do tipo 8, que tem asterisco (*) é para indicar que estes postos desmembram dois

(2) vigilantes para compor o quadro de seis (6) vigilantes no turno noturno (19 as 07 h.) na escala de 12 X 36 horas do prédio da SUDENE.

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (CAV)
04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 11	Centro Acadêmico de Vitória
04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 11	Centro Acadêmico de Vitória
04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 11	Anexo do Centro Acadêmico de Vitória

04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 12	Centro Acadêmico de Vitória
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 12	Centro Acadêmico de Vitória
04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36)DIURNO	Posto Tipo 12	Anexo do Centro Acadêmico de Vitória

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS DO AGRESTE (CARUARU)
02 – VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 13	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 13	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 14	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 14	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTE ARMADO (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 15	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTE ARMADO (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 15	Centro Acadêmico do Agreste

02 – VIGILANTE ARMADO (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 15	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTE ARMADO (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 16	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTE ARMADO (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 16	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 17	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 18	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 18	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 18	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 18	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS	Posto Tipo 19	Centro Acadêmico do Agreste

(PLANTÃO 12x36) DIURNO		
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 19	Centro Acadêmico do Agreste
04– VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 19	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 19	Centro Acadêmico do Agreste

☐ **Endereço dos Locais de Serviço**

UNIDADE	ENDEREÇO - CAMPUS RECIFE
Centro de Ciências da Saúde	Rua Nelson Chaves, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
Departamento de Anatomia	Av. Prof. Moraes Rêgo, 1235 Cidade Universitária CEP: 50670-420
Serviço de Verificação de Óbitos;	Rua Nelson Chaves, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
Centro de Ciências Biológicas	Av. Prof. Moraes Rêgo, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
Departamento de Nutrição	Rua Nelson Chaves, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
14 BIS	Rua Nelson Chaves, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
Laboratório Central de Pós-Graduação	Rua Nelson Chaves, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
UNATI	Rua Nelson Chaves, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
Hospital das Clínicas	Prof. Moraes Rêgo, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
Biblioteca Central	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Av. dos Funcionários, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
Central Telefônica	Av. dos Funcionários, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
Concha Acústica	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50.740-530
Centro de Convenções da UFPE	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50.740-530
Pista de Cooper	Av. dos Funcionários, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
DEQ	Av. dos Funcionários, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
LAMSA	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Núcleo de Hotelaria e Turismo	Av. dos economistas, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
Departamento de Antibióticos	Av. dos economistas, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
Departamento de Farmácia	Av. Prof. Artur de Sá, s/n

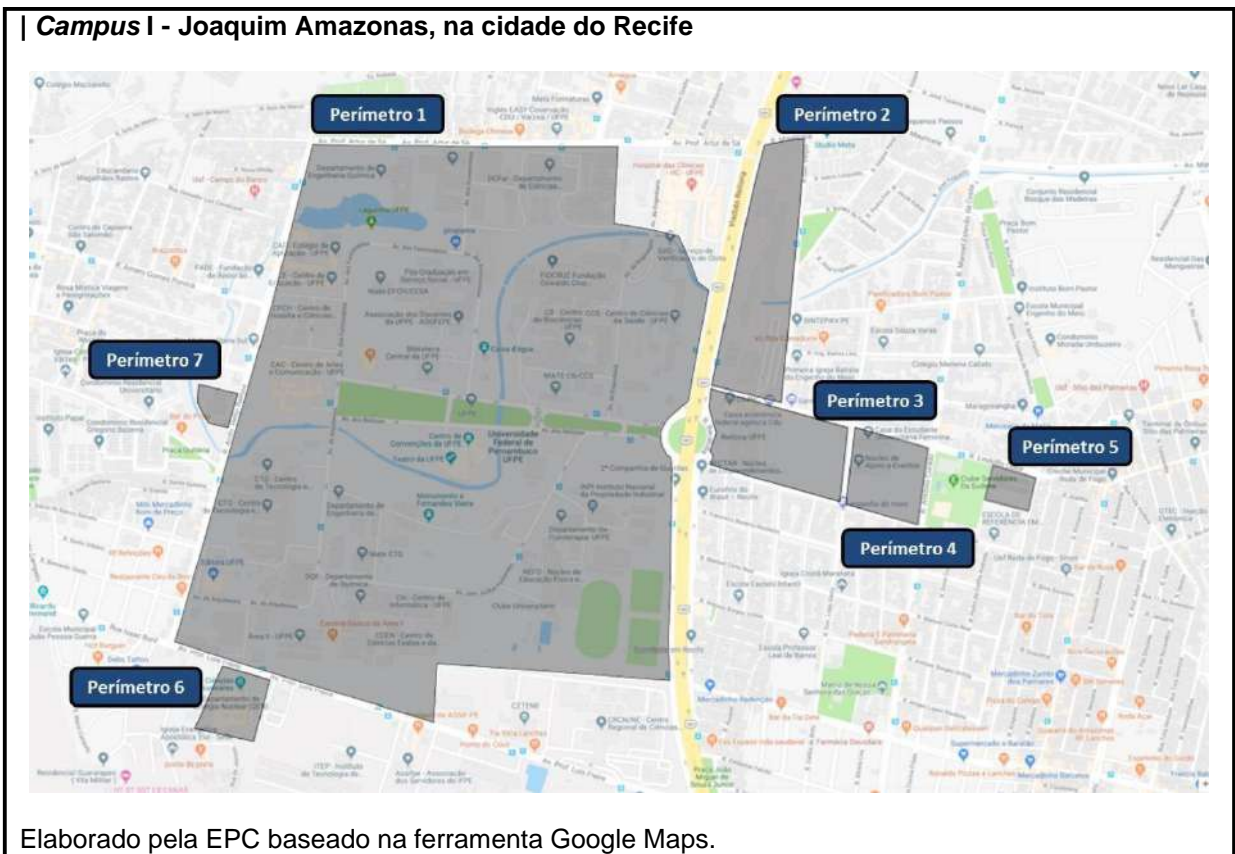
	Cidade Universitária CEP: 50670-901
Deptº de Odontologia (Buco e Preventiva)	Av. dos economistas, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
CECINE	Av. dos economistas, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
Centro de Artes de Comunicações	Av. dos Arquitetos, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-900
UNIDADE	ENDEREÇO - CAMPUS RECIFE
Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-900
Centro de Educação	Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n Cidade Universitária
Colégio de Aplicação	R. Acadêmico Hélio Ramos, s/n Cidade Universitária – CEP 50740 – 530
Restaurante Universitário	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50670- 901
Centro de Tecnologia e Geociências	Av. Acadêmico Hélio Ramos s/n Cidade Universitária – CEP: 50670- 901
Departamento de Oceanografia	Av. Acadêmico Hélio Ramos s/n Cidade Universitária – CEP: 50670- 901
CEERMA	Av. Acadêmico Hélio Ramos s/n Cidade Universitária – CEP: 50670- 901
FAE	Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n Cidade Universitária CEP: 50670- 900
Casa Tecnológica	Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n Cidade Universitária CEP: 50670- 900
Prefeitura da Cidade Universitária	Av. Professor Luís Freire, 1000 Cidade Universitária CEP: 50740-530
Departamento de Energia Nuclear	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740- 530
Departamento de Gestão de Bens e Serviços	Av. Prof. Moraes Rêgo, 1235 Cidade Universitária CEP: 50670- 420

Editora Universitária	Av. Acadêmico Hélio Ramos, 20 Cidade Universitária CEP: 50740-530
Almoxarifado Central	Av. Prof. Moraes Rêgo, 1235 Cidade Universitária CEP: 50670-420
Casa de Gás	Av. Prof. Moraes Rêgo, 1235 Cidade Universitária CEP: 50670-420
Centro Educacional Paulo Rosas (Creche)	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Oficinas, Bomba de Combustível e Energia Renovável	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Centro de Ciências Exatas e da Natureza	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Área II	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Departamento de Física	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Centro de Informática	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Laboratório de Arqueologia	Av. Acadêmico Hélio Ramos s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
ETA	Av. Acadêmico Hélio Ramos s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
Clube Universitário	Av. Visconde de Leopoldo, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
UNIDADE	ENDEREÇO - CAMPUS RECIFE
Núcleo de Educação Física e Desporto	Av. Professor Luís Freire, 1235 Cidade Universitária CEP: 50740-530
Departamento de Terapia Ocupacional	Av. Visconde de Leopoldo, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Departamento de Fisioterapia	Av. Visconde de Leopoldo, s/n

UNIDADE	ENDEREÇO - CAMPUS RECIFE
	Cidade Universitária CEP: 50740-530
Casa de Estudante Masculina	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
DINE	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
Superintendência de Tecnologia da Informação e Núcleo de Atenção ao Idoso.	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
Casa de Estudante Feminina	Rua: Gov. Lopo Garro , 527 Engenho do Meio - Recife-PE. CEP:
Sistema Integrado de Saúde	Rua Lindolfo Collor, Engenho do Meio - Recife-PE. CEP:
Restaurante Universitário	Av. dos Reitores, s/n - Cidade Universitária – Recife - CEP: 50670-901
Centro de Ciências Jurídicas	Praça Adolfo Cirne, s/n – Boa Vista Recife-PE - CEP:
UNIDADE	ENDEREÇO - CAMPUS VITÓRIA
Centro Acadêmico de Vitória	Rua do Alto do Reservatório, s/n - Bela Vista - Vitória de Santo Antão – PE
Centro Acadêmico de Vitória - ANEXO	Rua Dr. João Moura, 92. Loteamento Jardim São João Batista, Matriz. Vitória de Santo Antão – PE
UNIDADE	ENDEREÇO – CAMPUS AGRESTE –CARUARU
Centro Acadêmico do Agreste	Alameda Santa Cruz do Capibaribe, Km 62 - S. Superior, 18 - Módulo Verde - BR 104 - Bairro Nova Caruaru - Caruaru - PE

ANEXO III – DO TERMO DE REFERÊNCIA ÁREA FÍSICA DA UFPE

1. ANEXO III – A – Campus RECIFE



1.1. No *Campus I*, o perímetro mais relevante é o PIS 1, denominado por **CDU Principal**, que possui sozinho 1,11 km² e 4,42 km de perímetro, onde se concentra maior parte das unidades a serem assistidas pelo serviço a ser contratado e, por isso mesmo, onde estão distribuídos o maior número de postos. Coincide com o *Campus Joaquim Amazonas* ou com o cerne do bairro Cidade Universitária, segundo a setorização administrativa da Prefeitura do Recife.

1.1.1. Divisão espacial do *Campus I* – Joaquim Amazonas

Perímetro de Interesse de Segurança	Caracterização
Perímetro 1 – CDU Principal	Localizado na Cidade do Recife, corresponde quase integralmente ao bairro Cidade Universitária, possui uma área de 1.110.000 m ² e um perímetro de 4,42 km. Sua vanguarda e acesso principal se dá pela BR-101 e é delimitado basicamente pela Av. Prof. Luís Freire, pela Av. Acadêmico Hélio Ramos e pela Av. Prof. Artur de Sá. Em seu interior há um grande número de vias locais. No contexto da solução de segurança, é composto por vários condomínios e blocos, agrupados em quadrantes (CEP 50740-530)

Perímetro 2 – Antiga Sudene	Localizado no bairro Cidade Universitária, na cidade do Recife, trata-se de uma área de 71.500 m², com perímetro aproximado de 1,4 km. Sua vanguarda e acesso principal se dá pela Av. Getúlio
------------------------------------	---

Contínuos

Perímetro 3 – Reitoria	<p>Vargas e é delimitado pela via local da BR-101 (Rua Prof. Moraes Rego), Rua Mauriceia e Rua Lindolfo Color. Tendo ao centro uma edificação de 13 andares, cuja fora a sede da Sudene e do TRT no passado, ainda há outras edificações com destaque para a atual Reitoria do IFPE e vários estacionamentos internos (CEP 50670-420).</p> <p>Localizado no bairro Cidade Universitária, na cidade do Recife, trata-se de uma área de 49.600 m², com perímetro aproximado de 956 m. Sua vanguarda e acesso principal se dá pela via local da BR-101 (Rua Prof. Moraes Rego) e é delimitada pela Rua Costa Sepúlveda, pela Rua Governador Lopo Garro e pela retaguarda das agências bancárias da Rua Lindolfo Color. Abriga as instalações da Reitoria da UFPE, possui um estacionamento interno ao redor da edificação principal. Aos fundos possui a sede da Superintendência de Segurança Institucional, as instalações da Rádio Universitária e uma área erma cercada (CEP 50730-120).</p>
Perímetro 4 – Casa Feminina	<p>Localizado no bairro do Engenho do Meio, em Recife, com uma área de 28.800 m² e um perímetro de 682 m. Trata-se de uma quadra inteira delimitada pela Rua Lindolfo Color, Rua Antônio Curado, Rua Costa Sepúlveda, tendo sua vanguarda pela Rua Governador Lopo Garro. Abrigando dois blocos e uma área em ermo. O primeiro bloco trata-se de uma Residência Universitária (ou também denominada Casa Estudantil), onde estão alojadas algumas estudantes universitárias do sexo feminino. E o segundo bloco é uma edificação que serve de alojamento ocasional para estudantes em trânsito, denominado Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) (CEP 50730-290).</p>

Perímetro 5 – CIS	Localizado no bairro do Engenho do Meio, em Recife, com uma área de 7.940 m ² e um perímetro de 359 m. Abriga o Centro Integrado de Saúde (CIS), que é uma clínica-escola mantida sob parceria da Universidade e o Sistema Único de Saúde, mediante ação da Prefeitura do Recife. A área originalmente exigia que a segurança fosse realizada no restante da quadra, porém o Clube dos Servidores da Sudene e a Escola Estadual ali situada estão sob responsabilidade de segurança de outras instituições. Seu acesso se dá pela Rua Lindolfo Color, n.º 165 (CEP 50730-600).
Perímetro 6 – DEN	Localizado no bairro Cidade Universitária, em Recife, com uma área de 17.800 m ² e um perímetro de 538 m. Abriga o Departamento de Energia Nuclear (DEN), vinculado ao Centro de Tecnologia e Geociências (CTG). Situa-se a Rua Prof. Luís Freire, n.º 1000. Separado do restante do campus (Perímetro 1) por apenas uma rua. (CEP 50740-540).
Perímetro 7 – Psicologia	Localizado no bairro da Várzea, em Recife, com uma área de 6.000 m ² e um perímetro de 310 m. Abriga um conjunto de atividades de Saúde, sobretudo em Psicologia, voltado tanto para o atendimento ao estudante como a comunidade local. Situa-se a Rua Acadêmico Hélio Ramos, s/n.º. Separado do restante do campus (Perímetro 1) por apenas uma rua (CEP 50740-467).

1.1.1.2. *Áreas com reserva de responsabilidade – cedidas a outras instituições.* O Campus I (Joaquim Amazonas) possui 09 (nove) áreas cedidas ao uso de instituições diversas da UFPE, que mantém seu próprio esquema de segurança interno. Contudo, o Termo de Referência e o subsequente Contrato Administrativo deve prever a possibilidade de que as determinadas áreas sejam cobertas pela segurança da UFPE, caso as instituições atualmente responsáveis percam ou abdicuem da cessão de uso.

1.1.1.3. A possibilidade de recobertura de área de vigilância poderá ser objeto de futuro Termo de Aditamento quantitativo ou qualitativo.

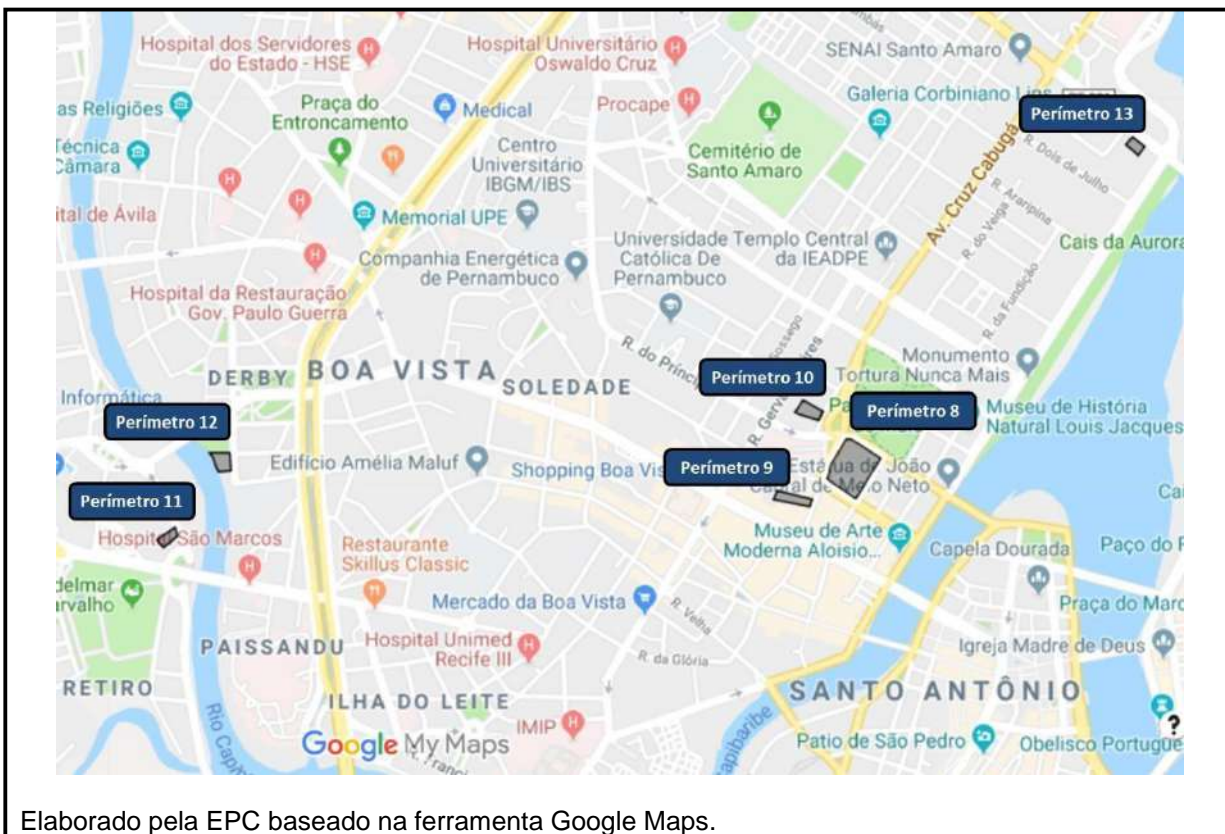
- 1.1.1.4. As áreas com reserva de responsabilidade pela segurança interna são:
- (i) Fundação Oswaldo Cruz (Instituto Ageu Magalhães) que integra área do Perímetro 1, no Condomínio de Saúde;
 - (ii) Clube dos Servidores da Sudene, o qual poderá integrar a área do Perímetro 5 (na Rua Antônio Curado, 259 - Engenho do Meio, 50730-180);
 - (iii) Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (FADE-UFPE), a qual poderá integrar a área do Perímetro 7 (na R. Acadêmico Hélio Ramos, 336 - Várzea, 50740-530);

- (iv) Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste (CRNC/NE), o qual poderá integrar a área do Perímetro 1, como um Condomínio próprio;
- (v) Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco, atualmente sob contrato de gestão executado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), situado às margens da BR-101 (CEP 50090-560), o qual poderá integrar a área do Perímetro 1, como um Condomínio próprio;
- (vi) Escola de Referência em Ensino Médio Diário de Pernambuco (na Rua Costa Sepúlveda - Cidade Universitária, 50730-260), sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, o qual poderá integrar a área do Perímetro 5;
- (vii) Centro Municipal de Educação Infantil Professor Paulo Rosas, (na Av. Prof. Luís Freire, 1164 – Várzea, 50740-540) sob a responsabilidade da estrutura institucional da Secretaria Municipal de Educação do Recife e da Guarda Municipal do Recife, o qual poderá integrar a área do Perímetro 1.
- (viii) Reitoria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), instalações (combinada entre edificação e estacionamento) abrigada pelo Perímetro 2.
- (ix) Caixa Beneficente dos Servidores da UFPE, pequena edificação situada a Rua Lindolfo Color, vizinho à Agência da Caixa Econômica Federal, área contínua ao Perímetro 3.

1.1.2. O **Campus II - Recife** é composto por 06 (seis) perímetros, todos na região central da cidade de Recife. São unidades em sua grande maioria históricas, que abrigavam as Faculdades mais antigas. São prédios tombados e não constituem área contínua.

Campus II – Recife

Contínuos



- 1.1.2.1. Seu principal agrupamento (Agrupamento de Perímetros C – CCJ) de unidades está no bairro de Boa Vista (3 perímetros) que constituem a Faculdade de Direito do Recife (FDR), onde funcionam a graduação em Direito, os cursos de pós-graduação, a Hemeroteca, o Arquivo Histórico, Projetos de extensão, Núcleo de Prática Jurídica e Câmara de Conciliação Mediação e Arbitragem.
- 1.1.2.2. Os demais perímetros estão no bairro de Madalena, do Derby e outro no bairro de Santo Amaro, neste último funciona o complexo de produção da TV Universitária.
- 1.1.2.3. Ainda que entrecortado o *Campus II* possui uma área total de 35.000 m² e 1,7 km de perímetro, conforme abaixo:

 Agrupamento de Perímetros C – FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE



Divisão espacial do *Campus II* – Recife

Perímetro de Interesse de Segurança	Caracterização
Perímetro 8 – Faculdade de Direito – FDR	<p>Localizado no bairro de Boa Vista, na região central da Cidade do Recife, possui uma área de 19.300 m² e um perímetro de 548 m. Sua vanguarda e acesso principal se dá pela Rua Princesa Isabel, tendo à sua frente o Parque Treze de Maio e é delimitado basicamente pela Rua do Hospício, Rua do Riachuelo e Rua Sete de Setembro. Sua retaguarda, também é um importante acesso às instalações, pela Rua do Riachuelo. Toda a área abriga a antiga Faculdade de Direito do Recife e corresponde à Praça Adolpho Cirne que foi isolada por uma barreira perimetral física (gradil) (CEP 50050-060).</p>
Perímetro 9 – Anexo 1 da FDR	<p>Localizado no bairro de Boa Vista, na região central da Cidade do Recife, possui uma área de 4.160 m² e um perímetro de 311 m. Sua vanguarda e acesso principal se dá pela Rua do Hospício, sem número, no lado de numeração ímpar da rua, vizinho ao restaurante Subway. Prédio histórico abrigava a antiga Escola de Engenharia, hoje funciona como um dos Anexos do Centro de Ciência Jurídicas, internamente é formado por 3 blocos de edificações, os quais todos fazem parte a área de cobertura da solução de segurança (CEP 50050-400).</p>

Perímetro 10 – Anexo 2 da FDR	<p>Localizado no bairro de Boa Vista, na região central da Cidade do Recife, possui uma área de 3.700 m² e um perímetro de 250 m. Sua vanguarda e acesso principal se dá pela Rua do Hospício, n.º 619, a sua frente está o Parque Treze de Maio. O prédio histórico, antiga Reitoria da UFPE, abriga atualmente o Arquivo Histórico da FDR e a Hemeroteca. Nos demais blocos temos: Núcleo de Prática Jurídica, Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, Projeto Memória Acadêmica da FDR e outros projetos extensionistas, atendendo à comunidade externa (CEP 50050-050).</p>
Perímetro 11 – DEC	<p>Localizado no bairro de Madalena, na região central da Cidade do Recife, com uma área de 2.230 m² e um perímetro de 201 m. Tendo sua vanguarda e acesso pela Rua Benfica, n.º 157, a sua frente está o Batalhão de Choque da Polícia Militar. Abriga o</p>
Perímetro 12– Memorial de Medicina	<p>Departamento de Extensão Cultural (DEC), com museu e teatro (CEP 50720-001).</p> <p>Localizado no bairro do Derby, na região central da Cidade do Recife, com uma área de 3.520 m² e um perímetro de 251 m. Abriga o Memorial de Medicina, como museu que remonta a essa antiga escola superior de formação. As instalações têm acesso exatamente no cruzamento entre a Rua Amauri de Medeiros e a Rua Jener de Souza, que constitui um dos seus flancos, o outro flanco são as margens do Rio Capibaribe. A sua frente está a Praça Otávio de Freitas. Situa-se, portanto, a Rua Amauri de Medeiros, n.º 206 (CEP 52010-120).</p>
Perímetro 13 – TV Universitária	<p>Localizado no bairro de Santo Amaro, na região central da Cidade do Recife, com uma área de 2.090 m² e um perímetro de 182 m. Abriga as instalações do Núcleo de TV e Rádio Universitárias. Situa-se a Av. Norte Miguel Arraes de Alencar, n.º 68 (CEP 50040-200).</p>

1.1.2.4. Ainda que se admita a atual contratação no modelo composto unicamente por postos de vigilância e inspetoria, observa-se que o *Campus II*, na área central da capital pernambucana tem todas as características inerentes para uma contratação combinada com o serviço de Segurança Eletrônica. Formato esse que pode inspirar futuro Estudo Técnico.

ANEXO III – B – Campus VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

| **Campus III – Vitória**

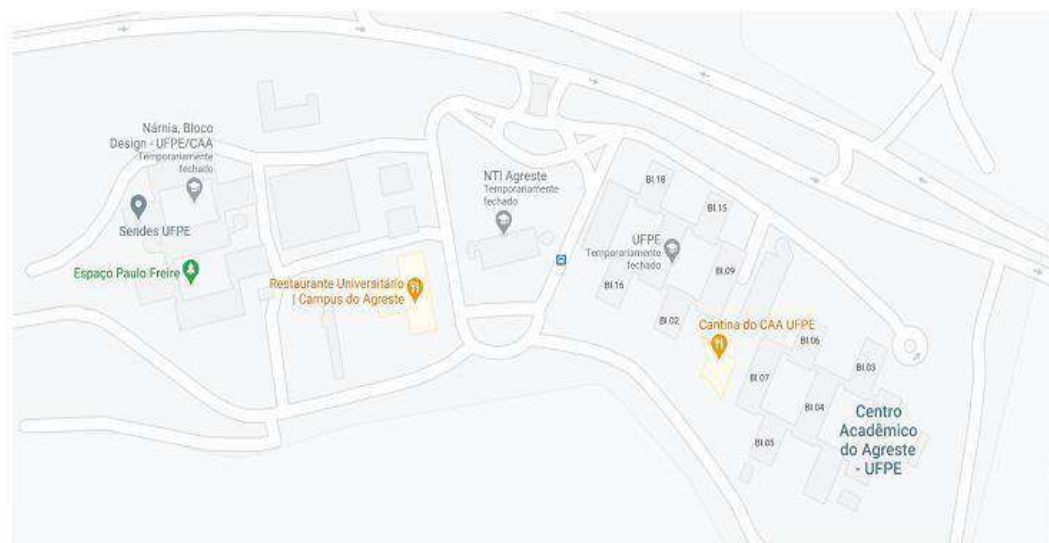


Elaborado pela EPC baseado na ferramenta Google Maps.

Divisão espacial do *Campus III* – Vitória de Santo Antão

Perímetro de Interesse de Segurança	Caracterização
Perímetro 14 – CAV Principal	Localizado no bairro da Bela Vista, na área central da cidade de Vitória de Santo Antão, possui uma área de 14.800 m ² e um perímetro de 532 km. Situa-se no Alto do Reservatório, sem número , a sua frente está uma unidade de Tiro de Guerra do Exército Brasileiro. Trata-se de uma instalação compacta com 03 blocos interiores. (CEP 55608-680).
Perímetro 15 – Anexo do CAV	Localizado no Centro da cidade de Vitória de Santo Antão, possui uma área de 1.020 m ² e um perímetro de 128 km. Trata-se das antigas instalações do Colégio Vitória, que ora se encontra locado para uso da UFPE. Situa-se a Rua Dr. João Moura, n.º 91 . (CEP 55612-440).

ANEXO III -C - Campus CARUARU



Elaborado pela EPC baseado na ferramenta Google Maps.

Divisão espacial do *Campus IV* – Caruaru

Perímetro de Interesse de Segurança	Caracterização
Perímetro 16 – CAA Principal	Localizado as margens da BR-104, no Bairro Nova Caruaru, possui uma área Total de 116.884,00 m², sendo área construída 30.487,00 m². Situa-se na Av. Marielle Franco, s/n – BR-104, Km 59 - Nova, PE, (CEP 55014-900).

ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA ROTINAS

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira, e nos sábados de quatro horas, bem como de escala de revezamento de 12h X 36h. As escalas de horário de trabalho do efetivo devem atender as necessidades operacionais do serviço.

Em segurança fala-se no termo “serviço diuturno”. Diferentemente do perene que caracteriza outros serviços contratados. Ser diuturno significa que não existe nenhuma previsão de lapso temporal, tratando-se de uma dinâmica de 24 horas, de segunda-feira a segunda-feira, os sete dias da semana, quer seja útil, final de semana, madrugada ou feriado.

Devido a essa característica da atividade de segurança a ser mantida no âmbito da UFPE e dos horários de trabalho dispostas nos postos, a contratada deverá pagar o adicional denominado de intrajornada, àqueles profissionais submetidos ao regime de escala denominado “plantonista” e “diarista”.

Para os Postos de Supervisor de Vigilantes, de igual modo a contratada deverá pagar intrajornada, pois durante o turno de serviço há demandas operacionais previsíveis, mas também há as imprevisíveis, o que é uma constante crescente, considerando o descrito na Justificativa, da necessidade da contratação de serviço terceirizado, no Documento de Formalização de Demanda (DFD). Caso o Supervisor de Vigilantes esteja em seu intervalo, realizando a refeição e o mesmo seja acionado para atender uma intercorrência in loco ele terá de interromper o intervalo, sem previsão de retomada, até o final da intercorrência, pois não há substituto de Supervisor de Vigilantes.

Tal justificativa está balizada na cláusula décima da Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2021

A contratada deve distribuir o quantitativo profissional de modo a assegurar a execução dos serviços nos turnos de funcionamento da UFPE, compreendendo os horários contratados.

Na gestão dos profissionais envolvidos nas atividades do objeto deste projeto básico, para a plena execução das atividades, a CONTRATADA deverá oferecer treinamento e capacitação aos seus profissionais, de modo a assegurar a execução a contento dos serviços a serem prestados, em conformidade com as exigências estabelecidas neste Projeto Básico e em seus anexos, bem como no contrato a ser firmado.

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA
UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE USO E PROTEÇÃO

A	Uniformes		A	C
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Vida útil Meses
1	Calça reforçada	Unidade	610	6
2	Camisa de mangas curtas	Unidade	610	6
3	Cinto de Nylon	Unidade	305	12
4	Par de Coturno	Unidade	247	12
5	Pares de Meias	Unidade	610	6
6	Boné com emblema	Unidade	301	12
7	Jaqueta de frio ou Japona	Unidade	193	12
8	Bota Para Motoqueiro	Par	58	12
9	Capa de chuva	Unidade	305	12

B	Armamento e acessórios		A	C
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	UNIDADE	Qtde	Vida útil Meses
1	Revólver Calibre 38	Unidade	102	120
2	Munição Calibre 38	Unidade	1224	12
3	Jetloader, para recarga rápida de revólver calibre .38, compatível com o número de munições do tambor da arma.	Unidade	102	24
4	Cinto com coldre e baleiro	Unidade	102	24

C	Motocicleta, EPI Motociclista e Combustível		A	C
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	UNIDADE	Qtde	Vida útil Meses
1	Motocicleta alta acima de 150cc, caracterizada com sistema de iluminação e sonoro, estilo on/off road (tipo bros, xre) com baulete, mata cachorro, e antena corta pipa	Unidade	16	60

2	Combustível para Motocicleta	Litro	2.250	1
3	Capacete articulado, estilo gladiador de alta resistência	Unidade	16	36
4	Cotoveleiras motociclista	par	58	12
5	Joelheiras motociclistas	par	58	12
6	luvas motociclistas	par	58	12

D EPI			A	C
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Vida útil Meses
1	Placa de Colete Balístico Nível II-A ou superior	Unidade	102	36
3	Capa tática para colete balístico com compartimentos para lanterna e <i>jetloader</i> , com porta tonfa e coldre de arma.	Unidade	301	36

E	Equipamentos		A	C
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	UNIDADE E	Qtde	Vida útil Meses
1	Lanterna LED	Unidade	127	24
2	Cassetete	Unidade	102	36
3	Rádio HT, sintonizado na frequência fornecida pela CONTRATANTE ou frequência da empresa funcionando 24 (vinte e quatro) horas;	Unidade	102	48
4	Bastão de Ronda Eletrônica	Unidade	102	36

F	Material de consumo diversos		A	C
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	UNIDADE E	Qtde	Vida útil Meses
1	Apito	Unidade	301	60
2	Livro de Ocorrência	Unidade	57	12
3	Crachá	Unidade	305	12

**ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA
MODELO DA PROPOSTA E PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO**

ANEXO VI - Planilha de Custos e Formação de Preços

IDENTIFICAÇÃO	
RAZÃO SOCIAL:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE:	
EMAIL:	

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	CATSER	Munic. Posto	Escala de Trabalho	Qtde de Postos	Total prof.	Custo Unitário do profissional Mês R\$	Custos Mensais da Contratação por posto (J = H x I) (Total de profissionais no posto X custo unitário do profissional por mês) R\$	Valor unitário do posto (L = C x I) (quantidade de vigilante no posto X custo unitário do profissional mês R\$	Custos Global do posto (Anual do Posto) (M = J x 12) (custo mensais do posto X 12 meses) R\$

ÚNICO	1	Posto 1 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min. às 15h00min., e 4 horas no sábado, das 8 às 12 horas, totalizando 44 horas semanais, com 01 vigilante.	24015	Recife	44h	6	6	R\$	R\$	R\$	R\$
	2	Posto 2 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min. às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	24015	Recife	44h	6	12	R\$	R\$	R\$	R\$
	3	Posto 3 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	Recife	12 X 36 - Diurna	4	8	R\$	R\$	R\$	R\$

4	Posto 4 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	Recife	12 x 36 - Noturna	6	12	R\$	R\$	R\$	R\$
5	Posto 5 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min. às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 01 vigilante.	24015	Recife	44h	20	20	R\$	R\$	R\$	R\$
6	Posto 6 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12h00min às 16:00min, totalizando 44 horas semanais com 01 vigilante.	24015	Recife	44h	15	15	R\$	R\$	R\$	R\$

7	Posto 7 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	Recife	12 X 36 - Diurna	34	68	R\$	R\$	R\$	R\$
8	Posto 8 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19 horas às 07:00 horas, (envolvendo 04 vigilantes)	24015	Recife	12 x 36 - Noturna	21	84	R\$	R\$	R\$	R\$
9	Posto 9 - Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	Recife	12 X 36 - Diurna	1	2	R\$	R\$	R\$	R\$

10	Posto 10 - Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	Recife	12 x 36 - Noturna	1	2	R\$	R\$	R\$	R\$
11	Posto 11 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 04 vigilantes).	24015	Vitória de Sto. Antônio	12 X 36 - Diurna	3	12	R\$	R\$	R\$	R\$
12	Posto 12 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19 horas às 07:00 horas (envolvendo 04 vigilantes).	24015	Vitória de Sto. Antônio	12 x 36 - Noturna	3	12	R\$	R\$	R\$	R\$

13	Posto 13 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 8 às 12 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	24015	Caruaru	44h	2	4	R\$	R\$	R\$	R\$
14	Posto 14 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	24015	Caruaru	44h	2	4	R\$	R\$	R\$	R\$
15	Posto 15 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	Caruaru	12 X 36 - Diurna	3	6	R\$	R\$	R\$	R\$

16	Posto 16 - Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 19:00h. às 07:00h(envolvendo 02 vigilantes).	24015	Caruaru	12 x 36 - Noturna	2	4	R\$	R\$	R\$	R\$
17	Posto 17 - Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	24015	Caruaru	13 X 36 - Diurna	1	2	R\$	R\$	R\$	R\$
18	Posto 18 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19:00h. às 07:00h(envolvendo 04 vigilantes).	24015	Caruaru	13 x 36 - Noturna	4	16	R\$	R\$	R\$	R\$

	19	Posto 19 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 04 vigilantes).	24015	Caruaru	12 X 36 - Diurna	4	16	R\$	R\$	R\$	R\$
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (R\$)									Total MENSAL R\$	-	Total ANUAL R\$

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL		
INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO		

QUANTIDADE DE PESSOAL		
Função		Quantidade
Vigilante - CBO 5173-30		301
Supervisor de vigilância - CBO 5103-10		4

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES
Declaramos que nos valores propostos está incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciário, trabalhista, tributário, comercial e quaisquer outro que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento da Planilha de Custo e Formação de Preço.

ANEXO VI - A – POSTO DE VIGILANTE

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, CATEGORIA PROFISSIONAL - VIGILANTE

Dia ____ / ____ / ____

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
	posto	

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS

Mão de Obra

Mão de Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		517330
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	
B	Adicional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	
Total de Remuneração		R\$ -

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	
B	Férias	
C	Adicional de Férias	
	Total	R\$ -

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (umdoze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é devido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubricaférias (letra B do submodulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
	TOTAL		

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação. Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	
E	Intervalo intrajornada	
Total		R\$ -

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Nota 3: Na previsão do intervalo intrajornada, observar o disposto no § 4º do Art. 71 da CLT

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		R\$ -

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	
TOTAL		R\$ -
Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa		

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado,

passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ -

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	
B	Armamento	
C	Motocicleta/combustível	
D	EPI	
E	Equipamento	
F	Materiais (Livro de ocorrência...)	
TOTAL		R\$ -

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
Total		0,00%	R\$ -

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
Subtotal (A + B +C+ D+E)		
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado		R\$ -

ANEXO VI - B - POSTO DE SUPERVISOR
MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS,
CATEGORIA PROFISSIONAL - SUPERVISOR

Dia ____ / ____ / ____

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À
CONTRATAÇÃO)**

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Número de registro da CCT na Secretaria de Relações do Trabalho	

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
	posto	

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que presc.3indam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

- 1. MÓDULOS**
- 2. Mão de Obra**
- 3. Mão de Obra vinculada à execução contratual**

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Supervisão de Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO		5103-11
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Supervisor de Vigilância
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de Posto.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	
B	Adicional de Periculosidade = 30% sobre Salário Base	
C	Outros (especificar - informar percentual utilizado - ver Nota 2)	
Total de Remuneração		R\$ -

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: O Módulo 1 Letra C, **caso considerem gratificação para o Encarregado, o percentual máximo admitido será de 42,57%** sobre o salário base do vigilante. Essa estimativa é baseada no SEGES – Caderno Técnico – Vigilância – Pernambuco - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, disponível em: https://www.gov.br/compras/pt-br/transparencia/cadernos-tecnicos-e-valores-limites/cts-2019/ct_vig_pe_2019.pdf

MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	
B	Férias	
C	Adicional de Férias	
	Total	R\$ -

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é devido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submódulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 6 meses.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou Sesi	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
TOTAL			

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, risco leve, de 2% risco médio e de 3% risco grave. Conforme GFIP ou obrigação acessória que venha a substituí-la e contenha a mesma informação.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	

B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	
Total		R\$ -

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		R\$ -

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	
TOTAL		R\$ -

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	

F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
TOTAL		R\$ -

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	
D	EPI	
E	Equipamento	
F	Materiais (Livro de ocorrência, apito...)	
TOTAL		R\$ -

Nota 1: Valores mensais por empregado, conforme a planilha de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
Total		0,00%	R\$ -

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

4. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
Subtotal (A + B +C+ D+E)		
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado		R\$ -

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

ANEXO VII DO TERMO DE REFERÊNCIA

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. DA DEFINIÇÃO

- 1.1. Fica instituído, como parte integrante do contrato celebrado, o Instrumento de Medição de Resultados, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;
- 1.2. A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita pelo Fiscal por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;
- 1.3. As situações abrangidas pelo presente instrumento se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.
- 1.4. A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos metodológicos de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.
- 1.5. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
- 1.6. Este anexo é parte indissociável do Projeto Básico, do contrato e de seus demais anexos.

2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

2.1 Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de DOIS indicadores de qualidade:

- *Verificação de Insumos;*
- *Reposição de pessoal ausente;*

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

2.2 Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

2.1.1 *Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.*

2.2.3 *A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.*

2.3 *As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.*

INDICADOR 1 - Verificação de Insumos	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o cumprimento das fornecimento e condições satisfatórias dos insumos.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Presencial, verificado pelo Fiscal técnico ou Gestor do Contrato
Periodicidade	Por evento/constatação
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência da falta ou ineficiência dos insumos
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

<i>Faixas de ajuste no pagamento</i>	<i>Sem ocorrências = 5 Pontos</i> <i>1 ocorrência = 4 pontos</i> <i>2 ocorrências = 3 pontos</i> <i>3 ocorrências = 2 pontos</i> <i>4 ocorrências = 1 pontos</i> <i>5 ou mais ocorrências = 0 pontos</i>
<i>Sanções</i>	<i>Ver item 3.2</i>

Obs.: A falta ou ineficiência de um item dos insumos é equivalente a uma ocorrência.

INDICADOR 2 – REPOSIÇÃO DE PESSOAL AUSENTE	
ITEM	DESCRIÇÃO
<i>Finalidade</i>	<i>Garantir a reposição das ausências</i>
<i>Meta a cumprir</i>	<i>Cobrir todas as ausências</i>
<i>Instrumento de medição</i>	<i>Controle de frequência dos funcionários</i>
<i>Forma de acompanhamento</i>	<i>Conferência dos fiscais técnicos e setoriais</i>
<i>Periodicidade</i>	<i>Diária</i>
<i>Mecanismo de Cálculo</i>	<i>Ocorrer ausência sem reposição</i>
<i>Início de Vigência</i>	<i>A partir do início da prestação do serviço</i>
<i>Faixas de ajuste no pagamento</i>	<i>Sem ocorrências = 5 Pontos</i> <i>1 ocorrência = 4 pontos</i> <i>2 ocorrências = 3 pontos</i> <i>3 ocorrências = 2 pontos</i> <i>4 ocorrências = 1 pontos</i> <i>5 ou mais ocorrências = 0 pontos</i>
<i>Sanções</i>	<i>Ver item 3.2</i>

Obs.: Uma hora de atraso na reposição do pessoal ausente equivale a uma ocorrência. A reincidência de atraso na reposição de pessoal ausente, no mesmo posto, dentro de 30 dias da ocorrência anterior equivale a 4 ocorrências. A não reposição de pessoal equivale a 5 ocorrências.

FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

2.2. *As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.*

2.2.1 *A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 10 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:*

Pontuação total do serviço = Pontos "Indicador 1" + Pontos "Indicador 2"

2.3. *Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:*

<i>Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço</i>	<i>Pagamento devido</i>	<i>Fator de Ajuste de nível de serviço</i>
<i>De 9 a 10 pontos</i>	<i>100% do valor previsto</i>	<i>1,00</i>
<i>8 pontos</i>	<i>99% do valor previsto</i>	<i>0,99</i>
<i>7 pontos</i>	<i>96% do valor previsto</i>	<i>0,96</i>
<i>6 pontos</i>	<i>93% do valor previsto</i>	<i>0,93</i>
<i>5 pontos</i>	<i>90% do valor previsto</i>	<i>0,90</i>
<i>Abaixo de 5 pontos</i>	<i>90% do valor previsto mais multa</i>	<i>0,90 + Avaliar necessidade de aplicação de multa contratual</i>

Valor devido MENSAL = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]

2.4. *As avaliações abaixo de 5 pontos por três vezes poderão ensejar a rescisão do contrato.*

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

3. ITENS PARA AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS PELA FISCALIZAÇÃO

3.1. INDICADOR 1 - Verificação de Insumos

ITEM PARA OBSERVAÇÃO	CONFORME	NÃO CONFORME
Uniformes e equipamentos de uso e proteção, conforme anexo V do Termo de Referência.		

3.2. INDICADOR 2 - Reposição de pessoal ausente

ITEM PARA OBSERVAÇÃO	CONFORME	NÃO CONFORME
Funcionários Ausentes sem reposição? Quantos () Horas sem reposição()		

4. CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

Indicador	Critério (Faixas de Pontuação)	Pontos	Avaliação
1 – Quantidade de ronda com bastão	Sem ocorrências	5	
	1 ocorrência	4	
	2 ocorrências	3	
	3 ocorrências	2	
	4 ocorrências	1	
	5 ocorrências ou mais	0	
	Sem ocorrências	5	

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

2 – Reposição de pessoal ausente	1 ocorrência	4	
	2 ocorrências	3	
	3 ocorrências	2	
	4 ocorrências	1	
	5 ocorrências ou mais	0	
Pontuação Total do Serviço			

ANEXO VIII DO TERMO DE REFERÊNCIA ORDEM DE SERVIÇO

1

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão: / /	Serviço:
Contrato nº: /2020	Processo nº

2

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
Razão social	CNPJ:
Endereço:	
Telefones: fixo: móvel (whatsApp):	E-mail:

3

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS			
Nº	Serviço	Quantidade	Unidade de Medida

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

4

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

5

DEMAIS DETALHAMENTOS

6

DATA OU PERÍODO PARA EXECUÇÃO

--

7

RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:

Unidade Orçamentária:	
Função Programática:	
Projeto de Atividade:	
Elemento de Despesa:	
Fonte de Recurso:	
Saldo Orçamentário:	

8

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

<p>Recife, dede 2020</p> <p>_____</p> <p>Responsável pela contratação do serviço</p>	<p>Recife, dede 2020.</p> <p>_____</p> <p>Responsável pela avaliação do serviço</p>
--	---



UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO IX DO TERMO DE REFERÊNCIA LAUDO TÉCNICO PARA LICITAÇÕES
- SESST nº 008/2020

LAUDO TÉCNICO PARA LICITAÇÃO Nº 008/2020

Processo 23076.008134/2018-28

EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal de Pernambuco

ENDEREÇO: Avenida Prof. Moraes Rego, nº 1235 – Cidade

Universitária – Recife/PE CNPJ: 24.134.488/0001-08

LOCAL DA ATIVIDADE: Universidade Federal de Pernambuco – Campi Recife, Vitória e Caruaru

I. INTRODUÇÃO

Por solicitação do Sr. Leonardo Luizines de F. Cavalcanti, por meio do despacho nº 62051 / 2020 - SSI – (anexo à ordem 78 do processo), contendo o Estudo Técnico Preliminar (ETP) (anexo à ordem 63) para contratação empresa especializada para prestação de serviços de **Vigilância Ostensiva Armada, compreendida por Vigilância Ostensiva Armada/Motorizada (motocicletas); Vigilância Ostensiva Armada/Posto Estático e Vigilância**

Ostensiva Armada/Predial atender os campi Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foi elaborado o presente Laudo Técnico das atividades a serem desenvolvidas pelos profissionais da empresa contratada, em atendimento e conformidade com as normas de higiene, caracterização de riscos e identificação das atividades insalubres e/ou periculosidade nos termos do Capítulo V da CLT (Lei nº. 6.514/1977), Portaria

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
Ministerial nº 3.214/1978, Lei 8.666/1993, Decreto Federal 2.271/1997, Instrução Normativa
SEGES/MP nº 5/2017 e suas alterações.

II. PROFISSIONAIS A SEREM CONTRATADOS *versus* JORNADA DE TRABALHO

Conforme item 9.2.6 – do ETP e seu Anexo II - Tipos de postos e quantitativo de postos:

Quadro 1 – Campus Recife

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Quantidade de Postos	Profissionais por Postos	Total profissionais
Posto Tipo 1	Vigilante: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada , com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sábado, das 07:00 às 15:00, e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min , totalizando	6	1	6
	44 horas semanais.			
Posto Tipo 2	Vigilante: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada , com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15:00 às 23:00, e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais.	6	2	12
Posto Tipo 3	Vigilante: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada , com sistema de ronda eletrônica, em jornada de 12 horas diurnas, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07:00 às 19:00	4	2	8
Posto Tipo 4	Vigilante: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada , com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19:00 às 07:00.	6	2	12
Posto Tipo 5	Vigilante: Vigilância Ostensiva Armada , com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às	20	1	20

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

	15:00, e 4 horas no sábado, das 00h00min às 12h00min , totalizando 44 horas semanais.			
Posto Tipo 6	Vigilante: Vigilância Ostensiva Armada , com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15:00 às 23:00, e 4 horas no sábado, das 13 às 17 horas, totalizando 44 horas semanais.	15	1	15
Posto Tipo 7	Vigilante: Vigilância Ostensiva Armada , com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07:00 às 19:00	34	2	68

(Continuação - Campus Recife)

Posto Tipo 8	Vigilante: Vigilância Ostensiva Armada , com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19:00 às 07:00	21	4	84
Posto Tipo 9	Supervisor de vigilantes (Supervisor de segurança patrimonial) , 12 horas, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07:00 às 19:00	1	2	2
Posto Tipo 10	Supervisor de vigilantes (Supervisor de segurança patrimonial) , 12 horas, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19:00 às 07:00	1	2	2

Quadro 2 – Campus – Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Quantidade de Postos	Profissionais por Postos	Total profissionais
Posto Tipo 11	Vigilante: Vigilância Ostensiva Armada , com sistema de ronda eletrônica, em jornada de 12 horas diurnas, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07:00 às 19:00	3	4	12
Posto Tipo 12	Vigilante: Vigilância Ostensiva Armada , com sistema de ronda eletrônica, em jornada de 12 horas noturnas, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19:00 às 07:00	3	4	12

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Quadro 3 – Campus – Centro Acadêmico do Agreste (Caruaru)

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Quantidade de Postos	Profissionais por Postos	Total profissionais
Posto Tipo 13	Vigilante: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada , com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 15:00, e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min , totalizando 44 horas semanais.	2	2	4
Posto Tipo 14	Vigilante: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada , com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15:00 às 23:00 e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais.	2	2	4
Posto Tipo 15	Vigilante: Vigilância Ostensiva Armada Motorizada , com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07:00 às 19:00	3	2	6
Posto Tipo 16	Vigilante: Vigilância Armada Motorizada , com sistema de ronda eletrônica, de 12 horas, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 19:00 às 07:00	2	2	4
Posto Tipo 17	Vigilante: Vigilância Armada Motorizada , com sistema de ronda eletrônica, de 12 horas, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 07:00 às 19:00	1	2	2
Posto Tipo 18	Vigilante: Vigilância Ostensiva Armada , com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19:00 às 07:00	4	4	16
Posto Tipo 19	Vigilante: Vigilância Ostensiva Armada , com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07:00 às 19:00	4	4	16

Sendo as operações de **Vigilância Ostensiva** definidas como (item 8.15 do ETP):

- **Vigilância Ostensiva Armada Motorizada:** Em duplas de vigilantes-motociclistas, armados, responsáveis por patrulhar determinado setor ou quadrante daquela localidade. Realizando em recobrimento de área, rondas programadas em áreas,

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
preferencialmente externas, de prédios que eventualmente estejam sem vigilância predial ou tenham grande demanda devido ao porte do público ou da extensão;

- **Vigilância Ostensiva Armada - Posto Estático de Vigilância:** Vigilante em posto fixo (cabine), armado, em pontos estratégicos das vias públicas e espaços externos aos prédios, em meio ao campus. Servindo de marcos de referência pelos quais a comunidade acadêmica pode se dirigir a um agente de segurança;

- **Vigilância Ostensiva Armada - Predial:** Vigilante em Posto de Vigilância Predial, armado, cobrindo a área perimetral daquele determinado prédio e percorrendo-o em rondas programadas.

III. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

Conforme item 8.22, do ETP:

- **ATRIBUIÇÕES GERAIS:**

Supervisor de vigilantes: Supervisionam, orientam e treinam equipes de segurança. analisam projetos de segurança e adotam medidas corretivas. programam simulados de emergência, elaboram escalas de serviços, supervisionam atividades, postos de trabalho, locais e atividades de risco. investigam causas de ocorrências. sugerem medidas preventivas e corretivas, atendem solicitações da administração e coordenam planos de emergência;

- Vigilante: Vigiam dependências e áreas públicas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte

ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepçionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes. Além das seguintes obrigações:

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

- a. Atender às exigências de assiduidade e pontualidade, de modo a não comprometer a periodicidade estabelecida para a execução dos serviços contratados;
- b. Participar de treinamento, capacitação e reciclagem oferecidos ao longo da execução contratual;
- c. Fazer uso dos uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) quando da execução dos serviços, disponibilizados pela empresa contratada em conformidade com o estabelecido neste Projeto Básico;
- d. Seguir as instruções contidas nas Fichas de Informação de Segurança dos Produtos Químicos aludidas neste Laudo, prevenindo riscos ao meio ambiente, à saúde e à segurança, atentando-se para as recomendações quanto às formas de utilização dos produtos porventura utilizados quando da execução dos serviços;
- e. Evitar fazer uso de aparelho de comunicação (celular, tablete, smartphone, caixas de som portátil e similares, bem como outros porventura massificados ao longo da execução contratual) durante a execução dos serviços, visando a evitar acidentes e prejuízos à qualidade dos serviços.
- f. Evitar uso de drogas lícitas (como cigarro), não fazer uso de bebidas alcóolicas durante o turno de trabalho ou ilícitas nas dependências da UFPE, inclusive nos intervalos de repouso;
- g. Evitar atender ordens de servidores da UFPE, sobretudo as alheias à execução dos serviços a serem contratados, devendo se reportar única e exclusivamente ao preposto da empresa contratada com a qual mantém vínculo empregatício;
- h. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da UFPE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato a ser firmado.

IV. ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE

De acordo com o artigo 192 da CLT, os trabalhadores enquadrados nas atividades insalubres fazem jus à percepção dos respectivos adicionais de insalubridade, desde que, no exercício de trabalho, se encontrem em condições de insalubridade.

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Tomando como referência a Norma Regulamentadora NR 15 – Atividades e operações insalubres do

Ministério do Trabalho e Emprego, são consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

- Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 11 e 12. Entende-se por "Limite de Tolerância", a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará danos à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral;
- Nas atividades mencionadas nos Anexos 6, 13 e 14 da NR 15;
- Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes nos Anexos 7, 8, 9 e 10.

O exercício do trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário mínimo da região, equivalente a:

- GRAU MÍNIMO: 10% (vinte por cento do salário-mínimo regional);
- GRAU MÉDIO: 20% (vinte por cento do salário-mínimo regional);
- GRAU MÁXIMO: 40% (vinte por cento do salário-mínimo regional).

Ainda conforme a NR 15, a eliminação ou neutralização da insalubridade determinará a cessação do pagamento desse adicional.

V. ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

Conforme a Norma Regulamentadora NR 16 – Atividades e operações perigosas – do Ministério do Trabalho e Emprego, o exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento) incidente sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios/participação nos lucros da empresa. Vale ressaltar que, segundo a referida NR, o empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

Em virtude da constatação da exposição de trabalhadores às atividades de riscos a atividades ou operações que impliquem em exposição dos profissionais de segurança pessoal ou patrimonial a roubos ou outras espécies de violência física são consideradas perigosas, nos termos do Anexo 3 da NR 16, aprovado pela Portaria MTE n.º 1.885, de 02 de dezembro de 2013; sendo considerados profissionais de segurança pessoal ou patrimonial os empregados que exercem a atividade de segurança patrimonial ou pessoal em instalações metroviárias, ferroviárias, portuárias, rodoviárias, aeroportuárias e de bens públicos, contratados diretamente pela administração pública direta ou indireta. Dentre as atividades ou operações que expõem os empregados a roubos ou outras espécies de violência física, pode-se destacar :

- Vigilância patrimonial: Segurança patrimonial e/ou pessoal na preservação do patrimônio em estabelecimentos públicos ou privados e da incolumidade física de pessoas.

VI. ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS – APR

A Análise Preliminar de Riscos (APR) foi realizada conforme informações das atividades descritas no item III. Nos quadros 4, 5 e 6 estão discriminados riscos e as medidas de controle para os cargos de Vigilante Armado, Vigilante Armado Motorizado e Supervisor de Vigilantes (Supervisor de Segurança Patrimonial), respectivamente.

Quadro 4 – APR das Atividades para o cargo de Vigilante Armado

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

CARGO: VIGILANTE – Armado (Plantonistas diurno e noturno e Diaristas diurno e noturno)		
Atividades descritas no item III deste laudo		
LOCAL DAS ATIVIDADES:	Campi UFPE - Recife, Vitória, Caruaru	Nº Expostos:
AMBIENTE DE TRABALHO:	Áreas internas e externas	243 , sendo: Recife: 187; Vitória: 24; Caruaru: 32
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS		MEDIDAS DE CONTROLE
Riscos físicos: Radiações não ionizantes (ultravioleta do sol)		Utilizar bonés e camisas de mangas compridas ou protetor de braços
Riscos ergonômicos: Trabalho em pé Ofuscamento (luz solar durante o dia) Trabalho noturno (plantão noturno)		Estabelecer pausas e Alongamento de membros inferiores Óculos de segurança com lentes escuras (plantonista diurno)
Riscos de acidentes: Ataque de terceiros		Utilização de colete a prova de balas Curso de Formação de Vigilante e reciclagem conforme a legislação

Quadro 5 – APR das Atividades para o cargo de Vigilante Armado e Motorizado

CARGO: VIGILANTE – Armado e Motorizado (Plantonistas diurno e noturno e Diaristas diurno e noturno)		
Atividades descritas no item III deste laudo		
LOCAL DAS ATIVIDADES:	Campi UFPE: Recife e Caruaru	Nº Expostos:
AMBIENTE DE TRABALHO:	Áreas externas	Se posto 17 for motorizado 58 , sendo: Recife: 38; Caruaru: 20
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS		MEDIDAS DE CONTROLE
Riscos físicos: Radiações não ionizantes (ultravioleta do sol)		Usar bonés e camisas de mangas compridas ou protetor de braços

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Riscos ergonômicos: Trabalho em pé (postos fixos) Trabalho sentado (motorizada) Ofuscamento (luz solar durante o dia) Trabalho noturno (plantão noturno)	Estabelecer pausas e alongamento de membros inferiores Alternância de atividades – pilotagem motocicleta/observação Óculos de segurança com lentes escuras
Riscos de acidentes: Queda de motocicleta Ataque de terceiros	Carteira Nacional de Habilitação “A” Utilização de roupas e EPIs para pilotagem de motocicletas Utilização de colete a prova de balas Curso de Formação de Vigilante e reciclagem bienal

Quadro 6 – APR das Atividades para o cargo de Supervisor de Vigilantes

CARGO: VIGILANTE – Supervisor de vigilantes (Supervisor de Segurança Patrimonial) (Plantonistas diurno e noturno)		
Atividades descritas no item III deste laudo		
LOCAL DAS ATIVIDADES:	Campi UFPE: Recife	Nº Expostos:
AMBIENTE DE TRABALHO:	Áreas externas	04
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS		MEDIDAS DE CONTROLE
Riscos físicos: Radiações não ionizantes (ultravioleta do sol)		Usar bonés e camisas de mangas compridas ou protetor de braços
Riscos ergonômicos: Trabalho em pé (postos fixos) Ofuscamento (luz solar durante o dia) Trabalho noturno (plantão noturno)		Estabelecer pausas e alongamento de membros inferiores Óculos de segurança com lentes escuras
Ataque de terceiros		Utilização de colete a prova de balas Curso de Formação de Vigilante e reciclagem bienal

VII. MEDIDAS DE CONTROLE

a) MEDIDAS DE PROTEÇÃO COLETIVA E DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Na hierarquia de controle de riscos, as medidas de proteção coletiva devem ser prioritariamente avaliadas para eliminação/redução/minimização dos riscos. Esgotando-se as possibilidades de implantação, medidas de organização do trabalho **devem ser avaliadas e discutidas junto ao Gestor do contrato**, no sentido de prover melhorias nas instalações, sob o ponto de vista da segurança e saúde ocupacional, podendo ser, por exemplo: pausas e revezamentos, redução do tempo de exposição, substituição de produtos nocivos, treinamentos/capacitações, realocação de postos de trabalho e/ou fontes geradoras de riscos, entre outros. Com base na APR:

- Pausas;
- Alongamentos;
- Alternância de atividades – pilotagem motocicleta/observação;
- Capacitações especificadas para o cargo de Vigilante.

b) EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIs

Quando as medidas de organização do trabalho forem inviáveis ou estejam em implantação, devem ser especificados EPIs - Equipamentos de Proteção Individual.

Conforme item 8.16.1 do ETP, a responsabilidade sobre os EPIs e Uniformes é da contratada e, conforme a NR 6 – Equipamento de Proteção Individual do MTE, esta é obrigada a fornecer os EPIs, **com Certificado de Aprovação (C.A.)** válido, adequados aos riscos gratuitamente aos seus trabalhadores, exigindo e fiscalizando a sua utilização, orientando e treinando sobre o seu uso adequado, guarda e conservação; substituindo imediatamente, quando danificado ou extraviado e **registrando o seu fornecimento ao trabalhador**, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.

A relação de EPIs e uniformes característicos dos cargos de vigilante a serem adquiridos, conforme levantamento de riscos ambientais, deverá contemplar, no mínimo, os itens listados nos Quadros 7 e 8.

Quadro 7 – EPIs e uniformes obrigatórios para uso durante as atividades de Vigilante e Supervisor

EPI	ATIVIDADE
PAR DE COTURNO	Todas as atividades.
COLETE BALÍSTICO (NÍVEL II-A) - conforme ANEXO I do Estudo preliminar de uniformes e equipamentos de uso e proteção do ETP	Todas as atividades. Vigilantes armados e supervisores
CONJUNTO DE SEGURANÇA IMPERMEÁVEL, constituído de jaqueta e calça, confeccionado em poliéster revestido com PVC, totalmente forrado com tecido de poliéster e com costuras seladas a quente; jaqueta com fechamento em zíper e pala com velcro, fechamento nos punhos com regulagem através de velcro; calça com elástico na cintura, reforço entre as costuras nas pernas, barra da calça com regulagem de abertura através de zíper. Contendo fitas refletivas.	Todas as atividades em dias chuvosos, com uso de motocicletas.
CAPA DE CHUVA de segurança com capuz, com mangas longas, cor preta, confeccionada em tecido de PVC forrado (fechamento em botão de pressão).	Todas as atividades em dias chuvosos
ÓCULOS DE SEGURANÇA constituídos de armação modelo convencional de material plástico preto, lentes de policarbonato marrom	Todas as atividades diurnas a céu aberto

Quadro 8 – Requisitos adicionais (demais uniformes e acessórios) para uso durante as atividades de Vigilante e Supervisor

REQUISITOS ADICIONAIS (Para estes itens, não é necessário C.A.)	ATIVIDADE
BONÉ	Todas as atividades diurnas a céu aberto

CAMISA do uniforme com mangas compridas ou protetores de braços	Todas as atividades diurnas a céu aberto
JAQUETA ou JAPONA	Vigilantes noturnos
JOELHEIRAS ARTICULADAS para motociclista	Com uso de motocicletas
COTOVELEIRAS ARTICULADAS para motociclista	Com uso de motocicletas
PROTETOR DE COLUNA para motociclista	Com uso de motocicletas
LUVAS DE SEGURANÇA	Com uso de motocicletas
CAPACETE para motociclista (com selo do INMETRO)	Com uso de motocicletas

VIII. AVALIAÇÃO PARA CARACTERIZAÇÃO DE INSALUBRIDADE

Para caracterização do adicional de insalubridade, foram analisadas as atividades constantes no ETP, avaliada a fundamentação legal para concessão do referido, comparando as atividades e caracterização do contato – permanente *versus* eventual, com os critérios estabelecidos na NR 15, do MTE.

- RISCOS FÍSICOS:

Inexistentes.

- RISCOS BIOLÓGICOS:

Inexistentes.

- RISCOS QUÍMICOS:

Inexistentes.

IX. AVALIAÇÃO PARA CARACTERIZAÇÃO DE PERICULOSIDADE

A avaliação para caracterização do adicional de periculosidade para Vigilante e Supervisor está descrita no Quadro 9, conforme informações das atividades descritas no Item III, constantes na proposta do Projeto Básico, sendo avaliada a fundamentação legal para concessão do adicional de periculosidade, comparando as atividades com os critérios

estabelecidos no Anexo 3 da NR 16, aprovado pela Portaria MTE n.º 1.885, de 02 de dezembro de 2013.

Quadro 9 – Avaliação das características de atividade perigosa para Vigilante e Supervisor

PROFISSIONAL	AGENTES DE RISCO/ ATIVIDADES	CARACTERIZAÇÃO	PERICULOSIDADE
VIGILANTE	<p>ATRIBUIÇÕES GERAIS: Vigiam dependências e áreas públicas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; [...]; [...]; escoltam pessoas e mercadorias. [...]. [...]</p> <p>Vigilância Ostensiva Armada Motorizada: Em duplas de vigilantes-motociclistas, armados, responsáveis por patrulhar determinado setor ou quadrante daquela localidade. Realizando em recobrimento de área, rondas programadas em áreas, preferencialmente externas, de prédios que eventualmente estejam sem vigilância predial ou tenham grande demanda devido ao porte do público ou da extensão; Vigilância Ostensiva Armada - Posto Estático de Vigilância: Vigilante em posto fixo (cabine), armado, em pontos estratégicos das vias públicas e espaços externos aos prédios, em meio ao campus. [...]</p> <p>- Vigilância Ostensiva Armada – Predial: Vigilante</p>	<p>Anexo 3 da NR 16</p> <p>As atividades ou operações que expõem os empregados a “[...] espécies de violência física, desde que [...] em atividade de segurança patrimonial ou pessoal em [...] bens públicos, contratados diretamente pela administração pública direta ou indireta”. Dentre as atividades: Vigilância patrimonial: Segurança patrimonial e/ou pessoal na preservação do patrimônio em estabelecimentos públicos e da incolumidade física de pessoas.¹</p>	FAZ JUS

	em Posto de Vigilância Predial, armado, cobrindo a área perimetral daquele determinado prédio e percorrendo-o em rondas programadas		
SUPERVISOR DE VIGILANTES (SEGURANÇA PATRIMONIAL)	Supervisionam, orientam e treinam equipes de segurança. analisam projetos de segurança e adotam medidas corretivas. programam simulados de emergência, elaboram escalas de serviços, supervisionam atividades, postos de trabalho, locais e atividades de risco. investigam causas de ocorrências. sugerem medidas preventivas e corretivas, atendem solicitações da administração e coordenam planos de emergência	Anexo 3 da NR 16 As atividades ou operações que expõem os empregados a “[...] espécies de violência física, desde que [...] em atividade de segurança patrimonial ou pessoal em [...] bens públicos, contratados diretamente pela administração pública direta ou indireta”. Dentre as atividades: Supervisão e/ou fiscalização direta dos locais de trabalho para acompanhamento e orientação dos vigilantes. ¹	FAZ JUS

¹Texto da Portaria MTE n.º 1.885, de 02 de dezembro de 2013

X. RECOMENDAÇÕES/OBSERVAÇÕES

1. **Fiscalizar** o fornecimento e utilização dos EPIs;
2. A empresa fica obrigada a estabelecer um designado pela **CIPA** – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, conforme requisitos da NR 05 e disponibilizar a documentação atualizada;
3. A empresa contratada deverá capacitar, inicialmente e de forma continuada: utilização de EPIs, Cursos de formação específicos para a função de Vigilante. Tais treinamentos devem ser **registrados com lista de presença** e armazenados por cinco anos após o desligamento do empregado;

4. A empresa contratada deverá atender à exigência legal da NR 07 e apresentar ao SESST/UFPE o

PCMSO - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, conforme Lei nº 6.514/1977 e Portaria 3.214/1978;

5. A empresa contratada também deverá apresentar ao SESST/UFPE o **PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos**, em atendimento à NR 01, conforme os requisitos da NR 09, segundo estabelecido pela Lei nº 6.514/1977 e Portaria 3.214/1978, informando as medidas de controle de riscos propostos;

6. Manter disponíveis água potável para consumo e local apropriado para guarda de seus pertences pessoais;

7. Manter porte obrigatório da CNV (Carteira Nacional de Vigilante) dentro da validade;

8. Para os vigilantes motorizados, manter porte obrigatório da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) dentro da validade;

9. Medidas adicionais referentes à prevenção de agressões/assaltos devem ser garantidas: Iluminação adequada nos locais, além de existência de radiocomunicador com frequência da segurança patrimonial/UFPE;

10. Apresentar plano de manutenção preventiva dos radiocomunicadores;

11. Em caso de acidentes ou doenças ocupacionais, devem ser emitidas CAT – Comunicação de Acidente

do Trabalho, sendo que 01 (uma) via dela deverá ser entregue ao Gestor do contrato que deverá encaminhar uma cópia ao SESST, no prazo de até 24 h após o acidente;

12. Devem ser observados requisitos adicionais de biossegurança relacionadas ao enfrentamento do SARS-coV-2 por autoridade em vigilância sanitária e/ou Ministério da Saúde por meio de orientações técnicas vigentes e emitidas posteriormente a este Laudo; 13. É imprescindível observar as recomendações previstas na Avaliação Preliminar de Riscos deste laudo.

XI. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A fundamentação legal deste laudo está baseada nas seguintes referências:

- Portaria 3214, de 03/06/1978 do Ministério do Trabalho e suas Normas Regulamentadoras; ☐ Lei nº 6514, de 22/12/1977;
- Lei nº 8112 de 11/11/1990, Regime Jurídico Único; ☐ Decreto-lei nº 5.452 de 1º/05/1943 (aprova a CLT);

XII. CONCLUSÃO

Nenhum dos profissionais desenvolve atividades caracterizadoras de insalubridade, conforme critérios da **NR 15**, portanto, não fazem jus este adicional.

Quanto à Periculosidade, segundo critérios da Consolidação das Leis Trabalhistas –

CLT - Art. 193/Parágrafo 4º e da NR-16 farão jus ao adicional **TODOS** os **VIGILANTES** e **SUPERVISORES** a serem contratados, segundo atividades prescritas no Projeto Básico, conforme item IX deste laudo, indicados no quadro 10 a seguir:

Quadro 10 – Caracterização da Periculosidade

CATEGORIA PROFISSIONAL	QTDE .
Vigilante - Vigilância Ostensiva Armada	243
Vigilante - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada	58
Supervisor de vigilantes (Segurança Patrimonial)	4
TOTAL	305

Ressaltamos que este laudo **NÃO** substitui o Laudo técnico de periculosidade que deve ser emitido pela **empresa empregadora**, conforme estabelece a NR 16, em seu item 16.3, visto que o propósito deste laudo se limita a avaliar de forma **preliminar** a concessão de adicionais ocupacionais para composição da Planilha de custo e formação de preços.

Além disso, do ponto de vista do gerenciamento de riscos ocupacionais, neste laudo são prescritas preliminarmente as medidas de controle – organização do trabalho, equipamentos de proteção coletiva e individual – entretanto, podem sofrer alterações na ocasião do exercício efetivo das atividades da empresa contratada.

Faz-se indispensável que o **GESTOR DO CONTRATO** monitore o cumprimento das recomendações propostas, no sentido de **GARANTIR** que elas sejam efetuadas durante toda a vigência do contrato.

As atividades dos contratados poderão ser acompanhadas pelo SESST durante a vigência do contrato, focando no cumprimento das recomendações propostas neste laudo e objetivando principalmente verificar o cumprimento dos aspectos legais para a construção e o cultivo de uma contínua preocupação com o adequado gerenciamento da saúde e da

segurança na UFPE, de forma a tornar o desempenho das atividades mais seguro em um ambiente satisfatório.

Recife, 27 de novembro de 2020.

Flávia Ataíde da Motta

Engenheira de
Segurança do
Trabalho CREA
33633 – D/PE

ANEXO X DO TERMO DE REFERÊNCIA
PLANILHA DE CONTROLE DE TERCEIRIZADOS

DADOS DA UNIDADE GESTORA			DADOS DA EMPRESA CONTRATADA			DADOS DO EMPREGADO			
Código da UG	Nome	Departamento /Setor	Nº contrato	CNPJ	Razão social	CPF	Nome completo	Categoria profissional	Escolaridade exigida

ANEXO XI DO TERMO DE REFERÊNCIA MAPA DE RISCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE

1. Dados do Processo:

Objeto:	Contratação empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância ostensiva armada (motorizada, posto estático de vigilância e predial) e de supervisão operacional desarmada, sob os regimes de escala diarista/plantonista, para atender os campi Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), incluindo mão de obra, uniformes, insumos necessários à execução dos serviços e equipamentos de proteção individual.
Nº do Processo:	23076.008134/2018-28

2. MAPA DE RISCO PARA FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

ETAPA:	FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA <small>e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União e Elaboração de Termos de Referência e Contratos para a Administração Pública. Atualização: Julho/2020</small>
---------------	---

Risco 01:	OFERTA DEFICIENTE DE DEMANDA		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Dano(s):			
Contratação e execução deficiente do objeto			
Ação(ões) Preventiva(s): Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando unidade de medida, tipo de área por ambiente, quantidade e prazo de início. Verificar se o quantitativo de postos foi dimensionado de forma satisfatória.			Responsável: Requerente
Ação(ões) de Contingência: Havendo erro, devolver para complementação das informações.			Responsável: Requerente

ETAPA:	CRIAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO		
Risco 02:	DESCUMPRIMENTO DE FORMALIDADE LEGAL		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto

Dano(s): Ausência de ato designatório da equipe de Planejamento de Contratação	
Ação(ões) Preventiva(s): Adotar lista de verificação dos procedimentos a serem adotados para o planejamento de contratação.	Responsável: Diretoria de Licitação e Contratos
Ação(ões) de Contingência: Providenciar o ato de designação formal da equipe de planejamento, mediante expedição das respectivas portarias	Responsável: Diretoria de Licitação e Contratos

ETAPA:	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES		
Risco 03:	ESTUDOS PRELIMINARES DEFICIENTES		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Dano(s):			

Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente	
Ação(ões) Preventiva(s): Elaborar lista de verificação que contemple, no que couber, os requisitos previstos no §1º, art. 24, da IN/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017..	Responsável: Equipe de Planejamento
Ação(ões) de Contingência: Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares.	Responsável: Equipe de Planejamento

ETAPA:	ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		
Risco 04:	FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Dano(s):			
Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente			
Ação(ões) Preventiva(s): Propor lista de verificação que identifique, no que couber, os requisitos previstos no art. 30, da IN/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017.	Responsável: Equipe de Planejamento		
Ação(ões) de Contingência: Revisão do termo de referência e incluir as instruções ausentes	Responsável: Equipe de Planejamento		

ETAPA:	APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		
Risco 05:	DESCUMPRIMENTO DE FORMALIDADE LEGAL.		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Dano(s):			
Ausência da aprovação do Termo de Referência			
Ação(ões) Preventiva(s):			Responsável:
Adoção de lista de verificação com item de aprovação do TR pela autoridade competente.			Ordenador de despesa.
Ação(ões) de Contingência:			Responsável:
Encaminhar à autoridade competente o processo para aprovação do Termo de Referência.			Ordenador de despesa.
3. MAPA DE RISCO PARA A FASE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR			

ETAPA:	RECEPÇÃO DO PROCESSO PARA LICITAR.
---------------	---

Risco 06:	DESCUMPRIMENTO DE FORMALIDADE LEGAL.		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Dano(s): Ausência de autorização superior para licitar.			
Ação(ões) Preventiva(s): Adoção de lista de verificação contemplando o item "autorização da autoridade superior para licitar".			Responsável: Diretoria de Licitação e Contratos
Ação(ões) de Contingência: Retornar o processo para submeter a provação da autoridade superior.			Responsável: Diretoria de Licitação e Contratos

ETAPA:	DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO		
Risco 07:	DESCUMPRIMENTO DE FORMALIDADE LEGAL		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto

Dano(s): Ausência de designação formal da comissão/pregoeiro.	
Ação(ões) Preventiva(s): Identificar no processo, ato formal da autoridade competente designando a comissão de licitação. Utilizar a lista de verificação nº 2	Responsável: Diretoria de Licitação e Contratos
Ação(ões) de Contingência: Providenciar o ato de designação da Comissão de Licitação (pregoeiro e equipe de apoio)	Responsável: Diretoria de Licitação e Contratos

ETAPA:	ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO.		
Risco 08:	RESTRIÇÃO DA COMPETITIVIDADE, IMPUGNAÇÃO DO EDITAL		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Dano(s): Retardamento, anulação ou revogação da licitação.			
Ação(ões) Preventiva(s): Verificar a existência de cláusulas restritivas ou passivas de nulidades. Adotar editais padrões previamente aprovados pelo setor jurídico.			Responsável: Coordenação de Licitação
Ação(ões) de Contingência:			Responsável:

Retirar as cláusulas restritivas ou passivas de nulidades.

Coordenação de
Licitação

ETAPA:	APROVAÇÃO DO EDITAL PELO SETOR JURÍDICO		
Risco 09:	DESCUMPRIMENTO DE FORMALIDADE LEGAL.		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
Dano(s): Ausência de aprovação do edital pelo setor jurídico			
Ação(ões) Preventiva(s): Adoção de lista de verificação contemplando o item "aprovação do edital pelo setor jurídico".			Responsável: Coordenação de Licitação
Ação(ões) de Contingência: Enviar o processo, mesmo, extemporaneamente, para apreciação jurídica.			Responsável: Coordenação de Licitação

ETAPA:	PUBLICAÇÃO/DIVULGAÇÃO DO EDITAL
---------------	--

Risco 10:	DESCUMPRIMENTO DE FORMALIDADE LEGAL.		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
Dano(s): Ausência de publicação do edital. Licitação deserta.			
Ação(ões) Preventiva(s): Adoção de lista de verificação contemplando o item "publicação/divulgação do edital".			Responsável: Comissão/pregoeiro
Ação(ões) de Contingência: Providenciar a publicação e reiniciar a contagem do prazo de apresentação da proposta.			Responsável: Comissão/pregoeiro

ETAPA:	PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO.
Risco 11:	JULGAMENTO DESVINCULADO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Dano(s): Recursos administrativos e judiciais, suspensão, retardamento da finalização ou revogação/anulação da licitação.			
Ação(ões) Preventiva(s): Evitar julgamento monocrático, priorizar julgamento pelo colegiado, apoiados por equipe técnica e jurídica.			Responsável: Parecerista dos setores envolvidos
Ação(ões) de Contingência: Responder os recursos apoiados por equipe técnica e jurídica.			Responsável: Parecerista dos setores envolvidos

ETAPA:	ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
Risco 12:	ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PARA EMPRESA QUE NÃO OFERTOU A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto
Dano(s):	

Recursos administrativos e judiciais, suspensão, retardamento da finalização ou revogação/anulação da licitação, problemas na gestão do contrato.

Ação(ões) Preventiva(s):

Atentar se todos os requisitos do edital foram plenamente atendidos pelas licitantes

Responsável:

Autoridade superior e Pregoeiro

Ação(ões) de Contingência:

Reavaliação das propostas das empresas licitantes à luz das exigências do Edital

Responsável:

Autoridade superior e Pregoeiro

4. MAPA DE RISCO PARA A FASE DE DA GESTÃO DO CONTRATO

ETAPA:

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

Risco 13:

Recusa de assinatura e /ou da apresentação das garantias contratuais

Probabilidade:

☒

Baixa

☐

Média

☐

Alta

Impacto:

☐

Baixo

☐

Médio

☒

Alto

Dano(s):

Descontinuidade da prestação dos serviços e transtornos para a administração.	
Ação(ões) Preventiva(s): Garantir na fase habilitatória que a empresa selecionada reúna as condições técnico-operacional e financeira necessária à execução do objeto.	Responsável: Coordenação de Gestão de Contratos
Ação(ões) de Contingência: Convocar remanescente.	Responsável: Coordenação de Gestão de Contratos

ETAPA:	PUBLICAÇÃO DO CONTRATO		
Risco 14:	Falta de publicidade do ato administrativo em tempo hábil		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
Dano(s): Descumprimento de formalidade legal.			
Ação(ões) Preventiva(s): Adoção lista de verificação contemplando o item “publicação do contrato”.	Responsável: Coordenação de Gestão de Contratos		
Ação(ões) de Contingência: Publicar o contrato tão logo seja detectada a ausência de publicidade.	Responsável: Coordenação de Gestão de Contratos		

ETAPA:	DESIGNAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO E SUBSTITUTOS		
Risco 15:	DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR SEM CONHECIMENTO TÉCNICO DO OBJETO CONTRATUAL		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Dano(s):			
Comprometimento dos resultados esperados. Responsabilização Subsidiária da Administração			
Ação(ões) Preventiva(s):			Responsável:
Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato e proporcionar capacitação.			Gestão de Contratos
Ação(ões) de Contingência:			Responsável:
Indicar fiscal capacitados. Observar as recomendações do art. 40 e 41 da IN nº 05/2017			Gestão de contratos

Etapa:	DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO DO CONTRATO
Risco 16:	AUSÊNCIA DE PREPOSTO DA CONTRATADA

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
Dano(s):			
Responsabilidade direta da administração			
Ação(ões) Preventiva(s): Incluir cláusula da fiscalização, dispositivos de indicação de fiscal e preposto e as respectivas atribuições.			Responsável: Gestão de Contratos
Ação(ões) de Contingência: Solicitar, imediatamente à contratação, a designação formal do preposto.			Responsável: Gestão de contratos

ETAPA:	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
Risco 17:	Execução em desacordo com o contrato;
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto
Dano(s): Prejuízo para o erário, responsabilização subsidiária da Administração.	

Ação(ões) Preventiva(s): Realizar avaliações periódicas dos serviços; adotar indicadores de níveis de desempenho, conforme IMR. Exigir, mensalmente, comprovação da quitação das obrigações trabalhistas e sociais. Utilizar lista de verificação PROPLAN	Responsável: Gestão e Fiscalização do contrato
Ação(ões) de Contingência: Execução de garantia e uso do IMR - Instrumento de Medição de Resultado de forma efetiva.	Responsável: Gestão e Fiscalização de contratos

ETAPA:	PRORROGAÇÃO DO CONTRATO		
Risco 18:	PRORROGAÇÃO NÃO VANTAJOSA		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Dano(s): Prejuízo para o erário, responsabilização subsidiária da Administração.			
Ação(ões) Preventiva(s): Realizar pesquisa de preços com antecedência, com vista a constatar a vantajosidade da prorrogação do contrato.			Responsável: Gestão de contratos
Ação(ões) de Contingência:			Responsável:

Negociar junto à contratada, preços mais vantajosos. Não sendo possível, abertura de novo processo licitatório.

Gestão de contratos

ETAPA:	ALTERAÇÕES DO CONTRATO		
Risco 19:	DESEQUILÍBRIO DO CONTRATO, PERCENTUAIS SUPERIORES AOS FIXADOS EM NORMA		
Probabilidade:	Baixa	X Média	Alta
Impacto:	Baixo	Médio	X Alto
Dano(s): Prejuízos ao erário.			
Ação(ões) Preventiva(s): Atentar para os requisitos legais sobre acréscimos e supressões de quantidades. Adotar controles adicionais como: sistemas, planilhas, etc		<input type="checkbox"/>	Responsável: Coordenação de Gestão de Contratos
Ação(ões) de Contingência: Realizar os ajustes necessários e, adotar medidas de ressarcimento.		<input type="checkbox"/>	Responsável: Coordenação de Gestão de Contratos

ETAPA:	REAJUSTES DO CONTRATO
---------------	------------------------------

Risco 20:	DESEQUILÍBRIO DO CONTRATO; PRORROGAÇÃO DESVANTAJOSA; USO DE INDÍCES DISTINTOS DOS FIXADOS NO CONTRATO; ANÁLISE INADEQUADA DAS PLANILHAS; JOGO DE PLANILHA.		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
Dano(s): Prejuízos ao erário.			
Ação(ões) Preventiva(s): Indicar no TR o índice de reajuste. Vincular este índice a cláusula de reajuste do contrato, critérios distintos para ajuste dos preços de mão-de-obra (CCT) e materiais (índices). Contar com apoio profissional da área na análise das planilhas. Realizar pesquisa de mercado, com vista a constatar a permanência da vantajosidade do contrato.		Responsável: Coordenação de Gestão de Contratos	
Ação(ões) de Contingência: Ajustar os preços conforme o índice da cláusula de reajuste do contrato; reter os valores pagos a maior. Negociar preços mais vantajosos.		Responsável: Coordenação de Gestão de Contratos	
ETAPA:	GARANTIAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL		
Risco 21:	Não apresentação de garantias; apresentação de garantias que não cobrem multas, prejuízos à Administração ou terceiros		

Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Dano(s):			
Prejuízo para o erário			
Ação(ões) Preventiva(s): Exigir, como condição para início dos serviços, garantias de execução contratual para cobertura de despesa pelo inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e prejuízos a terceiros.			Responsável: Coordenação de Gestão de Contratos
Ação(ões) de Contingência: Apuração e penalidade.			Responsável: Coordenação de Gestão de Contratos

ETAPA:	PAGAMENTO DOS SERVIÇOS
Risco 22	RETENÇÃO DOS VALORES DOS IMPOSTOS, ENCARGOS PATRONAIS
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto

Dano(s): Responsabilidade subsidiária.	
Ação(ões) Preventiva(s): Certificar-se dos percentuais e valores que deverão ser retidos, de acordo com o Código Tributário do local da prestação dos serviços, bem como dos encargos sociais.	Responsável: Financeiro
Ação(ões) de Contingência: Reter e enviar os valores para seus respectivos destinos, e adotar o Pagamento pelo Fato Gerador como mecanismo de controle interno utilizado para tratar os possíveis riscos de descumprimentos das obrigações trabalhistas e verbas rescisórias dos trabalhadores por parte da contratada, mitigando a responsabilidade subsidiária da Administração.	Responsável: Financeiro e Gestor do Contrato.

ETAPA:	SANÇÕES
Risco 23:	RITO PROCESSUAL INADEQUADO OU QUE NÃO OFERECE GARANTIAS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.
Probabilidade: <input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	

Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Dano(s):			
Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos.			
Ação(ões) Preventiva(s): Estabelecer, mediante normativo interno, os ritos do processo administrativo disciplinar.			Responsável: Diretoria de Licitação e Contratos
Ação(ões) de Contingência: Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada.			Responsável: Diretoria de Licitação e Contratos

ETAPA:	ENCERRAMENTO DO CONTRATO
Risco 24	NÃO OBSERVAR SE REQUISITOS DO CONTRATO FORAM PLENAMENTE ATENDIDOS.
Probabilidade: <input type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input checked="" type="checkbox"/> Alta	
Impacto: <input checked="" type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	
Dano(s):	
Prejuízo ao erário.	
Ação(ões) Preventiva(s):	Responsável:

Verificar a inexistência de processo trabalhista, pendência trabalhistas e ressarcimentos.	Gestão de contrato e o Financeiro
Ação(ões) de Contingência: Notificar a contratada para regularizar as pendências, comunicar a segurados dos inadimplementos, reter valores até o limite do ressarcimento	Responsável: Gestão de contrato e o Financeiro

Responsáveis pela elaboração do Mapa de Riscos:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que materializa o Gerenciamento de Riscos da presente contratação e que o mesmo traz os conteúdos previstos na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, conforme modelo constante no Anexo IV.

Olívia Albuquerque Pessoa Diretora de Gestão em Operação de Segurança SIAPE 1131119	Edinaldo Félix da Silva Gestor do Contrato SIAPE 1131943
Local e data:	Recife-PE 20/08/2021

ANEXO XII DO TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº/2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO GABINETE DO REITOR SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL - SSI

TERMO DE VISTORIA

(conforme subitem 3.3 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017)

Atestamos, para os devidos fins, que o Sr.(a). R.G., CPF, indicado(a) pela licitante, tomou conhecimento de todas as informações técnicas e das condições locais para a prestação dos serviços objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº/2021**, sendo vistoriadas as seguintes Unidades Administrativas:

No campus Joaquim Amazonas:	<input type="checkbox"/> Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; <input type="checkbox"/> CEERMA; <input type="checkbox"/> FAE; <input type="checkbox"/> Casa Tecnológica; <input type="checkbox"/> Superintendência de Infraestrutura; <input type="checkbox"/> Editora Universitária; <input type="checkbox"/> Departamento de Gestão de Bens e Serviços; <input type="checkbox"/> Almoxarifado Central; <input type="checkbox"/> Casa de Gás; <input type="checkbox"/> Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível e Energia Renovável; <input type="checkbox"/> Centro de Ciências Exatas e da Natureza; <input type="checkbox"/> Área II; <input type="checkbox"/> Departamento de Física; Centro de Informática; <input type="checkbox"/> Laboratório de Arqueologia e ETA; <input type="checkbox"/> Portão de Pedestre; Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; <input type="checkbox"/> Portão de Pedestre e de Veículos da Editora; Oficinas; <input type="checkbox"/> Portão de Pedestre da Superintendência de Infraestrutura; DPP; Diretoria de Licitação e Contratos; <input type="checkbox"/> Portão de Pedestre do Centro de Ciências Exatas e da Natureza; <input type="checkbox"/> Área da Biblioteca Central; <input type="checkbox"/> Estacionamento do Centro de Ciências Sociais Aplicadas; <input type="checkbox"/> Colégio de Aplicação e Lagunho; Centro de Biologia. Fonte Alternativa de Energia /CER Centro de Informática. Restaurante Universitário; Estacionamento do CFCH/CAC.
<input type="checkbox"/> Centro de Ciências da Saúde (Biblioteca – Pós-Graduação; <input type="checkbox"/> Departamento de Anatomia e Serviço de Verificação de Óbitos; <input type="checkbox"/> Centro de Ciências Biológicas; <input type="checkbox"/> Departamento de Nutrição; <input type="checkbox"/> Laboratórios: Central de Pós-Graduação e UNATI; <input type="checkbox"/> Departamento de Odontologia (Buco e Preventiva); <input type="checkbox"/> Departamento de Fonoaudiologia; Clínica de Fono; <input type="checkbox"/> Reitoria; <input type="checkbox"/> Casa do Estudante; <input type="checkbox"/> Biblioteca Central; <input type="checkbox"/> Centro de Ciências Sociais Aplicadas; <input type="checkbox"/> Central Telefônica; <input type="checkbox"/> Concha Acústica; <input type="checkbox"/> Centro de Convenções da UFPE; <input type="checkbox"/> Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; <input type="checkbox"/> Laboratório de Análises Minerais; <input type="checkbox"/> Núcleo de Hotelaria e Turismo; <input type="checkbox"/> Departamentos de: Antibióticos, Farmácia; <input type="checkbox"/> Centro de Ciências do Nordeste; <input type="checkbox"/> Centro de Artes de Comunicações; <input type="checkbox"/> Centro de Filosofia e Ciências Humanas; <input type="checkbox"/> Centro de Educação; <input type="checkbox"/> Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário; <input type="checkbox"/> DEQ/LAMSA; <input type="checkbox"/> Clube Universitário; <input type="checkbox"/> Núcleo de Educação física e Desporto; <input type="checkbox"/> Departamento de Terapia Ocupacional; <input type="checkbox"/> Departamento de Fisioterapia; <input type="checkbox"/> Casa de Estudante Masculina; <input type="checkbox"/> DINE; <input type="checkbox"/> Superintendência de Tecnologia da Informação e Núcleo de Atenção ao Idoso;	Fora do campus Joaquim Amazonas: <input type="checkbox"/> Centro Cultural Benfica

<input type="checkbox"/> Portão de Pedestre do CCS/BR 101; <input type="checkbox"/> Portão de Pedestre e Departamento de Fonoaudiologia; Odontologia; <input type="checkbox"/> Portão de Pedestre e Departamento de Farmácia; <input type="checkbox"/> Portão de Pedestre; Coordenadoria de Ensino de Ciências do Nordeste; Corpo Discente e Departamento de Engenharia Química; <input type="checkbox"/> Portão de Pedestre e Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Artes e Comunicação e Centro de Educação <input type="checkbox"/> Entrada do Campus da UFPE; <input type="checkbox"/> Saída do Campus da UFPE; <input type="checkbox"/> NIATE CTG / CCEN; <input type="checkbox"/> Instituto nacional de tecnologia e material/INTM;	<input type="checkbox"/> Memorial da Medicina de Pernambuco <input type="checkbox"/> Prédio-sede da Faculdade de Direito do Recife e Praça Adolpho Cirne <input type="checkbox"/> Anexo I da Faculdade de Direito do Recife <input type="checkbox"/> Anexo II da Faculdade de Direito do Recife; <input type="checkbox"/> Núcleo de Televisão e Rádio Universitárias; <input type="checkbox"/> Prédio da SUDENE; <input type="checkbox"/> Casa da Estudante; <input type="checkbox"/> Departamento de energia Nuclear; <input type="checkbox"/> Serviço de psicologia aplicada / NASE; <input type="checkbox"/> Núcleo de Apoio ao Estudante / NAE; <input type="checkbox"/> Sistema Integrado de Saúde / SIS; <input type="checkbox"/> Centro Acadêmico de Vitória <input type="checkbox"/> Centro Acadêmico do Agreste
HORÁRIO DE INÍCIO:	HORÁRIO DE TÉRMINO:

Recife, de de 2021

Superintendência de Segurança Institucional - SSI

(assinatura e carimbo do servidor)



Emitido em 16/09/2021

TERMO DE REFERENCIA Nº 3/2021 - SSI (11.01.38)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 16/09/2021 20:51)

ALFREDO MACEDO GOMES

REITOR

1171268

(Assinado digitalmente em 21/09/2021 07:34)

JOAO EVERALDO DE ARAUJO

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

1133699

(Assinado digitalmente em 16/09/2021 17:01)

OLIVIA DE ALBUQUERQUE PESSOA

DIRETOR

1131902

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **3**, ano: **2021**, tipo: **TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **16/09/2021** e o código de verificação: **35690d8c96**

Estudo Técnico Preliminar 35/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 23076.0008134/2018-28

2. Referências Legais

2.1. Identifica-se como parâmetros legais específicos à contratação de serviços de vigilância armada a subsidiar a contratação de forma **geral**:

i. *Lei n.º 9.632, de 07 de maio de 1998*. Trata da extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Em seu artigo 1º a referida lei diz: “Os cargos vagos integrantes da estrutura dos órgãos e entidades relacionados no Anexo I desta Medida Provisória ficam extintos, e os cargos ocupados, constantes do Anexo II, passam a integrar Quadro em Extinção”.

Ou seja, no anexo I daquela Lei, estão listados os cargos vagos automaticamente extintos. Já, no Anexo II, estão os cargos ocupados que entraram em extinção e somente poderão ser realmente extintos quando em vacância, conforme o parágrafo único do artigo 1º: “*Os cargos ocupados serão extintos quando ocorrer a sua vacância, nos termos do art. 33 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assegurando-se a seus ocupantes todos os direitos e vantagens estabelecidos, inclusive promoção*”.

Segue o link deste diploma legal: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9632.htm. Segue o link dos Anexos I e II, que estão digitalizados a partir de uma impressão de sistema informacional antigo e, portanto, não permite busca textual: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1998-2000/anexo/AnL9632-98.pdf.

Por isso, buscamos item a item e encontramos tanto no Anexo I como no II referência a atividades correlatas ao agente institucional de segurança (vigia) aqui da UFPE:

- Agente de Vigilância
- Guarda
- Guarda de Vigilância
- Vigia
- Vigilante

ii. *O Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018*: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação de serviços da administração de serviços da administração pública federal direta autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

iii. *A IN SEGES/MPDG n.º 05, de 26 de maio de 2017*: Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

iv. *Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983*, regulamentada pelo *Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983*. Estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores.

v. *Portaria n.º 3.233, de 10 de dezembro de 2012*, alterada pela *Portaria nº 3.258, de 14 de janeiro de 2013*, da Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal: define normas relacionadas às atividades de

Segurança Privada, dentro das competências da Polícia Federal em controlar e fiscalizar essa espécie de atividade do Mercado, normatizando a instrução e formação do profissional vigilante. Da Portaria n.º 3.233, destacam-se os §§ 1º e 2º do seu artigo 1º:

Art. 1º [...]

§ 1º As atividades de segurança privada serão reguladas, autorizadas e fiscalizadas pelo Departamento de Polícia Federal - DPF e serão **complementares às atividades de segurança pública** nos termos da legislação específica. (destacamos)

§ 2º A política de segurança privada envolve a Administração Pública e as classes patronal e laboral, observando os seguintes objetivos:

I - dignidade da pessoa humana;

II - segurança dos cidadãos;

III - prevenção de eventos danosos e diminuição de seus efeitos

IV - aprimoramento técnico dos profissionais de segurança privada; e

V - estímulo ao crescimento das empresas que atuam no setor. Destaques nossos.

vi. *Lei n.º 13.116, de 20 de abril de 2015. O uso de radiofrequência para comunicação entre profissionais da vigilância é regulado pelo Ministério das Telecomunicações e pela Agência Nacional de Telecomunicações por meio da citada Lei Federal, regulamentada pela Resolução ANATEL n.º 680, de 27 de junho de 2017.*

vii. *Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).* Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, definindo crimes e dando outras providências. A referência ao Estatuto do Desarmamento se dá em virtude da decorrência de sua observância que ocasionou a perda do porte funcional de arma de fogo por parte dos agentes de segurança institucional universitária, da segurança orgânica desta autarquia federal; como melhor explanado mais adiante como uma das justificativas da necessidade da contratação.

viii. Convenção Coletiva de Trabalho 2021, em vigor, com número de registro no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): Convenção Coletiva de Trabalho 2021, em vigor, com número de registro no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): PE000059/2021, com data de registro e protocolada em 25/01/2021, número do processo: 13623.100201/2021-63, celebrando tal convenção: SIN EMP EMPR SV TRAB TRANVA SV EMPR PESS C FO ESP SV PE, CNPJ n.º 10.580.199/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSÉ INÁCIO CASSIANO DE SOUZA;

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ n.º 24.417.867/0001-05, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). AGOSTINHO ROCHA GOMES.

ix. SIN EMP EMPR SV TRAB TRANVA SV EMPR PESS C FO ESP SV PE, CNPJ n.º 10.580.199/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSÉ INÁCIO CASSIANO DE SOUZA;

x. SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ n.º 24.417.867/0001-05, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). AGOSTINHO ROCHA GOMES.

xi. *Caderno de Logística: Contratações públicas sustentáveis (Prestação de serviços de vigilância patrimonial):* Guia de orientação sobre os aspectos gerais na contratação de serviços de vigilância patrimonial no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquicas e Fundacional.

3. Objeto/ Objetivo da Contratação

3.1. Objetivo Geral: Desenvolver estudo a fim de assegurar a viabilidade técnica da contratação de que trata o referido DFD, qual seja, prestação de **serviço de Vigilância Ostensiva Armada, em regime de dedicação exclusiva, no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco.**

3.2. Objetivos Específicos:

- (i) Elaborar estudo à luz da *IN SEGES/MPDG n.º 05/2017*, quanto à classificação e natureza dos serviços, identificando demais normativos legais que disciplinem a contratação pretendida, embasando Termo de Referência a ser elaborado;
- (ii) Apresentar parâmetros mínimos de qualidade visando à obtenção da proposta mais vantajosa;
- (iii) Identificar a melhor solução, dentre as praticadas no âmbito da Administração Pública Federal, preferencialmente no âmbito das Instituições Federais de Ensino, visando à eficácia da contratação;
- (iv) Incluir à solução proposta os parâmetros que tornem viável a contratação de empresa especializada que possa atuar em todos os campi da UFPE, de forma contínua, com sistema de rondas eletrônicas e rede de radiocomunicação, com postos motorizados e de supervisão operacional, tudo em alinhamento com planejamento estratégico da Segurança Institucional da Universidade.
- (v) Subsidiar o Termo de Referência originado diretamente deste Estudo indicará a necessidade de contratação de empresa para, em regime indireto, prestar serviço de Vigilância Ostensiva. Contudo, a solução integrada de Segurança Universitária ainda conta com outros subsistemas que, no futuro, deverão dar cabimento a uma diversificação no tipo de serviço contratado, podendo gerar outras contratações. Por isso admite-se o atual modelo de contratação apenas de vigilantes, mas se desaconselha que esse modelo seja renovado ininterruptamente.

3.3. Objetivos Complementares:

Na perspectiva de que a Segurança Universitária tem características peculiares que exigem do aparato de Segurança Institucional uma postura de eficiência gerencial e primazia na proteção das pessoas, que a empresa especializada em Segurança Privada a ser contratada para exercer parte desse amplo compromisso, precisa reorientar suas atividades sem, no entanto, descaracterizar sua razão social essencial.

Dois contextos precisam ser comentados, para se chegar àquilo que se pretende da empresa terceirizada, que viria a ser o diferencial do ambiente universitário.

Primeiro, é notório que a formação do vigilante compartilha muitas características da formação policial brasileira, formação essa que ainda sustém alguns vieses. Aliado a isso a orientação profissional do vigilante parece ser voltada ao sistema financeiro e bancário.

Segundo, definitivamente, a Universidade é um ambiente que traz novos desafios à segurança, exigindo uma postura inovadora. A Superintendência de Segurança Institucional da UFPE tem empregado estratégias e tecnologias em segurança, na vanguarda do setor universitário e da gestão pública, tornando-se referência no setor em nível nacional.

A execução dos serviços deve ser acompanhada/fiscalizada pela contratante. A contratada não deve compartilhar os recursos humanos e/ou materiais disponíveis para execução simultânea de outros contratos. Contudo, não se deve esquecer que mesmo a atividade de *Segurança Privada* tem por objetivos de sua política a **dignidade da pessoa humana, a segurança dos cidadãos**, a prevenção de eventos danosos e diminuição de seus efeitos e o aprimoramento técnico dos profissionais do setor.

Num delicado desempenho de suas atividades, a Segurança Institucional e nisso acompanha a empresa a ser contratada para prestar o serviço de Vigilância Ostensiva Armada, precisam ter uma postura compatível para com o contexto acadêmico, para que elas mesmas não se tornem aquela impertinência injusta gerada internamente. E, concorrentemente a isso, ainda que simultaneamente em alguns casos, é exigido que tenham o vigor, o preparo e os recursos suficientes para evitar que os fatores geradores de insegurança externa adentrem ao campus.

Já a postura compatível a que se fala é tecida pela prática da atividade disciplinar pelos princípios da legalidade, proporcionalidade, necessidade e ética, sempre tratando as pessoas de forma justa e igualitária, prezando sempre que possível pela cortesia, urbanidade e parcimônia.

4. Descrição da necessidade

4.1 A Universidade Federal de Pernambuco é uma autarquia educacional federal, com sede e foro legal na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, está dispersa espacialmente em 04 (quatro) campi: dois em Recife, um em Vitória de Santo Antão e um em Caruaru, cobrindo uma área de 148,65 hectares (1,5 km²). Desempenha suas atividades mediante o engajamento de mais de 6 mil docentes e técnicos, que assistem a aproximadamente 40 mil estudantes, além dos usuários de serviços de assistência ou abrangidos por projetos de extensão.

4.2 Os campi e seus Centros Acadêmicos não param, além das atividades normais de ensino da graduação e pós-graduação e das atividades administrativas de expediente, que cobrem a faixa de dia e horário da segunda a sexta-feira, do início da manhã (aproximadamente às 7h), até o fim da noite (aproximadamente às 22h). Além desse horário acadêmico normal ainda há atividades acadêmicas, mesmo de ensino, que ocorrem nos finais de semana; atividades acadêmicas, extraclasse, tais como projetos de extensão e de pesquisa; projetos de pesquisa em laboratórios que não podem ter seu fluxo interrompido, havendo casos que os pesquisadores pernoitam na Universidade; a residência estudantil universitária tem fluxo como qualquer condomínio residencial, com necessidades de trânsito de pedestres e veículos em feriados e madrugadas; atividades extra acadêmicas, como eventos esportivos e artísticos; o uso das vias do campus como rota alternativa para o tráfego de veículos da região metropolitana; o uso do espaço do campus como ambiente de convivência comunitária, para prática de esporte, lazer etc.

4.3 É, justamente, porque a Universidade não para, mas tem picos de fluxo, que o contrato de Vigilância Ostensiva Armada precisa acompanhar a flutuabilidade da demanda.

4.4 Entre as atividades meio que, na verdade, entrelaçam-se com os objetivos estratégicos da instituição está a promoção de um ambiente universitário seguro realizado, sobretudo, pelo aparato de Segurança Institucional.

4.5 A ostensividade se caracteriza pela presença marcante e visível expressa pelo fardamento e equipamentos, o posicionamento das forças operativas, na plotagem dos veículos de tal forma que venha a inibir a ação criminosa, dissuadindo o possível infrator ao não cometimento da ação danosa. Ostensividade é uma característica que pode ser incorporada por outras atividades, mas quando se fala em vigilância, está se delimitando as atividades sob a égide da Lei n.º 7.102, de 20 de junho de 1983, a qual é regulada e fiscalizada pela Polícia Federal.

4.6 No âmbito da UFPE, ora entidade pública contratante, o Sistema Integrado de Segurança Institucional-Inteligente (SISI) reúne uma solução de segurança prestada por vários agentes, coordenada pela Superintendência de Segurança Institucional da UFPE. Portanto, a empresa especializada em segurança privada patrimonial contratada para prestação do serviço de vigilância ostensiva no âmbito da UFPE, atuará compondo apenas uma parte da solução articulada pelo sistema integrado. Outros agentes tais como a segurança orgânica e as agências policiais atuam no mesmo sistema cada um conforme sua competência

4.7 Todo esse sistema de segurança tem atribuições abrangentes na defesa e proteção:

- das pessoas integrantes da comunidade acadêmica, bem como a pessoas circunstancialmente inseridas na abrangência de responsabilidade da Universidade;

- das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, bem como as atividades de apoio à realização delas;
- do patrimônio cultural, histórico, artístico e intelectual;
- da integridade institucional, sobretudo, os bens intangíveis, como a imagem institucional e a credibilidade pública para com a Universidade e
- dos bens materiais móveis e das instalações.

4.8 Para justificar a contratação se deve destacar dois fatores: a perda do porte funcional de arma de fogo pelos agentes de segurança vinculados ao quadro da UFPE concomitantemente ao atual panorama de violência e criminalidade que assola as grandes áreas urbanas do país e, em especial, a capital pernambucana; e a flutuabilidade da demanda, como discorreremos abaixo.

4.9 Considerando a perda do porte funcional de arma de fogo e o panorama de violência e criminalidade do Recife, a solução até então empregada era inspirada no modelo anglo-saxão de segurança universitária, o que implica dizer agência policial com outorga própria para atuação em *campus* universitário com exclusividade de competência em relação à agência policial urbana-local, denominado de *campus police*.

4.9.1 Apesar do porte de arma funcional não ser o principal elemento desse modelo, ainda sim, é uma ferramenta operacional de grande importância, quando se trata do contexto da segurança pública brasileira.

4.9.2 Considerando a interpenetração entre o *campus* universitário e o restante da área metropolitana do Recife, ao ponto de a zona circunvizinha dos bairros do Engenho do Meio e da Várzea ser reconhecida como Cidade Universitária, admite-se que ao menos eventualmente a solução de segurança interna da Universidade seja compelida a dar cabo de situações típicas do panorama de violência e criminalidade, enfrentadas pelo aparato de segurança pública.

4.9.3 Nesse contexto, a perda do porte funcional de arma de fogo, suscitado pelo advento do Estatuto do Desarmamento (*Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003*), em detrimento dos agentes de segurança institucional universitária, da segurança orgânica desta autarquia federal, vinculados pelo cargo com descrição, também nomeado, de Vigilantes, obrigou à gestão dessa área funcional a buscar meios alternativos de suportar o peso das contramedidas necessárias para impedir que o panorama de violência e criminalidade externa dominasse o *campus*.

4.9.4 A alternativa considerada e até estimulada incrementalmente por aquilo que havia se tornado costumeiro, foi a adesão à execução indireta do elemento específico da vigilância ostensiva armada, por parte de empresa especializada.

4.10 Apesar de se observar flutuabilidade em relação aos dias e horários semanais, a demanda é ininterrupta e ocorre em faixas do dia que não costuma ocorrer em outros órgãos e/ou entidades públicas. Os horários das atividades acadêmicas não são convencionais, tais como outros órgãos e entidades públicas; assim como dentro do espaço universitário ocorrem outras atividades que decorrentes do envolvimento com a comunidade circunvizinha. Em lista sucinta elencamos fatores ou atividades que compelem a manutenção da função operacional da segurança de forma ininterrupta:

- (i) Atividades acadêmicas, mesmo de ensino, que ocorrem nos finais de semana;
- (ii) Atividades acadêmicas, extraclasse, tais como projetos de extensão e de pesquisa;
- (iii) Projetos de pesquisa em laboratórios que não podem ter seu fluxo interrompido, havendo casos que os pesquisadores pernoitam na Universidade;
- (iv) A residência estudantil universitária tem fluxo como qualquer condomínio residencial, com necessidades de trânsito de pedestres e veículos em feriados e madrugadas;
- (v) Atividades extra-acadêmicas, como eventos esportivos e artísticos;

(vi) Uso das vias do *campus* como rota alternativa para o tráfego de veículos da região metropolitana;

(vii) Uso do espaço do *campus* como ambiente de convivência comunitária, para prática de esporte, lazer etc.

4.11 Término do contrato. Inclusão da Sudene. O serviço permanece sendo necessário.

4.12 Os efeitos do não investimento em tecnologia

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Gestão de Operação em Segurança/ DGOS	Olívia de Albuquerque Pessoa/ SIAPE: 1131902

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1 O edital licitatório, elaborado a partir de modelo padronizado pela Advocacia-Geral da União, conterà as regras para participação no certame licitatório.

6.2 O edital licitatório, em modelo padronizado pela Advocacia-Geral da União, elencará a documentação relativa à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, e à qualificação econômico-financeira.

6.2.1 Para efeito de habilitação econômico-financeira deve-se observar o que dispõe o *subitem 11.1 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017*, não cabendo supressão de nenhum requisito de qualificação técnica e econômico-financeira como aventado pelo *item 12* do mesmo anexo, a considerar a natureza e o vulto da licitação.

6.3 Para efeito de qualificação técnico-operacional, deve-se observar o que dispõe os subitens 10.6, 10.6.1, 10.7, 10.7.1, 10.8, 10.9 e 10.10 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

6.3.1 Na contratação deste serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a UFPE deverá exigir em Edital:

6.3.1.1 Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório na Região Metropolitana do Recife, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

6.3.1.2 Atestado comprovando que a licitante tenha executado contrato com no mínimo 152 (cento e cinquenta e dois) postos de vigilância armada por período não inferior a 3 (três) anos.

6.3.1.2.1 É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata subitem 6.3.1.2 acima, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos.

6.3.1.2.2 Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos;

6.3.1.2.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

6.3.1.2.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

6.3.1.2.5 O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

6.4 Em atendimento à *alínea “b”* do *subitem 3.3* do anexo III da *IN SEGES/MPDG n.º 5/2017*, ratifica-se os serviços a serem contratados como sendo de ***natureza continuada***, pois

pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. (*Artigo 15 da IN SEGES/MPDG n.º 05/2017*).

6.5 Visando atender ao exigido na *alínea “c”* do *subitem 3.3* do anexo III da *IN SEGES/MPDG n.º 5/2017*, são os seguintes os critérios e práticas de sustentabilidade a serem veiculados como obrigação da contratada, considerando os seguintes tópicos temáticos:

(i) Responsabilidade social:

- a. Admissão de mão de obra local, preferencialmente domiciliada nos bairros adjacentes aos postos de alocação, de modo a atender o exigido no *art. 4º do Decreto n.º 7.746/2012*;
- b. Valorização do profissional Vigilante;
- c. Admissão de mulheres;
- d. Qualificação e capacitação em Direitos Humanos e Atendimento ao usuário-cidadão;
- e. Capacitação para uso e interpretação de Libras.

(ii) Gestão ambiental consciente:

- a. Gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias de pilhas.

6.5.1 *Responsabilidade social – Valorização do profissional Vigilante:*

6.5.1.1 Ainda sob a orientação da responsabilidade social, cuidar de seus colaboradores firma um ambiente psicológico de confiança e de maior predisposição ao serviço, gerando naturalmente melhores resultados. Tendo em vista isso e aquilo que já é tratado pela Convenção Coletiva de Trabalho da Vigilância em Pernambuco, em vigor, que há a indicação de inserção de cláusulas contratuais que exijam, premiem ou estimulem: o uso de equipamentos de proteção individual e coletivos; que pagamentos aos funcionários sejam feitos em data regular, independente da situação momentânea do pagamento entre contratada e contratante; que haja programa contínuo de desenvolvimento humano dos funcionários, sobretudo, incentivo à melhor escolarização e formação de melhores condições à adesão a assistência à saúde do funcionário e sua família.

6.5.2 *Responsabilidade social – admissão de mulheres:*

6.5.2.1 Fica a Contratada obrigada a vincular ao contrato a ser firmado, no mínimo, 20% **(vinte por cento) de efetivo do sexo feminino do quantitativo geral**. A alocação de profissionais do sexo feminino no percentual aqui exigido se justifica pelo exposto abaixo:

i) No Código Brasileiro de Ocupações, na família ocupacional: 5173 - *Vigilantes e guardas de segurança*, especificamente na lista de atividades do 5173-30 GS – *Vigilante*, há a previsão de *revistas pessoais* como atividade da área de *fiscalizar pessoas, cargas e patrimônio*, o que combinado com a eventual necessidade de intervenção em ocorrências de flagrante delito como preconiza o art. 249 do Código de Processo Penal Brasileiro (*Decreto-lei 3689/1941*), impõe-se que “a busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência”.

ii) A contratação de profissionais do sexo feminino vai ao encontro de políticas que visam combater a discriminação de sexo e, ainda, às boas práticas sustentáveis para serviços de vigilância indicadas pelo Ministério do Planejamento em seu *Caderno de Logística* correlato.

6.5.3 Responsabilidade social – capacitação para o uso e interpretação de Libras:

6.5.3.1 A empresa a ser contratada deve assegurar a alocação de profissionais capacitados no uso e interpretação de Libras, considerando o disposto na *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*, no percentual exigido pelo *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*, que exige garantia de tratamento diferenciado à população surda-muda.

6.5.3.2 Além de se trata de uma exigência legal, justifica-se a alocação de profissionais capacitados em Libras o fato de que atualmente a UFPE oferece anualmente 30 vagas para a graduação em Libras, o que gera um fluxo concomitante de aproximadamente 80 surdos discentes, além dos visitantes e discentes de outros cursos.

6.5.3.3 Devem ser observados os prazos de 60 (sessenta dias) para que a empresa Contratada inicie os cursos de capacitações, as suas expensas, caso não esteja satisfeito percentual de 5% exigido pela legislação pertinente; e de 180 (cento e oitenta) dias, improrrogável, para que o percentual legal seja atendido ao menos com funcionários capacitados em nível básico de conversão em Libras

6.5.3.4 Caso, porventura, o contrato sofra prorrogação/renovação, a quota já atingida deve ser mantida mediante as práticas adequadas de recrutamento, seleção e capacitação dos profissionais vigilantes a ele vinculado.

6.5.4 Gestão ambiental consciente – gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias de pilhas:

6.5.4.1 A contratada deverá observar a *Resolução do CONAMA n.º 401/2008, de 4 de novembro de 2008*, para a aquisição de pilhas e baterias de pilhas para serem utilizadas nos equipamentos, veículos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

6.5.4.2 Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental, devendo ser utilizadas pilhas recarregáveis para uso em lanternas utilizadas para rondas noturnas.

6.5.4.3 Ainda segundo a *Resolução do CONAMA n.º 401/2008*, todas as baterias de pilhas e pilhas utilizadas no contexto do contrato, deverão ter destinação ambientalmente adequada, sob responsabilidade da empresa Contratada.

6.5.4.4 A contratada deve fornecer aos empregados, os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

6.5.4.5 Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata.

6.5.4.6 Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

6.6 A duração inicial do contrato de prestação dos serviços deverá ser de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até o máximo de 60 (sessenta) meses, como permite o inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993, não obstante a possibilidade aventada pela alínea “d” do subitem 3.3 do anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, em consonância com jurisprudência já pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União (*Acórdãos 1.467/2004 – 1ª Câmara; 1.627/2007-Plenário; 1.259/2010-Plenário; 5.820/2011 – 2ª Câmara; e 490/2012-Plenário*). No entanto, para o presente caso, a contratação por prazo superior a doze meses carece de justificativa técnica. O prazo inicial de 12 (doze) meses além de ser o mínimo permitido por Lei e ser o adotado por praxe pela UFPE para essa contratação, é suficiente para auferir a qualidade da execução dos serviços prestados, possibilitando à Administração a renovação ou não contratual.

6.7 Considerando a natureza dos serviços a serem contratados, a empresa a ser contratada deve se comprometer a promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas quando das futuras contratações, caso não seja a própria a ser contratada.

6.8 Deve-se exigir, ainda, dos licitantes:

6.8.1 Declaração de que possui equipamentos e armas em perfeito estado de conservação e funcionamento para prestação dos serviços;

6.8.2 Autorização para o funcionamento, expedida pelo Departamento de Polícia Federal na forma do disposto na Portaria 992, de 25/1995, do Diretor daquele Departamento, autorizando a licitante a operar no ramo de segurança no Estado de Pernambuco;

6.8.3 Autorização para funcionamento, em nome da licitante, emitida pelo Ministério da Justiça e revisão desta, para empresas em funcionamento há mais de um ano, com validade na data da apresentação dos documentos de habilitação;

6.8.4 Certidão de Segurança, em nome da licitante, emitido pela Superintendência Regional no Estado de Pernambuco do Departamento de Polícia Federal, com validade na data da apresentação dos documentos de habilitação;

6.8.5 Prova de comunicação de funcionamento dirigida à Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, em consonância com o Artigo 38, do Decreto 89.056/1983;

6.8.6 Declaração fornecida por empresa de formação e reciclagem de vigilantes, devidamente autorizada a funcionar pelo Ministério da Justiça indicando que a licitante vem reciclando regularmente seus vigilantes;

6.8.7 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.8.7.1 Declaração formal assinada pelo representante legal da licitante, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras, conforme modelo a constar como anexo do edital a ser elaborado; ou

6.8.7.2 O licitante poderá realizar vistoria prévia ao local dos serviços, a ser agendada através de representante identificado, **em dias e horários a serem estabelecidos no Termo de Referência**. A vistoria poderá ocorrer no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da licitação, agendando-a previamente com a SSI - Superintendência de Segurança Institucional da UFPE, por meio de **contatos (e-mail e telefone institucional) a serem indicados no Termo de Referência**.

6.8.7.3 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.9 Para o exercício da profissão, os vigilantes a serem alocados a serviço da Contratante deverão preencher aos requisitos nos termos do art. 16 e 17 da Lei nº 7.102/83:

Art. 16 - Para o exercício da profissão, o vigilante preencherá os seguintes requisitos:

I - ser brasileiro;

II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

III - ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;

IV - ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei.

V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;

VI - não ter antecedentes criminais registrados; e

VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Parágrafo único - O requisito previsto no inciso III deste artigo não se aplica aos vigilantes admitidos até a publicação da presente Lei.

Art. 17. O exercício da profissão de vigilante requer prévio registro no Departamento de Polícia Federal, que se fará após a apresentação dos documentos comprobatórios das situações enumeradas no art. 16.

6.10 As soluções de mercado se encontram identificadas no **item 7** deste Estudo Preliminar, depreendendo-se que não se trata de prestação de serviços que apresente quantidade restrita de fornecedores. Desse modo, os requisitos aqui estabelecidos são os mínimos indispensáveis à contratação de serviços visando a assegurar a qualidade contratual e a segurança administrativa.

6.10.1 Exigir-se-á declaração formal assinada pelo representante legal da licitante de que a empresa possui ou instalará (i) escritório e (ii) representação, nas localidades/regiões abaixo discriminadas, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da UFPE, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato:

(i) Escritório: Região Metropolitana do Recife;

(ii) Representação: Na cidade de Caruaru, no Agreste Pernambucano.

6.10.1.1 Fica a empresa já contratada obrigada a manter um funcionamento cíclico, com frequência semanal, no qual o vigilante lotado em Vitória de Santo Antão possa solucionar suas questões administrativas na própria cidade de lotação e por meio do qual a empresa possa receber demanda específica da fiscalização setorial.

6.11 Não deve ser permitida a participação de:

- (i) Empresa em concordata (processos judiciais anteriores à *Lei n.º 11.101/2005*), recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- (ii) Empresa temporariamente suspensa de participar com a União, com fundamento *no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto n.º 5.450/2005*, e com a UFPE, com fundamento *no inciso III do artigo 87 da Lei n.º 8.666/1993*, ou declarada inidônea por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos do *inciso IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/1993*, que ainda não tenham logrado reabilitação;
- (iii) Empresa reunida em consórcio que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, pois não se trata de contratação de grande vulto, considerando o disposto *no inciso V do artigo 6º da Lei n.º 8.666/1993*;
- (iv) Empresa que não tenha sede no País;
- (v) Cooperativas, por se tratar de contratação de serviços que demandam execução em estado de subordinação em relação ao fornecedor dos serviços e se referirem a atividade terceirizada indicada pela **alínea “c”** da cláusula primeira do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, a constar como anexo do edital.
- (vi) Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no *artigo 9º da Lei n.º 8.666/1993*.

7. Levantamento de Mercado

7.1 Neste item, são apresentados os resultados de pesquisa sobre as alternativas encontradas no Mercado para a oferta do serviço demandado. Começou-se pelas soluções contratadas por unidades da Administração Pública Federal em Pernambuco e depois completou-se com alguns extratos do que tem sido oferecido no meio tecnológico e na cadeia de serviço da Segurança Corporativa Privada.

7.2 Pesquisa realizada junto ao Painel de Preços do Governo Federal considerou contratos ativos em dezembro de 2018, sendo selecionadas quatro UASG (Unidades da Administração de Serviços Gerais) sediadas em Pernambuco, conforme abaixo, para que os parâmetros contratuais preservassem consonância com as regras da CCT Vigilância – 2018, aprovada no âmbito do Estado da Federal em que serão executados os serviços.

UASG pesquisadas

	UASG 01	UASG 02	UASG 03	UASG 04 ¹
Código UASG	393029	158500	60004	153080
Nomenclatura UASG	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Pernambuco	IFSertão Campus Floresta	Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar	Universidade Federal de Pernambuco

Contrato analisado				15308050000752018
Pregão analisado	Pregão n.º 68/2018	Pregão n.º 5/2017	Pregão n.º 2/2018	-
Data do pregão	15 mai. 2018	04 dez. 2017	11 mai. 2018	-
Valor global do contrato firmado				R\$ 695.847,40

Elaborado baseado em pesquisas ao site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e ao site <http://www.sigapregao.com.br/>.

(1) Autorreferência ao contrato emergencial em vigor na própria UFPE.

7.3 Em termos do desenho das soluções adotadas por esses órgãos e entidades adotadas, foram analisados quais itens eram compatíveis com os requisitos definidos nos **itens 6 (requisitos da contratação) e 9 (estimativas das quantidades)** deste Instrumento. Além das quatro unidades que nortearam os valores para um levantamento geral dos valores estimados para a contratação, foram selecionadas para servirem de fundamentação para escolha da solução, também, a Universidade Federal Rural de Pernambuco e as Superintendências Regionais da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

7.4 Hipóteses das soluções levantadas, as contratações na administração pública e a realidade da UFPE:

- i. serviços de vigilância armada com mão de obra e fornecimento de materiais inclusos (motocicletas, armamentos, coletes balísticos, munição, lanterna etc.): compõe a totalidade das soluções da administração pública levantadas neste ETP, além de ser a atual contratação da UFPE;
- ii. serviços de vigilância armada com mão de obra sem a inclusão de materiais: não foi identificada solução semelhante nas contratações públicas pesquisadas;
- iii. serviços de vigilância armada com mão de obra, com fornecimento de materiais fixos (motocicletas, armamentos, coletes balísticos, etc.) e eventuais por demanda (lanternas, munição): não foi identificada solução semelhante nas contratações públicas pesquisadas;
- iv. serviços de vigilância armada com mão de obra e fornecimento de materiais inclusos (motocicletas, armamentos, coletes balísticos, munição, lanterna, etc.), incluindo o videomonitoramento - não foi identificada solução semelhante nas contratações públicas pesquisadas.

8. Descrição da solução como um todo

8.1 O objeto da licitação tem a **natureza de serviço comum**, pois trata-se de solução cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

8.2 O serviço tem **caráter continuado**, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, pois há a necessidade de que os serviços descritos neste ETP estejam disponíveis de forma contínua, visando evitar a suspensão das atividades fins e administrativas da UFPE, em decorrência da ausência adequada de segurança institucional.

8.3 A contratação deverá adotar como regime de execução a **empreitada por preço global**.

8.4 Vale Ressaltar que a UFPE conta com servidores que ocupam o cargo público de Vigilante e executam de forma DIRETA as atividades de vigilância institucional da UFPE, todavia esses cargos estão sendo extintos a medida em que vão ficando vagos, conforme Anexo I, da LEI Nº 9.632, DE 7 DE MAIO DE 1998. A LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983 e a Portaria MTE Nº 1885 DE 02/12/2013 instituíram o cargo de Vigilante e estabeleceram suas atribuições, sendo elas:

- Proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas física;
- Vigilância patrimonial: segurança patrimonial e/ou pessoal na preservação do patrimônio em estabelecimentos públicos ou privados e da incolumidade física de pessoas;
- Segurança de eventos: segurança patrimonial e/ou pessoal em espaços públicos ou privados, de uso comum do povo.
- Segurança nos transportes coletivos: segurança patrimonial e/ou pessoal nos transportes coletivos e em suas respectivas instalações;
- Segurança ambiental e florestal: segurança patrimonial e/ou pessoal em áreas de conservação de fauna, flora natural e de reflorestamento;
- Transporte de valores: segurança na execução do serviço de transporte de valores;
- Escolta armada: segurança no acompanhamento de qualquer tipo de carga ou de valores;
- Segurança pessoal: acompanhamento e proteção da integridade física de pessoa ou de grupos;
- Supervisão/fiscalização Operacional: supervisão e/ou fiscalização direta dos locais de trabalho para acompanhamento e orientação dos vigilantes;
- Telemonitoramento/telecontrole: execução de controle e/ou monitoramento de locais, através de sistemas eletrônicos de segurança.

Contudo, a Contratação Indireta para prestação do serviço de vigilância é viável conforme **art. 9º, inciso IV, da IN SEGES/MPDG nº 05/2017**.

Art. 9º Não serão objeto de execução indireta na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional:

I - atividades que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - as atividades consideradas estratégicas para o órgão ou entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - as funções relacionadas ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

8.5 A prestação do serviço atribuída aos vigilantes institucionais, nos prédios abaixo discriminados, não exclui a responsabilidade da empresa terceirizada prestadora do serviço de Vigilância Ostensiva Armada, em regime de dedicação exclusiva, no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco.

Para execução de forma direta os vigilantes institucionais estão distribuídos atualmente da seguinte forma:

TURMA: A e C (DIURNO), horário: 06:00hs às 18:00hs

B e D (NOTURNO), horário: 18:00hs às 06:00hs

POSTOS DE SERVIÇOS

SEGURANÇA INSTITUCIONAL						
	POSTO	TURMA A	TURMA B	TURMA C	TURMA D	TOTAL
1	ANTIBIÓTICOS	1 vigilante	1 vigilante	1 vigilante	1 vigilante	4 vigilantes
2	ÁREA II	1 vigilante	2 vigilantes	1 vigilante	2 vigilantes	6 vigilantes
3	BIBLIOTECA CENTRAL	1 vigilante	2 vigilantes	1 vigilante	2 vigilantes	6 vigilantes
4	CAC	1 vigilante	1 vigilante	2 vigilantes	2 vigilantes	6 vigilantes
5	C. APLICAÇÃO	1 vigilante	1 vigilante		1 vigilante	3 vigilantes
6	CASA TECNOLÓGICA		1 vigilante		1 vigilante	2 vigilantes
7	CIÊNCIA BIOLÓGICA	1 vigilante	2 vigilantes	1 vigilante	2 vigilantes	6 vigilantes

8	CENTRO DE CIÊNCIA EXATA DA NATUREZA	1 vigilante	1 vigilante	1 vigilante	3 vigilantes	6 vigilantes
9	CCM. MEDICINA	1 vigilante	2 vigilantes	2 vigilantes	2 vigilantes	7 vigilantes
10	CENTRO DE CIÊNCIA DA SAÚDE	1 vigilante	2 vigilantes	1 vigilante	3 vigilantes	7 vigilantes
11	CENTRO DE CIÊNCIA SOCIAIS APLICADAS	2 vigilantes	2 vigilantes	2 vigilantes	2 vigilantes	8 vigilantes
12	CENTRO DE EDUCAÇÃO	1 vigilante	2 vigilantes	1 vigilante	1 vigilante	5 vigilantes
13	DHT	1 vigilante	2 vigilantes	1 vigilante	2 vigilantes	6 vigilantes
15	EDITORIA	1 vigilante	1 vigilante	1 vigilante	2 vigilantes	5 vigilantes
16	ENG. PRODUÇÃO	vigilante	vigilante	vigilante	vigilante	0
17	ENG. ALIMENTO	vigilante	vigilante	vigilante	vigilante	0
18	CENTRO DE TECNOLOGIA E GEOCIÊNCIA	1 vigilante	2 vigilantes	1 vigilante	1 vigilante	5 vigilantes
19	ENG. QUÍMICA		2 vigilantes		1 vigilante	3 vigilantes
20	FARMÁCIA	1 vigilante	2 vigilantes	1 vigilante	2 vigilantes	6 vigilantes
21	FISIOTERAPIA	1 vigilante	1 vigilante	1 vigilante	1 vigilante	4 vigilantes
22	HOSPITAL DA CLÍNICAS	1 vigilante	1 vigilante	1 vigilante	1 vigilante	4 vigilantes
23	LITPEG		2 vigilantes	2 vigilantes		4 vigilantes
24	METROLOGIA		1 vigilante			1 vigilante
25	STI	1 vigilante	2 vigilantes	1 vigilante	2 vigilantes	6 vigilantes
26	OCEANOGRAFIA	1 vigilante	1 vigilante	1 vigilante	2 vigilantes	5 vigilantes

27	ODONTOLOGIA	1 vigilante	2 vigilantes	1 vigilante	2 vigilantes	6 vigilantes
28	SINFRA	1 vigilante	2 vigilantes		2 vigilantes	5 vigilantes
29	T. OCUPACIONAL	1 vigilante	1 vigilante	1 vigilante	1 vigilante	4 vigilantes
30	CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS	1 vigilante	3 vigilantes	1 vigilante	2 vigilantes	7 vigilantes
31	BUCO FACIAL		1 vigilante		1 vigilante	2 vigilantes
3	BIBL. CCS				1 vigilante	1 vigilante
34	CENTRAL DE SEGURANÇA / GTO	9 vigilantes	20 vigilantes	9 vigilantes	20 vigilantes	58 vigilantes
36	DGOS		3 vigilantes		3 vigilantes	6 vigilantes
TOTAL						204 vigilantes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Licitação - Vigilância Ostensiva Armada

Processo Administrativo n.º 23076.008134/2018-08

TIPOS E QUANTITATIVO DE POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA (MOTORIZADA, ESTÁTICA E PREDIAL) TERCEIRIZADA

- **Campus do Recife – Item 1**

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	QTDE. DE POSTOS	Total de Profissionais
Posto Tipo 1	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min. às 15h00min., e 4 horas no sábado, das 08h00min às	06	06

	12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 01 vigilante.		
Posto Tipo 2	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min. às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12h00min às 16h00min, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	06	12
Posto Tipo 3	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	04	08
Posto Tipo 4	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	06	12
Posto Tipo 5	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 01 vigilante.	20	20
Posto Tipo 6	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12h00min às 16h00min, totalizando 44 horas semanais com 01 vigilante.	15	15
Posto Tipo 7	Tipo 7 Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	34	68
Posto Tipo 8	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min horas às 07h00min horas, (envolvendo 04 vigilantes)	21	84

Posto Tipo 9	Supervisor de Segurança Patrimonial, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	01	02
Posto Tipo 10	Supervisor de Segurança Patrimonial, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	01	02
TOTAL		114	2 29

- **Campus de Vitória de Santo Antão – Item 2**

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	QTDE. DE POSTOS	TOTAL DE PROFISSIONAIS
Posto Tipo 11	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 04 vigilantes).	03	12
Posto Tipo 12	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 04 vigilantes).	03	12
TOTAL		06	24

- **Campus do Agreste (Caruaru) – Item 3**

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	QTDE. DE POSTOS	TOTAL DE PROFISSIONAIS

Posto Tipo 13	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	02	04
Posto Tipo 14	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min e 4 horas no sábado, das 12h00min às 16h00min, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	02	04
Posto Tipo 15	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	03	06
Posto Tipo 16	Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	02	04
Posto Tipo 17	Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	01	02
Posto Tipo 18	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 04 vigilantes).	04	16
Posto Tipo 19	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 04 vigilantes).	04	16
TOTAL		18	52

Postos e Locais de Serviços

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	<p>Compreende as áreas do (a):</p> <p>Centro de Ciências da Saúde (Biblioteca – Pós-Graduação; Departamento de Anatomia e Serviço de Verificação de Óbitos; Centro de Ciências Biológicas; Departamento de Nutrição; Laboratórios: Central de Pós-Graduação e UNATI; Departamento de</p> <p>Odontologia (Buco e Preventiva); Departamento de Fonoaudiologia; de Fono.</p>
01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	<p>Compreende as áreas do (a):</p> <p>Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; e Pista Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibióticos; Farmácia; Centro de Ciências do Nordeste; Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante</p> <p>Universitário.</p>
01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	<p>Compreende as áreas do (a):</p> <p>Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário; Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de Antibióticos, Farmácia;</p> <p>Centro de Ciências do Nordeste.</p>
01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	<p>Compreende as áreas do (a):</p> <p>Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almojarifado Central; Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível; Energia Renovável; Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Área II; Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de</p>

		Arqueologia e ETA
01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	Compreende as áreas do (a): Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central; Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível; Energia Renovável; Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Área II; Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de Arqueologia e ETA.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	Compreende as áreas do (a): Clube Universitário; Núcleo de Educação física e Desporto; Departamento de Terapia Ocupacional; Departamento de Fisioterapia; Casa de Estudos Masculina; DINE; Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação; de Atenção ao Idoso.

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Compreende as áreas do (a): Centro de Ciências da Saúde (Biblioteca – Pós-Graduação; Departamento de Anatomia e Serviço de Verificação de Óbitos; Centro de Ciências Biológicas; Departamento de Nutrição; Laboratórios Central de Pós-Graduação e UNATI; ; Departamento de Odontologia (Buco e Preventiva); Departamento de Fonoaudiologia; Clínica de Fono.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Compreende as áreas do (a): Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Centro de Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; e Instituto Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análise de Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibiótico; Farmácia; Odontologia (Buco e Preventiva); Centro de Ciências do Nordeste; Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filologia; Ciências Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário.
		Compreende as áreas do (a):

02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário; Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFP; Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibióticos, Farmácia; Odontologia (Buco e Preventiva); Centro de Ciências do Nordeste.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Compreende as áreas do (a): Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central, Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível Energia Renovável; Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Área II; Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de Arqueologia e ETA.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Compreende as áreas do (a): Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Área II; Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de Arqueologia e ETA; Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central, Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível Energia Renovável.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Compreende as áreas do (a): Clube Universitário; Núcleo de Educação física e Desporto; Departamento de Terapia Ocupacional; Departamento de Fisioterapia; Casa de Estudos Masculina; DINE; Superintendência de Tecnologia da Informação e de Atenção ao Idoso.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 3	Compreende as áreas do (a): Clube Universitário; Núcleo de Educação Física e Desporto; Departamento de Terapia Ocupacional; Clínica de Fisioterapia; Departamento de Fisioterapia; CEUs Masculina e MISTA; DINE; Superintendência de Tecnologia da Informação e Núcleo de Atenção ao Idoso.

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 3	Compreende as áreas do (a): Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de Energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central, Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível NIATE CTG/CCEN; Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Departamento de Física; Área II; ETA e Centro de Informática.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 3	Compreende as áreas do (a): Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Artes e Comunicação; Centro de Educação; Colégio de Aplicação; NIATE CFCH/CCSA; Restaurante Universitário; Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções UFPE; e Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibióticos, Farmácia; Centro de Ciências do No
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 3	Compreende as áreas do (a): NIATE CB/CCS; Centro de Ciências Médicas; Centro de Ciências da Saúde; Biblioteca de Saúde; Pós-Graduação em Saúde; Departamento de Anatomia e Serviço de Verificação de Óbitos; Centro de Ciências Biológicas; Departamento de Nutrição; Laboratórios Central de Pós-Graduação e UNATI; Departamento de Odontologia (Buco e Preventivo); Departamento de Fonoaudiologia e Clínica de Fonoaudiologia.
02 (DOIS) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Clube Universitário; Núcleo de Educação física e Desporto; Departamento de Terapia Ocupacional; Departamento de Fisioterapia; Casa de Estudos Universitária Masculina e Mista; DINE; Superintendência de Tecnologia da Informação e Núcleo de Atenção ao Idoso.
	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central, Casa de Gás; Centro

02 (DOIS) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO		Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível Energia Renovável; Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Área II Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de Arqueologia e ETA.
02 (DOIS) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Clube Universitário; Núcleo de Educação física e Desporto; Departar de Terapia Ocupacional; Departamento de Fisioterapia; Casa de Estudos Masculina; DINE; Núcleo de Tecnologia da Informação e Núcleo de Atenção ao Idoso; Centro de Tecnologia e Geociências; Departament Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Prefeitura da Cidade Universitária; Editora Universi Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almojarifado Central, (de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível e Energia Renovável; Centro de Ciências

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
		Exatas e da Natureza; Área II; Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de Arqueologia e ETA;.
02 (DOIS) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Centro de Ciências da Saúde (Biblioteca – Pós-Graduação; Departam de Anatomia e Serviço de Verificação de Óbitos; Centro de Ciências Biológicas; Departamento de Nutrição, 14 BIS; Laboratórios Central Pós-Graduação e UNATI;
02 (DOIS) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; e Pist Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análi Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibió Farmácia; Odontologia (Buco e Preventiva); Centro de Ciências do Nordeste; Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filosofia e C Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário; Centro de Ciências da Saúde (Biblioteca – Pós-Gradua Departamento de Anatomia e Serviço de Verificação de Óbitos; Cent Ciências Biológicas; Departamento de Nutrição; Laboratórios Centra UNATI.

02 (DOIS) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário; Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFP; Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de Antibióticos, Farmácia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre do CCS/BR 101 e Centro de Ciências da Saúde.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e Departamento de Fonoaudiologia; Odontologia
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e Departamento de Farmácia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre; Coordenadoria de Ensino de Ciências do Nordeste; Corpo Discente e Departamento de Engenharia Química.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Artes e Comunicação e Centro de Educação

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre; Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia.
		Compreende as áreas do (a):

01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Portão de Pedestre e de Veículos da Editora; Oficinas.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre da Superintendência de Infraestrutura; DPP; Dir de Licitação e Contratos.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre do Centro de Ciências Exatas e da Natureza.
01 (UM) VIGILANTES ARMADOS	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Área da Biblioteca Central.
01 (UM) VIGILANTES ARMADOS	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Estacionamento do Centro de Ciências Sociais Aplicadas.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Colégio de Aplicação e Lagunho.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Centro de Biologia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Fonte Alternativa de Energia /CER
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Centro de Informática.
01 (UM) VIGILANTES ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Restaurante Universitário; Estacionamento do CFCH/CAC.
01 (um) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Área II; Oceanografia.

01 (um) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Entrada do Campus da UFPE.
01 (um) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Saída do Campus da UFPE.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): DINE; UNATI; Fisioterapia; T. O.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre do CCS/BR 101 e Centro de Ciências da Saúde.

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
01 (UM) VIGILANTE ARMADOS	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e Departamento de Fonoaudiologia Odontologia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e Departamento de Farmácia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre; Coordenadoria de Ensino de Ciências do N Corpo Discente e Departamento de Engenharia Química.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e Centro de Filosofia e Ciências Humanas Centro de Artes e Comunicação e Centro de Educação.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre; Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia.

01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e de Veículos da Editora; Oficinas.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre da Superintendência de Infraestrutura; DPP; I de Licitação e Contratos.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre do Centro de Ciências Exatas e da Natureza.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Área da Biblioteca Central.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Estacionamento do Centro de Ciências Sociais Aplicadas.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Colégio de Aplicação e Laginho.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Centro de Biologia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Fonte Alternativa de Energia / CER
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Centro de Informática.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): Restaurante Universitário; Estacionamento do CFCH/CAC
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): Área II; Oceanografia.

01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): Entrada do Campus.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): Saída do Campus.

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): DINE; UNATI; Fisioterapia; T. O.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): CB / Departamento de Odontologia/Portão CCS.
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SUDENE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SUDENE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SUDENE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CEU FEMININA
	Posto Tipo 7	CEU FEMININA

02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO		
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	REITORIA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	REITORIA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CEU MISTA / MASCULINA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SUDENE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	DEPARTAMENTO DE ENERGIA NUCLEAR
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E MATERIAL

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE

02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E MATERIAL
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SERVIÇO DE PSICOLOGIA APLICADA / NASE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CENTRO DE CONVENÇÕES
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CENTRO DE CONVENÇÕES
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	MEMORIAL DE ENGENHARIA / ANEXO I
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	MEMORIAL DE ENGENHARIA / ANEXO I
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	NÚCLEO DE APOIO AO ESTUDANTE / NAE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E FÍSICA E DESPORTOS
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E FÍSICA E DESPORTOS

02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	NÚCLEO DE TELEVISÃO E RÁDIO UNIVERSITÁRIA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	NÚCLEO DE TELEVISÃO E RÁDIO UNIVERSITÁRIA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	LAMSA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SUDENE

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SUDENE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	DEMEC - PÓS GRADUAÇÃO / ANEXO II
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	DEMEC - PÓS GRADUAÇÃO / ANEXO II
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CENTRO CIÊNCIAS JURÍDICAS - SEDE

02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CENTRO CIÊNCIAS JURÍDICAS - SEDE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	COVEST / MEMORIAL DE MEDICINA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	COVEST / MEMORIAL DE MEDICINA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO CULTURAL
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO CULTURAL
04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NIATE CB / CCS *
04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NIATE CCSA / CFCH *
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NIATE CTG / CCEN *
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	CEU FEMININA

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE / SIS
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	REITORIA
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	CEU MISTA / MASCULINA
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	DEPARTAMENTO DE ENERGIA NUCLEAR / DEN
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E MATERIAL/IN
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	SERVIÇO DE PSICOLOGIA APLICADA /NASE
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	CENTRO DE CONVENÇÕES / CECON
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	MEMORIAL DE ENGENHARIA / ANEXO I

04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NÚCLEO DE APOIO AO ESTUDANTE / NAE
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NÚCLEO DE TELEVISÃO E RÁDIO UNIVERSITÁRIA
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	SUDENE
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	PÓS GRADUAÇÃO / DEMEC / ANEXO II

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS /CCJ
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	COVEST / MEMORIAL DE MEDICINA
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO CULTURAL

04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	FONTE ALTERNATIVA DE ENERGIA / CENTRO E ENERGIA RENOVÁVEL *
Supervisor de Segurança Patrimonial, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	Posto Tipo 9	CAMPUS RECIFE
Supervisor de Segurança Patrimonial, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	Posto Tipo 10	CAMPUS RECIFE

OBS: Os postos do tipo 6, que têm asterisco (*) é para indicar que estes postos são ocupados por 6 funcionários que ocupam o posto tipo 2. Os postos do tipo 8, que tem asterisco (*) é para indicar que estes postos desmembram dois

(2) vigilantes para compor o quadro de seis (6) vigilantes no turno noturno (19 as 07 h.) na escala de 12 X 36 horas do prédio da SUDENE.

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (CAV)
04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 11	Centro Acadêmico de Vitória
04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO		

12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 11	Centro Acadêmico de Vitória
04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 11	Anexo do Centro Acadêmico de Vitória
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 12	Centro Acadêmico de Vitória
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 12	Centro Acadêmico de Vitória
04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36)DIURNO	Posto Tipo 12	Anexo do Centro Acadêmico de Vitória

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS DO AGRESTE (CARUARU)
02 – VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 13	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 13	Centro Acadêmico do Agreste

02 – VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 14	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 14	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTE ARMADO (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 15	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTE ARMADO (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 15	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTE ARMADO (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 15	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTE ARMADO (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 16	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTE ARMADO (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 16	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 17	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 18	Centro Acadêmico do Agreste

04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 18	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 18	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 18	Centro Acadêmico do Agreste

04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 19	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 19	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 19	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 19	Centro Acadêmico do Agreste

• **Endereço dos Locais de Serviço**

UNIDADE	ENDEREÇO - CAMPUS RECIFE
Centro de Ciências da Saúde	Rua Nelson Chaves, s/n

	Cidade Universitária CEP: 50670-420
Departamento de Anatomia	Av. Prof. Moraes Rêgo, 1235 Cidade Universitária CEP: 50670-420
Serviço de Verificação de Óbitos;	Rua Nelson Chaves, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
Centro de Ciências Biológicas	Av. Prof. Moraes Rêgo, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
Departamento de Nutrição	Rua Nelson Chaves, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
14 BIS	Rua Nelson Chaves, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
Laboratório Central de Pós-Graduação	Rua Nelson Chaves, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
UNATI	Rua Nelson Chaves, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
Hospital das Clínicas	Prof. Moraes Rêgo, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
Biblioteca Central	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Av. dos Funcionários, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
Central Telefônica	Av. dos Funcionários, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
Concha Acústica	Av. dos Reitores, s/n

	Cidade Universitária – CEP: 50.740-530
Centro de Convenções da UFPE	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50.740-530
Pista de Cooper	Av. dos Funcionários, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
DEQ	Av. dos Funcionários, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
LAMSA	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Núcleo de Hotelaria e Turismo	Av. dos economistas, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
Departamento de Antibióticos	Av. dos economistas, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
Departamento de Farmácia	Av. Prof. Artur de Sá, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
Deptº de Odontologia (Buco e Preventiva)	Av. dos economistas, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
CECINE	Av. dos economistas, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
Centro de Artes de Comunicações	Av. dos Arquitetos, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-900
Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-900

UNIDADE	ENDEREÇO - CAMPUS RECIFE
Centro de Educação	Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n Cidade Universitária
Colégio de Aplicação	R. Acadêmico Hélio Ramos, s/n Cidade Universitária – CEP 50740 – 530
Restaurante Universitário	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
Centro de Tecnologia e Geociências	Av. Acadêmico Hélio Ramos s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
Departamento de Oceanografia	Av. Acadêmico Hélio Ramos s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
CEERMA	Av. Acadêmico Hélio Ramos s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
FAE	Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-900
Casa Tecnológica	Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-900
Prefeitura da Cidade Universitária	Av. Professor Luís Freire, 1000 Cidade Universitária CEP: 50740-530
Departamento de Energia Nuclear	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Departamento de Gestão de Bens e Serviços	Av. Prof. Moraes Rêgo, 1235 Cidade Universitária CEP: 50670-420
Editora Universitária	Av. Acadêmico Hélio Ramos, 20 Cidade Universitária CEP: 50740-530

Almoxarifado Central	Av. Prof. Moraes Rêgo, 1235 Cidade Universitária CEP: 50670-420
Casa de Gás	Av. Prof. Moraes Rêgo, 1235 Cidade Universitária CEP: 50670-420
Centro Educacional Paulo Rosas (Creche)	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Oficinas, Bomba de Combustível e Energia Renovável	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Centro de Ciências Exatas e da Natureza	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Área II	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Departamento de Física	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Centro de Informática	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Laboratório de Arqueologia	Av. Acadêmico Hélio Ramos s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
ETA	Av. Acadêmico Hélio Ramos s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
Clube Universitário	Av. Visconde de Leopoldo, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Núcleo de Educação Física e Desporto	Av. Professor Luís Freire, 1235 Cidade Universitária CEP: 50740-530
Departamento de Terapia Ocupacional	

	Av. Visconde de Leopoldo, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Departamento de Fisioterapia	Av. Visconde de Leopoldo, s/n

UNIDADE	ENDEREÇO - CAMPUS RECIFE
	Cidade Universitária CEP: 50740-530
Casa de Estudante Masculina	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
DINE	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
Superintendência de Tecnologia da Informação e Núcleo de Atenção ao Idoso.	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
Casa de Estudante Feminina	Rua: Gov. Lopo Garro , 527 Engenho do Meio - Recife-PE. CEP:
Sistema Integrado de Saúde	Rua Lindolfo Collor, Engenho do Meio - Recife-PE. CEP:
Restaurante Universitário	Av. dos Reitores, s/n - Cidade Universitária – Recife - CEP: 50670-901
Centro de Ciências Jurídicas	Praça Adolfo Cirne, s/n – Boa Vista Recife-PE - CEP:
UNIDADE	ENDEREÇO - CAMPUS VITÓRIA
Centro Acadêmico de Vitória	Rua do Alto do Reservatório, s/n - Bela Vista - Vitória de Santo Antão – PE
Centro Acadêmico de Vitória - ANEXO	

	Rua Dr. João Moura, 92. Loteamento Jardim São João Batista, Matriz. Vitória de Santo Antão – PE
UNIDADE	ENDEREÇO – CAMPUS AGRESTE – CARUARU
Centro Acadêmico do Agreste	Alameda Santa Cruz do Capibaribe, Km 62 - S. Superior, 18 - Módulo Verde - BR 104 - Bairro Nova Caruaru - Caruaru - PE

8.5 A ostensividade se caracteriza pela presença marcante e visível expressa pelo fardamento e equipamentos, o posicionamento das forças operativas, na plotagem dos veículos de tal forma que venha a inibir a ação criminosa, dissuadindo o possível infrator ao não cometimento da ação danosa. Ostensividade é uma característica que pode ser incorporada por outras atividades, mas quando se fala em vigilância, está se delimitando as atividades sob a égide da Lei n.º 7.102, de 20 de junho de 1983, a qual é regulada e fiscalizada pela Polícia Federal.

8.6 Portanto, a vigilância ostensiva consiste em atividade exercida no interior dos estabelecimentos e em transporte de valores, por pessoas uniformizadas e adequadamente preparadas para impedir ou inibir ação criminosa. Para que se possa fazer frente a ameaças externas, em igual proporcionalidade de força, recorre-se ao uso da arma de fogo, que é empregada partindo dos pressupostos da Portaria n.º 3.233/2012 da Diretoria Geral da Polícia Federal e do próprio Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003).

8.7 No âmbito da UFPE, ora entidade pública contratante, o Sistema Integrado de Segurança Institucional-Inteligente (SISI) reúne uma solução de segurança prestada por vários agentes, coordenada pela Superintendência de Segurança Institucional da UFPE. Portanto, a empresa especializada em segurança privada patrimonial contratada para prestação do serviço de vigilância ostensiva no âmbito da UFPE, atuará compondo apenas uma parte da solução articulada pelo sistema integrado. Outros agentes tais como a segurança orgânica e as agências policiais atuam no mesmo sistema cada um conforme sua competência.

8.8 Esse sistema de segurança tem atribuições abrangentes na defesa e proteção:

- i) das pessoas integrantes da comunidade acadêmica, bem como a pessoas circunstancialmente inseridas na abrangência de responsabilidade da Universidade;
- ii) das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, bem como as atividades de apoio à realização delas;
- iii) do patrimônio cultural, histórico, artístico e intelectual;
- iv) da integridade institucional, sobretudo, os bens intangíveis, como a imagem institucional e a credibilidade pública para com a Universidade e
- v) dos bens materiais móveis e das instalações.

8.9 A vigilância patrimonial, ou melhor, referenciada como vigilância física (por englobar a proteção de bens e pessoas), é parte de uma atividade meio da Administração, prestada em forma de serviço contínuo exercido por empresa especializada, devidamente autorizada, a qual busca garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio local.

8.10 Com essa perspectiva de que a segurança universitária tem características peculiares que exigem do aparato de segurança institucional uma postura de eficiência gerencial e primazia na proteção das pessoas, que a empresa especializada em Segurança Privada a ser contratada para exercer parte desse amplo compromisso, precisa reorientar suas atividades sem, no entanto, descaracterizar sua razão social essencial.

8.11 Dois contextos precisam ser comentados, para se chegar àquilo que se pretende da empresa terceirizada, que viria a ser o diferencial do ambiente universitário.

8.12 *reorientação do profissional vigilante e no uso eficiente de recursos tecnológicos.*

8.13 Primeiro, é notório que a formação do vigilante compartilha muitas características da formação policial brasileira, formação essa que ainda sustém alguns vieses. Aliado a isso a orientação profissional do vigilante parece ser voltada ao sistema financeiro e bancário.

8.14 Segundo, definitivamente, a Universidade é um ambiente que traz novos desafios à segurança, exigindo uma postura inovadora. A Superintendência de Segurança Institucional da UFPE tem empregado estratégias e tecnologias em segurança, na vanguarda do setor universitário e da gestão pública, tornando-se referência no setor em nível nacional. E essa excelência deve ser acompanhada pela empresa a ser contratada.

8.15 Essa preocupação com o corpo de efetivo de vigilantes, por parte da Universidade se dá devido ao fato de que a Segurança é para a comunidade acadêmica, público-alvo do serviço prestado, primeiro percebida pela atuação dos funcionários da empresa terceirizada. São os vigilantes vinculados ao contrato, que ora se analisa sua viabilidade mediante licitação, que estão em todos os espaços dos campi e geralmente é a eles que essa mesma comunidade recorre prioritariamente em caso de necessidades urgentes e/ou cotidianas.

8.16 Consideram-se *Forças Operativas* da Vigilância Ostensiva, em regime de execução indireta:

(i) **Vigilância Ostensiva Armada Motorizada (com apoio de motocicletas):** Em duplas de vigilantes-motociclistas, armados, responsáveis por patrulhar determinado setor ou quadrante daquela localidade. Realizando em recobrimento de área, rondas programadas em áreas, preferencialmente externas, de prédios que eventualmente estejam sem vigilância predial ou tenham grande demanda devido ao porte do público ou da extensão;

(ii) **Vigilância Ostensiva Armada (Posto Estático de Vigilância):** Vigilante em posto fixo (cabine), armado, em pontos estratégicos das vias públicas e espaços externos aos prédios, em meio ao campus. Servindo de marcos de referência pelos quais a comunidade acadêmica pode se dirigir a um agente de segurança;

(iii) **Vigilância Ostensiva Armada (Predial):** Vigilante em Posto de Vigilância Predial, armado, cobrindo a área perimetral daquele determinado prédio e percorrendo-o em rondas programadas.

8.17 Especificações do Objeto

8.17.1 *Equipamentos de proteção e outros materiais.* A prestação de serviços de vigilância armada compreende, além da mão de obra, uniformes, equipamentos necessários à execução dos serviços e os Equipamentos de Proteção Individual necessárias à sua execução.

8.17.2 Conforme pode ser constatado, no Caderno de Logística: Contratações públicas sustentáveis (Prestação de serviços de vigilância patrimonial) em seu item 2.6 – ainda se reportando à IN 02/2008,

revogada pela IN SEGES/MPDG nº 5/2017 – há uma lista exemplificativa de uniformes e seus complementos. É feita, a ressalva, porém que tal lista deve seguir o Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho correspondente à região de abrangência do objeto do contrato. Segue a lista de uniformes e seus complementos contemplada no Caderno de Logística do MPDG:

Calça, camisa de mangas comprida e curtas, cinto de náilon, sapatos, meias, quepe com emblema, jaqueta de frio ou japona, capa de chuva, crachá, revólver calibre 38, cinto com coldre e baleiro, munição calibre 38, distintivo tipo broche, livro de ocorrência, cassetete, porta cassetete, apito, cordão de apito, lanterna 3 pilhas, pilhas para lanterna.

8.17.3 No entanto, a Convenção Coletiva de Trabalho PE000059/2021, datada de registro no MTE e protocolada em 25/01/2021, número do processo: 13623.100201/2021-63, celebrando tal convenção: SIN EMP EMPR SV TRAB TRANVA SV EMPR PESS C FO ESP SV PE, CNPJ nº 10.580.199/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSÉ INÁCIO CASSIANO DE SOUZA; e SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ nº 24.417.867/0001-05, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). AGOSTINHO ROCHA GOMES; que incide na maior parte do Estado de Pernambuco, remete a obrigação da Empresa de Segurança Privada fornecer aos seus funcionários:

Equipamentos de Segurança

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - COLETES À PROVA DE BALA

As empresas fornecerão para os vigilantes que exercem as suas atividades em estabelecimentos bancários, desde que autorizadas pelo Ministério da Justiça, **coletes à prova de bala**.

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

As empresas fornecerão, gratuitamente, aos seus empregados vigilantes, quando a serviço em campo aberto ou área sem cobertura, **uma capa ou agasalho** destinado a sua proteção, somente sendo concedida nova capa ou agasalho pela empresa, quando houver desgaste natural, decorrente do uso normal da capa ou agasalho, o que não poderá ocorrer em período inferior a um ano, ficando subordinada a nova capa ou novo agasalho à devolução do antigo utensílio.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - UNIFORMES DE TRABALHO

As empresas fornecerão aos seus empregados vigilantes os seguintes vestuários, que deverão ser utilizados exclusivamente nos locais de trabalho para a prestação dos seus respectivos serviços: 02 (duas) calças, 02 (duas) camisas e 01 (um) par de sapatos, somente sendo concedido novos vestuários pelas empresas suscitadas, quando houver o desgaste natural, decorrente do uso normal do vestuário e no prazo mínimo de 01 (um) ano, ficando subordinada à entrega de novo vestuário a devolução do antigo.

8.17.4 Considerando que a CCT tem um escopo reduzido no tocante a uniformes de trabalho e o Caderno de Logística elenca alguns itens em desuso e até mesmo em desacordo com as boas práticas sustentáveis; bem como as especificidades da operação de segurança no ambiente universitário; assim como, aquilo que fora coletado na elaboração deste Estudo Preliminar, definiu-se a Lista de Uniformes, EPI's, a partir do Laudo SESST nº 008/2020 de 27/11/2020, além dos demais insumos a conforme descrito a seguir:

(i) Insumos associados à Vigilância Ostensiva Armada:

a. Predial para tabela de insumos com 20 itens, mas COM dispositivo móvel individual de ronda eletrônica georreferenciada;

(ii) Insumos associados à Vigilância Ostensiva Armada Motorizada (com apoio de motocicletas): tabela de insumos com 21 itens, com EPI para motociclista e a motocicleta;

(iii) Insumos associados à Supervisão Operacional (Inspetor): tabela de insumos com 14 itens, caracterização de uniforme específico do inspetor diferenciado do vigilante.

8.18 Especificações de funcionalidade.

A prestação dos serviços de vigilância ostensiva armada deve se efetivar de modo que torne a funcionalidade compatível com o restante do sistema integrado de segurança:

(i) Atuar em todos os *campi* da UFPE;

(ii) Prestar um serviço de forma contínua (perene e essencial), temporalmente escalonado de forma diuturna;

(iii) Ter sua atuação controlada por rondas eletrônicas;

(iv) Incluir postos motorizados com apoio de motocicletas;

(v) Dispor de rede de comunicação em radiofrequência integrada à rede rádio institucional utilizado pelo corpo orgânico da segurança da UFPE, de tal forma que cada profissional vigilante possa se comunicar via essa mesma rede em tempo real;

(vi) Integrar supervisão operacional à solução proposta com a adição de posto de inspetor, bem como estabelecer uma cadeia hierárquica, preservando o princípio da cadeia de comando em atividade de segurança; e

(vii) Atuar em alinhamento com o planejamento estratégico da Segurança Institucional da Universidade.

8.19 O serviço prestado deve ter cobertura em todos os *campi* da UFPE, nos municípios de Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru, no Estado de Pernambuco. Juntas todas as unidades da UFPE, sob cobertura do objeto da contratação a que se destina este estudo, tem 1,48 km² e 13,65 km de perímetro.

8.19.1 Os quatro *campi* são:

a. Campus I - Joaquim Amazonas (área contínua na Cidade Universitária e as unidades descentralizadas dos bairros da Várzea e Engenho do Meio, na cidade do Recife);

b. Campus II - Recife (unidades descentralizadas dispersas nos bairros de Boa Vista, Derby, Madalena e Santo Amaro);

c. Campus III - Vitória (uma Unidade principal, no bairro de Bela Vista e um Anexo no Centro, ambos na cidade de Vitória de Santo Antão, Zona da Mata Sul de Pernambuco);

d. Campus IV - Agreste (uma Unidade principal e dois Anexos, no Polo Comercial, todos no bairro de Nova Caruaru na cidade de Caruaru, no Agreste Pernambucano).

8.19.2 Cada um dos 04 (quatro) *campi* é composto por **Perímetros de Interesse de Segurança (PIS)**, áreas contínuas delimitadas por barreiras perimetrais físicas, divisando com vias públicas ou propriedades alheias ao objeto deste Estudo Preliminar, permitindo que a vigilância armada possa transitar internamente a eles; no entanto, não possa transitar de um perímetro para outro, devido às restrições quanto ao porte de arma de fogo.

8.19.3 A delimitação de cada Perímetro de Interesse de Segurança, usando parâmetros de georreferenciamento aproximados, pode ser conferida no seguinte endereço eletrônico:

8.19.4 O **Campus Joaquim Amazonas** é composto por 07 (sete) perímetros, todos nos bairros da Várzea, Engenho do Meio e Cidade Universitária, na cidade do Recife. O Campus I é cortado pela rodovia federal BR-101 e pelo Riacho do Cavouco e possui uma área total de 1,3 km² e 8,6 km de perímetro e é representado pela figura abaixo:

| **Campus I - Joaquim Amazonas, na cidade do Recife**

Elaborado pela EPC baseado na ferramenta Google Maps.

8.19.4.1 No *Campus I*, o perímetro mais relevante é o PIS 1, denominado por **CDU Principal**, que possui sozinho 1,11 km² e 4,42 km de perímetro, onde se concentra maior parte das unidades a serem assistidas pelo serviço a ser contratado e, por isso mesmo, onde estão distribuídos o maior número de postos. Coincide com o *Campus Joaquim Amazonas* ou com o cerne do bairro Cidade Universitária, segundo a setorização administrativa da Prefeitura do Recife.

Divisão espacial do *Campus I* – Joaquim Amazonas

Perímetro de Interesse de Segurança	Caracterização
Perímetro 1 – CDU Principal	Localizado na Cidade do Recife, corresponde quase integralmente ao bairro Cidade Universitária, possui uma área de 1.110.000 m ² e um perímetro de 4,42 km. Sua vanguarda e acesso principal se dá pela BR-101 e é delimitado basicamente pela Av. Prof. Luís Freire, pela Av. Acadêmico Hélio Ramos e pela Av. Prof. Artur de Sá. Em seu interior há um grande número de vias locais. No contexto da solução de segurança, é composto por vários condomínios e blocos, agrupados em quadrantes (CEP 50740-530)
	Localizado no bairro Cidade Universitária, na cidade do Recife, trata-se de uma área de 71.500 m ² , com perímetro aproximado de 1,4 km. Sua vanguarda e acesso principal se

Perímetro 2 – Antiga Sudene	dá pela Av. Getúlio Vargas e é delimitado pela via local da BR-101 (Rua Prof. Moraes Rego), Rua Mauriceia e Rua Lindolfo Color. Tendo ao centro uma edificação de 13 andares, cuja fora a sede da Sudene e do TRT no passado, ainda há outras edificações com destaque para a atual Reitoria do IFPE e vários estacionamentos internos (CEP 50670-420).
Perímetro 3 – Reitoria	Localizado no bairro Cidade Universitária, na cidade do Recife, trata-se de uma área de 49.600 m ² , com perímetro aproximado de 956 m. Sua vanguarda e acesso principal se dá pela via local da BR-101 (Rua Prof. Moraes Rego) e é delimitada pela Rua Costa Sepúlveda, pela Rua Governador Lopo Garro e pela retaguarda das agências bancárias da Rua Lindolfo Color. Abriga as instalações da Reitoria da UFPE, possui um estacionamento interno ao redor da edificação principal. Aos fundos possui a sede da Superintendência de Segurança Institucional, as instalações da Rádio Universitária e uma área erma cercada (CEP 50730-120).
Perímetro 4 – Casa Feminina	Localizado no bairro do Engenho do Meio, em Recife, com uma área de 28.800 m ² e um perímetro de 682 m. Trata-se de uma quadra inteira delimitada pela Rua Lindolfo Color, Rua Antônio Curado, Rua Costa Sepúlveda, tendo sua vanguarda pela Rua Governador Lopo Garro . Abrigando dois blocos e uma área em ermo. O primeiro bloco trata-se de uma Residência Universitária (ou também denominada Casa Estudantil), onde estão alojadas algumas estudantes universitárias do sexo feminino. E o segundo bloco é uma edificação que serve de alojamento ocasional para estudantes em trânsito, denominado Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) (CEP 50730-290).
Perímetro 5 – CIS	Localizado no bairro do Engenho do Meio, em Recife, com uma área de 7.940 m ² e um perímetro de 359 m. Abriga o Centro Integrado de Saúde (CIS), que é uma clínica-escola mantida sob parceria da Universidade e o Sistema Único de Saúde, mediante ação da Prefeitura do Recife. A área originalmente exigia que a segurança fosse realizada no restante da quadra, porém o Clube dos Servidores da Sudene e a Escola Estadual ali situada estão sob responsabilidade de segurança de outras instituições. Seu acesso se dá pela Rua Lindolfo Color, n.º 165 (CEP 50730-600).
Perímetro 6 – DEN	Localizado no bairro Cidade Universitária, em Recife, com uma área de 17.800 m ² e um perímetro de 538 m. Abriga o Departamento de Energia Nuclear (DEN), vinculado ao

	Centro de Tecnologia e Geociências (CTG). Situa-se a Rua Prof. Luís Freire, n.º 1000. Separado do restante do campus (Perímetro 1) por apenas uma rua. (CEP 50740-540).
Perímetro 7 – Psicologia	Localizado no bairro da Várzea, em Recife, com uma área de 6.000 m² e um perímetro de 310 m. Abriga um conjunto de atividades de Saúde, sobretudo em Psicologia, voltado tanto para o atendimento ao estudante como a comunidade local. Situa-se a Rua Acadêmico Hélio Ramos, s/n.º. Separado do restante do campus (Perímetro 1) por apenas uma rua (CEP 50740-467).

8.19.4.2 *Áreas com reserva de responsabilidade – cedidas a outras instituições.* O Campus I (Joaquim Amazonas) possui 09 (nove) áreas cedidas ao uso de instituições diversas da UFPE, que mantém seu próprio esquema de segurança interno. Contudo, o Termo de Referência e o subsequente Contrato Administrativo deve prever a possibilidade de que as determinadas áreas sejam cobertas pela segurança da UFPE, caso as instituições atualmente responsáveis percam ou abdicuem da cessão de uso.

8.19.4.3 A possibilidade de recobertura de área de vigilância poderá ser objeto de futuro Termo de Aditamento quantitativo ou qualitativo.

8.19.4.4 As áreas com reserva de responsabilidade pela segurança interna são:

- (i) Fundação Oswaldo Cruz (Instituto Ageu Magalhães) que integra área do Perímetro 1, no Condomínio de Saúde;
- (ii) Clube dos Servidores da Sudene, o qual poderá integrar a área do Perímetro 5 (na Rua Antônio Curado, 259 - Engenho do Meio, 50730-180);
- (iii) Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (FADE-UFPE), a qual poderá integrar a área do Perímetro 7 (na R. Acadêmico Hélio Ramos, 336 - Várzea, 50740-530);
- (iv) Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste (CRNC/NE), o qual poderá integrar a área do Perímetro 1, como um Condomínio próprio;
- (v) Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco, atualmente sob contrato de gestão executado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), situado às margens da BR-101 (CEP 50090-560), o qual poderá integrar a área do Perímetro 1, como um Condomínio próprio;
- (vi) Escola de Referência em Ensino Médio Diário de Pernambuco (na Rua Costa Sepúlveda - Cidade Universitária, 50730-260), sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, o qual poderá integrar a área do Perímetro 5;
- (vii) Centro Municipal de Educação Infantil Professor Paulo Rosas, (na Av. Prof. Luís Freire, 1164 – Várzea, 50740-540) sob a responsabilidade da estrutura institucional da Secretaria Municipal de Educação do Recife e da Guarda Municipal do Recife, o qual poderá integrar a área do Perímetro 1.

(viii) Reitoria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), instalações (combinada entre edificação e estacionamento) abrigada pelo Perímetro 2.

(ix) Caixa Beneficente dos Servidores da UFPE, pequena edificação situada a Rua Lindolfo Color, vizinho à Agência da Caixa Econômica Federal, área contínua ao Perímetro 3.

8.19.5 O **Campus II - Recife** é composto por 06 (seis) perímetros, todos na região central da cidade de Recife. São unidades em sua grande maioria históricas, que abrigavam as Faculdades mais antigas. São prédios tombados e não constituem área contínua.

| **Campus II – Recife**

Elaborado pela EPC baseado na ferramenta Google Maps.

8.19.5.1 Seu principal agrupamento (Agrupamento de Perímetros C – CCJ) de unidades está no bairro de Boa Vista (3 perímetros) que constituem a Faculdade de Direito do Recife (FDR), onde funcionam a graduação em Direito, os cursos de pós-graduação, a Hemeroteca, o Arquivo Histórico, Projetos de extensão, Núcleo de Prática Jurídica e Câmara de Conciliação Mediação e Arbitragem.

8.19.5.2 Os demais perímetros estão no bairro de Madalena, do Derby e outro no bairro de Santo Amaro, neste último funciona o complexo de produção da TV Universitária.

8.19.5.3 Ainda que entrecortado o *Campus II* possui uma área total de 35.000 m² e 1,7 km de perímetro, conforme abaixo:

| **Agrupamento de Perímetros C – FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE**

Elaborado pela EPC baseado na ferramenta Google Maps.

Divisão espacial do *Campus II* – Recife

Perímetro de Interesse de Segurança	Caracterização
Perímetro 8 – Faculdade de Direito – FDR	Localizado no bairro de Boa Vista, na região central da Cidade do Recife, possui uma área de 19.300 m ² e um perímetro de 548 m. Sua vanguarda e acesso principal se dá pela Rua Princesa Isabel, tendo à sua frente o Parque Treze de Maio e é delimitado basicamente pela Rua do Hospício, Rua do Riachuelo e Rua Sete de Setembro. Sua retaguarda, também é um importante acesso às instalações, pela Rua do Riachuelo. Toda a área abriga a antiga

	Faculdade de Direito do Recife e corresponde à Praça Adolpho Cirne que foi isolada por uma barreira perimetral física (gradil) (CEP 50050-060).
Perímetro 9 – Anexo 1 da FDR	Localizado no bairro de Boa Vista, na região central da Cidade do Recife, possui uma área de 4.160 m ² e um perímetro de 311 m. Sua vanguarda e acesso principal se dá pela Rua do Hospício, sem número , no lado de numeração ímpar da rua, vizinho ao restaurante Subway. Prédio histórico abrigava a antiga Escola de Engenharia, hoje funciona como um dos Anexos do Centro de Ciência Jurídicas, internamente é formado por 3 blocos de edificações, os quais todos fazem parte a área de cobertura da solução de segurança (CEP 50050-400).
Perímetro 10 – Anexo 2 da FDR	Localizado no bairro de Boa Vista, na região central da Cidade do Recife, possui uma área de 3.700 m ² e um perímetro de 250 m. Sua vanguarda e acesso principal se dá pela Rua do Hospício, n.º 619 , a sua frente está o Parque Treze de Maio. O prédio histórico, antiga Reitoria da UFPE, abriga atualmente o Arquivo Histórico da FDR e a Hemeroteca. Nos demais blocos temos: Núcleo de Prática Jurídica, Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, Projeto Memória Acadêmica da FDR e outros projetos extensionistas, atendendo à comunidade externa (CEP 50050-050).
Perímetro 11 – DEC	Localizado no bairro de Madalena, na região central da Cidade do Recife, com uma área de 2.230 m ² e um perímetro de 201 m. Tendo sua vanguarda e acesso pela Rua Benfica, n.º 157 , a sua frente está o Batalhão de Choque da Polícia Militar. Abriga o Departamento de Extensão Cultural (DEC), com museu e teatro (CEP 50720-001).
Perímetro 12– Memorial de Medicina	Localizado no bairro do Derby, na região central da Cidade do Recife, com uma área de 3.520 m ² e um perímetro de 251 m. Abriga o Memorial de Medicina, como museu que remonta a essa antiga escola superior de formação. As instalações têm acesso exatamente no cruzamento entre a Rua Amauri de Medeiros e a Rua Jener de Souza, que constitui um dos seus flancos, o outro flanco são as margens do Rio Capibaribe. A sua frente está a Praça Otávio de Freitas. Situa-se, portanto, a Rua Amauri de Medeiros, n.º 206 (CEP 52010-120).
Perímetro 13 – TV Universitária	Localizado no bairro de Santo Amaro, na região central da Cidade do Recife, com uma área de 2.090 m ² e um perímetro de 182 m. Abriga as instalações do Núcleo de TV e Rádio Universitárias. Situa-se a Av. Norte Miguel Arraes de Alencar, n.º 68 (CEP 50040-200).

8.19.5.4 Ainda que se admita a atual contratação no modelo composto unicamente por postos de vigilância e inspetoria, observa-se que o *Campus II*, na área central da capital pernambucana tem todas as características inerentes para uma contratação combinada com o serviço de Segurança Eletrônica. Formato esse que pode inspirar futuro Estudo Técnico.

8.19.6 *Campus III*

<p> <i>Campus III – Vitória</i></p> <p>Elaborado pela EPC baseado na ferramenta Google Maps.</p>

Divisão espacial do *Campus III – Vitória de Santo Antão*

Perímetro de Interesse de Segurança	Caracterização
Perímetro 14 – CAV Principal	Localizado no bairro da Bela Vista, na área central da cidade de Vitória de Santo Antão, possui uma área de 14.800 m ² e um perímetro de 532 km. Situa-se no Alto do Reservatório, sem número , a sua frente está uma unidade de Tiro de Guerra do Exército Brasileiro. Trata-se de uma instalação compacta com três blocos interiores. (CEP 55608-680).
Perímetro 15 – Anexo do CAV	Localizado no Centro da cidade de Vitória de Santo Antão, possui uma área de 1.020 m ² e um perímetro de 128 km. Trata-se das antigas instalações do Colégio Vitória, que ora se encontra locado para uso da UFPE. Situa-se a Rua Dr. João Moura, n.º 91 . (CEP 55612-440).

8.19.7 *Prospectivas de variação da cobertura espacial.* Algumas situações estão previstas e podem ser alcançadas temporalmente pela vigência do contrato ou uma de suas renovações e, portanto, faz-se necessário que sejam previstas como parte do planejamento da solução de segurança, até para que não gerem Contratações Emergenciais desnecessárias e dispendiosas.

8.19.8 Em relação ao monitoramento eletrônico de rondas, tendo em vista, as dificuldades observadas no transcurso das operações do último contrato, considera-se a proposta de controle e monitoramento das atividades em campo dos vigilantes executores de ronda como ponto crítico para a escolha do vencedor do certame. Portanto, não é pertinente à Universidade, como contratante, submeter-se a uma proposta “aparentemente” mais vantajosa financeiramente, sem as garantias suficientes que o fluxo e dinamismo das rondas serão satisfatoriamente cumpridos.

8.19.9 Para que as rondas sejam efetivas em seus objetivos, é preciso que a solução vencedora possa proporcionar:

- (i) Monitoramento em tempo real por ferramentas de georreferenciamento integrado à supervisão e ao uso de dispositivos móveis individuais.

(ii) Uso de dispositivos móveis individuais: *smartphones*, rádio transceptor digital ou qualquer outro *device* que possa servir de intermédio para comunicação instantânea com a instância de supervisão contratada, assim como a supervisão operacional formada pelos servidores do quadro da Segurança Institucional da própria Universidade.

(iii) Notificação de ocorrências pertinentes ao serviço estritamente de vigilância, assim como o registro de alterações no funcionamento e na infraestrutura dos setores sob vigilância.

(iv) A Notificação de ocorrências feita por qualquer vigilante deve compor o Relatório de Serviço dos Líderes de Equipe e do Inspetor do turno.

8.20 Segue uma descrição sumária da motocicleta padrão a ser utilizada pela empresa contratada, no posto de vigilância ostensiva armada motorizada:

Motocicleta alta igual ou acima de 150cc; estilo *on/off road* (tipo BROS, XRE, CROSSER ou LANDER) com baulete, mata cachorro e antena corta pipa; caracterizada com sistema de iluminação e sonoro compatíveis com função de segurança/vigilância; devidamente plotada com as cores e emblemas da empresa, de forma a destacar o termo: “SEGURANÇA”.

8.21 Sobre a rede de radiocomunicação, fica estabelecido que todo o profissional de serviço em um determinado turno deve dispor de dispositivo para integrar-se à rede (rádio transceptor portátil individual digital).

8.21.1 Para implantação da rede de radiocomunicação a contratada deve observar aquilo que dispõe na legislação específica.

8.21.2 Não será permitido que a contratada faça adesão à rede própria da Universidade sem que arque com os custos desse procedimento.

8.21.3 Há exigência por demanda operacional que a referida rede de radiocomunicação seja digital e que seja possível comunicar-se em modo privado com determinado dispositivo em uma rede capaz de comutação, ponto a ponto.

8.21.4 Ainda por questões táticas do serviço em campo, exige-se que todos os rádios de um setor de comunicação integrada sejam capazes de alcance, por meio de repetidora ou não, dos demais rádios do setor. Os setores de comunicação integrada são:

a. Setor 01: *Campus I e Campus II*, na cidade do Recife;

b. Setor 02: *Campus III*, em Vitória de Santo Antão;

c. Setor 03: *Campus IV*, em Caruaru.

8.21.5 Entre um setor e outro deve haver interfaces que possibilitem que o líder de Equipe seja capaz retransmitir aquilo que circula em *broadcasting* nos demais setores, sendo sugerida a instalação de bases fixas de rádio nos perímetros 8, 16 e 14.

8.22 A integração de supervisão operacional como uma das características fundamentais do objeto a ser licitado, materializa-se não apenas pela inclusão do posto de **Supervisor de Vigilância**, mas por uma rede sistêmica composta pelos seguintes elementos:

(i) Supervisor de Vigilância, envolvendo 04 (quatro) profissionais, em um regime de escala plantonistas (12 x 36 horas), com turnos de 12 horas, sendo dois deles no turno diurno e dois noturno, assumindo a Supervisão Operacional integrada de toda a solução de segurança contratada, atuando de forma mais direta nos Campus I e II, tendo como base de operações o Campus I.

- (ii) Preposto, indicado pela Empresa *in loco*, empregado de forma dedicada ao contrato (as despesas da empresa, atrelada aos custos indiretos da mesma);
- (iii) Tecnologia de integração comunicativa, tais como telefones, computadores, acesso à Internet, entre outros;
- (iv) Procedimentos desenhados, em conjunto com a Segurança Institucional da UFPE, e devidamente instruídos aos profissionais de segurança envolvidos;
- (v) Reuniões periódicas com a Gestão Operacional da Segurança Institucional da UFPE, nas quais devem constar a presença da Equipe de Inspectores da Segurança Institucional da UFPE, dos Fiscais Setoriais e ocasionalmente dos Supervisores de Vigilantes;
- (vi) Meios de mobilidade para a adequada execução de tais atividades de fiscalização e administrativas, sem que desarticulem os postos de vigilância motorizada.

8.22.1 Os funcionários incumbidos no cargo de **Supervisor de Vigilância** devem concomitantemente serem indicados como **prepostos da empresa**. Não será admitido que seja necessário para cada decisão corrente do serviço, que os Gestores da Segurança Institucional da Universidade necessitem entrar em contato com Preposto administrativo.

8.22.1.1 Também, não será admitido que os Prepostos, ou seja, os supervisores sejam ocupados com encargos administrativos, funções essas para as quais se deva incumbir outros funcionários específicos.

8.22.1.2 Espera-se do perfil do Supervisor de Vigilância, profissional com nível superior em andamento, com experiência superior a 5 (cinco) anos de Vigilante, experiência na qual já tenha sido comprovadamente exercido liderança de equipes por tempo não inferior a 2 (dois) anos.

8.22.1.3 O perfil do Supervisor se justifica, tendo em conta a responsabilidade por assumir a operação de Vigilância Ostensiva em toda a Universidade.

8.22.1.4 Inclui-se no registro por turno: ocorrências, eventos relevantes, identificação dos profissionais envolvidos no turno, as faltas, permutas, conferência de material, ordens e determinações. Tão logo o Relatório de Serviço de cada turno esteja conclusivo, deve ser disponibilizado à Gestão Operacional da Segurança Institucional da UFPE.

8.22.1.5 O Supervisor do turno deverá se fazer presente em qualquer uma das unidades da cidade do Recife, que venham a ter uma situação atípica que exijam providências imediatas. Quando não, a Equipe deverá intermediar a solução de problemas seguindo a decisão do Supervisor, por meio de comunicação eletrônica.

8.22.1.6 Todos os Líderes de Equipe devem dar ciência ao Supervisor de turno sobre as condições do serviço, no início e ao término do turno e, ainda, no decurso do turno caso venha a ocorrer situação relevante para a solução de segurança.

8.22.1.7 ATRIBUIÇÕES GERAIS:

O supervisor de Vigilantes, CBO 5103-10, em suas atribuições gerais:

8.22.1.8 Supervisionam, orientam e treinam equipes de segurança. analisam projetos de segurança e adotam medidas corretivas. programam simulados de emergência, elaboram escalas de serviços, supervisionam atividades, postos de trabalho, locais e atividades de risco. investigam causas de ocorrências. sugerem medidas preventivas e corretivas, atendem clientes e coordenam planos de emergência.

8.22.1.9 O vigilante, CBO 5173-30, em suas atribuições gerais vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

8.23 Instrumento de Medição de resultados

8.23.1 Para alcance dos resultados foi concebido ao longo da elaboração deste Estudo um Instrumento de Medição de Resultado – IMR, o qual define indicadores tangíveis e objetivamente observáveis, bem como comprováveis para assegurarmos os níveis de prestação de serviços pretendidos, suficientes para assegurar que os pagamentos reflitam os serviços efetivamente prestados. Carência inicial, durante os dois meses de execução dos serviços, pode-se considerar como um período de estabilização e adaptação a aplicação do IMR, desta forma, não deverá haver impacto financeiro sobre o pagamento por resultados aferido no instrumento.

8.23.2 Índices Gerais de Medição de Resultados adotados para a contratação:

- i. Número de Ocorrências Negativas por Posto de Serviço: adota-se a área de cobertura de cada posto, nos respectivos horários, relacionando a produtividade às obrigações da contratada.
- ii. Sistema de Ronda eletrônica: adota-se a totalidade das rondas eletrônicas realizadas por Posto de Serviço, nos seus respectivos horários, com apresentação dos relatórios periódicos das respectivas rondas.

8.24 Gestão de Riscos - Concomitantemente à elaboração deste Estudo Preliminar, confeccionamos o Mapa de Riscos, incluso como anexo do Termo de Referência, de maneira a avaliar e minimizar os riscos implícitos no objeto pleiteado tanto na fase de planejamento quanto na fase de gestão e fiscalização do contrato.

8.25 Após realizada a licitação faz-se necessária a formalização do contrato, com a cobrança da garantia legal, formalização de identificação e contato com o preposto para que as atividades se iniciem e por consequência a fiscalização do contrato.

8.26 Foi definido o uso do **Pagamento pelo Fato Gerador**, pois é uma metodologia que faz incremento ao tipo de controle interno que se pretendia com a Conta-Depósito Vinculada para o tratamento dos riscos relativos ao descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, através de um Termo de Cooperação Técnica junto a instituição financeira e de documentos para a abertura, provisionamento e movimentação (liberação dos recursos) da conta. Onde a administração remete os valores das provisões referente a **13º (décimo terceiro) salário, férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias, multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causae d) encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário** para uma Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação.

8.27 O pagamento por fato Gerador amplia o rol de provisões a serem pagas somente a partir dos custos oriundos de eventos efetivamente ocorridos mensalmente no caso dos contratos em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, são estes, Composição da Remuneração, Encargos Previdenciários e FGTS, Benefícios Mensais e Diários, Insumos, Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL). Importante ressaltar que os custos não realizados oneram os contratos sendo contabilizados como lucro para as empresas, como destaca em sua apresentação o Caderno de Logística - Pagamento pelo Fato Gerador do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Secretaria de Gestão:

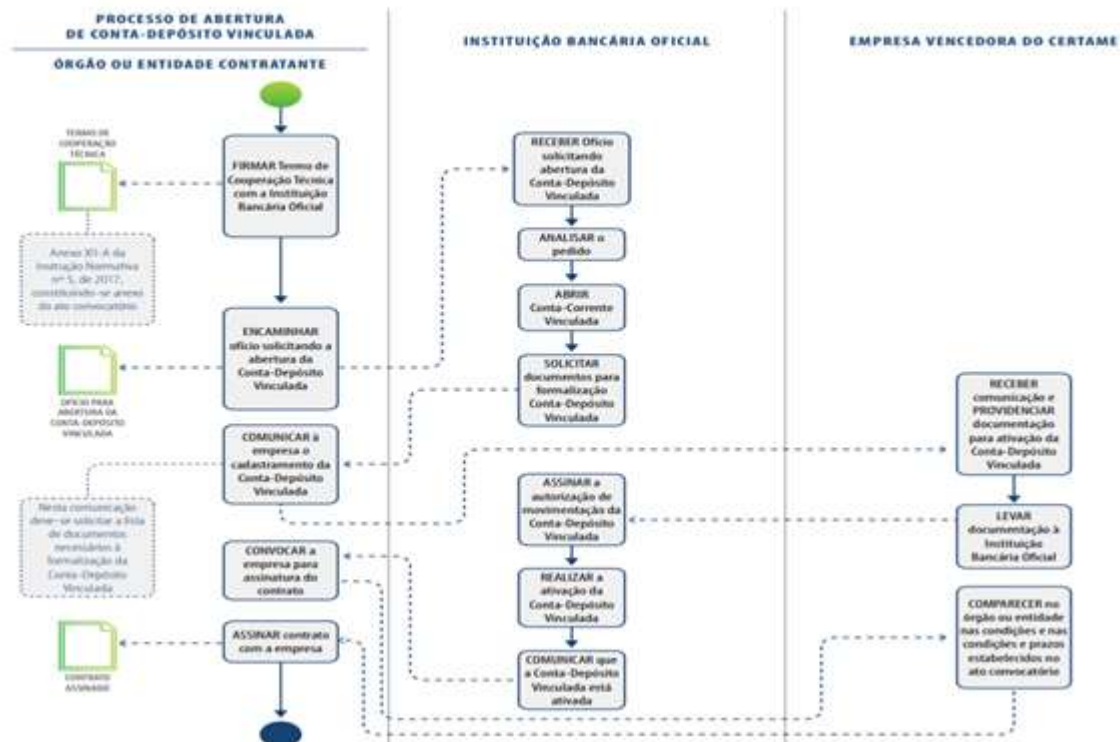
Ademais, essa nova metodologia do Pagamento pelo Fato Gerador se insere como um dos controles internos que podem ser adotados para o tratamento dos riscos relativos ao descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, quando se propõe que a Administração se responsabilize tão somente pelo pagamento dos custos decorrentes de eventos efetivamente ocorridos, mitigando pagamentos dos custos que muitas vezes não se realizam e que oneram em demasia os contratos de prestação de serviço em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a exemplo de valores para rescisão, ausências legais, auxílio maternidade e paternidade, dentre outros. Ou seja, caso não comprovados os eventos trabalhistas, dentre outros futuros e incertos, que dariam ensejo ao pagamento pela Administração, tais eventos não comporão os custos finais para pagamento do contrato, de modo que os respectivos recursos permanecem nos cofres públicos.

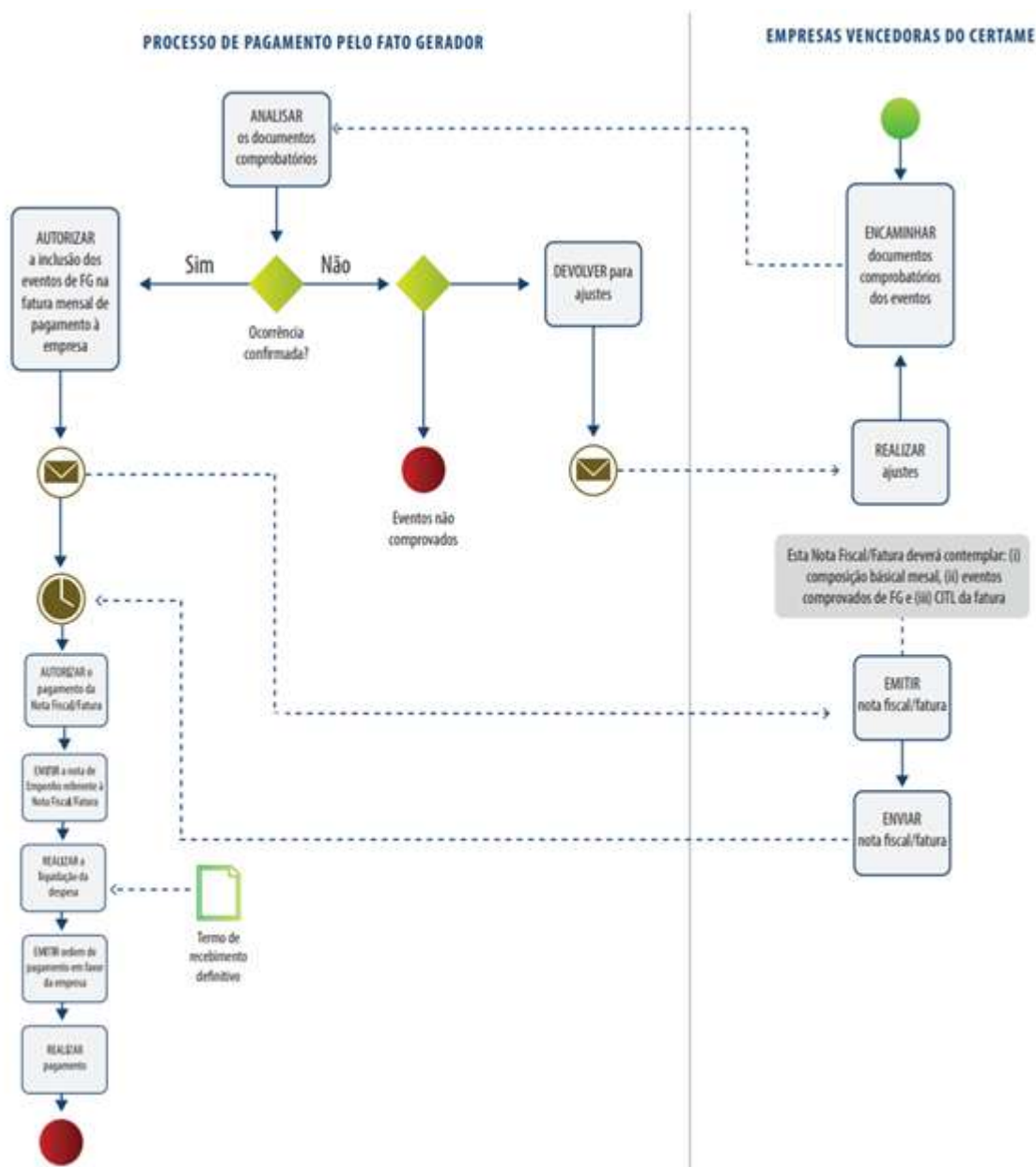
8.28 Portanto, o pagamento pela UFPE ocorrerá apenas na existência de uma situação fática, prevista na lei ou contrato, necessária e suficiente à sua materialização, que gera obrigação de pagamento pela Administração.

Provisões afetadas pela conta vinculada x fato gerador:

CONTA VINCULADA FATO GERADOR	CONTA VINCULADA FATO GERADOR
13º (décimo terceiro) salário	13º (décimo terceiro) salário
Férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias	Férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias
Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa	Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa
Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário	Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário
	Ausências legais
	Verbas rescisórias
	Outras de evento futuro e incerto

8.29 A adoção da metodologia de pagamento pelo Fato Gerador traz em seu fluxo operacional maior celeridade e menos atividades nos subprocessos se compararmos com o fluxo operacional da Conta vinculada, além de termos apenas agentes da própria administração envolvidos na liberação dos pagamentos, não necessitando de Termo de Cooperação Técnica com instituição financeira para execução do processo de liberação dos pagamentos dos provisionamentos previstos. Seguem os fluxos de Conta vinculada e Fato Gerador previstos nas respectivas metodologias:





8.30 Cabe destacar que nos dois procedimentos a unidade demandante, o gestor do contrato, a unidade responsável pelo orçamento e o setor de pagamento da UFPE, deverão estar bastante atentos no controle dos aportes e/ou liberações. Mas, na conta vinculada, além do gerenciamento mensal do contrato caberá a CONTRATANTE gerenciar o controle sobre a conta de cada um dos Contratos e o saldo para cada um dos terceirizados. Considerando que a UFPE mantém, vigentes, 16 contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, na medida que forem sendo renovadas as licitações, caso optássemos pela Conta vinculada, chegaríamos em até 2 anos a ter que controlar 16 contas vinculadas, para 1.163 terceirizados, com uma estrutura de servidores deficitária.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1 Neste item serão apresentadas os elementos e aspectos justificantes do quantitativo de postos e de efetivo por turno indicados como os itens a serem contratados. Este capítulo foi dividido em três seções: (1) uma na qual será exposta a situação de contenção orçamentária que obrigou ao abandono do cenário mais satisfatório em termos de quantitativo de postos; e (2 e 3) dentro a limitação orçamentária, foi estipulada uma quantidade minimamente satisfatória, detalhando-se as características que diferenciam os postos e, portanto, fazem-no terem preços diferenciados.

9.2 Da prospecção de cenários e a adequação orçamentária

9.2.1 Torna-se relevante explicar que durante a elaboração deste Estudo, o Superintendente de Segurança Institucional da UFPE se pronunciou no processo Administrativo n.º 23076.011506/2018-08, na folha 042, em 04/07/2018, por meio do Memo. n.º 158/2018 – SSI, encaminhando à Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN) um subproduto deste Estudo Preliminar que previa cenários viáveis de diferentes alocações de recursos. Apesar de ser uma fase típica na produção do Termo de Referência, essa consulta foi feita à PROPLAN, devido pronunciamentos informais sobre a impossibilidade de sustentabilidade financeira futura suficiente para a estimativa inicial de quantidades de postos.

9.2.2 A equipe da Gestão em Operações de Segurança adotou, para esse estudo prospectivo, critérios eleitos em comum acordo com a Divisão de Projetos e a Divisão de Análise e Gestão de Riscos e a própria chefia da Superintendência de Segurança Institucional. Tais critérios são em ordem de relevância:

- a. Intensidade de Risco;
- b. Fluxo de pessoas;
- c. Proximidade da área perimetral;
- d. Proximidade e interferências para com os acessos do campus e os acessos das instalações;
- e. Guarda de bens de grande importância;
- f. Integração e isolamento no conjunto da solução de segurança, setores integrados a outros podem compartilhar recursos e pessoal, postos em locais isolados precisam ter em si autossuficiência operativa, não podendo contar com a recobertura das motocicletas, por exemplo;
- g. Iluminação e taxa de ocupação predial, pela qual lugares ermos tem baixa taxa de ocupação;
- h. Guarda de bens de grande importância;
- i. Combinação de uso da força terceirizada (da empresa contratada) e orgânica (efetiva dos quadros da UFPE);
- j. Solicitações formais por demanda específica de direções e chefias de unidades organizacionais aprovadas pela Gestão Universitária.

9.2.3 A consulta oficial feita pela SSI à PROPLAN ofertou em situação de análise comparativa o cenário ideal (Cenário 1) e outros dois cenários (Cenário 2 e Cenário 3) com necessidade de menor alocação recurso financeiro. Seguem Quadro Resumo dos Cenários e Quadro demonstrando quantitativo de postos por cenário para contratação:

Quadro Resumo dos Cenários para Contratação

	Cenário 01	Cenário 02	Cenário 03	Cenário 04
Quantidade de Postos	277	237	213	138
Valor Mensal	R\$ 2.654.412,32	R\$ 2.252.872,13	R\$ 2.042.215,51	R\$ 1.379.16
Valor Global	R\$ 31.852.947,81	R\$ 27.034.465,63	R\$ 24.506.586,19	R\$ 16.549.979

*Esta estimativa de valor tem com o fulcro o contrato emergencial vigente nº 34/2020, com projeção para 12 meses, visto que este cenário reproduz integralmente os números e tipos de postos, bem como projeta para 12 meses os custos com insumos previstos na contratação.

Quantitativo de postos por cenários para contratação

Tipos de Posto	Localidade	Cenário 1	Cenário 2	Cenário
Posto Tipo 1	Recife	8	8	8
Posto Tipo 2	Recife	8	8	8
Posto Tipo 3	Recife	19	19	19
Posto Tipo 4	Recife	19	19	19
Posto Tipo 5	Recife	62	53	43
Posto Tipo 6	Recife	74	53	43
Posto Tipo 7	Recife	11	11	11
Posto Tipo 8	Recife	11	11	11
Posto Tipo 9	Recife	2	2	2
Posto Tipo 10	Recife	2	2	2
Posto Tipo 11	Recife	2	2	2
Posto Tipo 12	Recife	2	2	2
Posto Tipo 13	Vitória de Santo Antão	2	2	2
Posto Tipo 14	Vitória de Santo Antão	2	2	2
Posto Tipo 15	Vitória de Santo Antão	3	3	3
Posto Tipo 16	Vitória de Santo Antão	3	3	3

Posto Tipo 17	Vitória de Santo Antão	1	1	1
Posto Tipo 18	Caruaru	5	5	5
Posto Tipo 19	Caruaru	5	5	5
Posto Tipo 20	Caruaru	12	8	6
Posto Tipo 21	Caruaru	12	8	8
Posto Tipo 22	Caruaru	5	4	3
Posto Tipo 23	Caruaru	5	4	3
Posto Tipo 24	Caruaru	1	1	1
Posto Tipo 25	Caruaru	1	1	1
		277	237	213
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário

Elaborado baseado nas folhas n.º 21 a 41 do Processo Administrativo n.º 23076.0081134/2018-08.

9.2.4. De acordo com da Diretoria de Gestão Operacional de Segurança (DGOS) da SSI-UFPE, o *Cenário 1* apresentado nos quadros anteriores, contando com 277 postos e custando R\$ 31.852.947,81 ao ano é aquele que atende satisfatoriamente as necessidades diurnas, noturnas, de mobilidade, de emprego, de desdobramento e abrangência espacial: *Campus Recife (Campus Joaquim Amazonas e as Unidades Descentralizadas)*, o Centro Acadêmico de Vitória e o Centro Acadêmico do Agreste. Os demais cenários (Cenário 2 e Cenário 3) foram alternativas construídas para adequação orçamentária e financeira, atendendo apenas parcialmente as necessidades operacionais da Segurança Institucional desta Universidade.

9.2.5. Tratando-se, portanto, de uma consulta feita à PROPLAN, essa por sua vez manifestou-se por meio da Diretoria de Controladoria, às folhas 43 do processo administrativo n.º 23076.011506/2018-08, em síntese, assim recomendando à Superintendência de Segurança Institucional:

[...] diante do atual cenário econômico e financeiro, informamos que há disponibilidade orçamentária **apenas para manter contrato de segurança institucional nos moldes atuais**, podendo ser revisto posteriormente caso haja mudanças na atual conjuntura. Destacamos.

9.2.6. Diante dos contingenciamentos orçamentários, apontados pela PROPLAN, e após instrução da Diretoria de Licitações e Contratos/PROGEST foi construído um 4º cenário configurando-se da seguinte forma:

--	--	--	--	--	--	--

POSTOS	Munic. Posto	Categoria Profissional	Escala de Trabalho	Quantidade de Postos	Profissionais por Postos	Total profissionais
Tipo 1	Recife	Vigilante	44h	6	1	6
Tipo 2	Recife	Vigilante	44h	6	2	12
Tipo 3	Recife	Vigilante	12 X 36 - Diurna	4	2	8
Tipo 4	Recife	Vigilante	12 x 36 - Noturna	6	2	12
Tipo 5	Recife	Vigilante	44h	20	1	20
Tipo 6	Recife	Vigilante	44h	15	1	15
Tipo 7	Recife	Vigilante	12 X 36 - Diurna	34	2	68
Tipo 8	Recife	Vigilante	12 x 36 - Noturna	21	4	84
Tipo 9	Recife	Supervisor de vigilância	12 X 36 - Diurna	1	2	2
Tipo 10	Recife	Supervisor de vigilância	12 x 36 - Noturna	1	2	2
Tipo 11	Vitória	Vigilante	12 X 36 - Diurna	3	4	12
Tipo 12	Vitória	Vigilante	12 x 36 - Noturna	3	4	12
Tipo 13	Caruaru	Vigilante	44h	2	2	4
Tipo 14	Caruaru	Vigilante	44h	2	2	4
Tipo 15	Caruaru	Vigilante	12 X 36 - Diurna	3	2	6

Tipo 16	Caruaru	Vigilante	12 x 36 - Noturna	2	2	4
Tipo 17	Caruaru	Vigilante	13 X 36 - Diurna	1	2	2
Tipo 18	Caruaru	Vigilante	13 x 36 - Noturna	4	4	16
Tipo 19	Caruaru	Vigilante	12 X 36 - Diurna	4	4	16
				138		305

9.3 Dos Tipos de Postos e de suas características diferenciadoras

9.3.1 Segundo Instrução Normativa do MPDG (*alínea “a” e “b” do item 1 do Anexo VI-A da IN SEGES /MPDG n.º 05/2017*), o Termo de Referência que deva ser um produto subsequente deste Estudo, por ter serviço de vigilância como objeto, deve:

- a) a justificativa do número e das características dos Postos de Serviço a serem contratados; e
- b) os quantitativos dos diferentes tipos de Posto de Vigilância, que serão contratados por Preço Mensal do Posto.

9.3.2 As categorias profissionais que serão empregadas no serviço estão enquadradas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme abaixo:

CATEGORIA PROFISSIONAL	CBO
Vigilante	5173-30
Supervisor de Vigilantes	5103-10

9.3.3 A mesma IN n.º 05/2017 - SEGES/MPDG, no item 2 do Anexo VI-A, ainda prescreve que o “Posto de Vigilância adotará preferencialmente uma das seguintes escalas de trabalho”:

- a) 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;
- b) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;
- c) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

d) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas; ou

e) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

9.3.4 Essencialmente neste Estudo, chamar-se-á a escala de trabalho da *alínea “a” do item 2 do Anexo VI-A da IN n.º 05/2017 - SEGES/MPDG*: de regime de escala **diarista**. E as descritas nas alíneas “b” e “c”, de **plantonista**. Os regimes de escala das alíneas “d” e “e” não serão adotados na contratação alvo deste estudo. As concepções dos tipos de postos levam em consideração o horário e a fluidez de funcionamento da repartição.

9.3.5 Tem-se por embasamento normativo, os seguintes dispositivos da *IN n.º 05/2017 - SEGES/MPDG*, para construção de tipo de posto diverso dos padrões, rotineiramente utilizados nos contratos administrativos de repartições públicas:

[...]

3. Excepcionalmente, desde que devidamente fundamentado e comprovada a vantagem econômica para a Administração, **poderão ser caracterizados outros tipos de postos**, considerando os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho da categoria.

[...]

7. O Caderno de Logística conterá as especificações exemplificativas para a contratação de serviços de vigilância, **devendo ser adaptadas às especificidades da demanda de cada órgão ou entidade contratante**. (destacamos).

9.3.6 A concepção dos postos de serviços do objeto a ser licitado observou os seguintes elementos:

(i) **Regimes de Escala:** diarista e plantonista;

(ii) **Processos de vigilância:** predial, posto estático (cabine) e motorizado (motociclista);

(iii) **Turnos de trabalho:** se diarista (1º turno ou 2º turno); se plantonista (diurno ou noturno);

(iv) **Localidades:** Recife, Vitória de Santo Antão ou Caruaru.

9.3.6.1 *Regime de Escala.* Os regimes de escala adotados foram de plantonista e diarista, cujas características são as seguintes:

(i) **Plantonista:** 12 horas diurna ou noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas (envolvendo 2 vigilantes);

(ii) **Diarista:** em carga horária de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, em uma jornada de 8 horas e aos sábados, em uma jornada de 4 horas (envolvendo 1 vigilante).

9.3.6.2 *Processo de vigilância.* Terminologia adotada na área de segurança, assim como se fala em processo de guarda ou processo de policiamento ostensivo, processo é a caracterização geral do *modus operandi* pelo qual se realiza a atividade de vigilância. Em uso comum, normalmente refere-se tão somente ao meio de mobilidade, mas não se restringe apenas a essa especificação, como ainda aponta o meio de comunicação, a abrangência territorial e outros aspectos relacionados à missão particular a ser desempenhada naquele posto de serviço. De uma forma geral, no âmbito do contrato

fruto deste Estudo, três são os processos de vigilância: Predial, Cabine e Motorizado; além da Supervisão Operacional, na figura do Inspetor.

9.3.6.3 *Turno de trabalho*: é a faixa de horário que fraciona as 24 horas de um dia completo, de forma a permitir que o posto esteja ocupado em rodízio de profissionais ocupantes. O profissional ocupante é alocado por certo período de meses em uma mesma faixa de horário, a fim de que possa por meio da regularidade de horário, adaptar-se às demandas, atividades e a dinâmica do serviço. No âmbito do contrato produto deste Estudo, recomenda-se a adoção de dois turnos para cada regime de escala diferente, da seguinte forma:

(i) Turnos do Posto Plantonista:

- a. Diurno: das 06h às 18h;
- b. Noturno: das 18h às 06h.

(ii) Turnos do Posto Diarista:

a. 1º Turno:

- De segunda a sexta-feira: das 7h às 15h;
- Aos Sábados: das 8h às 12h;

b. 2º Turno:

- De segunda a sexta-feira: das 15h às 23h;
- Aos Sábados: das 12h às 16h;

9.3.6.4 *Localidade*: Para fins de formação do tipo de posto, foram considerados:

- a. Postos do *Campus* I e II como Localidade **Recife**;
- b. Postos do *Campus* III como Localidade **Vitória**;
- c. Postos do *Campus* IV como Localidade **Caruaru**.

9.3.7 Considera-se para fins de elaboração do Termo de Referência que alguns postos possuem convergência, tendo descrições similares, diferenciando-se apenas pelo 4º elemento: a localidade.

9.3.8 Todos esses valores de quantitativo de postos por tipo de posto podem ser mais bem observados a partir da tabela do Anexo ii - Tipos De Postos E Quantitativo De Postos e Anexo Y - Quadro Resumo de Totais.

9.3.9 Em virtude das características dos postos e sua rotina, além da extensão dos campi da UFPE, a empresa contratada deverá pagar a intrajornada, em caráter indenizatório, aos profissionais contratados para os Postos de Vigilância Armada (estático e predial) e Vigilância Armada Motorizada, devendo ser observado para o seu cálculo o § 4º do Art. 71 da CLT.

9.3.10 Para os Postos de Supervisor de Vigilantes, de igual modo a contratada deverá pagar intrajornada, pois durante o turno de serviço há demandas operacionais previsíveis, mas também há as imprevisíveis, o que é uma constante crescente, considerando o descrito na Justificativa, da necessidade da contratação de serviço terceirizado, no Documento de Formalização de Demanda (DFD). Caso o Supervisor de Vigilantes esteja em seu intervalo, realizando a refeição e o mesmo seja acionado para atender uma intercorrência in loco ele terá de interromper o intervalo, sem previsão de retomada, até o final da intercorrência, pois não há substituto de Supervisor de Vigilantes.

Tal justificativa está balizada na cláusula décima da Convenção Coletiva de Trabalho 202/2021.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Com a escolha do tipo de prestação do serviço de vigilância armada que englobará juntamente com a mão de obra contratada os materiais e equipamentos inerentes à execução dos serviços, a estimativa de preço será baseada no valor da mão de obra, terá conformidade com a legislação trabalhista, tributária e previdenciária, bem como os benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2021. Com a definição do número de postos e suas especificações por cada tipo de posto foi possível quantificar o número de Vigilantes e Supervisores de segurança. Para a definição do número de Vigilantes e os tipos de postos encontrados na UFPE tomamos por base o histórico do contrato anterior e suas ampliações estas foram resultado da crescente demanda por segurança na instituição. Devido à especificidade do serviço para fim de determinação de referência de preço máximo foi utilizado a pesquisa direta por fornecedores, pois não identificou no Pannel de Preços contratações que pudessem representar fidedignamente a contratação pretendida da UFPE assim como, não identificamos contratações similares com outros entes públicos que pudessem ser utilizados como parâmetro para estabelecer o valor máximo aceitável. Desta forma utilizamos da pesquisa de preço previsto na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020, em seu art. 5º inciso IV, fizemos consulta a empresas prestadoras de serviço das Regiões de Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão, um total de 27 empresas contatadas. As solicitações foram enviadas mediante e-mails em 19/04/2021, conforme modelo estabelecido pelo Anexo VII-D da IN SEGES/MPDG nº 05/2017 Anexo VII-D. Obtivemos retorno de 5 (cinco) empresas que enviaram suas cotações. Em seguida foram enviadas as cotações para o Setor Contábil/DLC. Dentre estas cotações foram utilizados os itens inconsistentes das planilhas de formação de custos e formação preços de apenas 3 (três) empresas porque uma 4ª cotação não foi considerada pois a empresa não preencheu adequadamente a sua planilha e uma 5ª cotação foi apresentada sem o detalhamento dos custos, não observando, portanto, a planilha modelo, conforme parecer do Contador (documento nº 128).

Obs.: Como não há previsão na Convenção Coletiva para o salário base ou mesmo gratificação de função de Supervisor, o Departamento de Normas e Sistemas de Logística determina o salário base do supervisor da seguinte forma:

SALÁRIO DO SUPERVISOR				
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Aumento	Total
Supervisor	R\$1.182,08	42,57%	503,21	1.685,29

Cálculo da Gratificação do Supervisor: Base de cálculo: Salário Base do vigilante. Percentual: 42,57% média calculada com base nos dados do ano anterior, sendo ele a diferença dos salários dos vigilantes e dos supervisores. Essa estimativa é baseada no SEGES – Caderno Técnico – Vigilância – Pernambuco - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, disponível em: https://www.gov.br/compras/pt-br/transparencia/cadernos-tecnicos-e-valores-limites/cts-2019/ct_vig_pe_2019.pdf

Tendo em vista as peculiaridades desta contratação, conforme previsão do Anexo I da IN 05/2017 SEGES/MPDG, quando conceitua PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ANEXO I da IN 05/2017 SEGES/MPDG

XV - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS: documento a ser utilizado para detalhar os componentes de custo que incidem na formação do preço dos serviços, podendo ser adequado pela Administração em função das peculiaridades dos serviços a que se destina, no caso de serviços continuados.

Apresentam-se neste tópico os esclarecimentos referentes às planilhas estimativas que deram suporte a formação do preço estimado desta contratação, que teve por base a IN 05/2017 e a IN 73/2020.

Os artigos 3º e 5º da IN 73/2020, referentes à formalização e parâmetros da pesquisa de preços foram observados na elaboração das planilhas de preços de referência para a contratação. A Memória de Cálculos, bem como o histórico da pesquisa de preços, a seguir descritos, demonstram os preços coletados em Pannel de Preços para os insumos e pesquisas diretamente com fornecedores para obtenção de percentuais de custos indiretos e lucros, e demais itens da planilha, onde foi feita a média de cada um dos itens da planilha de custo e formação de preços.

Coadunando com o estabelecido pela IN 05/2017 SEGES/MPDG, os parâmetros utilizados e os documentos que deram suporte ao preenchimento das Planilhas de Custos e Formação de Preços dos postos pela Administração para obtenção dos valores de referência, estarão dispostos na memória de cálculo nos autos do processo, assim como as diretrizes para esta formação de preço estimado que se alinham com o previsto no Anexo V, da mesma Instrução Normativa

ANEXO V DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (PB) OU TERMO DE REFERÊNCIA (TR)**2.9. Estimativa de preços e preços referenciais:**

[...]

b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;

b.2. por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares; ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso; e

b.3. previsão de regras claras quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a regras de depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço.

Conforme se observa do Manual de Preenchimento do Modelo de Planilhas de Custos e Formação de Preços – Nas contratações de serviços que envolvam mão de obra em regime de dedicação exclusiva do Superior Tribunal de Justiça – STJ, publicado em 2020, a Administração deve preencher a planilha de custos e formação de preços de referência para a licitação, conforme adotado para o presente certame

[...]

é importante advertir que boa parte dos órgãos e entidades públicas, ao realizarem a atividade de pesquisa de preços para contratos de terceirização, ainda adotam método equivocado para apurar o valor estimado da contratação, centrando sua pesquisa apenas no encaminhamento das planilhas de custos, em branco, para que as empresas do ramo pertinente as devolvam preenchidas.

É fácil perceber que esta não é a forma mais adequada para se apurar o valor estimado da contratação. Ao permitir que as próprias empresas definam o seu custo direto, estarão elas possibilitadas a majorar propositalmente tais custos, alvitando lucro sobre o que deveria ser custo direto, conforme demonstrado no exemplo acima.

Assim, deve a Administração, ela mesma, por meio de seus técnicos, investigar o mercado em relação a cada custo (direto) unitário, pesquisando o preço médio da mão de obra que será empregada, dos materiais, insumos, EPIs e calculando a depreciação de equipamentos, tudo, a partir das mesmas fontes de pesquisa que seriam utilizadas caso a administração fosse adquirir tais itens de forma direta.

[...]

Atendendo a esse contexto, uma contratação de prestação de serviços com dedicação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva também deverá conter, no mínimo, 3 (três) momentos das planilhas de custos. O primeiro momento, que doravante será denominado de Planilha nº. 1, é preenchido pela Administração. (grifos nossos)

Neste sentido, os parâmetros que deram sustentação ao valor global Máximo de Referência para a Licitação de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância da UFPE, levaram em consideração a IN 05/2017, bem como IN 73/2020, como explicitado acima.

MEMÓRIA DE CÁLCULO**1. MÃO DE OBRA**

1.1 REMUNERAÇÃO - O valor do salário da(s) categoria(s) envolvida(s) na prestação dos serviços ora licitados foram definidos com base nos pisos salariais constantes na(s) Convenção(ões) Coletiva(s) de Trabalho firmada entre os sindicatos das categorias profissionais e econômicas pertinentes, conforme tabelas abaixo:

O valor do salário das categorias do quadro 1 foi definido com base no piso salarial constante da Convenção Coletiva de Trabalho de 2021 - PE000059/2021 para Recife e Vitória de Santo Antão.

1.2 ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias

A - 13º (décimo terceiro) Salário - 8,33% $[(1/12) \times 100] = 8,33\%$ - Art. 7º, VIII, CF/88

B - Férias e Adicional de Férias 11,11% $\{[(1/12) + 2,78] \times 100\} = 11,11\%$ - Art. 7º, XVII, CF/88 - Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias (letra B do submódulo 2.1) tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento proporcional das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze)

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições

Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

A - INSS = 20,00% - Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457, de 16 de março de 2007.

B – SESI/SESC = 1,500% - Art. 30, Lei 8.036/90

C – SENAI/SENAC = 1,000% - Art. 1º, caput, DecretoLei 6.246/44 (SENAI) e art. 4º, caput do DecretoLei 8.621, de 1946. (SENAC).

D – INCRA = 0,200% - Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do DecretoLei 1.146, de 31 de dezembro de 1970.

E – Salário Educação = 2,500% - Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043, de 22 de março de 1982.

F - **FGTS** = 8,000% - Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF.

G - **Seguro acidente do trabalho** (RAT x FAP) - Nesse enredo, na aplicação da máxima ou mínima do FAP (0,5 a 2,00) sobre as alíquotas de RAT (1% a 3%), aduz o SAT ajustado a uma variação entre 0,5% a 6% - Cadernos de Logísticas de vigilância, Material orientativo disposto pelo Ministério da Economia/ENAP, Nota Técnica CNJ o percentual na planilha e formação de custos, é uma referência para fins de composição de encargos médios admitidos pela Administração; e, no momento da apresentação das propostas, as empresas devem comprovar a sua variação com a apresentação do FAP (multiplicador), situação que autorizará o aumento dos custos caso o SAT ajustado ultrapasse o percentual dos 3%, limitados aos 6% previstos no referido decreto. Para efeito orçamentário utilizou-se a média apresentada pelas cotações de mercado

F- **SEBRAE** = 0,600% - Art. 8º, Lei 8.029/90

Submódulo 2.3 - Benefícios mensais e diários

A - Vale Transporte - Refere-se ao custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado). Passagens de ida e volta - (Custo total das passagens) = (Dias de trabalho no mês) x (Número de passagens por dia) x (Custo da passagem). Estimou-se 22 dias trabalhados/Mês, podendo haver variação justificada por parte da licitante, quando da apresentação da planilha de custos e formação de preços. O Valor da Tarifa estabelecido para efeitos orçamentário foi obtido através da média dos preços das cotações incontestes.

B, C, D - Auxílio Refeição/Alimentação, Assistência médica, Seguro de Vida Coletivo - a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho. No caso, o valor para efeitos orçamentário foi obtido através da média dos preços das cotações incontestes.

1.3 PROVISÃO PARA RESCISÃO

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

Observar que os itens B e E são custos não renováveis quando da prorrogação. Já o item A e D são renováveis na proporção de 10%. A adoção de metodologia de cálculo diversa deve ser devidamente demonstrada no processo em memória de cálculo com esclarecimentos e comprovações conforme recomendação do Acórdão nº 1904/2007 -Plenário, nº 3006/2010-Plenário e nº 11186/2017-Plenário do TCU

Nota 1: de acordo com Art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, devem excluir a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa

Nota 2 : Com a extinção dos 10% de contribuição social sobre o FGTS, o valor mensal a ser provisionado, passa a ser apenas de 40% sobre o valor mensal do FGTS

A - Aviso Prévio Indenizado - API (Custo parcialmente renovável) - No caso, o valor para efeitos orçamentário foi obtido através da média dos preços das cotações incontestes.
B - Incidência do FGTS sobre o API - No caso, o valor para efeitos orçamentário foi obtido através da média dos preços das cotações incontestes.
C - Multa do FGTS sobre o API - No caso, o valor para efeitos orçamentário foi obtido através da média dos preços das cotações incontestes.
D - Aviso Prévio Trabalhado - APT (Custo parcialmente renovável) - $1,94\% = [(100\% / 30) \times 7] / 12$ - Art. 7º, XXI, CF/88, 477,487 e ss. da CLT. OBS.: Redução de 7 dias ou de 2h por dia para 100 % dos empregados. - No caso, o valor para efeitos orçamentário foi obtido através da média dos preços das cotações incontestes.
E - Incidência de GPS, FGTS - No caso, o valor para efeitos orçamentário foi obtido através da média dos preços das cotações incontestes.
F - Multa do FGTS sobre o APT- No caso, o valor para efeitos orçamentário foi obtido através da média dos preços das cotações incontestes.

1.4 CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)
A – Férias - No caso, o valor para efeitos orçamentário foi obtido através da média dos preços das cotações incontestes.
B - Ausência Legais - No caso, o valor para efeitos orçamentário foi obtido através da média dos preços das cotações incontestes.
C - Licença paternidade - No caso, o valor para efeitos orçamentário foi obtido através da média dos preços das cotações incontestes.
D - Ausência por acidente de trabalho - No caso, o valor para efeitos orçamentário foi obtido através da média dos preços das cotações incontestes.
E - Afastamento maternidade - No caso, o valor para efeitos orçamentário foi obtido através da média dos preços das cotações incontestes.

1.5 INSUMOS DIVERSOS

MÓDULO 5 - Insumos Diversos
Uniformes, Materiais de consumo, equipamentos, ferramentas, EPI, EPC, Transporte – Foram cotados, Painel de Preços do ME, Pesquisa de mercado conforme demonstrativos anexos ao ETP e Planilhas dispostas na Planilha orçamentária, em observância ao artigo 5º da IN 73/2020, ME

1.6 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		
Nota 1: Média dos custos indiretos e lucro praticados pelo mercado, conforme proposta apresentada em etapa de cotação de preços		
A	Custos Indiretos 6,00%	
B	Lucro 6,79%	
C	Tributos	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	3,65%
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00%

O valor máximo estimado para a contratação, de acordo com a memória de cálculo acima descrita, corresponde a R\$ 19.040.233,23 conforme planilha a seguir:

Itens	DESCRIÇÃO COMPLETA	Quantidade de Postos	Valor unitário do posto	Custos Global do posto (Anual do Posto)
1	Posto 1 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min. às 15h00min., e 4 horas no sábado, das 8 às 12 horas, totalizando 44 horas semanais, com 01 vigilante.	6	R\$ 5.412,82	R\$ 389.723,20
	Posto 2 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com			

2	sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min. às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	6	R\$ 11.772,04	R\$ 847.586,59
3	Posto 3 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	4	R\$ 10.251,88	R\$ 492.090,08
4	Posto 4 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	6	R\$ 11.680,25	R\$ 840.977,81
5	Posto 5 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min. às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 01 vigilante.	20	R\$ 5.163,79	R\$ 1.239.310,32
6	Posto 6 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12h00min às 16:00min, totalizando 44 horas semanais com 01 vigilante.	15	R\$ 5.481,29	R\$ 986.632,36
7	Posto 7 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das	34	R\$ 9.473,89	R\$ 3.865.349,06

	07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).			
8	Posto 8 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19 horas às 07:00 horas, (envolvendo 04 vigilantes)	21	R\$ 20.776,99	R\$ 5.235.802,36
9	Posto 9 - Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	1	R\$ 11.453,81	R\$ 137.445,72
10	Posto 10 - Supervisor de segurança patrimonial, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	1	R\$ 13.924,47	R\$ 167.093,70
11	Posto 11 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 04 vigilantes).	3	R\$ 18.883,58	R\$ 679.809,05
12	Posto 12 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19 horas às 07:00 horas (envolvendo 04 vigilantes).	3	R\$ 22.285,30	R\$ 802.270,74
13	Posto 13 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 15h00min, e 4	2	R\$ 10.772,69	R\$ 258.544,51

	horas no sábado, das 8 às 12 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.			
14	Posto 14 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	2	R\$ 11.627,41	R\$ 279.057,93
15	Posto 15 - Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	3	R\$ 10.772,69	R\$ 387.816,77
16	Posto 16 - Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 19:00h. às 07:00h(envolvendo 02 vigilantes).	2	R\$ 11.558,86	R\$ 277.412,54
17	Posto 17 - Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	1	R\$ 10.772,69	R\$ 129.272,26
18	Posto 18 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19:00h. às 07:00h(envolvendo 04 vigilantes).	4	R\$ 22.178,67	R\$ 1.064.576,31
	Posto 19 - Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda			

19	eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 04 vigilantes).	4	R\$ 19.988,79	R\$ 959.461,93
VALOR GLOBAL MÁXIMO ACEITÁVEL				R\$ 19.040.233,23

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 Delibera-se pelo não parcelamento, uma vez que, ao contrário, o amplo parcelamento não assegurará, concomitantemente, as condições elencadas pelo *subitem 3.8, “b”, anexo III da IN SEGES/MPDG n.º 05/2017*. Opta-se pela contratação por grupo, mesmo que preveja subdivisões por itens respeitando a municipalidade (Campus Recife, Campus Vitória de Santo Antão, Campus Agreste), de modo a evitar a execução dos serviços por diferentes prestadoras nos três *campi* universitários.

11.2 Analisando a Decisão 393/94 do Plenário do TCU, pode-se compreender em raciocínio de contraposição que se “onde o objeto for de natureza divisível, sem prejuízo do conjunto ou complexo [...] é obrigatória a admissão da adjudicação por itens e não pelo preço global” e, portanto, onde essa divisão causa grave prejuízo para a funcionalidade da solução, deva-se admitir portanto o não parcelamento na licitação. E esse vem a ser o caso da atividade de segurança, a qual exige unidade de comando e forte integração entre aqueles que gerenciam e aqueles que operacionalizam o serviço. Não sendo salutar, nem viável e prudente que empresas diferentes executem partes, rompendo com integralidade do serviço a ser contratado.

11.3 Em meio aos desafios impostos nas aquisições públicas há uma clara problematização entre o princípio de parcelamento explicitado pela letra da lei de 1993 e o entendimento mais atual sobre a eficiência na gestão pública. Segundo o douto Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (2010):

[...] a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, tal perspectiva representa avanço de gestão, controle e redução de gastos, assim como permite a unicidade do objeto.

11.3.1 Douto professor Jacoby Fernandes (2010) ainda aponta outras vantagens para o emprego de soluções integradas, no ato de licitar: suprimir problemas de continuidade dos serviços contratados; garantir celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.

11.4 Há de se concluir que, devidamente justificado, não há qualquer ilegalidade direta na unicidade do objeto, até porque esta e o parcelamento são igualmente admitidos no direito positivo, sendo ambos condicionados à aferição, pelo gestor, de aspectos técnicos e econômicos.

11.5 Devido a toda essa necessidade de integração e a devida distribuição de ordens e informações em linha de comando, inerente às atividades gerais em segurança, faz-se imprescindível que em termos operacionais haja apenas uma coordenação e um responsável jurídico pela Supervisão contratada. **Dá se justificar o não parcelamento do objeto a ser licitado.**

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1 A Equipe de Planejamento da Contratação ressalta que a solução completa de Segurança da Universidade requer a coordenação de múltiplas atividades, das quais considerável parcela deva ser prestada por regime de execução indireta. Tão logo se conclua um novo instrumento de planejamento, deve-se incorporar na solução a contratação coordenada de outros serviços, tais como:

- i. Monitoramento eletrônico de áreas e instalações, com contratação combinada de Vigilância e Segurança Eletrônica, incluindo posto de operador de videomonitoramento e ronda motorizada de apoio ao monitoramento;
- ii. locação de equipamentos, locação de veículos.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1 Conforme o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013/2027 da UFPE, percebe-se que há alinhamento entre o objetivo da contratação de uma empresa para prestação de serviço em regime indireto, mediante as declarações de natureza geral relacionados à Gestão da Universidade, entre elas pode-se destacar:

- (i) A gestão da instituição tem como princípios básicos a ética, a transparência, a democracia, a flexibilidade, a racionalidade burocrática, o respeito ao meio ambiente, a eficiência e a eficácia na aplicação dos seus recursos, garantindo a sustentabilidade institucional;
- (ii) A estrutura organizacional é flexível e ajustável a novas demandas, com gestores trabalhando de forma integrada e sistêmica;
- (iii) A UFPE tem autonomia para implementar modelos de gestão modernos, que abrangem todos os níveis, descentralizados, eficientes e eficazes, baseados em um planejamento orientado a resultados, buscando sempre a agilidade e desburocratização dos seus processos e sistemas;
- (iv) Estruturas administrativas adequadas e suficientes dão suporte necessário para que as áreas fins da universidade desenvolvam seus papéis nos campos do ensino, pesquisa e extensão;
- (v) A gestão é apoiada por infraestruturas físicas e tecnológicas de excelência, que visam à otimização dos processos.

13.2 No mesmo documento, o PEI 2013/2027, o Mapa Estratégico da UFPE foi articulado em Grupos Temáticos, o G8 trata de “Infraestrutura e Segurança”, na perspectiva de Alicerces, objetivo estratégico número 15 é de “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da Universidade”.

13.3 O objetivo n.º 15 do PEI 2013/2027 para ser alcançado precisa necessariamente de um sistema integrado de gestão de Segurança Institucional Universitária.

13.3.1 **Segurança Institucional Universitária** é a atividade de promoção da proteção de pessoas, processos de negócio e ativos, exercida pelo aparato administrativo da Universidade ou prestado de forma indireta por meio de contratação para este fim.

13.3.2 **Sistema Integrado de Segurança Institucional-Inteligente** reúne uma solução de segurança prestada por vários agentes, coordenada pela Superintendência de Segurança Institucional da UFPE. Portanto, a empresa especializada em segurança privada patrimonial contratada para prestação do serviço de vigilância ostensiva no âmbito da UFPE, atua compondo apenas uma parte da solução articulada pelo sistema integrado. Outros agentes tais como a segurança orgânica e as agências policiais atuam no mesmo sistema cada um conforme sua competência.

13.4 Observa-se, assim, alinhamento ao Planejamento Estratégico da Segurança Institucional da UFPE, tendo em vista que:

13.4.1 O serviço prestado pela empresa especializada, apesar de vir a ser contratado unicamente como uma atividade de Segurança Privada, irá compor um sistema integrado com a participação de outros agentes governamentais. Isso se dá, porque o serviço na função produção (operacional) da Segurança, a ser executado por órgão da Administração Pública, tem características híbridas, podendo ser descrita como atividade de Segurança Institucional com reflexo de complementariedade e interdependência para com a Segurança Pública.

13.4.2 Detecta-se que os profissionais vigilantes, quando empregados no contexto universitário, precisam de capacitação que os levem efetivamente a cumprir os objetivos da Segurança Privada, dentre outros: a dignidade da pessoa humana e a segurança dos cidadãos, consolidando um terceiro objetivo da atividade: o aprimoramento técnico dos profissionais de segurança privada.

13.5 O referido Objetivo Estratégico 15, do PEI 2013/2027, é materializado em ações no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014/2018: “Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da Universidade.

13.6 Vale ressaltar que o serviço, objeto da contratação, encontra-se previsto no Plano Anual de Contratações 2021 da UFPE, especificamente na página 72, do documento mencionado. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38958/3308184/PAC+UFPE+2021+Em+execu%C3%A7%C3%A3o.pdf/337cb010-9bf1-46ae-b4cc-c99ad8dd627f>

14. Resultados Pretendidos

14.1 Se efetivada nos termos aqui dispostos, a contratação implicará melhoria da qualidade dos serviços atualmente prestados, para toda a comunidade acadêmica, mediante:

- i) Melhor execução dos serviços contratados, em decorrência dos princípios de eficiência e sustentabilidade;
- ii) Otimização da força de trabalho atrelada à gestão e à fiscalização contratuais;
- iii) Atendimento aos preceitos legais vigentes;
- iv) Minimização de possíveis inadimplementos contratuais em decorrência de situações que possam gerar desgastes ou custos para a UFPE e consequente comprometimento da qualidade dos serviços.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Visando à adequação do ambiente organizacional de modo a maximizar os resultados esperados com a contratação, a equipe responsável pela elaboração deste Estudo Preliminar, destaca, em relação à(ao):

- i) *Espaço físico*: a UFPE, mediante a atuação da Superintendência de Segurança Institucional junto à Administração Central, deve assegurar aos profissionais alocados à prestação de serviços, locais adequados para troca de uniformes e asseio, bem como a transferência de armamento e outros itens/equipamentos imprescindíveis à execução dos serviços;
- ii) *Capacitação dos funcionários da contratada referente ao ambiente organizacional*, de modo que o pessoal alocado à execução dos serviços:
 - a) melhor lide com a pluralidade que peculiariza a comunidade acadêmica, evitando ações discriminatórias motivadas por intolerância de gênero e/ou racial, coibindo-se, assim, atos contra as comunidades negra e LGBTQIA+;
 - b) tenha noção da estrutura organizacional, sabendo indicar à comunidade externa, quando em visita aos *campi*, a localização das diversas unidades acadêmicas e administrativas.

iii) *Impacto ambiental da implantação da solução*: A fiscalização do contrato garantirá o cumprimento, pela contratada, dos critérios de sustentabilidade definidos neste Estudo Preliminar, os quais devem ser ratificados no Termo de Referência a ser elaborado.

iv) *Impacto na equipe da área especialista*: servidores vinculados à Superintendência de Segurança Institucional responderão pelas tarefas de gestão e fiscalização (fiscal e administrativa) contratuais, nos termos exigidos pela *IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017*, sob pena de responsabilidade da Superintendência de Segurança Institucional, à qual caberá gerir o contrato.

v) *Impacto de mudança de processo de trabalho da organização*: Considerando o dimensionamento dos serviços a serem executados, dever-se-á definir em relação aos servidores envolvidos na fiscalização contratual, supervisionados pela Superintendência de Segurança Institucional, tempo laboral diário para as atividades inerentes à contratação.

Considerando que:

i) a execução a contento dos serviços se encontra condicionada ao domínio e boa prática dos procedimentos estabelecidos pela *IN SEGES/MPDG nº 5/2017*;

ii) os servidores designados para a gestão e fiscalização contratuais devem pertencer ao quadro de técnicos-administrativos da UFPE, a assegurar perenidade no acompanhamento da execução dos serviços contratados, conforme recomenda o *subitem 3.10, “b”, do anexo III da IN SEGES/MPDG nº 05/2017*, deve-se exigir a participação dos referidos servidores em todo e qualquer treinamento que venha a ser promovido pela Diretoria de Licitações e Contratos, que tenha por tema a gestão e fiscalização dos contratos administrativos.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1 Os impactos ambientais relativos a contratação, bem como as medidas mitigadoras foram as previstas no subitem 6.5.4 deste Estudo Preliminar.

16.1.1 No sentido de estabelecer uma gestão ambiental consciente a contratada deverá proceder com adequado descarte de pilhas e baterias utilizadas nos equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) em conformidade com a *Resolução do CONAMA n.º 401/2008*; e ainda,

16.1.2 Utilizar na prestação dos serviços, veículos automotores que atendam aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata.

16.1.3 Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável tecnicamente, administrativamente e economicamente esta contratação com base nesse Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME

17.1 Declara esta Equipe de Planejamento que a contratação pretendida é viável, uma vez que a mesma é indispensável para a UFPE manter níveis adequados de segurança nos ambientes acadêmicos e administrativos, para que a comunidade universitária atue de maneira satisfatória no exercício de suas atividades, evitando ainda grandes impactos sociais.

18. Responsáveis

OLIVIA DE ALBUQUERQUE PESSOA
Diretora de Gestão de Operações em Segurança

Aprovo.

JOÃO EVERALDO DE ARAÚJO
Superintendente de Segurança Institucional

Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - ANEXO I - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE USO E PROTEÇÃO (31.07.21).pdf (147.79 KB)
- Anexo II - Anexo II - POSTOS E TIPOS DE POSTOS.pdf (396.32 KB)
- Anexo III - ANEXO III - DELIMITAÇÃO DE CADA PERÍMETRO DE INTERESSE DE SEGURANÇA.pdf (565.12 KB)

**Anexo I - ANEXO I - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS
DE USO E PROTEÇÃO (31.07.21).pdf**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Licitação - Vigilância Ostensiva Armada

Processo Administrativo n.º 23076.008134/2018-08

**ANEXO I DO ESTUDO PRELIMINAR
UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE USO E PROTEÇÃO**

A	Uniformes		A	C
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Vida útil Meses
1	Calça reforçada	Unidade	610	6
2	Camisa de mangas curtas	Unidade	610	6
3	Cinto de Nylon	Unidade	305	12
4	Par de Coturno	Unidade	247	12
5	Pares de Meias	Unidade	610	6
6	Boné com emblema	Unidade	301	12
7	Jaqueta de frio ou Japona	Unidade	193	12
8	Bota Para Motoqueiro	Par	58	12
9	Capa de chuva	Unidade	305	12

B	Armamento e acessórios		A	C
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	UNIDADE	Qtde	Vida útil Meses
1	Revólver Calibre 38	Unidade	102	120
2	Munição Calibre 38	Unidade	1224	12
3	Jetloader, para recarga rápida de revolver calibre .38, compatível com o número de munições do tambor da arma.	Unidade	102	24
4	Cinto com coldre e baleiro	Unidade	102	24

C	Motocicleta, EPI Motociclista e Combustível		A	C
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	UNIDADE	Qtde	Vida útil Meses
1	Motocicleta alta acima de 150cc, caracterizada com sistema de iluminação e sonoro, estilo on/off road (tipo bros, xre) com baulete, mata cachorro, e antena corta pipa	Unidade	16	60
2	Combustível para Motocicleta	Litro	2250	1
3	Capacete articulado, estilo gladiador de alta resistência	Unidade	16	36

4	Cotoveleiras motociclista	par	58	12
5	Joelheiras motociclistas	par	58	12
6	luvas motociclistas	par	58	12

D	EPI		A	C
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Vida útil Meses
1	Placa de Colete Balístico Nível II-A ou superior	Unidade	102	36
3	Capa tática para colete balístico com compartimentos para lanterna e <i>jetloader</i> , com porta tonfa e coldre de arma.	Unidade	301	36

E	Equipamentos		A	C
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	UNIDADE	Qtde	Vida útil Meses
1	Lanterna LED	Unidade	127	24
2	Cassetete	Unidade	102	36
3	Rádio HT, sintonizado na frequência fornecida pela CONTRATANTE ou frequência da empresa funcionando 24 (vinte e quatro) horas;	Unidade	102	48
4	Bastão de Ronda Eletrônica	Unidade	102	36

F	Material de consumo diversos		A	C
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	UNIDADE	Qtde	Vida útil Meses
1	Apito	Unidade	301	60
2	Livro de Ocorrência	Unidade	57	12
3	Crachá	Unidade	305	12

Anexo II - Anexo II - POSTOS E TIPOS DE POSTOS.pdf



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Licitação - Vigilância Ostensiva Armada

Processo Administrativo n.º 23076.008134/2018-08

TIPOS E QUANTITATIVO DE POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA (MOTORIZADA, ESTÁTICA E PREDIAL) TERCEIRIZADA

- Campus do Recife – Item 1

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	QTDE. DE POSTOS	Total de Profissionais
Posto Tipo 1	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min. às 15h00min., e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 01 vigilante.	06	06
Posto Tipo 2	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min. às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12h00min às 16h00min, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	06	12
Posto Tipo 3	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	04	08
Posto Tipo 4	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	06	12
Posto Tipo 5	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 01 vigilante.	20	20
Posto Tipo 6	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min, e 4 horas no sábado, das 12h00min às 16h00min, totalizando 44 horas semanais com 01 vigilante.	15	15
Posto Tipo 7	Tipo 7 Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	34	68
Posto Tipo 8	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min horas às 07h00min horas, (envolvendo 04 vigilantes)	21	84

Posto Tipo 9	Supervisor de Segurança Patrimonial, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	01	02
Posto Tipo 10	Supervisor de Segurança Patrimonial, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	01	02
TOTAL		114	2 29

• **Campus de Vitória de Santo Antão – Item 2**

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	QTDE. DE POSTOS	TOTAL DE PROFISSIONAIS
Posto Tipo 11	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 04 vigilantes).	03	12
Posto Tipo 12	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 04 vigilantes).	03	12
TOTAL		06	24

• **Campus do Agreste (Caruaru) – Item 3**

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	QTDE. DE POSTOS	TOTAL DE PROFISSIONAIS
Posto Tipo 13	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 15h00min, e 4 horas no sábado, das 08h00min às 12h00min, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	02	04
Posto Tipo 14	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de segunda a sexta-feira, das 15h00min às 23h00min e 4 horas no sábado, das 12h00min às 16h00min, totalizando 44 horas semanais, com 02 vigilantes.	02	04
Posto Tipo 15	Vigilância Ostensiva Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas, diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min	03	06

	(envolvendo 02 vigilantes).		
Posto Tipo 16	Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, de 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 02 vigilantes).	02	04
Posto Tipo 17	Vigilância Armada Motorizada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	01	02
Posto Tipo 18	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas noturna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 19h00min às 07h00min (envolvendo 04 vigilantes).	04	16
Posto Tipo 19	Vigilância Ostensiva Armada, com sistema de ronda eletrônica, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 04 vigilantes).	04	16
TOTAL		18	52

Postos e Locais de Serviços

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	Compreende as áreas do (a): Centro de Ciências da Saúde (Biblioteca – Pós-Graduação; Departamento de Anatomia e Serviço de Verificação de Óbitos; Centro de Ciências Biológicas; Departamento de Nutrição; Laboratórios: Central de Pós-Graduação e UNATI; Departamento de Odontologia (Buco e Preventiva); Departamento de Fonoaudiologia; Clínica de Fono.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	Compreende as áreas do (a): Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; e Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibióticos, Farmácia; Centro de Ciências do Nordeste; Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	Compreende as áreas do (a): Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário; Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; e Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibióticos, Farmácia; Centro de Ciências do Nordeste.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	Compreende as áreas do (a): Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central; Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível e Energia Renovável; Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Área II; Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de Arqueologia e ETA
01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	Compreende as áreas do (a): Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central; Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível e Energia Renovável; Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Área II; Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de Arqueologia e ETA.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 1	Compreende as áreas do (a): Clube Universitário; Núcleo de Educação física e Desporto; Departamento de Terapia Ocupacional; Departamento de Fisioterapia; Casa de Estudante Masculina; DINE; Superintendência de Tecnologia da Informação e Núcleo de Atenção ao Idoso.

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Compreende as áreas do (a): Centro de Ciências da Saúde (Biblioteca – Pós-Graduação; Departamento de Anatomia e Serviço de Verificação de Óbitos; Centro de Ciências Biológicas; Departamento de Nutrição; Laboratórios Central de Pós-Graduação e UNATI; ; Departamento de Odontologia (Buco e Preventiva); Departamento de Fonoaudiologia; Clínica de Fono.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Compreende as áreas do (a): Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; e Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibióticos, Farmácia; Odontologia (Buco e Preventiva); Centro de Ciências do Nordeste; Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Compreende as áreas do (a): Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário; Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; e Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibióticos, Farmácia; Odontologia (Buco e Preventiva); Centro de Ciências do Nordeste.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Compreende as áreas do (a): Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central, Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível e Energia Renovável; Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Área II; Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de Arqueologia e ETA.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Compreende as áreas do (a): Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Área II; Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de Arqueologia e ETA; Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central, Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível e Energia Renovável.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 2	Compreende as áreas do (a): Clube Universitário; Núcleo de Educação física e Desporto; Departamento de Terapia Ocupacional; Departamento de Fisioterapia; Casa de Estudante Masculina; DINE; Superintendência de Tecnologia da Informação e Núcleo de Atenção ao Idoso.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 3	Compreende as áreas do (a): Clube Universitário; Núcleo de Educação Física e Desporto; Departamento de Terapia Ocupacional; Clínica de Fisioterapia; Departamento de Fisioterapia; CEUs Masculina e MISTA; DINE; Superintendência de Tecnologia da Informação e Núcleo de Atenção ao Idoso.

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 3	Compreende as áreas do (a): Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de Energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central, Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível; NIATE CTG/CCEN: Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Departamento de Física; Área II; ETA e Centro de Informática.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 3	Compreende as áreas do (a): Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Artes e Comunicação; Centro de Educação; Colégio de Aplicação; NIATE CFCH/CCSA; Restaurante Universitário; Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; e Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibióticos, Farmácia; Centro de Ciências do Nordeste.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 3	Compreende as áreas do (a): NIATE CB/CCS; Centro de Ciências Médicas; Centro de Ciências da Saúde; Biblioteca de Saúde; Pós-Graduação em Saúde; Departamento de Anatomia e Serviço de Verificação de Óbitos; Centro de Ciências Biológicas; Departamento de Nutrição; Laboratórios Central de Pós-Graduação e UNATI; Departamento de Odontologia (Buco e Preventiva); Departamento de Fonoaudiologia e Clínica de Fonoaudiologia.
02 (DOIS) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Clube Universitário; Núcleo de Educação física e Desporto; Departamento de Terapia Ocupacional; Departamento de Fisioterapia; Casa de Estudante Universitária Masculina e Mista; DINE; Superintendência de Tecnologia da Informação e Núcleo de Atenção ao Idoso.
02 (DOIS) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Superintendência de Infraestrutura; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central, Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível e Energia Renovável; Centro de Ciências Exatas e da Natureza; Área II; Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de Arqueologia e ETA.
02 (DOIS) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Clube Universitário; Núcleo de Educação física e Desporto; Departamento de Terapia Ocupacional; Departamento de Fisioterapia; Casa de Estudante Masculina; DINE; Núcleo de Tecnologia da Informação e Núcleo de Atenção ao Idoso; Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia; CEERMA; FAE; Casa Tecnológica; Departamento de energia Nuclear; Prefeitura da Cidade Universitária; Editora Universitária; Departamento de Gestão de Bens e Serviços; Almoxarifado Central, Casa de Gás; Centro Educacional Paulo Rosas (Creche), Oficinas, Bomba de Combustível e Energia Renovável; Centro de Ciências

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
		Exatas e da Natureza; Área II; Departamento de Física; Centro de Informática; Laboratório de Arqueologia e ETA;.
02 (DOIS) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Centro de Ciências da Saúde (Biblioteca – Pós-Graduação; Departamento de Anatomia e Serviço de Verificação de Óbitos; Centro de Ciências Biológicas; Departamento de Nutrição, 14 BIS; Laboratórios Central de Pós-Graduação e UNATI;
02 (DOIS) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; e Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibióticos, Farmácia; Odontologia (Buco e Preventiva); Centro de Ciências do Nordeste; Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário; Centro de Ciências da Saúde (Biblioteca – Pós-Graduação; Departamento de Anatomia e Serviço de Verificação de Óbitos; Centro de Ciências Biológicas; Departamento de Nutrição; Laboratórios Central; UNATI.
02 (DOIS) VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO	Posto Tipo 4	Compreende as áreas do (a): Centro de Artes de Comunicações; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Educação; Colégio de Aplicação e Restaurante Universitário; Biblioteca Central; Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Central Telefônica; Concha Acústica; Centro de Convenções da UFPE; e Pista de Cooper; Departamento de Engenharia Química; Laboratório de Análises Minerais; Núcleo de Hotelaria e Turismo; Departamentos de: Antibióticos, Farmácia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre do CCS/BR 101 e Centro de Ciências da Saúde.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e Departamento de Fonoaudiologia; Odontologia .
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e Departamento de Farmácia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre; Coordenadoria de Ensino de Ciências do Nordeste; Corpo Discente e Departamento de Engenharia Química.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Artes e Comunicação e Centro de Educação

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre; Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e de Veículos da Editora; Oficinas.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre da Superintendência de Infraestrutura; DPP; Diretoria de Licitação e Contratos.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre do Centro de Ciências Exatas e da Natureza.
01 (UM) VIGILANTES ARMADOS	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Área da Biblioteca Central.
01 (UM) VIGILANTES ARMADOS	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Estacionamento do Centro de Ciências Sociais Aplicadas.
02 (DOIS) VIGILANTES ARMADOS	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Colégio de Aplicação e Laguinho.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Centro de Biologia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Fonte Alternativa de Energia /CER
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Centro de Informática.
01 (UM) VIGILANTES ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Restaurante Universitário; Estacionamento do CFCH/CAC.
01 (um) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Área II; Oceanografia.
01 (um) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Entrada do Campus da UFPE.
01 (um) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): Saída do Campus da UFPE.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 5	Compreende as áreas do (a): DINE; UNATI; Fisioterapia; T.O.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre do CCS/BR 101 e Centro de Ciências da Saúde.

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
01 (UM) VIGILANTE ARMADOS	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e Departamento de Fonoaudiologia; Odontologia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e Departamento de Farmácia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre; Coordenadoria de Ensino de Ciências do Nordeste; Corpo Discente e Departamento de Engenharia Química.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Artes e Comunicação e Centro de Educação.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre; Centro de Tecnologia e Geociências; Departamento de Oceanografia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre e de Veículos da Editora; Oficinas.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre da Superintendência de Infraestrutura; DPP; Diretoria de Licitação e Contratos.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Portão de Pedestre do Centro de Ciências Exatas e da Natureza.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Área da Biblioteca Central.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Estacionamento do Centro de Ciências Sociais Aplicadas.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Colégio de Aplicação e Laguinho.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Centro de Biologia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Fonte Alternativa de Energia / CER
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6	Compreende as áreas do (a): Centro de Informática.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): Restaurante Universitário; Estacionamento do CFCH/CAC
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): Área II; Oceanografia.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): Entrada do Campus.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): Saída do Campus.

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): DINE; UNATI; Fisioterapia; T.O.
01 (UM) VIGILANTE ARMADO	Posto Tipo 6*	Compreende as áreas do (a): CB / Departamento de Odontologia/Portão CCS.
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SUDENE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SUDENE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SUDENE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CEU FEMININA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CEU FEMININA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	REITORIA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	REITORIA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CEU MISTA / MASCULINA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SUDENE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	DEPARTAMENTO DE ENERGIA NUCLEAR
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E MATERIAL

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E MATERIAL
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SERVIÇO DE PSICOLOGIA APLICADA / NASE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CENTRO DE CONVENÇÕES
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CENTRO DE CONVENÇÕES
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	MEMORIAL DE ENGENHARIA / ANEXO I
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	MEMORIAL DE ENGENHARIA / ANEXO I
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	NÚCLEO DE APOIO AO ESTUDANTE / NAE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E FÍSICA E DESPORTOS
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E FÍSICA E DESPORTOS
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	NÚCLEO DE TELEVISÃO E RÁDIO UNIVERSITÁRIA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	NÚCLEO DE TELEVISÃO E RÁDIO UNIVERSITÁRIA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	LAMSA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SUDENE

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	SUDENE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	DEMEC - PÓS GRADUAÇÃO / ANEXO II
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	DEMEC - PÓS GRADUAÇÃO / ANEXO II
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CENTRO CIÊNCIAS JURÍDICAS - SEDE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	CENTRO CIÊNCIAS JURÍDICAS - SEDE
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	COVEST / MEMORIAL DE MEDICINA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	COVEST / MEMORIAL DE MEDICINA
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO CULTURAL
02 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 7	DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO CULTURAL
04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NIATE CB / CCS *
04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NIATE CCSA / CFCH *
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NIATE CTG / CCEN *
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	CEU FEMININA

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE / SIS
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	REITORIA
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	CEU MISTA / MASCULINA
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	DEPARTAMENTO DE ENERGIA NUCLEAR / DEN
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E MATERIAL/INTM
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	SERVIÇO DE PSICOLOGIA APLICADA /NASE
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	CENTRO DE CONVENÇÕES / CECON
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	MEMORIAL DE ENGENHARIA / ANEXO I
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NÚCLEO DE APOIO AO ESTUDANTE / NAE
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	NÚCLEO DE TELEVISÃO E RÁDIO UNIVERSITÁRIA
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	SUDENE
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	PÓS GRADUAÇÃO / DEMEC / ANEXO II

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS RECIFE
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS /CCJ
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	COVEST / MEMORIAL DE MEDICINA
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO CULTURAL
04 (QUATRO) ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 8	FONTE ALTERNATIVA DE ENERGIA / CENTRO DE ENERGIA RENOVÁVEL *
Supervisor de Segurança Patrimonial, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	Posto Tipo 9	CAMPUS RECIFE
Supervisor de Segurança Patrimonial, 12 horas diurna, diariamente, em regime de escala de 12 x 36 horas, das 07h00min às 19h00min (envolvendo 02 vigilantes).	Posto Tipo 10	CAMPUS RECIFE

OBS: Os postos do tipo 6, que têm asterisco (*) é para indicar que estes postos são ocupados por 6 funcionários que ocupam o posto tipo 2. Os postos do tipo 8, que tem asterisco (*) é para indicar que estes postos desmembram dois (2) vigilantes para compor o quadro de seis (6) vigilantes no turno noturno (19 as 07 h.) na escala de 12 X 36 horas do prédio da SUDENE.

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (CAV)
04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 11	Centro Acadêmico de Vitória
04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 11	Centro Acadêmico de Vitória

04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) DIURNO	Posto Tipo 11	Anexo do Centro Acadêmico de Vitória
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 12	Centro Acadêmico de Vitória
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36) NOTURNO	Posto Tipo 12	Centro Acadêmico de Vitória
04 - VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12 x 36)DIURNO	Posto Tipo 12	Anexo do Centro Acadêmico de Vitória

QUANTIDADE	TIPO DE POSTO	CAMPUS DO AGRESTE (CARUARU)
02 – VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 13	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 13	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 14	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTES ARMADOS MOTORIZADOS	Posto Tipo 14	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTE ARMADO (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 15	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTE ARMADO (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 15	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTE ARMADO (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 15	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTE ARMADO (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 16	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTE ARMADO (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 16	Centro Acadêmico do Agreste
02 – VIGILANTE ARMADO MOTORIZADO (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 17	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 18	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 18	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 18	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) NOTURNO	Posto Tipo 18	Centro Acadêmico do Agreste

04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 19	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 19	Centro Acadêmico do Agreste
04– VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 19	Centro Acadêmico do Agreste
04 – VIGILANTES ARMADOS (PLANTÃO 12x36) DIURNO	Posto Tipo 19	Centro Acadêmico do Agreste

- **Endereço dos Locais de Serviço**

UNIDADE	ENDEREÇO - CAMPUS RECIFE
Centro de Ciências da Saúde	Rua Nelson Chaves, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
Departamento de Anatomia	Av. Prof. Moraes Rêgo, 1235 Cidade Universitária CEP: 50670-420
Serviço de Verificação de Óbitos;	Rua Nelson Chaves, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
Centro de Ciências Biológicas	Av. Prof. Moraes Rêgo, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
Departamento de Nutrição	Rua Nelson Chaves, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
14 BIS	Rua Nelson Chaves, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
Laboratório Central de Pós-Graduação	Rua Nelson Chaves, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
UNATI	Rua Nelson Chaves, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
Hospital das Clínicas	Prof. Moraes Rêgo, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-420
Biblioteca Central	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Av. dos Funcionários, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
Central Telefônica	Av. dos Funcionários, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
Concha Acústica	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50.740-530
Centro de Convenções da UFPE	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50.740-530
Pista de Cooper	Av. dos Funcionários, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
DEQ	Av. dos Funcionários, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
LAMSA	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Núcleo de Hotelaria e Turismo	Av. dos economistas, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
Departamento de Antibióticos	Av. dos economistas, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
Departamento de Farmácia	Av. Prof. Artur de Sá, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
Deptº de Odontologia (Buco e Preventiva)	Av. dos economistas, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
CECINE	Av. dos economistas, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-901
Centro de Artes de Comunicações	Av. dos Arquitetos, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-900
Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-900

UNIDADE	ENDEREÇO - CAMPUS RECIFE
Centro de Educação	Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n Cidade Universitária
Colégio de Aplicação	R. Acadêmico Hélio Ramos, s/n Cidade Universitária – CEP 50740 – 530
Restaurante Universitário	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
Centro de Tecnologia e Geociências	Av. Acadêmico Hélio Ramos s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
Departamento de Oceanografia	Av. Acadêmico Hélio Ramos s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
CEERMA	Av. Acadêmico Hélio Ramos s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
FAE	Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-900
Casa Tecnológica	Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n Cidade Universitária CEP: 50670-900
Prefeitura da Cidade Universitária	Av. Professor Luís Freire, 1000 Cidade Universitária CEP: 50740-530
Departamento de Energia Nuclear	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Departamento de Gestão de Bens e Serviços	Av. Prof. Moraes Rêgo, 1235 Cidade Universitária CEP: 50670-420
Editora Universitária	Av. Acadêmico Hélio Ramos, 20 Cidade Universitária CEP: 50740-530
Almoxarifado Central	Av. Prof. Moraes Rêgo, 1235 Cidade Universitária CEP: 50670-420
Casa de Gás	Av. Prof. Moraes Rêgo, 1235 Cidade Universitária CEP: 50670-420
Centro Educacional Paulo Rosas (Creche)	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Oficinas, Bomba de Combustível e Energia Renovável	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Centro de Ciências Exatas e da Natureza	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Área II	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Departamento de Física	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Centro de Informática	Av. Professor Luís Freire, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Laboratório de Arqueologia	Av. Acadêmico Hélio Ramos s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
ETA	Av. Acadêmico Hélio Ramos s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
Clube Universitário	Av. Visconde de Leopoldo, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Núcleo de Educação Física e Desporto	Av. Professor Luís Freire, 1235 Cidade Universitária CEP: 50740-530
Departamento de Terapia Ocupacional	Av. Visconde de Leopoldo, s/n Cidade Universitária CEP: 50740-530
Departamento de Fisioterapia	Av. Visconde de Leopoldo, s/n

UNIDADE	ENDEREÇO - CAMPUS RECIFE
	Cidade Universitária CEP: 50740-530
Casa de Estudante Masculina	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
DINE	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
Superintendência de Tecnologia da Informação e Núcleo de Atenção ao Idoso.	Av. dos Reitores, s/n Cidade Universitária – CEP: 50670-901
Casa de Estudante Feminina	Rua: Gov. Lopo Garro , 527 Engenho do Meio - Recife-PE. CEP:
Sistema Integrado de Saúde	Rua Lindolfo Collor, Engenho do Meio - Recife-PE. CEP:
Restaurante Universitário	Av. dos Reitores, s/n - Cidade Universitária – Recife - CEP: 50670-901
Centro de Ciências Jurídicas	Praça Adolfo Cirne, s/n – Boa Vista Recife-PE - CEP:
UNIDADE	ENDEREÇO - CAMPUS VITÓRIA
Centro Acadêmico de Vitória	Rua do Alto do Reservatório, s/n - Bela Vista - Vitória de Santo Antão – PE
Centro Acadêmico de Vitória - ANEXO	Rua Dr. João Moura, 92. Loteamento Jardim São João Batista, Matriz. Vitória de Santo Antão – PE
UNIDADE	ENDEREÇO – CAMPUS AGRESTE –CARUARU
Centro Acadêmico do Agreste	Alameda Santa Cruz do Capibaribe, Km 62 - S. Superior, 18 - Módulo Verde - BR 104 - Bairro Nova Caruaru - Caruaru - PE

**Anexo III - ANEXO III - DELIMITAÇÃO DE CADA
PERÍMETRO DE INTERESSE DE SEGURANÇA.pdf**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Licitação - Vigilância Ostensiva Armada

Processo Administrativo n.º 23076.008134/2018-08

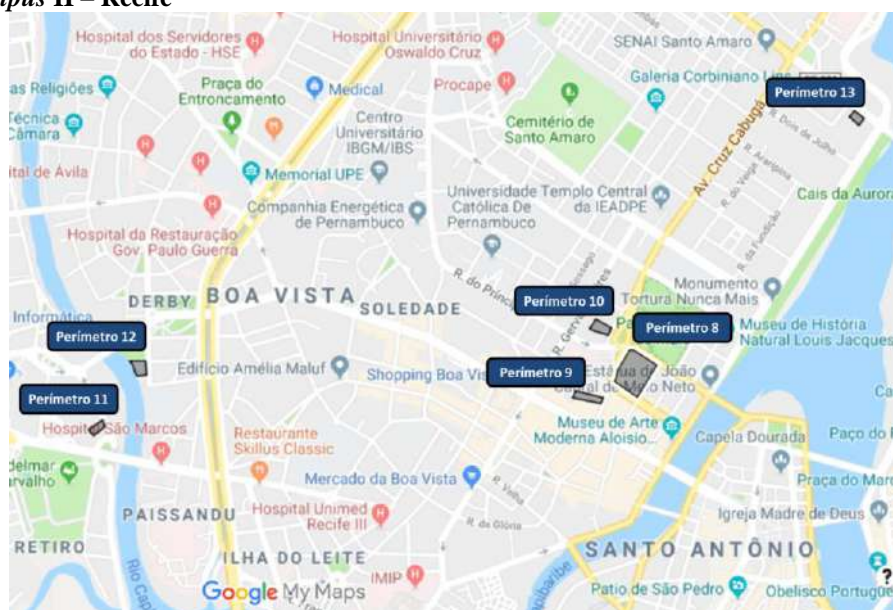
**ANEXO II DO ESTUDO PRELIMINAR
DELIMITAÇÃO DE CADA PERÍMETRO DE INTERESSE DE SEGURANÇA**

| Campus I - Joaquim Amazonas, na cidade do Recife



Elaborado pela EPC baseado na ferramenta Google Maps.

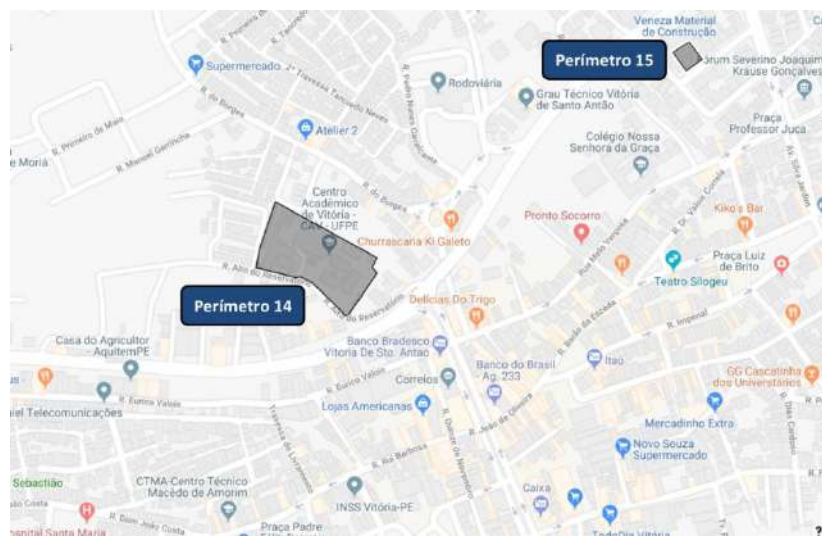
| Campus II – Recife



Elaborado pela EPC baseado na ferramenta Google Maps.

| **Agrupamento de Perímetros C – FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE**

Elaborado pela EPC baseado na ferramenta Google Maps.

| *Campus III – Vitória*

Elaborado pela EPC baseado na ferramenta Google Maps.

Anexo III: Modelo de Ordem de Serviço

ANEXO VIII DO TERMO DE REFERÊNCIA
ORDEM DE SERVIÇO

1

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão: / /	Serviço:
Contrato nº: /2020	Processo nº

2

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
Razão social	CNPJ:
Endereço:	
Telefones: fixo: móvel (<i>whatsApp</i>):	E-mail:

3

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS			
Nº	Serviço	Quantidade	Unidade de Medida

4

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

5

DEMAIS DETALHAMENTOS

6

DATA OU PERÍODO PARA EXECUÇÃO

--

7

RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:

Unidade Orçamentária:	
Função Programática:	
Projeto de Atividade:	
Elemento de Despesa:	
Fonte de Recurso:	
Saldo Orçamentário:	

8

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

<p>Recife, de.....de 2020</p> <p>_____</p> <p>Responsável pela contratação do serviço</p>	<p>Recife, dede 2020.</p> <p>_____</p> <p>Responsável pela avaliação do serviço</p>
--	--

Anexo IV: Modelo de autorização complementar ao Contrato nº 03/2022 para a utilização da garantia e de pagamento direto. (conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017);

**ANEXO V DO EDITAL DE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2021**

MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DA GARANTIA E DE PAGAMENTO DIRETO

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº/.....

inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (*identificação do licitante*), _____ (*nome do representante*), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA** o(a) **(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)**, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão nº/20....

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (**indicar o nome da empresa**) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) **(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)**, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

Recife-PE, de..... de 20....

(*assinatura do representante legal do licitante*)



Emitido em 14/02/2022

CONTRATO Nº 135/2022 - CGC PROGEST (12.69.11)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 14/02/2022 11:00)

FELIPPE AUGUSTO DE ALBUQUERQUE RODRIGUES

COORDENADOR

2177340

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número:
135, ano: **2022**, tipo: **CONTRATO**, data de emissão: **14/02/2022** e o código de verificação: **610f05d3dc**